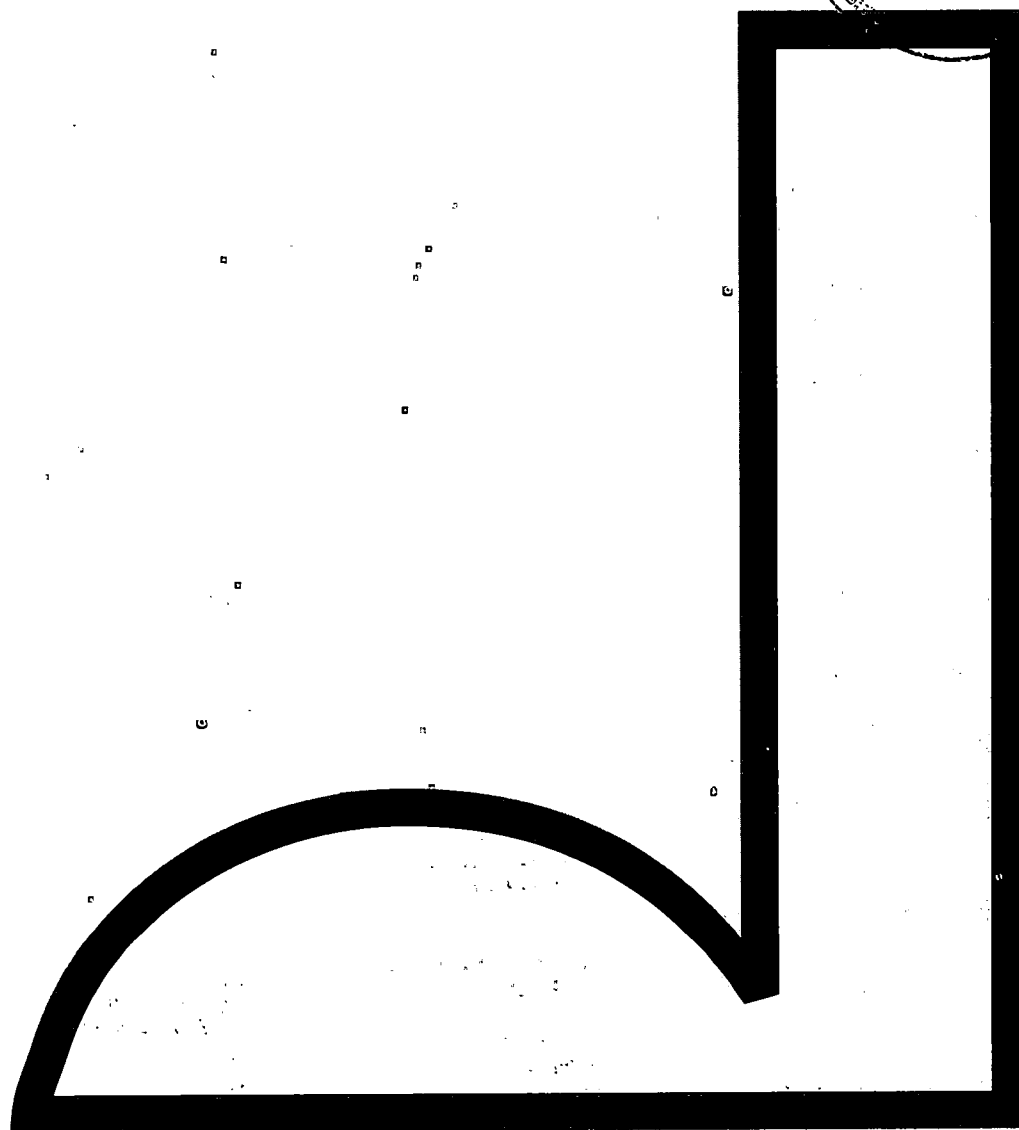


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO
DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
Presidente Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA 1º Vice-Presidente Geraldo Melo – PSDB – RN 2º Vice-Presidente Júnia Marise – Bloco – MG 1º Secretário Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB 2º Secretário Carlos Patrocínio – PFL – TO	3º Secretário Flaviano Melo – PMDB – AC 4º Secretário Lucídio Portella – PPB – PI Suplentes de Secretário 1ª Emilia Fernandes – Bloco – RS 2ª Lúdio Coelho – PSDB – MS 3ª Joel de Hollanda – PFL – PE 4ª Marluce Pinto – PMDB – RR	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor(1) Romeu Tuma – PFL – SP Corregedores Substitutos(1) Ramez Tebet – PMDB – MS Joel de Hollanda – PFL – PE Lúcio Alcântara – PSDB – CE	PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores(2) Nabor Júnior – PMDB – AC Djalma Bessa – PFL – BA Emilia Fernandes – Bloco – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – Bloco – DF	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Elcio Alvares – PFL – ES Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Ramez Tebet – PMDB – MS Romeu Tuma – PFL – SP LIDERANÇA DO PFL Líder Hugo Napoleão Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Gilberto Miranda Romero Jucá Romeu Tuma Júlio Campos	LIDERANÇA DO PMDB Líder Jader Barbalho Vice-Líderes Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Fernando Bezerra Gilvan Borges LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO Líder Eduardo Suplicy Vice-Líderes Sebastião Rocha Antonio Carlos Valadares Roberto Freire José Eduardo Dutra	LIDERANÇA DO PSDB Líder Sergio Machado Vice-Líderes Osmar Dias Jefferson Pêres José Ignácio Ferreira LIDERANÇA DO PPB Líder Leomar Quintanilha Vice-Líderes Esperidião Amin LIDERANÇA DO PTB Líder Odacir Soares

(1) Reeleitos em 2-4-97

(2) Designação: 16 e 23-11-95

Atualizada em 4-11-98

EXPEDIENTE	
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Claudianor Moura Nunes Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações Júlio Werner Pedrosa Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Marcia Maria Correa de Azevedo Diretora da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 18ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 27 DE JANEIRO DE 1999

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 60, de 1999 (nº 125/99, na origem), de 25 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Senhor João Bosco Leopoldino da Fonseca, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos. À Comissão de Assuntos Econômicos.....

02235

1.2.2 – Parecer

Nº 53, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1999 (nº 4.569/98, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau nas cinco Regiões, com a criação de Varas Federais, e dá outras providências.....

02243

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, ao Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1999, cujo parecer foi lido anteriormente.....

02247

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADORA JÚNIA MARISE – Balanço de sua atuação política no Senado Federal.....

02247

SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Associa-se às homenagens prestadas à Srª Júnia Marise.....

02269

1.2.5 – Requerimentos

Nº 27, de 1999, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento de Rosalvo Barbosa Romeu. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Antonio Carlos Magalhães e Josaphat Marinho.....

02269

Nº 28, de 1999, de autoria do Senador Iris Resende, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Paulo Campos. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Iris Rezende e Bernardo Cabral.....

02270

Nº 29, de 1999, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1999, que dispõe so-

bre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau nas cinco regiões, com a criação de varas federais, e dá outras providências. **Aprovado**, após usar da palavra o Sr. Francelino Pereira.....

02271

1.2.6 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 8, de 1999, de autoria do Senador Joel de Hollanda, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artista e de Técnico em Espetáculos de Diversões, e dá outras providências. **À publicação**.....

02271

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 245, de 1998 (nº 1.345/98, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Ruy Nunes Pinto Nogueira, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Venezuela. **Aprovado**.....

02276

Item 2

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 256, de 1998 (nº 1.397/98, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome da Senhora Vera Pedrosa Martins de Almeida, Ministra de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixadora do Brasil junto à República do Equador. **Aprovado**.....

02276

Item 3

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 14, de 1999 (nº 1.598/98, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Affonso Emílio de Alencastro Massot, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos. **Aprovado**.....

02276

Item 4

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 25, de 1999 (nº 1.623/98, na origem), pela qual o Se-

nhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Henrique Rodrigues Valle Júnior, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil no Canadá. **Aprovado.**..... 02277

1.3.1 – Fala da Presidência

Proposta de inclusão na pauta de matérias. **Aprovado, com aquiescência das Lideranças.**..... 02277

1.3.2 – Ordem do Dia (continuação)

Item 5 (incluído na pauta, com aquiescência das Lideranças)

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 57, de 1999 (nº 117/99, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Clodoaldo Hugueney Filho, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador, Chefe da Missão do Brasil junto às Comunidades Europeias. **Aprovado.**..... 02278

Item 6 (incluído na pauta com aquiescência das Lideranças)

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 216, de 1998 (nº 948/98, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor José Olympio Rache de Almeida, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia, exercer a de Embaixador do Brasil junto à República da Estônia. **Aprovado.**..... 02278

1.3.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA. – Considerações sobre o Relatório das Atividades da Secretaria da Educação Básica do Governo do Estado do Ceará. 02279

SENADOR ODACIR SOARES – Absoluta indispensabilidade da utilização do ecossistema dos cerrados para a produção agropecuária, como forma de atenuar o problema da fome nacional. 02281

SENADOR ERNANDES AMORIM – Considerações sobre requerimento de autoria de S. Ex^a, apresentado na Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando informações ao Ministro da Fazenda, sobre o Programa de Apoio à Reestruturação da Dívida dos Estados para com a União. 02284

1.3.4 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária a realizar-se amanhã, às 10 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 02286

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senador Jefferson Péres, proferido no dia 26-1-99, referente ao item 1 da Ordem do Dia, que se republica a pedido do Parlamentar. 02286

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 27-1-99

4 – ATAS DE COMISSÃO

Atas das 2^a e 3^a Reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, realizadas em 20 e 26 de janeiro de 1999, respectivamente. 02289

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 133, de 1999, referente à servidora Maria do Socorro Lima de Araújo. 02334

Nº 134, de 1999, referente ao servidor Jairo Lessa Ramos. 02335

Nº 135, de 1999, referente ao servidor Gilson Antônio de Barros. 02336

Nº 136, de 1999, referente ao servidor Kléber Alcoforado Lacerda. 02337

Nº 137, de 1999, referente ao servidor Paulo de Tarso Brasiense. 02338

Nº 138, de 1999, referente ao servidor Kairala José Kairala. 02339

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 18ª Sessão Deliberativa Ordinária em 27 de janeiro de 1999

7ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo e Ronaldo Cunha Lima.

ÀS 17 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Abdias Nascimento – Ademir Andrade – Antonio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Távola – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Djalma Bessa – Edison Lobão – Emilia Fernandes – Epitácio Cafeteira – Emandes Amorim – Flaviano Melo – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – Jonice Tristão – Josaphat Marinho – José Agripino – José Alves – José Eduardo – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Roberto Arruda – José Saad – Júlio Campos – Júnia Marise – Juvêncio Dias – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Leonel Paiva – Levy Dias – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luzia Toledo – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Odacir Soares – Osmar Dias – Paulo Guerra – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Roberto Freire – Roberto Requião – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sandra Guidi – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – A lista de presença acusa o comparecimento de 76 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaração aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário, em exercício Senador Nabor Júnior, procederá à leitura do Expediente:

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 60, DE 1999

(Nº 125/99, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o disposto no

art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor João Bosco Leopoldino da Fonseca, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos.

O indicado é pessoa de reconhecida competência para o desempenho dessa elevada função, como se depreende do anexo **curriculum vitae**.

Brasília, 25 de janeiro de 1999. – **Fernando Henrique Cardoso**.

Curriculum Vitae

João Bosco Leopoldino da Fonseca

Professor Titular de Direito Econômico

Faculdade de Direito da UFMG

Cart. Ident. nº 10.907 OAB-MG

CPF 000.499.566-04

Endereço Residencial:

R. Prof. Carlos Pereira da Silva, 616, Belvedere, 30320-330 – Belo Horizonte

Endereço Profissional:

Av. Assis Chateaubriand, 601, – 30150-101
Belo Horizonte

Relação de Títulos

I – Graus

1. *Doutor em Direito* pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, com defesa de Tese intitulada: "O Plano Nacional de Desenvolvimento como Expressão da Linguagem do Direito".

2. *Bacharel em Direito*, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, conforme diploma expedido em 29 de dezembro de 1967.

3. *Bacharel em Filosofia Ciência e Letras*, pela Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciência e Letras, de São João del Rei, conforme diploma expedido em 22 de fevereiro de 1959.

4. *Licenciado em Letras Neolatinas*, pela Faculdade Dom Bosco, de Filosofia Ciência e Letras, de São João del Rei, conforme diploma expedido em 26 de fevereiro de 1960.

II – Cursos de Especialização e Extensão

1. *Curso de Sociologia*, durante o ano letivo de 1962, no Instituto Teológico Pio XI, em São Paulo, ministrado pelo Dr. José Pedro Galvão de Sousa, Prof. Catedrático de Teoria do Estado na Faculdade Paulista de Direito da Pontífica Universidade de São Paulo.

2. *Curso de Biblioteconomia*, durante o ano letivo de 1962, no Instituto Teológico Pio XI, em São Paulo, ministrado pelo Dr. Abner Lellis Correa Vicentini, Bibliotecário-Chefe do "Centro Técnico de Aeronáutica" de São José dos Campos, Presidente da Comissão Brasileira de C.D.U. e Membro da Comissão Central da Federação Internacional de Documentação.

3. *Curso de Aperfeiçoamento de Lingüística*, no III Instituto Brasileiro de Lingüística, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal do Rio de Janeiro com a colaboração do Centro de Lingüística Aplicada de São Paulo e da Universidade Federal de Minas Gerais, ministrados pelos Professores Joaquim Mattoso Câmara Jr. e Eunice Pontes.

III – Participação em Seminário

1. 1º Encontro de Magistrados do Trabalho da 3ª Região, realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, em 15 de abril de 1977, em que foram debatidos os seguintes temas:

- 1) Competência Trabalhista do Supremo Tribunal Federal e Uniformidade de jurisprudência.
- 2) O silêncio da Parte e as Provas do Processo
- 3) A Reforma Judiciária e a Justiça do Trabalho
- 4) Execução Provisória Trabalhista
- 5) O Recurso de Revista, o Recurso de Embargos e o Recurso Extraordinário no Tribunal Superior do Trabalho.

2. II Seminário sobre a Realidade Amazônica, realizado em Belo Horizonte, de 26 de agosto a 1º de setembro de 1973, em que foram debatidos os seguintes temas:

- 1) A Economia Amazônica
- 2) Instrumentos para Integração e Desenvolvimento
- 3) O Meio Físico – Recursos Naturais
- 4) Os Recursos Humanos

3. Ciclo de Estudos sobre Grandes Temas da Política Exterior do Brasil, promovido pela Reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais, em cooperação com o Ministério das Relações Exteriores, realizado em Belo Horizonte, de 15 a 19 de agosto de 1977, com conferências ministradas pelos Embai-

xadores João Clemente Baena Soares e Paulo Tarso Flexa de Lima, pelos Ministros Sérgio Fernando Guarischí Bath e Alvaro da Costa Franco, e pelo Conselheiro Adriano Benayon do Amaral, sobre os seguintes temas:

- 1) Presença do Brasil no Mercado Internacional
- 2) A Ciência e a Tecnologia nas Relações Internacionais
- 3) O Brasil e a Atual Conjuntura Econômica Internacional

4) A Formação do Diplomata Brasileiro

5) A Diplomacia Multilateral

4. Ciclo de Conferências sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, patrocinado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, sob a Coordenação do Professor Messias Pereira Donato. Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, sobre os seguintes temas:

1) O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e a Garantia do Emprego – Conferencista: Messias Pereira Donato

2) A Justiça do Trabalho e as Controvérsias Envolvendo Aspectos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – Conferencista: Prof. Ísis de Almeida.

3) A Política Habitacional Brasileira e os Agentes Financeiros do Banco Nacional da Habitação – Conferencista: Dr. Maurício Schulman.

4) A Estabilidade e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – Conferencista: Prof. Octávio Bueno Magano.

5) Limitações ao Levantamento das Contas Vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – Conferencista: Dr. Edmo Lima de Marca.

6) Natureza Jurídica dos Depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – Conferencista: Professor Nair Lemos Gonçalves.

7) Fins Sociais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – Conferencista: Dr. Aluysio Simões de Campos.

8) O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Direito do Trabalho – Conferencista: Prof. Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena.

5. Participação no II Encontro Nacional de Juízes Federais, promovido pela Associação dos Juízes Federais do Brasil, no período de 6 a 9 de junho de 1985, como integrante da Seção Judiciária de Minas Gerais.

6. Frequência ao "Curso de Alto Nível sobre os Instrumentos de Proteção aos Direitos Individuais – O Mandado de Segurança e o Habeas Corpus", mi-

nistrados pelos Srs. Min. Moreira Alves, Prof. Cândido Rangel Dinamarco, Min. Carlos Mário Velloso, Prof. José Manuel de Arruda Alvim Netto, Prof. Alfredo Buzaid, Min. Evandro Lins, Prof. Manoel Pedro Pimentel, Min. Cordeiro Guerra e Dr. Firmino Ferreira Paz, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no período de 1º de outubro a 26 de novembro de 1979.

7. Participação no V Congresso Internacional de Proteção do Consumidor nas Relações Norte-Sul, realizado em Toronto, no Canadá, por indicação do BRASILCON – Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos de Proteção ao Consumidor, e por iniciativa individual, sem qualquer ajuda da UFMG.

8. Participação na III Conferência do Movimento de Consumidores da América Latina e do Caribe, promovida pela Consumers International e pelo Parlamento Latino-Americano, realizada em São Paulo, no período de 3 a 6 de outubro de 1995, como Observador. O tema da Conferência foi: "Os consumidores: cidadãos para solidariedade, a integração e o desenvolvimento".

9. Participação no Congresso Internacional de Responsabilidade Civil, 3º Congresso Brasileiro de Direito do Consumidor, Congresso Brasileiro de Direito Ambiental e Seminário Nacional sobre os Dez Anos da Lei da Ação Civil Pública, realizados em Blumenau, no período de 29 de outubro a 1º de novembro de 1995, tendo como tema: "Meio Ambiente, Consumidor e Danosidade Coletiva: Fazendo Justiça no Terceiro Milênio".

10. Participação no Seminário sobre O Consumo Como Instrumento De Poder, promovido pelo Instituto Brasileiro De Política e Direito Do Consumidor, realizado em São Paulo, no dia 14 de março de 1997, tendo proferido palestra sobre o tema "Consumo e Concorrência".

11. Participação no III Congresso Internacional sobre Direito Da Concorrência, realizado no Rio de Janeiro, no período de 9 a 13 de julho de 1997, promovido pelo Instituto Brasileiro De Estudos Das Relações De Concorrência e De Consumo.

12. Participação como Palestrita no 17º Encontro Nacional de Defesa do Consumidor, realizado em Belo Horizonte, no período de 1º a 3 de dezembro de 1997, promovido pela Universidade Federal de Belo Horizonte. O Tema da Palestra foi "Contratos".

13. Participação como Palestrita no Seminário sobre Direito Antitruste Brasileiro, realizado em Miami – EUA, em 30-1-98, promovido pela "Steel Hector And Davis Internacional". O tema da palestra foi **Overview of Brazilian Antitrust Law.**

14. Participação como Painelista no 1º Congresso Interamericano do Consumidor, 3º Congresso Ibero-Latinoamericano de Direito do Consumidor e no 4º Congresso Brasileiro de Direito do Consumidor, que se realizará nos dias 8 a 11 de março de 1998, em Gramado – RS. O tema abordado será "Mercosul, Privatizações, Concorrência e Serviços Públicos".

15. Participação no Congresso Internacional sobre Direito da Concorrência e Atuação do Poder Judiciário, promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos das Relações de Concorrência e de Consumo, pela Fundação Getúlio Vargas e pela Associação dos Magistrados de Minas Gerais, no Rio de Janeiro, em 11 de maio de 1998.

16. Participação no Congresso Internacional de Direito da Concorrência, em 25 e 26 de junho de 1998, promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos das Relações de Concorrência e de Consumo, realizado em Angra dos Reis – RJ.

IV – Concursos Públicos

1. Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Titular da Cadeira de Direito Econômico, da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, em 8 de janeiro de 1992, nomeado para o cargo em 2 de abril de 1992.

2. Concurso Público de Provas e Títulos para Professor de Português do Colégio Estadual de Minas Gerais, em janeiro de 1964, tendo sido classificado em 6º (sexto) lugar entre 32 (trinta e dois) candidatos.

3. Concurso Público de Provas e Títulos para Professor de Francês, do Colégio Estadual de Minas Gerais, em janeiro de 1964, tendo sido classificado em 9º (nono) lugar entre 13 (treze) candidatos aprovados.

4. concurso Público de Provas e Títulos, para Professor de Português do Colégio Municipal de Belo Horizonte, tendo-se classificado em 2º (segundo) lugar entre 7 (sete) candidatos aprovados.

5. Concurso Público de Provas e Título para Juiz do Trabalho, perante o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, em 1972, tendo sido aprovado em 10º (décimo) lugar entre 24 (vinte e quatro) candidatos aprovados.

6. Concurso Público de Provas e Títulos para Juiz Federal, em 1979, perante o Tribunal Federal de Recursos, tendo sido aprovado em 7º (sétimo) lugar entre 24 (vinte e quatro) candidatos aprovados.

7. Concurso Público de Provas e Títulos para Professor de Direito Econômico, junto ao Departa-

mento de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, tendo sido classificado em 1º (primeiro) lugar entre 5 (cinco) candidatos aprovados.

V – Experiência Docente

1. Professor de Francês, no período de 1958 a 1961, em São João Del Rei, no Colégio Salesiano.

2. Professor de Português, no Liceu Salesiano, em Belo Horizonte, no período de 1963 até julho de 1964.

3. Professor de Português, no período de 1964 a 1973, no Colégio Estadual de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

4. Professor de Português, no Colégio Municipal de Belo Horizonte, no período de agosto de 1964 até fevereiro de 1969.

5. Professor de Língua Portuguesa e de Estudo de Problemas Brasileiros, na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, no período de 1967 até 1982.

6. Professor De Direito Econômico na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, no período de agosto de 1982 até a presente data, atualmente como Professor Titular.

7. Professor de Direito Econômico na Pós-Graduação de Direito, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, desde 1990 até a presente data.

8. Aulas proferidas no Curso de Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho – Convênio UFMG/Fundacentro

9. Palestra Proferida no 7º Festival de Inverno realizado em julho de 1973, em Ouro Preto, promovido pelo Conselho de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais.

10. Conferência proferida na Câmara Internacional de Comércio de Belo Horizonte, sobre o tema "O Código de Proteção ao Consumidor e a Proteção ao Consumidor".

11. Aulas para o curso de Atualização de Direito do Trabalho, ministrado a convite da Escola de Advocacia da OAB-MG, em 1989, em 1991 e 1992.

12. Conferência na Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de São João Del Rei, em 1977, sobre o tema: "Contrato Individual de Trabalho".

13. Aulas de Direito do Trabalho e de Direito Processual do Trabalho na Faculdade de Direito da

Universidade Federal de Minas Gerais, em 1978, em substituição ao Prof. Antônio Álvares da Silva.

14. Aulas de Direito Financeiro III, para turmas da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, em substituição ao Prof. Titular, Prof. Celso Cordeiro Machado, por vários semestres.

15. Aulas de Direito do Trabalho e de Direito Processual do Trabalho, em 1979 e em 1982, em caráter de substituição, para turmas de alunos da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

16. Conferência sobre o tema "Direito e Tecnologia, no Poder Judiciário", no Curso de Especialização em Direito e Legislação na Política Setorial de Ciências e Tecnologia, Patrocinado pelo CNPq, pela Fundação Brasileira de Direito Econômico e pela Faculdade de Direito da UFMG.

17. Conferência sobre o tema "Perícias Judiciais", no encerramento do "Curso Básico de Avaliações e Perícias na Engenharia", promovido pela Fundação Cristiano Ottoni e realizado na Escola de Engenharia da UFMG.

18. Conferência sobre o tema "Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais – Tribunais e Juizes do Trabalho", no Curso de Atualização sobre "A Constituição Federal de 1988", promovido pelo Centro de Extensão da Faculdade de Direito da UFMG.

19. Participação em Comissões de Concurso para Juiz do Trabalho Substituto, junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

20. Orientação e acompanhamento do aluno bolsista, Ary Fernando Rodrigues Nascimento, para elaboração de Dissertação de Mestrado.

21. Orientação e acompanhamento do aluno bolsista Monitor Marco Antônio Ribeiro Muniz Rodrigues, nos anos de 1990-1991.

22. Orientação e acompanhamento da aluna bolsista do CNPq Flávia Bianchini Mesquita, no ano de 1991, sendo o título do projeto: "O Impacto do Código de Defesa do Consumidor nas Pequenas e Médias Empresas, sob o Aspecto das Relações Contratuais do aluno Tarcísio Correa de Brito, bolsista do CNPq, no ano de 1991, sendo o título do projeto de pesquisa: "O Instituto das Obrigações Contratuais Internacionais em Face da Unificação Européia: Transformações sociopolítico-econômicas. Subsídio ao estudo da integração latino-americana.

24. Orientação do Projeto Integrado de Pesquisa, sob o título de "Análise do Pensamento Jurispru-

dencial sobre Contratos", em 1991, aos alunos Alyne de Matteo Vaz e Márcio Luiz Oliveira.

25. Orientação e acompanhamento do Projeto Integrado de Pesquisa, sob o título: "Da atuação jurisprudencial nas decisões relativas às cláusulas abusivas e leoninas no âmbito contratual", às alunas: Alessandra Arrojado Lisboa de Andrade, Margherita Coelho Toledo, Maria Inês Caldeira Pereira da Silva.

26. Orientação e acompanhamento de Projeto Integrado de Pesquisa, sob o título: "O princípio da Boa Fé nos contratos: A proteção proporcionada pelas normas de ordem pública. O problema das cláusulas abusivas contrariando o princípio da boa fé", aos alunos: Érico Andrade, Ana Cristina Grein Marra e Jacqueline Pires da Silva.

27. Orientação e acompanhamento do Projeto Integrado de Pesquisa, sob o título: "Os Contratos de Adesão Antes e Depois da Promulgação do Código de Proteção ao Consumidor", aos alunos Cristiana Moreira Martins de Almeida e Frederico Garcia Guimarães.

28. Orientação e acompanhamento do Projeto Integrado de Pesquisa sob o título: "As cláusulas Exonerativas de Responsabilidade nos Contratos de Adesão e sua Análise Doutrinária e Jurisprudencial", aos alunos Flávio Couto Bernardes e Mauro Assis da Silva.

29. Conferência proferida a convite da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, para Magistrados em Caratinga, sobre o tema: O Contrato de Trabalho Rural, em 9 de maio de 1992.

30. Conferência proferida na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, sobre o tema: Defesa do Consumidor: Retórica Jurídica e Realidade, em 10 de março de 1992.

31. Curso de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho, ministrado em Ituiutaba – MG, em abril de 1992, a convite da Escola de Advocacia da OAB-MG.

32. Curso de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho, ministrado em Ouro Preto-MG, em abril de 1992, a convite da Escola de Advocacia da OAB-MG.

33. Cursos de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho, ministrados em Belo Horizonte, nos períodos de outubro a novembro de 1990, de outubro a novembro de 1991, de abril a junho de 1992, e de 15 de setembro a 3 de novembro

de 1992, a convite da Escola Judicial da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Minas Gerais.

34. Curso de Atualização em Direito promovido pela AMATRA – Associação dos Juizes do Trabalho da 3ª Região, no período de setembro a dezembro de 1993, ministrando 20 (vinte) horas-aula sobre Direito Constitucional e Administrativo.

35. Conferência sobre Proteção ao Consumidor – CONTRATOS, patrocinada pela Escola de Advocacia da OAB-MG, em Poços de Caldas, em 24 de novembro de 1993.

36. Conferência sobre responsabilidade civil no Código de Proteção ao Consumidor, patrocinada pela Escola de Advocacia da OAB-MG, em Uberlândia, em 25 de março de 1994.

37. Conferência sobre responsabilidade civil no Código de Proteção ao Consumidor, patrocinada pela Escola de Advocacia da OAB-MG, na Faculdade Estadual de Direito de Montes Claros, em 25 de abril de 1994.

38. Conferência sobre Proteção do Consumidor: Visão de Direito Material – proferida em Ubá, a convite da Escola de Advocacia da OAB-MG, em 16 de agosto de 1994.

39. Conferência sobre responsabilidade civil no Código de Proteção ao Consumidor, patrocinada pela Escola de Advocacia da OAB-MG, em Juiz de Fora, em 26 de agosto de 1994.

40. Palestra sobre o tema: Proteção do Consumidor: Equilíbrio nas Relações de Mercado, no 7º Curso Brasilcon de Direito do Consumidor, realizada em Belo Horizonte, de 22 a 25 de novembro de 1994.

41. Palestra sobre o tema: Equilíbrio das Relações de Mercado: Proteção do Consumidor, proferida no dia 27-3-95, em Seminário sobre Proteção do Consumidor, promovido pela Escola de Advocacia da OAB – MG, em Belo Horizonte.

42. Palestra sobre o tema: A Proteção do Consumidor e as Relações de Mercado, palestra proferida na Associação-Paulista do Ministério Público, em 25 de maio de 1995.

43. Palestra sobre o tema: Cláusulas Abusivas nos Contratos: Proteção do Consumidor, na Faculdade de Direito da Universidade de Alfenas – UNIFENAS, em 24 de agosto de 1995.

44. palestra sobre o tema: A Proteção do Consumidor no Âmbito do Mercado: As Cláusulas Abusivas, na Faculdade de Direito da Pontifícia Universi-

dade Católica de Minas Gerais, em 31 de agosto de 1995.

45. Palestra sobre o tema: "Relações Contratuais: Certificação Ambiental e Código de Defesa do Consumidor", a convite da Associação dos ex-Bolistas da Alemanha, de Minas Gerais e do Goethe Institut, realizada no Auditório da Sociedade Mineira de Engenheiros, em 14 de setembro de 1995.

46. Curso de Direito Econômico, com duração de cinquenta horas/aula, no Instituto Superior de Estudos Econômicos da Amazônia – ISAE – em convênio com a Fundação Getúlio Vargas, no período de 3 a 8 de agosto de 1995.

47. Orientação e Acompanhamento do Projeto de Pesquisa sob o título: "A Intervenção do Estado nos Contratos de Transferência de tecnologia", ao aluno: Daniel Rocha Correia, no período de junho de 1994 a junho de 1995.

48. Orientação e Acompanhamento do Projeto de Pesquisa sob o título: "Os Contratos de Adesão e as Cláusulas Abusivas", financiado pela FAPEMIG, ao aluno: Leandro Novais e Silva, no período de março de 1994 a fevereiro de 1995.

49. Orientação e Acompanhamento do Projeto de Pesquisa sob o título: "Direito do Desenvolvimento e Incentivos Fiscais", financiado pelo CNPq, à aluna: Caroline Viana de Araújo, no período de agosto de 1994 a setembro de 1995.

50. Orientação e Acompanhamento do Trabalho de Monitoria de Graduação e de Pós-Graduação do Mestrado Ricardo Cameiro, no período de março de 1994 a junho de 1995.

51. Orientação e Acompanhamento do Trabalho de Monitoria de Pós-Graduação da Mestranda Maria Beatriz Gontijo, a partir de agosto de 1995.

52. Palestra sobre o tema: Código de Defesa do Consumidor: Direito Material – Visão Geral, no I Encontro de Estudos Jurídicos realizados em São Sebastião do Paraíso, em 25 de novembro de 1995, a convite da Escola de Advocacia da OAB – MG.

53. Palestra sobre o tema: Instituições de Ensino e o Código de Proteção ao Consumidor, no Seminário comemorativo do Quinto Ano de Vigência do Código do Consumidor, promovido pela Escola de Advocacia da OAB – MG e pelo BRASILCON – MG – Instituto Brasileiro de Política e Defesa do Consumidor, em 26 de março de 1996.

54. Palestra sobre o tema: Direito Econômico e Proteção do Consumidor, no Seminário sobre Direito do Consumidor realizado no Rio de Janeiro, sob o patrocínio da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Ministério Público do estado do Rio de Janeiro.

55. Palestra sobre o tema: Cláusulas Abusivas, Evolução de sua análise pelo Poder Judiciário, realizada em Macapá, a convite do Tribunal de Justiça do estado do Amapá.

56. Pesquisa realizada no Canadá, em Universidades de Toronto, Montréal, Québec, no Competition Bureau e no Competition tribunal, realizada sob o patrocínio do governo do Canadá, sem qualquer auxílio nem patrocínio da Universidade Federal de Minas Gerais.

57. Palestra proferida em São Paulo, na Federação do comércio do Estado de São Paulo, no Seminário sobre "O Consumo como Instrumento de Poder", promovida pelo Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor, especificamente sobre o tema: "Consumidor e Concorrência", em 14 de março de 1997.

58. Palestra proferida em Uberlândia, em 14 de abril de 1997, no Salão do Júri do Fórum de Uberlândia, a convite da Escola de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil, no Seminário sobre o Novo Perfil da Arbitragem no Direito Brasileiro, e especificamente sobre o tema: "A Nova Lei de Arbitragem: Perfil. Antecedentes e Principais Inovações".

59. Conferência proferida, no dia 31 de março de 1997, no Curso sobre Defesa da Concorrência, promovido pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – e pela Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, sobre o tema: Evolução da Concorrência no Brasil: História, Legislação e Jurisprudência.

60. Conferência proferida para os Procuradores do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – sobre Princípios Informadores da Proteção da Concorrência no Direito Brasileiro.

61. Conferência proferida no Curso de Defesa da Concorrência, em Belo Horizonte, patrocinado pelo e pela UFMG., na Faculdade de Direito da UFMG, sobre o tema: Antecedentes norte-americanos e canadenses do Direito Antitruste, em 5 de maio de 1997.

62. Conferências proferidas no Curso de Defesa da Concorrência, em Belo Horizonte, patrocinado pelo e pela UFMG, na Faculdade de Direito da UFMG, sobre o tema: O Direito Econômico e o Direito da Concorrência, nos dias 4 e 5 de agosto de 1997.

63. Conferência proferida no Curso de Defesa da Concorrência, em Belo Horizonte, patrocinado pelo e pela UFMG, na Faculdade de Direito da UFMG, sobre o tema: Direito antitruste e Preços Predatórios: Estudo de Casos Norte-Americanos, no dia 9 de setembro de 1997.

64. Participação como Debatedor no Encontro Jurídico Luso-brasileiro, sendo Expositor o Prof. Dr. Joaquim de Souza Ribeiro (Advogado e Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra), sobre o tema "Cláusulas Contratuais Gerais e Cláusulas Abusivas em Contratos: O Direito Português e o Direito Comunitário", realizado pelo Instituto dos Advogados de Minas Gerais e pela Faculdade de Direito da UFMG, em 3 de abril de 1998.

65. Professor de Direito Econômico, no Curso de Mestrado da Faculdade de Direito "Milton Campos", em Belo Horizonte, no primeiro semestre de 1998.

66. Participação no Grupo de Trabalho, nomeada pelo Exmo. Sr. Secretário de Direito Econômico, para sistematização de formas e procedimentos do processo administrativo de que trata a Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, conforme Portaria nº 11, de 2 de junho de 1998, publicada no Diário Oficial de 3 de junho de 1998, Seção 2. nº 104.

67. Palestra proferida no Conselho Administrativo de Defesa Econômica, no Ministério da Justiça, em Brasília, em 30 de julho de 1998, na 60ª Reunião de ciclo de Comentários às Novas Resoluções do (Resolução nº 5/98; Código de Ética e Instrução).

68. Palestra proferida no Curso sobre Investigação de Práticas Restritivas da Concorrência, promovido pela Secretaria de Direito Econômico, pela Fundação Getúlio Vargas e pela Escola de Pós-Graduação em Economia, em Brasília, nos dias 21 e 22 de agosto, com oito horas de duração, sobre o tema específico: "Venda casada – Teoria – Técnicas de Investigação – Análise da Prova – Discussão".

69. Palestra proferida no II Congresso Mineiro de Direito do Consumidor, promovido pelo Brasilcon, pela Procuradoria-Geral de Justiça, pela Escola de Advocacia da OAB e Faculdade de Direito da UFMG, com o tema geral: "A proteção da parte fraca e o acesso aos direitos" nos dias 8, 9 e 10 de setembro de 1998, com o tema específico: "Distribuição de brindes, prêmios e sorteios. Prejuízos ao Consumidor e à Concorrência".

70. Palestra proferida na IV Semana de Estudos Jurídicos da Faculdade de Direito da FUMEC, em Belo Horizonte, no dia 15 de setembro de 1998, sobre o tema: "Mercosul: harmonização de normas: Direito da Concorrência e Direito do Consumidor: Relações de Mercado".

71. Participação em Painel no XX Conat – Congresso Nacional de Advogados Trabalhistas, realiza-

do em Belo Horizonte, de 23 a 26 de setembro de 1998 sobre o tema Súmula Vinculante. Participaram do Painel o Exmo. Sr. Ministro Carlos Mário Velloso, Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal e a Profª Regilene Santos Nascimento.

72. Participação no 1º Curso de Concorrência, na Universidade Ramón Carande, em Madrid, em fevereiro de 1998.

73. Participação no curso "Luces y sombras de la ley de defensa de la competencia: Elementos para una reforma", no Ilustre Colégio de Abogados de Madrid, no dia 19 de fevereiro de 1998.

74. Curso na Universidad San Pablo, em Madrid, em fevereiro de 1998, sobre "Concentración de Empresas: Régimen Comunitário".

75. Participação no II Congresso Mineiro de Direito Administrativo, programado para 12 a 14 de novembro de 1998, palestrando sobre o tema "Empresa Pública: origem e evolução, em Belo Horizonte, realizado pelo Instituto Mineiro de Direito Administrativo.

VI – Exercício Profissional na Área Específica do Direito.

1. Exercício da advocacia, no período de 1968 até 1973, na área cível e trabalhista.

2. Exercício da Magistratura Trabalhista, no período de 1973 até outubro de 1979, primeiramente como Juiz do Trabalho Substituto, e, em 1979, como Juiz do Trabalho Presidente – titular – das Juntas de Conciliação e Julgamento de Betim e da 5ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte.

3. Exercício da Magistratura Federal, tendo sido Juiz Federal da 9ª Vara Federal de São Paulo, da 2ª Vara Federal de Minas Gerais, e, finalmente, da 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Aposentado em 1985.

4. Exercício da Advocacia, no período de 198, até a presente data.

5. Advogado da Mineração Morro Velho S.A, no período de março a dezembro de 1987.

6. Advogado da Inspetoria São João Bosco (colégios salesianos), desde o ano de 1986.

7. Advogado da Sociedade de Inteligência e Coração (Colégio Santo Agostinho), desde o ano de 1993.

8. Advogado da União Brasileira de Educação e Ensino (Colégio Marista), desde o ano de 1993 até 1996.

9. Assessor de Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, especificamente do MM. Juiz

Dr. Luiz Carlos da Cunha Avelar, no período de julho de 1985 a maio de 1987.

VII – Publicações

1. O Poder de Revisão Constitucional, **Revista de Informação Legislativa**, Senado Federal, ano 14, nº 56, 1977, p. 151.
2. Do Contrato Social à Constituição: Do Político ao Jurídico, **Revista Jurídica LEMI**, nº 124, 1978, pp. 1.1.
3. A Empresa Pública, **Revista de Informação Legislativa**, ano 15, nº 58, 1978, p. 93.
4. O Fundamento do Direito, **Revista Jurídica LEMI**, ano XI, nº 131, 1978, p. 1.1.
5. Normas Jurídicas: Aplicação. **Revista de Informação Legislativa**, ano 16, nº 64, 1979, p. 109.
6. Sentença: Relação de Emprego. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho – 3ª Região**, nº 25, 1976, p. 480.
7. Sentença: Cargo de Diretor – Cotista da Empresa – Suspensão do Contrato de Trabalho, **Revista do Tribunal Regional do Trabalho – 3ª Região**, nº 27/28, 1977, p. 322.
8. Execução por Carta Precatória, **Revista do Tribunal Regional do Trabalho – 3ª Região**, nº 29/30, 1978, p. 55.
9. O Contrato de Honorários, **Revista da Associação dos Magistrados Mineiros** – Amagis, ano IV, vol. IX, 1986, p. 43.
10. O Planejamento Econômico em Direito Comparado, in **Direito Econômico do Planejamento**, Anchises Bretas et alli, Belo Horizonte, 1980, p. 175.
11. Normas Jurídicas: Aplicação. **Revista da Faculdade de Direito**, nº 22, vol. 27, 1979, p. 307.
12. Do Contrato Social à Constituição: Do Político Jurídico, **Revista da Faculdade de Direito**, nº 19/20, Vol. 26, 1978, p. 248.
13. Direito Público e Direito Privado no Direito de Economia, **Cadernos de Direito Econômico**, nº 3, Fundação Brasileira de Direito Econômico, Belo Horizonte, 1977.
14. Nota de Livro: Sistematização para Consolidação das Leis Brasileiras de Direito Econômico, de Ana Maria Ferraz Augusto, Fundação Brasileira de Direito Econômico, 1976, **Revista da Faculdade de Direito**, vol. 24, nº 16, 1976.
15. Ordem Jurídico-Econômico e Social, **Revista da Faculdade de Direito**, vol. 30, nº 28/29, 1985-1986, p. 211.
16. Tradução do italiano, do livro *Psicologia da Criança e da Escola*, de Aldo Agazzi publicado pelas Edições Flamboyant.
17. Tradução do francês, do livro, *Psicologia*, de Paul Nayrac, publicado pelas Edições Flamboyant.
18. Tradução do francês, do livro *A Igreja e seu Ministério*, publicado pelas Edições Flamboyant.
19. Custas Executivas: Constitucionalidade de sua exigência, **Revista LTr**, ano 52, nº 9, 1988, p. 1.062.
20. Sentença: Decretação de nulidade do decreto nº 49.906/61 e da Portaria nº 690/81, relativamente à autorização de pesquisa e de lavra de minério em área de manancial de água. **Revista do Direito Agrário e Minerário**, nº 5, 1984, p. 87.
21. Sentenças Diversas, comprobatórias da atividade jurisdicional, mas também da atividade doutrinária, quer no âmbito da Justiça do Trabalho quer no da Justiça Federal.
22. *Cláusulas Abusivas nos Contratos* – Livro publicado pela Editora Forense em setembro de 1993.
23. *Cláusulas Abusivas nos Contratos* – 2ª Edição – Livro publicado pela Editora Forense – 1ª edição esgotada em agosto de 1994.
24. *Direito Econômico* – Livro já registrado na Biblioteca Nacional – Direitos de Autor – editado pela Editora Forense em fevereiro de 1995.
25. Defesa do Consumidor: Retórica Jurídica e Realidade – Artigo publicado em 1993 pela **Revista Forense** 323/388-392
26. *Lei de Proteção da Concorrência* – Livro já registrado na Biblioteca Nacional – Direitos de Autor – e já editado pela Editora Forense em agosto de 1995.
27. *Cláusulas Abusivas nos Contratos* – Artigo publicado na **Revista Portuguesa de Direito do Consumo**, número de setembro de 1996.
28. A Noção de Direito Econômico, tradução de artigo do Prof. Gerard Farjat, publicado na **Revista Archives de Philosophie du Droit – Droit et Économie**, Paris, Tome 37, Éditions Dalloz. Publicado pela **Revista Portuguesa de Direito do Consumo**, número de setembro de 1996.
29. A Noção de Direito Econômico, tradução de artigo do Prof. Gerard Farjat, publicado na **Revista Archives de Philosophie du Droit – Droit et Économie**, Paris, Tome 37, Éditions Dalloz. Publicado pelo

Movimento Editorial da Faculdade de Direito da UFMG.

30. A Noção de Direito Econômico, tradução de artigo do Prof. Gerard Farjat, publicado na Revista **Archives de Philosophie du Droit – Droit et Économique**, Paris, Tome 37, Éditions Dalloz. Publicado pela **Revista de Direito do Consumo**, nº 19, de setembro de 1996, publicada pelo Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor.

31. *Direito Econômico* – Livro já registrado na Biblioteca Nacional – Direitos de Autor – 2ª edição – editado pela Editora Forense em maio de 1997.

32. Políticas Econômicas: Sujeitos da Relação de Direito Econômico: A Empresa. Capítulo de livro publicado pelo serviço editorial da Faculdade de Direito da UFMG, em novembro de 1997.

33. Análise Econômica do Direito – Tradução de capítulo de livro, de autoria do Prof. Guido Alpa, da Faculdade de Direito *Sedes Sapientiae*, de Roma, e da Faculdade de Direito de Gênova. Publicado em novembro de 1997 pelo serviço editorial da Faculdade de Direito da UFMG.

34. Atos de Concentração: artigo publicado na **Revista de Direito Comparado**, publicada pela Faculdade de Direito da UFMG, em novembro de 1997.

35. Atos de Concentração: Controle. Artigo publicado na **Revista do Instituto Brasileiro de Estudos das Relações de Concorrência e de Consumo**, em dezembro de 1997.

VIII – Participação em Bancas e Comissões Examinadoras

1. Participação como Examinador em três bancas para defesa de dissertação de mestrado na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

2. Participação como Examinador em banca examinadora de Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Assistente de Direito do Trabalho, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

3. Participação em Comissão Examinadora de Concursos Públicos de provas e Títulos para Juiz do Trabalho Substituto, no Tribunal do Trabalho da 3ª Região.

4. Participação em Comissão Examinadora de Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Assistente de Direito Financeiro, na Faculdade de Direito da UFMG, em 12 de dezembro de 1994.

5. Participação em Comissão Examinadora de Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Assistente de Direito Internacional Público, na Faculdade de Direito da UFMG, em 6 e 7 de fevereiro de 1995.

6. Participação em Comissão Examinadora de Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Assistente de Direito Administrativo, na Faculdade de Direito da UFMG, em 7 e 8 de fevereiro de 1995.

7. Participação em Comissão Examinadora de Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Substituto de Direito Econômico na Faculdade de Direito da UFMG em 3 e 4 de janeiro de 1996.

8. Participação em Comissão Examinadora de Seleção para os Cursos de Pós-Graduação em Direito Econômico, na Faculdade de Direito da UFMG, em 16 e 17 de fevereiro de 1996.

IX – Distinções Obtidas em Reconhecimento de Atividade Intelectual

10. Membro da Fundação Brasileira de Direito Econômico, com sede em Belo Horizonte.

11. Membro da Associação Internacional do Direito do Seguro, subseção de Minas Gerais.

12. Membro do Instituto dos Advogados de Minas Gerais.

13. Membro do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – BRASILCON, sendo atual vice-presidente do Brasilcon – MG, eleito em 22-11-94.

14. Diretor da Área de Concorrência Empresarial do BRASILCON – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Nível Nacional.

Belo Horizonte, 30 de outubro de 1998. – **João Bosco Leopoldino da Fonseca**, OAB – MG, nº 10.907.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

PARECER

PARECER Nº 53, DE 1999.

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara, nº 4, de 1999 (nº 4.569/98, na Casa de Origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau nas cinco Regiões, com a criação de Varas Federais, e dá outras providências.

Relator: Senador **Francelino Pereira**

I – Relatório

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1999 (nº 4.569, de 1998, na Casa de Origem), de autoria do Superior Tribunal de Justiça, que "Dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau nas cinco Regiões, com a criação de Varas Federais, e dá outras providências".

A proposição cria, com os respectivos cargos de Juiz Federal e de Juiz Federal Substituto, cem Varas na Justiça Federal de Primeiro Grau, sendo dezoito na 1ª Região, das quais nove de Execução Fiscal e nove Cíveis, quinze na 2ª Região, das quais oito de Execução Fiscal e sete Cíveis, quarenta na 3ª Região, das quais vinte de Execução Fiscal e vinte Cíveis, quinze na 4ª Região, das quais oito de Execução Fiscal e sete Cíveis, doze na 5ª Região, das quais seis de Execução Fiscal e seis Cíveis.

Cria, igualmente, o projeto, cargos efetivos e funções comissionadas necessárias ao estabelecimento das novas Varas, cuja instalação terá lugar de acordo com as necessidades do serviço, a critério do respectivo Tribunal Regional Federal.

Além disso, a proposta, em seu art. 3º, estabelece que cabe aos Tribunais Regionais Federais, "mediante ato próprio, estabelecer a competência e jurisdição das Varas ora criadas, bem como transferir-lhes a sede de um município para o outro, de acordo com a conveniência do Tribunal e a necessidade de agilização da prestação jurisdicional".

Autoriza, ainda, os Tribunais Regionais Federais a, em caráter excepcional e quando o acúmulo de serviço o exigir, convocar Juizes Federais ou Juizes Federais Substitutos, em número equivalente ao de Juizes de cada Tribunal, para auxiliá-los, nos termos de resolução a ser editada pelo Conselho da Justiça Federal.

O Superior Tribunal de Justiça justifica a proposição, afirmando tratar-se de "medida indispensável à continuidade da prestação jurisdicional nas Seções Judiciárias subordinadas aos cinco Tribunais Regionais Federais" evitando prejuízos tanto aos jurisdicionados como à Fazenda Nacional.

Aprovado na Câmara dos Deputados, vem a proposição à revisão desta Câmara Alta, onde não recebeu emendas.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Os requisitos formais de constitucionalidade são atendidos pelo Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1999, tendo em vista que a matéria deve ser disciplinada em lei ordinária (CF, art. 48, IX e X), de iniciativa privativa do respectivo Tribunal Superior (CF, art. 96, II, b e d).

Atende, igualmente, ao requisito de constitucionalidade material, merecendo registro que essa Comissão já se manifestou, no Parecer nº 377, de 1998, sobre a constitucionalidade do dispositivo que delega competência aos tribunais para estabelecer a localização, competência e jurisdição das varas a eles subordinadas, quando do exame do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1998, que dispunha "sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau da 4ª Região" e dá outras providências.

Quanto à juridicidade e técnica legislativa, não há reparos a fazer.

No tocante ao mérito, cabe ressaltar importância da proposição tendo em vista a relevância das funções a cargo da Justiça Federal.

Os dados fornecidos pelo egrégio Superior Tribunal de Justiça mostram, à exaustão, a necessidade premente da reestruturação, ora proposta para se evitar a ocorrência de prejuízos inestimáveis aos jurisdicionados e ao próprio Erário.

A aprovação da presente proposição representa, assim, providência urgente e correta, no sentido de permitir a adequada prestação da justiça no Brasil.

Trata-se de mais um passo na direção na melhoria da prestação jurisdicional, abrindo caminho para uma reforma do judiciário realmente eficaz.

Esse processo teve início no ano passado, quando esta Comissão aprovou nosso parecer ao então Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 1998 que criou 35 Varas na Justiça Federal de 1º Grau da 1ª Região, sendo 16 em Minas Gerais, 12 na Bahia, 6 em Goiás e uma no Amazonas.

Aprovado pelo Senado, o Projeto transformou-se na Lei nº 9.642, de 25 de maio do ano passado, e a implantação das Varas criadas já foi iniciada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Já naquela ocasião recebemos dados da Seção Judiciária da Justiça Federal em meu Estado, Minas Gerais, mostrando que havia em tramitação 130 mil processos, numa média de 7.500 processos para cada Vara.

O aumento dessa demanda decorre não apenas do crescimento da atividade econômica, mas, sobretudo, de uma sociedade que, a cada dia, assume a consciência de sua cidadania e busca a justiça para reclamar seus direitos.

Afinal, uma prestação jurisdicional célebre e eficiente é um legítimo e inalienável direito dos cidadãos.

Do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1999.

Sala das Comissões, 27 de janeiro de 1999. –
Bernardo Cabral, Presidente – **Francelino Pereira**, Relator – **Roberto Freire** – **Pedro Simon** – **Josaphat Marinho** – **Jefferson Péres** – **Djalma Bessa** – **José Eduardo Dutra** – **Jônice Tristão** – **Romeu Tuma** – **José R. Duarte**.

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

* Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;

* Art. 96. Compete privativamente:

II – ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva;

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

LEI Nº 9.642, DE 25 DE MAIO DE 1998

**Dispõe sobre a reestruturação da
Justiça Federal de Primeiro Grau da 1ª
Região, e dá outras providências.**

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São criadas, com os respectivos cargos de Juiz Federal e de Juiz Federal Substituto, trinta e cinco Varas na Justiça Federal de Primeiro Grau da 1ª Região, assim distribuídas:

I – dezesseis na Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais;

II – doze na Seção Judiciária do Estado da Bahia;

III – seis na Seção Judiciária do Estado de Goiás;

IV – uma na Seção Judiciária do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. As Varas de que trata este artigo serão implantadas por ato do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Art. 2º São criados no Quadro Permanente de Pessoal das Secretarias das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeiro Grau da 1ª Região os cargos e funções constantes dos Anexos desta lei.

Art. 3º Poderá o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, mediante ato próprio, especializar Varas em qualquer matéria, estabelecendo a respectiva localização, competência e jurisdição, bem como transferir sede de Varas de um Município para outro, verificados, em ambos os casos, os aspectos da conveniência e da necessidade de agilização da prestação jurisdicional.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas à Justiça Federal de Primeiro Grau da 1ª Região.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Renan Calheiros.

Anexo I à Lei n. 9.642, de 25 de maio de 1998
Justiça Federal de Primeiro Grau da 1ª Região
Quadro Permanente de Pessoal
Provimento Efetivo e em Comissão
(Artigo 2º da Lei n. 9.642, de 25 de maio de 1998)

Grupo	Cargos da Situação Anterior	Códigos da Situação Anterior	N. de Cargos da Situação Anterior	Cargos da Situação Atual	Códigos da Situação Atual	N. de Cargos da Situação Atual
Direção e Assessoramento Superior (JF-DAS-100)	Diretor de Secretaria	JF-DAS-101.5	35	Diretor de Secretaria	FC-09	35
	Diretor de Núcleo	JF-DAS-101.2	04	Diretor de Núcleo	FC-06	04
Grupo	Cargos da Situação Anterior	Códigos da Situação Anterior	N. de Cargos da Situação Anterior	Cargos da Situação Atual	Códigos da Situação Atual	N. de Cargos da Situação Atual
Atividades de Apoio Judiciário (JF-AJ-020)	Técnico Judiciário	JF-AJ-021	175	Analista Judiciário	—	350
	Oficial de Justiça Avaliador	JF-AJ-025	175	Judiciário	—	—
	Auxiliar Judiciário	JF-AJ-022	315	Técnico Judiciário	—	492
	Atendente Judiciário	JF-AJ-023	105	Judiciário	—	—
	Agente de Segurança Judiciária	JF-AJ-024	70	Judiciário	—	—
Outras Atividades de Nível Médio (JF-NM-1000)	Técnico de Contabilidade	JF-NM-1042	02	Auxiliar Judiciário	—	06
	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	JF-NM-1006	06	Judiciário	—	—

Anexo II à Lei n. 9.642, de 25 de maio de 1998
Justiça Federal de Primeiro Grau da 1ª Região
Quadro Permanente de Pessoal
Provimento Efetivo e em Comissão
(Artigo 2º da Lei n. 9.642, de 25 de maio de 1998)

Cargos	Códigos	Número de Cargos
Diretor de Secretaria	FC-09	35
Diretor de Núcleo	FC-06	04
Analista Judiciário	—	350
Técnico Judiciário	—	492
Auxiliar Judiciário	—	06

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1999, (nº 4.569/98, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Concedo a palavra à nobre Senadora Júnia Marise, por permuta do primeiro orador inscrito, Senador Carlos Patrocínio.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há oito anos aqui cheguei como a primeira mulher a eleger-se pelo voto direto para esta Casa do Congresso Nacional. Em meu primeiro pronunciamento, dizia que, se minha chegada ao Senado apenas representasse a evolução dos costumes, com a ampliação da participação política da mulher, já haveria motivos suficientes para meu júbilo de cidadã. Mas a minha eleição representou mais do que isso. Significou o coroamento de uma trajetória de luta, iniciada num bairro pobre de Belo Horizonte e que inclui eleições sempre pelo voto direto para vereadora da capital mineira, deputada estadual, deputada federal e vice-governadora do meu Estado. Antes de ter sido a primeira Senadora de Minas fui também a primeira vice-governadora eleita e sou a primeira mulher a ter ocupado o cargo de governadora em exercício de Minas.

Hoje, ao fechar mais esse ciclo da minha trajetória de luta, que não se encerra aqui, olho para esses oito anos e vejo que houve avanços que nos orgulham muito mas que, infelizmente, a situação do País nos campos social, econômico e político, matéria-prima da nossa ação, não evoluiu como gostaríamos.

É com satisfação, por exemplo, que deixo esta Casa percebendo que os costumes continuam evoluindo e que hoje o espaço ocupado pelas mulheres é maior do que aquela representação de oito anos atrás, quando apenas a Senadora Marluce Pinto e eu representávamos as mulheres brasileiras nesta Câmara Alta.

Tive a honra e o privilégio de fazer o juramento de posse em nome dos Colegas Senadores empossados.

É com satisfação, também, que constato que a ação parlamentar pode ser eficaz quando inspirada pelos interesses do povo e quando desempenhada com obstinação, perseverança e seriedade. É fruto da nossa ação parlamentar, por exemplo, a criação das condições institucionais que permitirão finalmente o início do resgate da miséria no Vale do Jequitinhonha, de Minas Gerais, a partir de sua inclusão na área de abrangência da Sudene.

É com satisfação, ainda, que percebo que a ação parlamentar, mesmo quando derrotada em objetivos específicos, pode ser instrumento eficiente de mobilização e de conscientização popular. Foi assim, por exemplo, nas lutas que aqui empreendemos em defesa do patrimônio da Usiminas, da Companhia Vale do Rio Doce e da Petrobrás.

Nos dois primeiros casos, não conseguimos impedir a alienação do patrimônio público, mas contribuimos para que a população brasileira e os meus conterrâneos, em particular, acompanhassem atentamente todo o processo. O que certamente impediu que atentados maiores fossem praticados contra o bem público.

No caso da Petrobras, conseguimos até mesmo arrancar do atual Governo, em agosto de 1995, documento em que ele se comprometeu a não privatizar a empresa.

Não é minha intenção, Sr. Presidente, transformar este meu pronunciamento em um balanço do meu mandato, que os nobres Colegas, a imprensa e toda a população poderão conhecer nesta singela publicação, que coloco à disposição de todos e que, neste momento, encaminho formalmente à Presidência desta Casa.

Se cito alguns momentos de nosso trabalho, é apenas com o sentido de registrar minha continuada crença na ação parlamentar, na instituição do Poder Legislativo e, também, para introduzir a outra parte deste pronunciamento, em que abordarei a decepção por perceber que a situação da população brasileira é hoje tão ruim ou pior do que a de oito anos atrás.

Para comprovar isso, poderia simplesmente repetir alguns trechos do meu pronunciamento de estreia nesta Casa. Os nobres colegas poderiam, assim, comprovar sua infeliz e indesejada atualidade.

Criticava eu naquela oportunidade, por exemplo, a subserviência brasileira ao caráter exclusivo e excessivamente financeiro da chamada globalização, então embrionária, e defendia a idéia de que "a soberania se conquista e se mantém com a diplomacia, o desenvolvimento econômico e a educação do

nosso povo". O Brasil, ao contrário, já optava, naquele momento e continuava optando agora, por um caminho diferente, em que a estabilidade financeira se sobrepõe aos interesses da população, dos cidadãos e dos trabalhadores.

As estatísticas valem mais que a vida, na visão dos economistas que dominavam – e continuam dominando – a cena nacional. Vou abrir novamente aspas para o meu discurso de estréia: "Em nome do combate à inflação, decreta-se a recessão industrial, cortam-se os créditos agrícolas e eliminam-se subsídios necessários".

Vou usar ainda aspas do meu próprio discurso para lembrar que o que o momento atual exige não difere muito do que era a nossa aspiração de oito anos atrás.

"O povo pede pouco. Pede escolas, hospitais, segurança nas ruas e salários decentes. O projeto de que o Brasil precisa é aquele que possa atender a esse mínimo, sem o qual a vida não tem sentido de sobrevivência. Isso significa menos lucros para os empresários, menos ostentação para os ricos. Este é o único caminho e, fora dele, só podemos esperar a confusão social, a desintegração do País e sua conseqüente submissão, direta ou indiretamente, aos interesses estrangeiros".

Sr. Presidente, minhas caras Senadoras e meus caros Senadores, se fiz tantas referências a um pronunciamento de quase uma década, foi com a intenção de demonstrar que não pode surpreender ninguém a profunda crise social e econômica em que o País está mergulhado, com índices recordes de desemprego, com a total degradação das condições de vida nas grandes metrópoles, onde a insegurança do cidadão cresce na mesma proporção que os índices de violência e de criminalidade, com a falência do sistema público de saúde, que ensejou a volta de epidemias e endemias, já controladas; com o esvaziamento das universidades públicas; com o enfraquecimento da pesquisa científica; e com o sucateamento do parque industrial nacional em função de uma concorrência estrangeira e desigual, porque estimulada por políticas e financiada com recursos do povo brasileiro.

O Sr. Hugo Napoleão (PFL – PI) – Permite V. Ex^a um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Peço a V. Ex^a que, ao final, com muito prazer, darei o aparte.

O aviltamento da economia brasileira, proporcionado pela política do atual Governo, chegou a tal

ponto que ameaça descaracterizar até mesmo algumas de nossas mais caras tradições culturais.

Ainda há poucos dias pudemos tomar conhecimento de um fato que ilustra tal afirmação de maneira que seria até irônica, se não fosse trágica. O principal fabricante do pão de queijo mineiro, em nota publicada nos jornais e veiculada nas emissoras de rádio e de televisão, para testar a sua boa qualidade, informava que, para a fabricação de 60 toneladas diárias do pão de queijo, vem importando o leite da Nova Zelândia.

Vejam bem a que ponto chegamos: o pão de queijo mineiro, uma de nossas mais caras tradições, vem sendo fabricado com leite da Nova Zelândia.

Enquanto isso, pequenos e médios produtores de leite do interior de nosso vasto Estado entregam sua produção aos porcos ou a distribuem gratuitamente entre a população, em sinal de protesto contra os preços aviltados que lhes são impostos pela indústria de laticínios.

Não vejam nesse exemplo qualquer resquício de xenofobia ou de aversão ao capital multinacional. Ao contrário, o capital produtivo é e será sempre bem-vindo para ajudar na criação de empregos, geração de impostos, desenvolvimento econômico e bem-estar social. O que não podemos admitir é que o lucro do capital estrangeiro esteja escorado no estrangulamento da empresa nacional. O que não podemos aceitar é que o desemprego do pai de família brasileiro seja estimulado pelo nosso próprio Governo, para garantir a ampliação de empregos em outros países.

A crise brasileira de agora, portanto, é a história de uma crise anunciada.

Mentem – e mentem descaradamente – aqueles que pretendem atribuir os dias atribulados que estamos vivendo, a ações isoladas ou a fenômenos imprevisíveis. O desfecho a que estamos assistindo já estava antecipado há pelo menos três anos nas análises de economistas responsáveis de diferentes matizes ideológicos. O desfecho – doloroso para a população brasileira – a que estamos assistindo já estava desenhado quando houve a crise do México, quando houve a crise asiática e quando houve a quebra da Rússia.

A todas as advertências feitas, a equipe econômica reagiu com arrogância, soberba e com indiferença. O Brasil não era a Ásia, diziam. O Brasil não era o México, repetiam; o Brasil não tem nada a ver com a Rússia, insistiam.

De pouco valem agora atos de contrição, como os que vêm sendo feitos pelos gênios que deixaram

a equipe ou mesmo pelos sábios conselheiros do Fundo Monetário Internacional, que confessam publicamente terem errado na sua receita. Fizeram a população brasileira de cobaia de seus experimentos, como já o haviam feito com os asiáticos, os mexicanos e os russos. A crise, portanto, já estava anunciada. Sair dela é o que nos interessa neste momento. E, para o fazermos de maneira consistente e definitiva, será fundamental e indispensável o total envolvimento da sociedade brasileira e desta Casa do Congresso Nacional.

O honrado Senado Federal terá papel essencial nessa nova quadra da vida nacional.

Sua principal tarefa, caros Senadoras e Senadores, será a de garantir a supremacia da visão política sobre a visão técnica. Nenhuma regra, nenhuma técnica, por mais sábia e lógica que pretenda ser, poderá abolir as circunstâncias.

E só a política pode administrar as circunstâncias. A política, mais do que lidar com quantidades, lida com sentimentos; mais do que com estatísticas, lida com patriotismo. A função da política não é só a de representar idéias e sentimentos, mas também conciliar sentimentos com idéias.

Nós resistimos durante mais de duas décadas a uma ditadura militar e sobrevivemos a ela. Nós a superamos pela política e não pela violência. Continuamos prisioneiros, no entanto, de outra ditadura: a dos tecnocratas – particularmente aqueles que se vêem como os donos de todas as verdades e guardiães da chave de toda a felicidade.

O papel do Senado, do Congresso, o papel dos verdadeiros representantes do povo nessa nova e difícil quadra da vida nacional será de interromper esse ciclo de prepotência, que, se persistir, irá mergulhar o País em uma crise ainda mais profunda, concentrando a riqueza nas mãos de uns poucos beneficiários da especulação mundial.

Este desafio é hoje mais difícil do que há oito anos. A globalização da economia, então embrionária, já estendeu hoje seus tentáculos para todos os lados. Levou alguns países da Ásia do céu ao inferno em um curto espaço de tempo.

Fez o México acreditar que era superpotência num dia, para quase atirá-lo em uma guerra civil no dia seguinte.

Criou as condições para encerrar a experiência socialista da União Soviética, para deixar em seu lugar o que o capitalismo tem de mais selvagem, incluídos aí o crime organizado e a miséria.

Não podemos sucumbir ao canto da sereia de que em pouco tempo também seremos uma super-

potência ou de que estaremos participando em igualdade de condições no banquete mundial. O capital especulativo mundial, sem pátria, não nos quer à mesa para uma repartição justa da produção, mas tão-somente para ampliar o butim que lhe irá faltar.

Cabe-nos resistir e criar alternativas que conduzam o Brasil, ao reencontro consigo mesmo e com seu destino.

E o destino do Brasil é o destino do desenvolvimento que garanta distribuição de renda e justiça social: em que não haja famintos, em que haja escolas para todos, em que a assistência à saúde esteja da mesma forma garantida a todos, em que o medo desapareça junto com a violência, em que cada cidadão tenha direito a seu emprego, ao próprio sustento e ao de sua família.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, cheguei a esta Casa há oito anos, pela generosidade da minha gente mineira, que aqui procurei representar. Orgulha-me concluir este mandato sabendo que estou na galeria do Senado ao lado de outros mineiros ilustres cujas trajetórias me inspiraram, como Tancredo Neves, Milton Campos e Juscelino Kubitschek.

Procurei honrar meu mandato conduzindo meu trabalho tendo em mente a imagem da mulher mineira que lavra o campo, trabalha na fábrica e suporta ao lado do marido o peso de uma ordem social cruel.

Procurei conduzir meu trabalho tendo em mente a imagem dos sertanejos do Jequitinhonha, que enfrentam a seca e a miséria mas não esmorecem; a imagem dos trabalhadores mineiros, que, nas fábricas da região metropolitana de Belo Horizonte, do Vale do Aço e na Zona da Mata, sabem se conduzir com a dignidade dos que respeitam o trabalho e exigem respeito por ele.

Procurei conduzir meu trabalho tendo em mente a imagem dos jovens mineiros, manancial inesgotável de esperança para os que acreditam na construção de um Brasil melhor.

Procurei conduzir meu trabalho com os olhos voltados para os idosos de Minas, aposentados ou não, manancial inesgotável de sabedoria indispensável ao alcance de soluções para os problemas mais difíceis de nosso País.

Dois milhões e quinhentos mil desses mineiros e mineiras renovaram, pelo voto, no último pleito, sua confiança no meu trabalho.

Foram quase duas vezes o número de votos que obtive na eleição anterior, embora insuficientes para garantir minha recondução, num processo elei-

toral definitivamente marcado pela supremacia dos valores econômicos sobre o debate político.

A esses eleitores que me honraram com sua confiança, o meu sincero e público agradecimento.

Sr. Presidente, caros Senadores e Senadoras, eu não poderia encerrar meu pronunciamento sem o registro de mais alguns agradecimentos.

O primeiro de todos quero dirigir aos nobres colegas Senadores e Senadoras, que aqui me acolheram sem discriminações, me ajudaram nos primeiros momentos e me devotaram especial atenção e carinho.

Por duas vezes ocupei cargos na Mesa Diretora e em ambos pude contar com a confiança dos seus respectivos presidentes. Primeiro, como 3ª Secretária, integrei a Mesa presidida pelo querido Humberto Lucena. Agora, encerro meu mandato, ocupando a 2ª Vice-Presidência, em Mesa dirigida com competência ímpar pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, exemplo de dedicação à defesa de sua santa Bahia, mas também exemplar defensor do Poder Legislativo.

Permita-me, V. Ex^a, Presidente Antonio Carlos Magalhães, este registro especial, pois ter integrado a Mesa Diretora ao lado de V. Ex^a e dos demais componentes dela foi para mim motivo não apenas de grande satisfação pessoal, mas também razão de um aprendizado muito rico.

Não poderia deixar esta Casa sem o registro de minha gratidão a todos os seus servidores, de modo especial e particular aos que me acompanharam mais de perto em meu gabinete ao longo desses oito anos. O agradecimento e o reconhecimento estendem-se também aos demais servidores, dos mais simples aos seus diretores.

Sou testemunha de que raras vezes em nossa história alguma instituição pública terá conseguido reunir um corpo técnico tão qualificado quanto este que compõe os quadros do Senado Federal.

Obrigada a todos!

Uma palavra e um agradecimento especial a Minas, aos prefeitos, vereadores e lideranças do interior que entenderam minha disposição de bem representar os interesses do Estado e transformar o meu Gabinete em sua própria casa, em seu escritório de representação junto ao Governo Federal. Se não foi possível atender a todos o tempo todo, nossa disposição de ajuda foi sempre a mesma para todos.

Aos meus colegas Parlamentares de Minas – alguns no próprio Senado, como os Senadores Francelino Pereira e Arlindo Porto, e outros na Câ-

mara dos Deputados – também registro especial palavra de agradecimento pela parceria constante na defesa dos interesses do Estado, sempre colocados acima e além de eventuais divergências partidárias e políticas. Somente por meio desse espírito de parceria e união, foi possível em alguns momentos superar dificuldades para garantir o encaminhamento de soluções favoráveis à população de nosso Estado. É meu desejo que essa parceria permaneça, pois o que deve prevalecer sempre para a nossa Bancada é o interesse de Minas.

Quero destacar aqui a convivência fraterna que tivemos ao tempo em que fui indicada pelo meu Partido – o PDT – para ser Líder da Bancada nesta Casa. A convivência com as demais Lideranças partidárias: do Líder do Governo, Senador Elcio Alves; do Líder do Governo no Congresso, Senador José Roberto Arruda; do Líder do PFL, Senador Hugo Napoleão; do Líder do PMDB, Senador Jader Barbalho; do Líder do PPB, Senador Epitácio Cafeteira, e do Líder do PTB, Senador Odacir Soares. Em todos esses momentos, como ocorreu posteriormente, quando aqui criamos e instituímos o Bloco das Oposições, sob a Liderança do Senador Eduardo Suplicy e, posteriormente, do Senador José Eduardo Dutra, tivemos a mais fraternal das nossas convivências. Divergimos, mas jamais deixamos de nos respeitar.

Encerro este capítulo de agradecimentos com uma referência toda especial à imprensa brasileira e, de modo muito particular, à imprensa de meu Estado. A todos os meus colegas jornalistas agradeço o respeito profissional com que me trataram ao longo destes anos, nessa faina diária em busca de notícia. Recordo-me com saudades da minha militância jornalística, em que tive a honra de ser escolhida mais de uma vez como a melhor jornalista do ano e a melhor setorista da imprensa mineira, para refletir sobre a importância do seu papel profissional na formação da consciência da Nação. A formulação do Projeto do Novo Brasil depende muito da seriedade do trabalho dos profissionais da imprensa e dos grupos responsáveis pelos veículos de comunicação.

Sr. Presidente, Senador Geraldo Melo, Sr^s e Srs. Senadores, se me perguntarem qual o sentimento que me acompanha nesta despedida, eu lhes responderei que é o sentimento do compromisso resgatado com o povo mineiro que me elegeu e com toda a Nação.

Para uma mulher como eu, que aprendeu política na luta democrática, ao lado dos movimentos populares, e que jamais se curvou quando os inte-

resses do povo e da liberdade estiveram ameaçados, os oito anos de Senado foram mais um momento de aprendizado e de afirmação desta consciência. Foram também a oportunidade para a reafirmação de convicções que sempre me acompanharam, como a de que nenhum êxito econômico pode ser construído sobre a miséria da maioria ou ser pago com a restrição à liberdade.

Não há prosperidade que possa sustentar-se sobre a fome dos oprimidos e dos marginalizados ou sobre a quebra da soberania nacional.

Vim da terra de Tiradentes, das montanhas de Minas, silenciosa às vezes, mas nem sempre, corajosa pela formação de meus antepassados, conciliadora na defesa dos interesses do Brasil, mas intransigente na defesa da sua dignidade.

Deixo esta Casa, mas não a luta política, com a convicção de ter sido leal à gente e às tradições de Minas Gerais e de ter sido fiel às minhas convicções.

Obrigada a todos. (Palmas)

O Sr. Hugo Napoleão (PFL – PI) – Senadora Júnia Marise, V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Ouço o nobre Senador Hugo Napoleão.

O Sr. Hugo Napoleão (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a, mas eu gostaria que nosso Presidente tivesse a primazia e depois, então, falarei.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Sr. Presidente Antonio Carlos, ouço com prazer V. Ex^a.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Senadora Júnia Marise, fiz questão de ficar aqui para apartear a, de dizer da minha amizade fraterna hoje com V. Ex^a e com os demais companheiros da Casa e de dar um testemunho, como Senador e Presidente do Senado, da sua atuação em defesa do povo mineiro, do povo brasileiro e da excelente convivência que mantivemos aqui, não só no Senado como na Mesa Diretora. V. Ex^a sempre se portou com muito espírito público, com muita vontade de ver o Senado cada vez mais engrandecido, e tenho certeza que sua contribuição foi extremamente valiosa. V. Ex^a não deixa o Senado; V. Ex^a estará sempre aqui como a Senadora muito querida de todos. E tampouco se despede do Congresso. É um até breve, porque V. Ex^a voltará, certamente representando Minas Gerais para dignificar seu Estado, como dignificou muito bem seu mandato. Fiquei muito honrado de ter sua companhia no Senado.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Agradeço, eminente Senador e Presidente Antonio Carlos Magalhães, as palavras de V. Ex^a. Elas só vêm reafirmar aquilo que tenho dito de V. Ex^a em todos os lugares: a postura corajosa de V. Ex^a pela defesa da sua Bahia, mas principalmente da dignidade deste Senado Federal.

A convivência pessoal com V. Ex^a me enriqueceu muito, e levo também desta convivência uma passagem extremamente fraterna, amiga e sincera de V. Ex^a.

Muito obrigada.

Ouçõ agora o aparte ao nobre Senador Hugo Napoleão.

O Sr. Hugo Napoleão (PFL – PI) – Muito obrigado, eminente Senadora, estimada colega e muito querida amiga Júnia Marise. Agradeço a menção e a referência feita ao meu nome no curso do pronunciamento de despedida desta Casa. Temos sido colegas há vinte anos; começamos quando da 46^a Legislatura, nos idos de 1979, na Câmara dos Deputados, e, mais adiante, na 49^a e 50^a Legislaturas do Senado Federal, e tive a oportunidade de tratar com V. Ex^a algumas vezes, quando eu era Ministro da Educação e V. Ex^a Vice-Governadora e Governadora interina do Estado de Minas Gerais. Quero dizer que, desde o primeiro momento, o que caracterizou a atuação de V. Ex^a foi a linha de coerência, de racionalidade e, sobretudo, de lealdade. V. Ex^a demonstrou, mormente nos últimos anos, um acendrado nacionalismo. Defendeu com ardor os pontos de vista que lhe pareciam os mais adequados para o bem de sua Minas Gerais e do nosso Brasil, e o fez com competência, com diligência e de uma maneira impecável, e essa impecabilidade ficou marcada de forma indelével não só na sua atuação, mas no seu temperamento. Quero dizer um até breve, na certeza de que voltaremos a nos encontrar pelo bem do Brasil.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Muito obrigada, Senador Hugo Napoleão.

Quero testemunhar sobre a oportunidade em que trabalhamos juntos na Câmara dos Deputados e principalmente sobre a importância de V. Ex^a como Ministro da Educação. Na época em que era Vice-Governadora do Estado de Minas Gerais, V. Ex^a, como Ministro, prestou grandes serviços ao meu Estado, atendendo a todas as nossas reivindicações, seja por nosso intermédio ou diretamente do Governador, sempre em defesa da educação das nossas crianças. Registro, portanto, esse agradecimento

muito sincero pela forma como V. Exª se conduziu no Ministério da Educação e aqui no Senado, como Líder do Partido da Frente Liberal. Nessa convivência, algumas vezes divergimos em nossas posições, mas sempre calcados em um relacionamento de respeito e fraternidade, que sempre nos acompanhou.

Agradeço a V. Exª por suas generosas palavras.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – V. Exª me concede um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Ouvirei, com muito prazer, o nobre Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senadora Júnia Marise, não sou um homem que aprecia despedidas, pois creio que despedidas compungem o coração do ser humano; mas quero testemunhar, nesta oportunidade, o grande apreço que tenho por V. Exª, unindo-me às vozes de tantos Senadores quantos lhe rendem um tributo tributo ao seu idealismo, à sua coerência, à sua firmeza e, sobretudo, à sua maneira lhana e à postura com que V. Exª sempre dignificou e honrou o Senado da República. Queria deixar um abraço fraternal a V. Exª e dizer, já que comecei com despedidas, que há o adeus e o "até breve"; fico com o "até breve", formulando-lhe muitos votos de felicidade. Muito obrigado.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Obrigada, Senador Ramez Tebet. Ao receber essas palavras generosas de V. Exª, desejo que o meu agradecimento reflita o sentido da nossa convivência nesta Casa. Acompanhando V. Exª, também reconhecemos a forma decisiva com que defende aqui o seu Estado e, mais do que isso, engrandecendo sempre o Brasil com sua postura em defesa da pátria em todos os momentos importantes da vida do Senado. Muito obrigada a V. Exª pela oportunidade desta nossa convivência.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Senadora Júnia Marise, V. Exª me concede um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Ouço-o com muito prazer, Senador Francelino Pereira.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Júnia, Senadora Júnia Marise, é difícil entender o que se passa na alma de Minas e no coração dos mineiros; é difícil entender como a bela Província de Minas pode, em determinados momentos, tornar-se enredada e insubmissa e mostrar ao Brasil o papel que exerce na soberania nacional por meio do sonho dos inconfindentes, pela vida exemplar dos seus homens públicos, dos seus governadores, que não furtam e

não roubam, porque a sacralidade do Palácio da Liberdade não permite que nenhum cidadão que tenha mancha na sua vida particular ou pública possa alcançar aquela mesa de Governador. Confesso a V. Exª, minha querida amiga e esse querida amiga parte efetivamente do coração, que sou um admirador eterno da sua juventude, da sua feição de menina, da sua fala encantadora e da sua bravura nas disputas populares pelo voto e pelas gravações que deixou no coração dos mineiros até agora, em defesa do nosso idealismo. Quero que V. Exª leve sempre no coração a lembrança do seu colega, sempre em posições diferentes, mas sempre com as mãos se encontrando, quer nas campanhas eleitorais, nos bares ou nos comícios, manifestando sempre um grande respeito pelo seu talento e inteligência. Você permita-me o tratamento de intimidade deixa a nossa alma estarecida com sua mensagem permanente em nossos corações. Que você venha sempre a esta Casa, como jornalista, cidadã ou como Senadora eterna, dar um abraço em seus companheiros e honrar cada vez mais o sentimento de Minas, que ninguém viola impunemente. Um abraço para você e para V. Exª também.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Muito obrigada, Senador Francelino Pereira. V. Exª sabe que guardo com muito carinho a convivência que tive em nosso Estado, Minas Gerais, com V. Exª.

Naquele tempo, há muitos anos, V. Exª candidato a Deputado Federal e eu candidata a Deputada Estadual, muitas vezes nos encontramos em restaurantes populares para comer um prato feito e continuar a nossa caminhada.

Quero aqui, nesta oportunidade, dar meu reconhecimento e agradecimento públicos a V. Exª pela generosa manifestação de apoio nestas eleições, solicitando a todos os prefeitos do Partido da Frente Liberal e a todas as Lideranças municipais de Minas Gerais do seu Partido que dessem um voto de confiança para a nossa recondução ao Senado. V. Exª, portanto, deu testemunho a todos eles do nosso trabalho e do nosso desempenho em favor de Minas Gerais e do nosso povo.

Naquele momento, a postura de V. Exª calou muito fundo em meu coração, no de toda a minha família e de todos os nosso amigos, num momento tão importante do processo eleitoral no nosso Estado. Esteja certo de que seu gesto está gravado na nossa consciência, no nosso coração e na nossa alma. E tenho a certeza de que haveremos de nos encontrar no futuro, para que possamos juntos continuar

estabelecendo essa parceria de trabalho em defesa dos interesses de Minas Gerais.

A Srª Emília Fernandes (Bloco/PDT – RS) – Permite-me V. Exª um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Ouço, com prazer, a eminente Senadora Emília Fernandes.

A Srª Emília Fernandes (Bloco/PDT – RS) – Senadora e amiga Júnia Marise, recebemos o resultado das eleições para o Senado em Minas não apenas com surpresa, muito mais do que isso, lamentando profundamente o resultado. A política tem seus contratempos, para não usarmos uma palavra mais forte que talvez não se ajuste ao conteúdo profundo do pronunciamento de V. Exª. Não acreditamos que seja apenas um fato localizado. Todo o Brasil viveu com surpresa os resultados que, muitas vezes, distorceram o desejo sincero e honesto das comunidades. Com 2.500.000 votos, dobrando o número de votos recebidos no primeiro mandato, V. Exª não conseguiu permanecer nesta Casa. Por isso, nosso Partido sabe a grande perda que o Congresso Nacional, os quadros partidários e o Brasil como um todo perdem com a ausência de V. Exª. Ficamos realmente conscientes da sua despedida desta Casa quando recebemos a correspondência que enviou certamente a todos os Parlamentares, externando os agradecimentos pelo respeito, pelo carinho e principalmente – o que nos dá força para sentimentos de saudade e, ao mesmo tempo, de indignação diante desse desafio que V. Exª enfrenta – pelo conforto e pela confiança que recebeu. V. Exª sabe muito bem que o resultado numérico dessas eleições em Minas Gerais, indubitavelmente, não expressou aquilo que há de mais puro e sincero na vida política deste País. Não estamos nos despedindo de V. Exª. Estamos confiantes de que sua trajetória pessoal e política ajudá-la-ão a enfrentar esse desafio, fortalecendo as suas convicções, a sua coerência, a sua militância partidária e seus compromissos externos nesta Casa com tanta vibração. Sua postura política e ética com relação à participação das mulheres foi decisiva nesta Casa, juntamente com a de todos os demais Parlamentares, quando solicitávamos a cota de participação das mulheres no Poder. A presença de V. Exª nos debates nacionais sobre as situações por que passou o País nestes últimos anos foi fundamental. Sua visão cívica e patriótica referente às privatizações lembrava o valor de uma Vale do Rio Doce. V. Exª trouxe ao conhecimento desta Casa e à sensibilidade de todos o estado de discriminação e de exclusão por que passa um nú-

mero significativo da população do Estado de V. Exª, alertando-nos para o empobrecimento e para a miséria existente no Vale do Jequitinhonha, por exemplo. Tantos temas abordados por V. Exª, sem dúvida, ficarão marcados não apenas nos Anais desta Casa, mas na consciência e no coração daqueles que tiveram o prazer de compartilhar momentos importantes da vida brasileira no Senado. Receba, portanto, nosso carinho e nosso respeito. Sem dúvida, o nosso Partido terá um desafio novo para V. Exª, que, sem um cargo eletivo, terá a grande missão de fortalecer e de ampliar o pensamento democrático do nosso Partido Trabalhista. Leve nosso sentimento, nossa emoção, nosso carinho e a certeza de que as mulheres, o Brasil e o PDT orgulham-se de V. Exª. Um abraço à querida amiga e Senadora Júnia Marise.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Muito obrigada, cara Senadora Emília Fernandes, por esse encorajado depoimento de V. Exª que me toca profundamente, principalmente partindo de uma Senadora que o Rio Grande do Sul mandou para esta Casa e que tem tido uma postura exemplar, como representante das mulheres gaúchas. Sua atuação foi decisiva, corajosa e coerente na formulação de propostas sobre as questões nacionais e de interesse do povo gaúcho. Integrando a Bancada do PDT, ao lado de V. Exª, do nosso Líder, Senador Sebastião Rocha, e do Senador Abdias Nascimento, estive em várias lutas. Esses momentos foram importantes para que pudéssemos conduzir as nossas propostas, e V. Exª sempre teve um papel destacado nesta Casa pelas suas posições e postura.

Agradeço a V. Exª, cara Colega Emília Fernandes, pelas manifestações generosas e carinhosas. Assim, desejo que sempre continue representando as mulheres do PDT, que, pela sua voz, estarão sempre – como eu – acompanhando os seus trabalhos.

O Sr. Djalma Bessa (PFL – BA) Concede-me V. Exª um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Djalma Bessa (PFL – BA) Senadora Júnia Marise, há muito tempo nos encontramos pela primeira vez na Câmara dos Deputados. Ao chegar no Senado, reencontrei V. Exª. Se o primeiro encontro foi agradável, mais agradável e alegre foi o segundo. V. Exª se destacou, tanto na Câmara como no Senado, pela sua simpatia, pela sua competência, pela sua eficiência e pelo trabalho que tem realizado como Deputada e como Senadora. Tendo V. Exª exercido o mandato com tanta eficiência, competên-

cia, zelo e dignidade, há de se perguntar por que não retornou a esta Casa. A explicação é fácil, Senadora Júnia Marise. V. Ex^a se encontra sem cargo eletivo não devido a problemas ou qualidades pessoais, que são imensas – V. Ex^a teria tido as condições para voltar –, mas devido a fatos conjunturais. Não se tratou de nada estrutural ou permanente. V. Ex^a, então, não tem de se afastar da vida pública. Esse patrimônio, esse currículo de V. Ex^a lhe dá condições – e até o dever – de prosseguir servindo ao Estado de Minas Gerais e aos seus queridos eleitores, aqueles que lhe têm apoiado, e sabe V. Ex^a há quanto tempo. V. Ex^a não pode afastar-se dessa gente. Haverá de continuar atuando numa outra área, num outro setor, por certo, com esse mesmo brilho, disposição e simpatia que lhe são peculiares. V. Ex^a, nesta Casa, integra o Bloco da Oposição. É muito justo e compreensível que V. Ex^a faça oposição, e a faz em um nível alto, que lhe dignifica e valoriza, em um nível compatível com uma Senadora como V. Ex^a, que discute e debate, numa posição muito correta e elevada, que se há de compreender. Receba meus parabéns e minhas congratulações pelo excelente trabalho que realizou no Senado Federal. Por certo, há de prosseguir nessa atuação necessária não propriamente para o seu benefício pessoal, mas para ao bem de Minas Gerais e de seu povo. Muito obrigado.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Obrigada, Senador Djalma Bessa. O reencontro com V. Ex^a nesta Casa foi uma satisfação muito maior para mim. Conhecemo-nos na Câmara dos Deputados, e aprendi a admirá-lo pelo grande trabalho que V. Ex^a sempre exerceu em favor da Bahia, de todos os baianos. Reencontrá-lo nesta Casa foi um motivo de grande satisfação para mim, pelo reencontro com o amigo, com o ex-companheiro de luta e, principalmente, com aquele que, como eu, tem os mesmos sentimentos em relação ao Brasil e ao nosso povo. Muito obrigada, pelas suas generosas palavras.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Ouço, com prazer, o eminente Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senadora Júnia Marise, em algumas pessoas, freqüentemente falta mais prudência do que bom-senso. A V. Ex^a não faltou nem uma nem outro. Não faltou bom-senso, como não lhe faltou prudência, porque a crítica de V. Ex^a foi sempre aquela de quem busca as razões críticas e não as razões ocultas para criticar, ou

seja, a transparência da crítica construtiva. Ser Oposição é fácil, porque não há nenhum compromisso com quem está no Governo, mas exercer a oposição com dignidade e transparência nem sempre é tão fácil, porque as pessoas que a exercem podem acabar incorrendo em um discurso repetitivo que mais adiante pode ficar desmoralizado. Não ocorreu isso com V. Ex^a. Veja que V. Ex^a sai de um mandato, recebendo apartes da Presidência da Casa e até do mais humilde Senador, no caso, este que lhe aparteia agora, para reconhecer que, no convívio com seus colegas, não lhe faltou, em nenhum instante, a oposição exercida com dignidade, porque, vez por outra, na troca de idéias, V. Ex^a estava auxiliando seus companheiros. Digo-lhe isso, porque não a conheço desse convívio. Desde a época da Ordem dos Advogados do Brasil, estive várias vezes em Belo Horizonte, e V. Ex^a sempre teve este comportamento. Desse modo, não saia daqui sem saber que todos nós estamos a dizer-lhe um até breve.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Obrigada, Senador Bernardo Cabral.

Quando V. Ex^a foi eleito Senador pelo Estado do Amazonas e chegou a esta Casa, falei da minha alegria ao vê-lo como Senador da República. Lembro agora de um momento importante da vida política de V. Ex^a como Relator da Constituinte. Naquela ocasião em que eu estava na Vice-Governadoria de Minas Gerais, instalamos quase que uma extensão de todos os trabalhos da Constituinte. E convidei V. Ex^a para que, em nome do Congresso Nacional, fosse inaugurar o prédio do BMG e toda aquela estrutura, para que os mineiros pudessem ter um melhor acesso às questões que diziam respeito às discussões, aos debates e às emendas da Constituinte.

V. Ex^a teve um papel destacado como o Relator que ofereceu ao País a oportunidade da nova Constituição de 1988.

Por isso, agradecendo as palavras de V. Ex^a, manifesto o meu respeito e a minha admiração pessoal pela sua atuação política como representante do Estado do Amazonas. O povo amazonense, ao trazer V. Ex^a para esta Casa, demonstrou altivez e consciência cívica na escolha de seus representantes. V. Ex^a tem sido, realmente, um dos grandes Senadores do Amazonas e desta Casa. Agradeço-lhe muito.

O Sr. Jader Barbalho (PMDB – PA) – Conceda-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Jader Barbalho (PMDB – PA) – Senadora Júnia Marise, com satisfação, faço este aparte, apesar de ser o momento de sua despedida no Senado. Falo não só em meu nome, com também no da Liderança do PMDB e até da Presidência desse Partido. Tive também o privilégio de ser colega de V. Exª na Câmara dos Deputados. Além disso, V. Exª integrou os quadros do PMDB em um período em que efetivamente era difícil fazer oposição neste País. Era a época do AI-5, da Lei de Segurança Nacional e da ausência da anistia. V. Exª participou, de forma aguerrida, da luta pela redemocratização do País. Sou daqueles que respeitam a Oposição, até porque considero – e, aliás, é o óbvio, mas disse um conterrâneo seu, Milton Campos, que a sabedoria está no óbvio – que a Oposição é imprescindível e necessária no regime democrático; é fundamental. No entanto, quero, neste meu aparte, voltar um pouco ao passado. Eu respeito a Oposição hoje, mas também respeito, com muita gratidão, em nome do nosso PMDB, do nosso MDB, aqueles que fizeram a história do nosso Partido, em momentos de efetiva dificuldade de se exercer o mandato parlamentar e de ser Oposição. Eu, como V. Exª e tantos outros aqui, já participamos da Oposição e do Governo. Há que se ter coragem quando se está tanto na Oposição, como no Governo. Isso, porque há pessoas que às vezes não estão à altura de ser Oposição, e outras que não estão à altura de ser Governo, situação em que é preciso ter coragem para adotar uma postura e tomar determinadas decisões. Cumprimento-a, porque, naquela época em que estivemos na Câmara dos Deputados, V. Exª foi sempre uma Deputada aguerrida nas lutas do nosso velho MDB. Por isso mesmo, iniciei este meu aparte, cumprimentando-a, como Presidente do Partido e Líder do PMDB, pelo que V. Exª tanto contribuiu na história do nosso Partido. Depois, quando V. Exª era Vice-Governadora em Minas Gerais, encontramos-nos novamente: eu, no Executivo federal, e V. Exª, no Executivo de Minas, ocasião em que tive a oportunidade de testemunhar a Vice-Governadora vigorosa, trabalhadora, interessada no destino do seu Estado. E, na minha chegada ao Senado, tive o privilégio, mais uma vez, de ter V. Exª como colega de trabalho em favor do nosso Brasil. Aqui já se falou que as despedidas são desagradáveis, e não há a menor dúvida de que principalmente o são as de pessoas como V. Exª. Perdemos a convivência fraterna de V. Exª, que sempre muito atenciosa e cordial, transmite uma alegria muito grande de viver e de fazer o que faz. Minha amiga Júnia Marise, meus cumprimentos pelo seu mandato. V. Exª apenas

esgota um período de sua vida pública, nada além disso. Como seu companheiro do Senado, Líder do PMDB e Presidente Nacional do PMDB, gostaria de apresentar-lhe os parabéns por essa etapa de sua vida. O que vale da vida é viver, e V. Exª viveu bem o seu mandato de Senadora, defendendo os interesses de Minas Gerais e do Brasil. Não teria mais palavras, a não ser para cumprimentá-la e desejar muitas felicidades.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Muito obrigada, Senador Jader Barbalho, Líder do PMDB. V. Exª revigora em mim, mais uma vez, com suas palavras, a importância do que foi o início de toda a minha carreira política como uma das fundadoras do MDB, em Belo Horizonte, ao lado dos grandes líderes políticos do nosso Estado: Tancredo Neves, Jorge Ferraz, Presidente do PMDB estadual, Renato Azeredo e tantos outros, que tiveram a mesma coragem de participar da construção de um partido que era a essência da resistência democrática do nosso País. Durante mais de vinte anos no MDB e no PMDB, ao lado do nosso saudoso grande líder político Ulysses Guimarães, tivemos a grande oportunidade de centrar todos os nossos esforços e a nossa luta para que pudéssemos alcançar nossa democracia – e soubemos fazê-lo pelas mãos e pela vontade cívica do saudoso Tancredo Neves. Aqui tivemos oportunidade de exercer a nossa profissão de fé, de construir com a nossa convicção e a nossa coerência.

Obrigada, Senador Jader Barbalho, pela oportunidade de homenagear aqueles que souberam, como nós, soldados do Partido, dirigir e engrandecer o PMDB em nosso País nos momentos mais difíceis da vida nacional, sempre encorajado pelo sentimento cívico de devolver ao nosso País e à sociedade brasileira a democracia e a liberdade. Muito obrigada a V. Exª.

O Sr. Josaphat Marinho (PFL – BA) – Senadora Júnia Marise, V. Exª me permite um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Ouço, com muito prazer, o eminente e jovem Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho (PFL – BA) – Senadora Júnia Marise, quero louvar, no seu procedimento nesta Casa, a firmeza com que soube conciliar a educação da mulher com a energia da combatente política. Não é fácil reunir e conservar essas duas qualidades na conduta da mulher na vida pública, mas a Senadora Júnia Marise soube fazê-lo. Em nenhum momento, perdeu a elegância, a cordialidade, a suavidade do trato. Permanentemente, resguardou

a sua posição política, ideológica. Ninguém nesta Casa há de esquecer a decisão com que ocupou esta tribuna – e vou apenas exemplificar – para combater as privatizações excessivas e defender o monopólio estatal do petróleo. Fê-lo com absoluta tranqüilidade, mas com a decisão de quem veio para cumprir um dever cívico. Neste momento em que se despede, a sua mensagem é ao mesmo tempo envolvida na palavra de quem não enrola a bandeira, mas vai desfraldá-la noutro terreno com a mesma determinação. É nessa expectativa que eu a saúdo com apreço e estima.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Muito obrigada, eminente e jovem Senador Josaphat Marinho. Permita-me ainda continuar chamando da forma por que sempre o chamei nesta Casa, com todo o respeito e dentro de uma admiração pessoal por sua trajetória, pelo seu passado, pelo seu currículo. V. Ex^a deixa também esta Casa como eu, mas certamente deixa aqui a marca indelével do trabalho que desempenhou neste Senado. As palavras generosas, suaves e firmes de V. Ex^a serão incorporadas nos Anais desta Casa e em meu coração. Muito obrigada.

O Sr. Sebastião Rocha (Bloco/PDT – AP) – Senadora Júnia Marise, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Ouço com muito prazer o eminente Senador Sebastião Rocha, Líder do meu Partido.

O Sr. Sebastião Rocha (Bloco/PDT – AP) – Querida Senadora Júnia Marise, não há como negar um certo desconforto ao apartear-se, quando V. Ex^a pronuncia mais um brilhante discurso, como de hábito, mas de despedida desta Casa. O que tenho a dizer é mais uma mensagem das tantas que V. Ex^a tem ouvido, não apenas aqui neste plenário – agora mesmo participava eu de uma pequena confraternização em seu gabinete na qual V. Ex^a foi brindada por sua assessoria com merecidas palavras de reconhecimento pelo trabalho que tem prestado a Minas Gerais, ao Brasil e a este Senado da República. Em sua trajetória de vida, Senadora Júnia Marise, V. Ex^a teve oportunidade de descortinar uma série de vitórias e inúmeras conquistas, desde a vereança, passando pelo Palácio da Liberdade como Vice-Governadora e depois Governadora, e ocupando esta Casa com o mandato representativo de Minas Gerais por oito anos. Tive a oportunidade, ao ingressar no Senado da República, de conviver mais de perto com V. Ex^a. Antes mesmo de nos conhecermos, V. Ex^a manifestou o desejo de liderar a bancada do PDT no Senado. Imediatamente, pelas referências a

seu respeito, dei minha palavra de que me empenharia junto à nossa bancada. V. Ex^a de fato veio a ser, com a competência de sempre, uma Líder que dignificou o nome do PDT dentro desta Casa e que representou, com muita sabedoria e habilidade, a compatibilização de tantos interesses – como já disse – de Minas Gerais, do País e também do PDT. Posteriormente, ocupou um cargo na Mesa, já vinha da 3ª Secretaria e, mais uma vez, com a desenvoltura de sempre, com a eficiência que lhe é peculiar, desempenhou o cargo de 2ª Vice-Presidente. Senadora Júnia Marise, nós do PDT, mais do que ninguém, lamentamos sua despedida. A nobre Senadora deixa esta Casa não por ter desmerecido o voto dos mineiros, porque, como disse muito bem V. Ex^a, acabaram prevalecendo outros valores que não o debate maior, o debate das idéias, dos interesses da coletividade, tão bem representados por V. Ex^a nesta Casa quando da luta pela integração do Vale do Jequitinhonha à Sudene, por vagas para as mulheres – como já bem frisou V. Ex^a e a própria Senadora Emília Fernandes – também, sua participação brilhante nos debates da reforma da Previdência, em que atuou com grande desenvoltura; e em todos os outros debates de natureza política, econômica ou social. V. Ex^a sempre demonstrou conhecimento, competência e mereceu não só o respeito como a amizade de todos nós, pelo carisma que consegue emitir. Como costume dizer, o semblante de V. Ex^a representa a liberdade que vem de Minas Gerais, a terra da liberdade. Senadora Júnia Marise, sei que vamos continuar convivendo no dia-a-dia da política. Certamente esse é um pequeno período – não tão pequeno, um período de quatro anos na nossa vida representa muito –, mas, diante da trajetória que V. Ex^a já desenvolveu e do futuro que lhe está reservado, esta é apenas uma pequena lacuna na sua vida política quanto ao exercício de um mandato público. Quero aqui, em nome do PDT, em nome da Liderança, da Presidência e da Executiva Nacional do Partido, congratular-me com V. Ex^a pelo seu desempenho no Senado da República e dizer que V. Ex^a é merecedora do maior crédito junto a nós Parlamentares do PDT. Desejo-lhe pleno êxito nas novas funções – também não tão novas, porque V. Ex^a já vem do exercício dessa função muito digna da imprensa, mas que volta a exercer nos próximos meses – e muitas felicidades na sua vida pessoal e pública. Obrigado.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Obrigada, Senador Sebastião Rocha. Recolho o aparte de V. Ex^a, com suas palavras generosas.

V. Ex^a é meu companheiro de Partido e tem tido nesta Casa, como representante do Estado do Amapá, uma postura de coerência, de perseverança, de seriedade, que cativou a todos nós. V. Ex^a, na condição de Líder, sempre soube conduzir a nossa Bancada e a todos nós, Senadores, com firmeza nas suas convicções, mas também com a liberdade democrática de discutir todas as questões que envolviam debates nacionais.

Recolho de V. Ex^a, portanto, nas suas palavras, seu carinho e seu apreço, e quero continuar aplaudindo sua atuação, como Líder da Bancada do PDT nesta Casa, lá do meu Estado, Minas Gerais, e torcendo sempre pelo êxito de V. Ex^a. Muito obrigada.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – Senadora Júnia Marise, gostaria, nesse aparte, de render-lhe minhas homenagens. Como mineiro, fico feliz; como amigo, fico orgulhoso e até emocionado por poder prestar-lhe esta homenagem. O discurso de V. Ex^a retrata bem quem foi e quem é Júnia Marise. Retrata a luta em prol das questões sociais, em prol da mulher, das crianças e das minorias. Sem dúvida, o trabalho de V. Ex^a começou quando ainda era bem mais jovem, como radialista, na nossa Rádio Itatiaia, com o nosso saudoso Januário Carneiro. Desde aquela época V. Ex^a defendia de maneira enfática, na condição de radialista e jornalista, a melhoria da condição de vida da população de Belo Horizonte e de Minas Gerais. Por tudo isso, foi escolhida a primeira vereadora de nossa capital, tamanho o desempenho, o trabalho e a ação implementados por V. Ex^a. Nessa ocasião, começou sua vida pública, marcada sempre pela determinação, pela coerência, pela vontade e dedicação, enfim, por questões nobres, conseguindo então, galgar todos os cargos em nosso Estado. Foi Deputada Estadual, Vice-Governadora – assumiu o cargo de Governadora várias vezes –, Secretária de Estado, Deputada Federal e Senadora. Trago minha homenagem destacando, sobretudo, o que foi apresentado no discurso de V. Ex^a. As questões são as mesmas desde aquele momento em que V. Ex^a ficava entrincheirada na reação ao processo ditatorial em que vivíamos. Sua presença foi sempre uma reserva moral em favor da democracia. Senadora, imagino como Minas Gerais está vivendo atualmente, pois passa por momentos difíceis, mas a altivez do mineiro não se queda. Destaco não apenas o trabalho político de V. Ex^a, mas a

vontade e o amor por Minas Gerais. Quero agradecer-lhe pessoalmente a acolhida, o apoio, a amizade, os conselhos, enfim, as portas que V. Ex^a abriu ao longo da vida, as experiências divididas quando de minha chegada a esta Casa, sua convivência. Meu aparte é apenas para homenageá-la, não apenas como seu colega Senador, mas como amigo e como mineiro. Que seja feliz, Senadora. Minas Gerais sempre haverá de reconhecer o seu trabalho, a sua luta, a sua dedicação. Parabéns, Senadora.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Muito obrigada, Senador Arlindo Porto, nosso conterrâneo que, como eu também, ocupou com muito brilho as funções de Vice-Governador do nosso Estado e também o nosso reconhecimento pela parceria e pelo apoio à luta que empreendemos durante seis anos, seja no Senado ou na Câmara dos Deputados, para que finalmente pudéssemos realizar o grande sonho de mais de um milhão de pessoas que têm convivido com a pobreza e a miséria durante mais de 50 anos no nosso Vale do Jequitinhonha.

O apoio de V. Ex^a e do eminente Senador Francelino Pereira nesta Casa foi sempre fundamental para o êxito, aprovação e a sanção, por parte do Presidente da República, deste projeto que sempre foi o sonho daquela gente pobre do nosso Estado.

Muito obrigada a V. Ex^a pelas suas generosas palavras.

A Sr^a Marluce Pinto (PMDB – RR) – V. Ex^a me concede um aparte, Senadora Júnia Marise?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Ouço-a com muito prazer, Senadora Marluce Pinto.

A Sr^a Marluce Pinto (PMDB – RR) – Minha nobre colega Júnia Marise, no início do seu discurso, V. Ex^a mencionou a nossa chegada aqui, há oito anos, como Senadoras, as primeiras duas mulheres eleitas no Brasil para representar os nossos Estados. V. Ex^a vinha da sua grande Minas Gerais, um Estado que todos reconhecemos como detentor de uma história política marcante no cenário nacional. Eu vinha do Estado de Roraima, àquela época se instalando porque antes era Território. Mas com que prazer encontrei V. Ex^a aqui com toda sua experiência de política mineira, vinda de um grande Estado, já com experiência de Vice-Governadora, para aqui batalharmos representando as mulheres não só dos nossos Estados mas do nosso País. Como alguns já disseram, a palavra despedida é muito comovente e, até por que não dizer, muito triste. Mas quero dizer a V. Ex^a que não é uma despedida para suas colegas e para seus colegas aqui do Senado porque, tendo V. Ex^a recebido 2,5 milhões de votos em reconheci-

mento ao grande trabalho que prestou nesses oito anos, temos a convicção firme de que serão apenas quatro anos que não vamos compartilhar cotidianamente do seu convívio, e que muito em breve V. Ex^a estará retornando. As mulheres de Minas vão perder a oportunidade de ter a mulher mineira neste Senado, mas, em compensação, terão V. Ex^a no seu Estado diariamente a esforçar-se por elas, porque uma mulher lutadora como é V. Ex^a não atua apenas como Senadora. Como jornalista, e ainda hoje V. Ex^a me falou que dará continuidade ao seu trabalho, vai poder fazer muito pelo seu Estado e pelo nosso País. Parabéns pelo desempenho, pela dedicação e pela postura como oposicionista nesta Casa. Mesmo sendo eu de partido da situação, sempre tivemos uma convivência muito amigável, de muita confiança e respeito. Lamento perder a grande amiga pelos quatro anos vindouros. Desejo que V. Ex^a seja muito feliz, como sempre foi. V. Ex^a merece.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Muito obrigada, minha cara colega Senadora Marluce Pinto. Lembramos bem quando aqui chegamos, iniciando o nosso mandato. Éramos apenas duas Senadoras: V. Ex^a, então eleita para um mandato de quatro anos, que depois foi renovado por mais oito, e eu, eleita para um mandato de oito anos. Nesses anos, com a nossa atuação, demonstramos a importância da participação da mulher na Câmara Alta. V. Ex^a sempre teve uma atuação muito eficiente, nunca faltou ao seu Estado e à sua gente. Fui testemunha, durante esse período, da atuação de V. Ex^a junto ao Governo, aos órgãos ministeriais, buscando os recursos e atendendo às reivindicações para a solução dos problemas da gente pobre do seu Estado. Isso V. Ex^a fez e continua fazendo com muita seriedade e trabalho, o que só engrandece o mandato de V. Ex^a. Muito obrigada pelas suas palavras generosas.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Ouço, com muito prazer, o eminente Senador Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senadora Júnia Marise, quero dar o meu testemunho sobre a sua atuação, na certeza de que seu mandato não se encerra; será seguramente renovado em 2003. Quero dar o meu testemunho da coerência de suas posições, sua coerência partidária, a firmeza nas votações, sempre segundo o programa do seu partido, com uma posição muito clara a favor de tudo que é nacional. V. Ex^a foi uma Senadora exem-

plar, daquelas que não se compram e não se vendem, que jamais pensaria em traficar um voto ou mudar uma posição ditada pela sua consciência. Senadora, até 2003, quando estarei encerrando meu mandato, mas espero ter a oportunidade de saudar de tribuna a sua volta.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Obrigada, Senador Roberto Requião. Colho suas palavras com alegria, principalmente porque sempre tivemos trajetórias e posições muito identificadas nesta Casa.

Nosso primeiro encontro foi em sua terra, Curitiba, quando V. Ex^a era o Prefeito, e eu lá estava como Presidente do PMDB Mulher Nacional para inaugurarmos juntos o primeiro Conselho Municipal da Mulher. Tenho certeza de que, em Minas Gerais, continuarei a aplaudir sua postura nesta Casa, com altivez, dignidade e coerência. Muito obrigada.

O Sr. Carlos Wilson (PSDB – PE) – Permite V. Ex^a um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Com muito prazer, eminente Senador Carlos Wilson.

O Sr. Carlos Wilson (PSDB – PE) – Senadora Júnia Marise, não poderia deixar de externar minha satisfação de ter convivido com V. Ex^a tantos anos. Cheguei, em 1974, à Câmara dos Deputados, onde, logo depois, tive o privilégio de conviver com V. Ex^a. Mantivemos sempre amizade fraterna e respeito mútuo. Sempre aprendi com sua valentia, determinação e garra. Posteriormente, a vida pública levou-me a ser Vice-Governador de Pernambuco, e V. Ex^a, Vice-Governadora de Minas Gerais. Tive também uma oportunidade rara de convivência ao seu lado no Conselho Deliberativo da Sudene, no qual V. Ex^a também, com muita disposição, sempre defendeu os interesses do seu Estado. Quis o destino e o povo pernambucano que eu aqui chegasse como Senador. Tive, então, a alegria maior de conviver durante quatro anos com V. Ex^a. Todas as vezes que eu vinha ao plenário, observava – e sobre isso conversava há pouco com o Senador Lúdio Coelho – sua determinação, garra e valentia. Nunca, em nenhum momento, V. Ex^a titubeou, sempre esteve ao lado das causas que acreditou verdadeiras. Sempre combateu, sempre esteve ao lado dos menos favorecidos, sempre teve uma atuação dedicada exclusivamente em defesa do povo de Minas Gerais, do povo brasileiro. Hoje V. Ex^a apresenta sua aparente despedida do Senado Federal. Ouvi muitos apartes, e quase todos fizeram referência que não se trata de uma despedida, com certeza é um até breve. V. Ex^a é uma Senadora de classe média, de poucas pos-

ses, enfrentou uma eleição muito dura em Minas Gerais, mas teve mais de 2 milhões de votos. Isso tudo, Senadora Júnia Marise, é o grande reconhecimento que o povo de Minas Gerais pode dedicar a uma Senadora que tem a dimensão da Senadora Júnia Marise. Tenho certeza que vamos nos encontrar muitas vezes na estrada política e na vida, porque V. Ex^a, indiscutivelmente, deixou sua marca em todos os cargos que ocupou durante sua vida pública. Receba meu abraço. Como eu dizia ao Senador Lúdio Coelho, deixarei de ter uma vizinha no apartamento da SQS 309, mas, com certeza, continuarei aqui no Senado sempre espelhado no exemplo que V. Ex^a deixou para todos nós.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Muito obrigada, Senador Carlos Wilson, nossas trajetórias políticas sempre se encontram. Disse muito bem V. Ex^a: estivemos juntos como Deputados Federais, estivemos juntos representando o Brasil na ONU, em encontros e conferências sobre o desenvolvimento econômico e populacional de nosso País. Sempre estivemos juntos, lado a lado, nessa nossa postura de defesa dos interesses maiores do nosso povo. Fiquei muito alegre ao ver V. Ex^a como Senador da República. E em nossa convivência como vice-governadores que fomos, V. Ex^a pelo Estado de Pernambuco e eu por Minas Gerais, tivemos a oportunidade de também defender os interesses que sempre nortearam nossa vida pública. Isso foi muito importante, e levo essa grata recordação, principalmente porque nossa convivência foi além daquela existente entre colegas; mais do que isso, sempre foi pautada pela convivência de amigos e companheiros que estavam juntos em todos os desafios. Muito obrigada pelas suas palavras.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) Ouço o aparte do nobre Senador Lúdio Coelho.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) Senadora Júnia Marise, V. Ex^a encerra o seu mandato com a confiança da população do povo mineiro. E também leva para o seu Estado a certeza de sempre ter recebido respeito e carinho dos seus Pares. V. Ex^a desempenhou muito bem o seu mandato, exercendo a oposição com competência e abordando sempre os pontos mais fracos do Governo. Desejo, Senadora Júnia Marise, que V. Ex^a continue na vida pública, prestando serviços a Minas Gerais e ao Brasil. O nosso País está precisando de pessoas com a competência e a capacidade de luta de V. Ex^a. Que con-

tinue servindo a nossa terra. Felicidades, Senadora Júnia Marise.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Agradeço, o aparte de V. Ex^a, Senador Lúdio Coelho.

Em todos os momentos em que estivemos em nossa trincheira de luta, nos pronunciamentos e na abordagem dos temas nacionais, o que mais chamava a atenção de V. Ex^a era exatamente a agricultura.

Como agricultor e como representante do Estado de Mato Grosso, V. Ex^a sempre teve nesta Casa atuação voltada para a agricultura. Em todos os momentos, sempre convergiu nas posições que adotávamos, conclamando o Governo para fazer as melhorias e defendendo as condições que considerávamos importantes para o desenvolvimento de nossa agricultura.

Muito obrigada a V. Ex^a.

Ouçó, com muito prazer, o eminente Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Senadora Júnia Marise, V. Ex^a faz hoje seu discurso de despedida do Senado nesta Legislatura. Como não poderia deixar de ser, o seu pronunciamento não foi apenas um balanço de sua atuação. A exemplo do que fez o Senador Josaphat Marinho, V. Ex^a projeta para o futuro as suas idéias e convicções. V. Ex^a tem conhecimento da profunda afinidade que tenho com o Estado tão bem representado nesta Casa por V. Ex^a; afinidade não apenas familiar, mas também afetiva pelo fato de ter sido lá que passei a maior parte da minha infância e da minha adolescência. Já naquela época, acompanhava a carreira de V. Ex^a como combativa Deputada estadual. Eleita pelo MDB em 1978 nessa ocasião, inclusive, e não sei se isso corresponde à verdade, os jornais noticiaram que V. Ex^a era a primeira Deputada Federal do Estado de Minas Gerais, sempre atuou com profunda convicção e competência. Vários anos depois, em 1995, nós nos encontramos aqui, no Senado Federal. Tive muita honra e muito prazer em conviver com V. Ex^a nesses quatro anos, nesse trabalho difícil e árduo de oposição num período em que a grande parte dos setores dominantes do País procurou impor a ideologia do pensamento único. Estivemos juntos não só nas trincheiras deste plenário, mas também em atos públicos, como aqueles realizados em Itabira e na Assembléia Legislativa de Minas Gerais em defesa da Companhia Vale do Rio Doce. V. Ex^a não se elegeu, mas, ao lado da Deputada Marta Suplicy – uma milionária não do ponto de vista econômico, mas de votos –, V. Ex^a teve 2 milhões e

500 mil votos, o que representa o profundo respeito e a credibilidade que tem perante o povo mineiro. Como já foi dito por vários Senadores, essa não é uma despedida, mas um até breve, pois temos certeza de que iremos nos encontrar na mesma trincheira em defesa do povo brasileiro e da soberania nacional. Muito boa sorte, e que Deus a acompanhe! Muito obrigado.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Obrigada, Senador José Eduardo Dutra. Como V. Ex^a mesmo menciona em suas palavras, as suas ligações com Minas são praticamente ligações do coração. Lá estão os seus familiares, seus pais, que acompanham a atuação de V. Ex^a nesta Casa. Recolhendo suas afirmações, desejo também reafirmar que, nesta nossa convivência – V. Ex^a que foi Líder da Oposição e, portanto, liderava todos os que integravam o Bloco –, tivemos a oportunidade ímpar de conviver de perto com V. Ex^a, que, com descortino, com inteligência e capacidade, soube, de forma democrática, fixar as posições que deveríamos adotar nos embates e nas discussões dos projetos neste plenário.

Portanto, agradecendo as manifestações de V. Ex^a, desejo que continue sempre, com essa eficiência e esse espírito cívico. V. Ex^a não é apenas um representante do Estado de Sergipe, mas, principalmente, representante daqueles que acreditam que ainda podemos construir um Brasil melhor.

Muito obrigada a V. Ex^a.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – V. Ex^a permite-me um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – Senadora Júnia Marise, muito obrigado pela concessão do aparte. Devo dizer, nesta hora, que o povo goiano é munido de um sentimento de respeito, de carinho e de afeto pelo povo mineiro. Isso se justifica pela importância de Minas Gerais na História do Brasil, mas, sobretudo, pelas nossas origens: mais de 50% da população goiana é de origem mineira. Entretanto, não é simplesmente por isso que solicitei esse aparte num momento importante na vida do Senado Federal, quando V. Ex^a se despede desta Casa, após um período profícuo de trabalho e de ações prestadas ao Brasil. Quero registrar nos Anais desta Casa o reconhecimento pessoal de quem acompanha a vida pública de V. Ex^a há décadas. Desde quando V. Ex^a integrava a Câmara Municipal de Belo Horizonte, venho acompanhando seus passos. V. Ex^a ficará na história política brasileira como uma das grandes responsáveis pela abertura do espaço

ocupado pela mulher nas decisões político-administrativas deste País. Hoje, já é fácil para a mulher praticar a política, mas quando V. Ex^a começou a sua carreira, não era assim. Em todas as posições assumidas na vida pública, V. Ex^a agiu com muita competência, dignidade e espírito público. Faço esse registro para que as gerações futuras busquem no seu comportamento um exemplo, a fim de adquirir força suficiente para fazer do Brasil o país dos nossos sonhos. Desejo-lhe muitas felicidades. Digo a V. Ex^a o mesmo que disse, há poucos dias o nosso Colega, mestre Josaphat Marinho: "Ao deixar o Senado, faça-o de cabeça erguida", porque V. Ex^a cumpriu realmente com o seu dever de Senadora de um dos mais importantes Estados da Federação brasileira, o Estado de Minas Gerais. Meus parabéns!

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Obrigada, Senador Iris Rezende, por suas palavras, que incorporo ao meu pronunciamento, palavras estas que nos falam profundamente à alma e ao coração.

V. Ex^a é uma das lideranças políticas mais respeitadas, tendo governado o seu Estado numa época difícil de que nos recordamos, a partir de 1983. Lembro-me das palavras de Tancredo Neves, Governador de Minas Gerais, sobre a atuação de V. Ex^a como Governador do Estado de Goiás: "Trata-se de um homem que está desbravando o sertão para ajudar a gente pobre do seu Estado". V. Ex^a, sempre, dentro do nosso antigo MDB, durante toda essa trajetória, foi um dos grandes líderes, sabendo projetar o Partido e, mais do que nunca, prestar grandes serviços, como vem prestando, ao Brasil, seja como Ministro de Estado, Governador de Goiás, ou como Senador da República. V. Ex^a tem tido sempre o respeito dos brasileiros pela sua trajetória. Muito obrigada.

O Sr. Artur da Távola (PSDB – RJ) – V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Ouço, com muito prazer V. Ex^a.

O Sr. Artur da Távola (PSDB – RJ) – Senadora Júnia Marise, estou aqui, neste meu canto, que me permite uma observação do Plenário de um modo bastante discreto, mas eficiente, a assistir o desfile do reconhecimento que a Casa tem pelo trabalho de V. Ex^a. Ao lado de vários aspectos, a mim me impressiona sua serenidade, o sorriso sereno com que vive este momento, o que me faz lembrar a passagem de um poema de Cruz e Sousa, a quem esta Casa tanto homenageou no ano passado, quando, a propósito de um soneto sobre o ser, diz: "fica sereno, num sorriso justo, enquanto tudo em

derredor oscila". Até parece que Cruz e Sousa estava a viver em 1999, já que tudo em derredor oscila e V. Ex^a está serena com um sorriso justo, porque está a sentir da Casa a repercussão do trabalho feito. Esta Casa é especialíssima, não especificamente por méritos nossos – e até por eles, mas não especificamente por eles –, mas pelo fato de que somos 81 pessoas em 160 milhões de habitantes, o que significa um alto grau de seletividade. O Senado atual tem 31 ex-Governadores, sem contarmos Vice-Governadores, talvez mais de 16 ex-Ministros. É, portanto, uma Casa experiente. De 81 pessoas dentre 160 milhões com essa conformação; é a Casa da serenidade, da objetividade, da cordialidade e da delicadeza. Muitos de nós, não V. Ex^a, já estamos na idade da delicadeza, tão bem cantada numa letra de Chico Buarque de Holanda. Esse reconhecimento, Senadora – e falando quase no fim dos apartes posso dizê-lo –, é o seu trabalho, o seu ser. A mim sempre me impressionaram algumas características de V. Ex^a. A primeira delas – e vou dizê-lo de público – é uma certa solidão. V. Ex^a é uma política solitária; e é preciso coragem para ser solitária na política. Ou seja, ficar no fundo consigo mesma. Às vezes, é mais fácil ficar com o grupo, com a média ou, senão, com a mídia. Ficar consigo mesmo nem sempre pode ser o melhor caminho, mas é o caminho indicado pela interioridade, é o caminho, às vezes, indicado pelo fato de a pessoa ser o que é, e não o que os demais desejam que ela seja ou que as circunstâncias obriguem a que ela seja. O outro aspecto é o quanto e como V. Ex^a defendeu, de modo coerente, constante e persistente, as próprias idéias sem jamais ter um gesto agressivo no plano individual. Isso, aliás, foi acentuado de modo muito mais eloquente no aparte do nosso Senador Josaphat Marinho. V. Ex^a sempre esteve numa posição absolutamente clara – e a nitidez é outra das características de V. Ex^a; e, talvez, por isso mesmo, tenha vindo hoje de branco –, absolutamente firme, absolutamente inflexível no debate das idéias e totalmente generosa no trato pessoal. Esta, evidentemente, é também uma lição de política. Por isso, por haver sido V. Ex^a tão aguerrida, eu ousaria dizer-lhe que, por ser tão aguerrida, V. Ex^a hoje sai como "aquerrida", ou seja, "a querida de todos nós". Vá com Deus, continue o seu caminho, porque o caminho é seu, no Senado, fora dele ou em qualquer lugar onde estiver. Parabéns pela sua atuação.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Muito obrigada, Senador Artur da Távola. V. Ex^a, não só nesta Casa, mas de modo geral, é conhecido

como um dos grandes nomes da cultura do nosso País, pela sua inteligência, pela sua competência, pela sua verve e, principalmente, pelas suas opiniões, traçando sempre um complexo de idéias sobre as questões que envolvem a cultura, a música e o entretenimento em nosso País. E, certamente, agora, revela ainda outra aptidão: a capacidade analítica, psicológica, a ponto de poder avaliar com tanta cordialidade o comportamento e o perfil dos colegas.

Agradeço, portanto, a V. Ex^a o seu aparte, que guardo com muito carinho pela generosidade das suas palavras.

Ouçó, agora, com muito prazer o eminente Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a concede-me um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Ouçó, como muito prazer, V. Ex^a.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Este é o momento que sinceramente, ainda que soubéssemos que o pronunciamento de V. Ex^a viria, estávamos esperando o tempo passasse. Conheço V. Ex^a de longo tempo: eu, Deputado Estadual; V. Ex^a, Deputada Estadual; eu, mais antigo; V. Ex^a, começando a carreira. E nós todos admirando, nas reuniões do nosso Partido, a sua garra, a sua competência, a coragem e o espírito público. Era impressionante, desde Belo Horizonte, passando por Minas Gerais, na Câmara de Vereadores, na Assembléia Legislativa e no Congresso Nacional, a unanimidade com relação ao seu pensamento, a firmeza, a retidão, o destemor – não nas bravatas, mas na firmeza constante das idéias. V. Ex^a representou um papel muito importante em horas trágicas deste País; V. Ex^a representou a esperança de gerações e gerações. Hoje, graças a Deus, as mulheres estão aumentando, a cada dia, sua presença na vida pública; contudo, muito antes, lá nas Minas Gerais dos machistas, V. Ex^a iniciou um trabalho de grande significado. Lembro-me, quando das brigas internas do nosso Partido, naquelas nossas madrugadas, onde salvávamos o Brasil e o mundo, com os economistas, os técnicos dos vários setores, da palavra de V. Ex^a, uma mulher bonita, firme, jovem, mas que, na verdade, quando começava a falar, impunha-se pelo conteúdo, pela seriedade, pela firmeza. Nobre Senadora, V. Ex^a viveu momentos duros e difíceis, e, nesta Casa aprendi a admirá-la ainda mais. Sinto-me irmão ideológico de V. Ex^a. Não sei onde, em que sentido, em que local existe algo em que V. Ex^a pensa e eu não pense igual. No entanto, estamos em partidos diferentes. V. Ex^a provavelmente mudou de

partido para não mudar de idéia em Minas Gerais naquela oportunidade. Muitos de nós tivemos que nos dividir e espalhar por diversos partidos políticos, pois lamentavelmente, inúmeras vezes, os partidos políticos não estão mais se identificando com nossas idéias e pensamentos. Alguns atuais partidos políticos sequer são nacionais. O meu é uma coisa no Rio Grande do Sul e durante algum tempo foi outra coisa no seu Estado. V. Ex^a permaneceu firme nas mesmas idéias, aqui defendendo o Brasil, seu Estado e, de modo muito especial, as riquezas do País, de sua Minas Gerais, da gente mais simples, mais humilde, as populações que, pelo projeto de V. Ex^a aprovado pelo Congresso Nacional, estão hoje recebendo vantagens a mais da Sudene. Pessoas como V. Ex^a tinham que permanecer. Minha querida amiga de sempre, a política é assim. Não é à toa que Winston Churchill, herói no mundo inteiro – de herói a primeiro-ministro, o grande vencedor da guerra, na eleição seguinte, não se elegeu sequer deputado em seu distrito eleitoral. Essas coisas acontecem. Na política, temos que ter a seriedade, a competência, a grandeza de ver além do horizonte. Aconteceu para mim, que perdi uma eleição para governador, o que não imaginava. Acontece com todos nós. É ali que o destino nos desafia na responsabilidade que temos de continuar, na responsabilidade que temos de olhar adiante o que tem por vir e na responsabilidade que temos com esse futuro. V. Ex^a, querida Júnia, é uma líder política, é uma mulher assim. Esse percalço não importa, já não existe, porque não tenho nenhuma dúvida de que o seu destino, o seu futuro, a vida política de V. Ex^a haverá de continuar. Haveremos de vê-la galgando, crescendo, avançando e distribuindo, com esse seu sorriso que transmite alegria, sinceridade, afeto, as suas idéias, que, por serem idéias de justiça social e de verdade, ficarão gravadas permanentemente nos nossos sentimentos e nos sentimentos do nosso povo. Meu carinho, meu abraço, meu afeto, minha admiração, minha querida Júnia Marise.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Obrigada, Senador Pedro Simon. Confortam-me muito as palavras de V. Ex^a, principalmente porque elas também recuperam a memória tão importante da vida política do nosso País, a memória dos tempos em que iniciávamos a construção do partido da resistência, o nosso velho e saudoso MDB, depois transformado em PMDB. Foi exatamente naquele instante importante da vida do nosso País, acompanhando o trabalho de V. Ex^a, bravo Pedro Simon, numa das grandes concentrações em Belo Horizon-

te em que lá estava V. Ex^a, no pronunciamento que eu fazia naquela oportunidade, que o convoquei como próximo Governador do Estado do Rio Grande do Sul. Nossos caminhos sempre estiveram lado a lado, sempre estivemos juntos nessa trincheira. As palavras de V. Ex^a só me fazem pensar, mais uma vez, que é sempre bom termos lutado e continuar lutando. Vou estar, lá em Minas, sempre batendo palmas, aplaudindo o trabalho de V. Ex^a como Senador representante do valoroso Estado do Rio Grande do Sul.

Muito obrigada.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Ouço com prazer V. Ex^a.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senadora Júnia Marise, os apartes dos nossos colegas enfatizam sua passagem por esta Casa, numa manifestação inequívoca de que seu trabalho jamais será esquecido. Minas Gerais mandou para cá uma Senadora que gosta de trabalhar, de cumprir o seu dever, de atuar com dignidade e honradez em todos os momentos. Não houve, neste Senado Federal, qualquer assunto em que V. Ex^a não tomasse parte, desde o mais simples ao mais complexo, desde a defesa dos interesses nacionais – um nacionalismo patriótico, cívico – até o combate tenaz contra a privatização predatória das nossas empresas. Fez a defesa intransigente das regiões mais pobres, a exemplo do semi-árido de Minas Gerais, a defesa do direito das mulheres e crianças, a defesa da universalização do ensino. Enfim, V. Ex^a deu uma lição de amor ao Brasil. A sua palavra alegre, esfuizante e entusiástica chamou a atenção de todos nós simplesmente porque os seus pronunciamentos sintetizavam o pensamento geral dos Senadores que compõem esta Casa. Não irei mais longe, porque muitos elogios já foram feitos – logicamente ainda não são suficientes para o merecimento de V. Ex^a. E para não tomar o tempo daqueles que ainda querem se pronunciar, encerro este breve aparte dizendo que V. Ex^a conta com a minha admiração e respeito, Senadora da Oposição. Não uma oposição oportunista, ideológica, mas uma oposição de verdade, que enfrenta os problemas sem medo, sem receio, sem olhar para trás, sem pensar se vai ser eleita ou não. O importante é fazer oposição consciente, construtiva. Foi o que V. Ex^a fez e nos ensinou a fazer. Por essa razão, deixo aqui o meu abraço, o abraço do Partido Socialista Brasileiro, que apoiou V. Ex^a em Minas Gerais e certamente apoiará em outras oportu-

tunidades. Eu não poderia encerrar sem dizer que o Senador Romeu Tuma, nosso vizinho de cadeira, que saiu para fazer um exame – V. Ex^a sabe que o Senador está sendo submetido a exames periódicos – pediu-me que lhe transmitisse um agradecimento pelo trabalho grandioso e primoroso que realizou no Senado Federal. Que Deus tome conta de V. Ex^a e de sua família. Que Minas Gerais, mais uma vez, faça justiça ao seu trabalho. Muito obrigado.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Obrigada, Senador Antonio Carlos Valadares, pelas palavras de V. Ex^a representando o Partido Socialista Brasileiro.

Reforço as posições que adotamos juntos em nossa luta, em nosso trabalho, em nossa atuação como parlamentares desta Casa. V. Ex^a sempre se colocou como um exemplo para todos nós de uma luta edificante em favor de nosso povo, de nosso País.

Muito obrigada.

A Sr^a Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Permite V. Ex^a um aparte, Senadora Júnia Marise?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Ouço com prazer a nobre, Senadora e Colega Marina Silva.

A Sr^a Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Senadora Júnia Marise, primeiro quero lamentar a ausência de V. Ex^a junto à Bancada feminina no Senado. Todas nós, eu e as Senadoras Benedita da Silva, Emilia Fernandes, Marlucê Pinto, Sandra Guidi, Luzia Toledo e outras que passaram por esta Casa, mesmo na condição de suplentes – como a Senadora Helô que agora está chegando – lamentamos sua saída. Com certeza lamentamos a saída de V. Ex^a em função da sua posição assumida na eleição de Minas Gerais. Quero dizer a V. Ex^a, neste breve aparte – aprendendo com o nobre Senador Lúcio Alcântara, que um aparte longo é uma intromissão no aparte dos outros colegas –, que em alguns momentos precisamos ser derrotados nos nossos pleitos específicos para que o pleito geral das nossas convicções continue vitorioso. A posição de V. Ex^a ao disputar a eleição com dignidade, a postura de V. Ex^a em não se deixar levar pelo caminho fácil do "ganhar a qualquer custo" fez com que V. Ex^a fosse derrotada aparentemente no seu pleito específico, mas altamente vitoriosa no seu pleito geral, que é a defesa da democracia e dos princípios políticos elevados. Há um provérbio bíblico que diz que "nada adianta o homem ganhar o mundo, se perder a sua alma". V. Ex^a perde uma eleição, mas ganha, acima de tudo, a alma do povo brasileiro com a democracia,

pelo exemplo de uma mulher corajosa que enfrenta as piores circunstâncias e que nesta tarde se despede do Senado da República, do Congresso Nacional com uma frase que é unânime da parte de todos nós: não se trata de um adeus, trata-se de um até breve, porque a aparente derrota se constituirá numa grande vitória de consciência pela falta que fará ao povo de Minas Gerais a sua voz altiva neste Senado, principalmente defendendo os excluídos do Vale do Jequitinhonha. Parabéns a V. Ex^a. Parabéns pelo seu trabalho. V. Ex^a perdeu uma eleição, mas continua ganhando a alma democrática do povo brasileiro. Muito obrigada.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Obrigada, Senadora Marina Silva. Sinto não poder estar aqui tendo V. Ex^a como Líder do Bloco das Oposições, mas estarei presente com a alma e o coração, principalmente pela importância que teremos nos próximos dias, a partir desse ano, com V. Ex^a liderando com a sua competência, com a sua inteligência e, principalmente, com a sua fé inabalável nos destinos deste País, liderando o Bloco das Oposições, composto pelo PT, PDT, PSB e PPS.

Muito obrigada a V. Ex^a.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite V. Ex^a um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Ouço o Senador Casildo Maldaner e, em seguida, o Senador Edison Lobão.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senadora Júnia Marise, faço minhas todas as referências que lhe foram feitas pelos nobres Colegas, em especial as palavras que, há pouco, expressou o Senador Carlos Wilson. Na Câmara dos Deputados, fomos colegas. Não me esqueço de nosso encontro em Minas Gerais, V. Ex^a, Vice-Governadora, e eu, Vice-Governador por Santa Catarina, e aqui no Senado, em uma trajetória muito interessante. Além de tudo, falo pela lhanza com que V. Ex^a, em todos os momentos, atua, com que se expressa, dialoga, pela maneira como procura convencer as pessoas em favor de suas teses. Tudo isso, parece-me, a tem marcado profundamente, ao longo de todos esses anos. Por isso, Senadora Júnia Marise, falo não só em meu nome, como catarinense, mas como disse há poucos dias em relação ao Senador Josaphat Marinho, V. Ex^a está acima de partidos políticos. Não só em meu nome, mas por decisão nossa, representantes de Santa Catarina, em nome da Senadora Sandra Guidi e do Senador Geraldo Althoff – obser-

ve-se que os três de partidos diferentes —, queremos homenageá-la. Portanto, de fato, V. Ex^a está acima dos partidos políticos. Senadora Júnia Marise, aceite, neste momento, as homenagens de Santa Catarina.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT — MG) — Muito obrigada, Senador Casildo Maldaner.

Tivemos uma oportunidade ímpar em nossos caminhos políticos de nos encontrarmos à época em que V. Ex^a, Vice-Governador de Santa Catarina, e eu, Vice-Governadora de Minas, quando tivemos posições acima de todos os partidos, encontros em que pudemos fazer grandes e importantes avaliações sobre a contribuição que podíamos dar aos nossos Estados, às administrações estaduais e federal e, principalmente aos rumos do nosso povo e dos nossos Estados.

Encontrar com V. Ex^a aqui foi extremamente salutar. Ver a bravura com que V. Ex^a, assim como a Senadora Sandra Guidi, os Senadores Geraldo Althoff, Vilson Kleinübing, Esperidião Amin, atual Governador do Estado, e os demais Senadores, defenderam o Estado de Santa Catarina.

Muito obrigada.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT — MG) — Ouço com prazer o Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL — MA) — Senadora Júnia Marise, contentar-me-ia em fazer minhas as palavras da Senadora que me antecedeu. Mas não posso deixar de dizer que nos encontramos, pela primeira vez, na Câmara dos Deputados. V. Ex^a, Deputada por Minas, e eu, pelo Maranhão. Ali aprendi a admirar sua aguda inteligência, seu elevado espírito público. De lá para cá, prosseguiu V. Ex^a na vida pública e eu também. Fui acompanhando sua carreira e verificando que se aperfeiçoava em V. Ex^a o espírito público e o serviço ao Brasil, em especial a Minas Gerais. Aqui está V. Ex^a sempre interferindo nas questões fundamentais e nos momentos transcendentais deste País, em prol dos mais legítimos interesses do povo brasileiro. V. Ex^a retira-se agora do Senado, e o Brasil perde uma combatente do seu serviço. Mas sei que V. Ex^a voltará. Muito obrigado.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT — MG) — Senador Edison Lobão, eminentes Senadores, agradeço-lhes as palavras generosas, que muito me confortam, pois me trazem a certeza da importância de nossa vida pública. Estabelecemos sempre esse traço da boa convivência, do respeito às nossas posições, mas, principalmente, das qualidades que norteiam cada um nas suas atitudes políticas.

Senador Edison Lobão, V. Ex^a sempre representou aqui, com seu trabalho, o Estado do Mara-

nhão. Foi Senador, Governador e retorna pelas mãos e confiança do seu povo, para continuar lutando pelo Maranhão. Muito obrigada.

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT — MG) — Com muito prazer, nobre Senador Lúcio Alcântara.

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB — CE) — Senadora Júnia Marise, quem fala por último não tem oportunidade de ser original, mas leva uma vantagem: o consenso, que há neste plenário e, certamente, por parte dos oradores que irão seguir a mim, sobre seu excelente desempenho como Senadora. Tive o privilégio de conviver com V. Ex^a na Câmara. Eu era Vice-Líder do PMDB. Naquela época, as sessões do Congresso ocorriam às 19h; eram sessões com pouquíssimos Parlamentares, mas V. Ex^a sempre estava ali, com suas opiniões, com suas reivindicações, com sua postura diante dos problemas nacionais. Alguns anos depois, nós nos encontramos aqui, e eu pude confirmar o juízo que tinha de V. Ex^a como uma excelente parlamentar. Muitos pinçaram traços de seu caráter, de sua personalidade para exaltar sua atuação nesta Casa, mas eu gostaria de lembrar a frequência com que V. Ex^a vinha à tribuna, aproveitando dispositivos regimentais para falar por mais de uma vez no mesmo dia em favor do povo que representa, o povo do glorioso Estado de Minas Gerais. Reforço o que aqui foi dito sobre a forma elegante como V. Ex^a se conduziu, inclusive quando estavam em jogo opiniões divergentes em assuntos muitas vezes momentosos. Houve aqui, por exemplo, uma discussão sobre o alargamento da área de competência da Sudene para beneficiar parte do Espírito Santo e parte de Minas Gerais, e V. Ex^a manteve firme sua postura em defesa do projeto; era uma pessoa extremamente cordial que buscava vencer pelo convencimento, firme nas suas posições, mas sem ser áspera no debate. Sem dúvida, sentiremos essa lacuna, mas tenho certeza pela oportunidade que tive de conversar com V. Ex^a que, de acordo com os seus planos futuros, se Deus quiser, voltará à política e, se for assim a vontade do povo de Minas, reintegrar-se-á ao Senado Federal. Muito obrigado.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT — MG) — Muito obrigada, Senador Lúcio Alcântara, por essa manifestação e por me fazer lembrar, com saudade, momentos que vivenciamos juntos, momentos difíceis da vida nacional. À época do autoritarismo, quantos de nós estivemos na trincheira na busca da conciliação nacional, mormente das liberdades tão

desejadas e ansiadas por todos! V. Ex^a estava presente, desempenhando um papel importante e decisivo como Deputado Federal, na linha de frente, participando de momento tão importante da vida de nosso País.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Ouço o aparte do nobre Senador Carlos Patrocínio.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Nobre Senadora Júnia Marise, tive a oportunidade e o privilégio de conhecê-la em Brasília, em um comitê do candidato Fernando Collor. Na oportunidade, V. Ex^a defendia os entendimentos, em nome de Minas Gerais, com muita veemência e sobretudo com altivez. Desde então, passei a admirá-la. Posteriormente, tivemos esta convivência harmoniosa no Senado Federal, em que V. Ex^a demonstrou sempre as mesmas posições, as mesmas convicções e a mesma altivez. Agora, V. Ex^a, com a mesma altivez, despede-se desta Casa, onde defendeu com tanto denodo o nosso querido povo das Alterosas, sobretudo aquele povo mais sofrido da nossa região do norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha. Eminente Senadora, estamos hoje pesarosos, porque esta Casa perde mais um de seus luminares e temos perdido muitos deles, e V. Ex^a pode ter certeza de que representou muito para o povo mineiro no Parlamento nacional. Seja sempre muito feliz, querida Senadora.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Obrigada, Senador Carlos Patrocínio. V. Ex^a é um dos nossos conterrâneos, é filho da nossa terra. Em várias ocasiões, temos dito que Minas sempre pensou no Brasil, e é por isso que Minas tem emprestado seus grandes valores políticos a todo o Brasil, para que eles possam atuar em todos os Estados da Federação. V. Ex^a, mineiro, está lá no Estado de Tocantins, brilhando e representando tão bem aquela gente no Senado Federal.

Muito obrigada.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Nobre Senadora, V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Ouço o Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Nobre Senadora Júnia Marise, quantos de nós poderíamos almejar uma despedida gloriosa como está que se está fazendo hoje aqui no Senado Federal. As minhas palavras são despiciendas, não precisariam ser enunciadas, uma vez que tantas figuras, tantos oradores, tantos admiradores me antecederam. Mas

a personalidade de V. Ex^a é tão rica que ainda comporta estas palavras de seu modesto conterrâneo, nascido em Belo Horizonte. Pela Avenida Amazonas, pela Avenida Afonso Pena, pela Avenida do Contorno, pela Pampulha, tantos lugares devemos ter trilhado juntos com a diferença temporal acentuada. Eu gostaria de salientar em V. Ex^a o traço da vanguardista; a senhora, Senadora Júnia Marise, é uma vanguardista. Eu, que conheço bem Minas Gerais, lá nasci e vivi por trinta anos, sei como deve ter sido difícil, penosa, dura, sofrida a sua vitória, a sua vida. Não é brincadeira, numa sociedade machista, apresentar a delicadeza da mulher e conseguir passar pelos espinhos dessa sociedade sem se ferir, sem se transformar, sem se modificar, a não ser para melhor. V. Ex^a, naquela sociedade fechada, excludente, mostrou que a pobreza não é sempre um obstáculo. V. Ex^a me disse que nasceu pobre e que foi crescendo, e crescendo foi a sua consciência. Em todas as campanhas que enfrentou, sempre obteve merecida vitória. Agora, o tempo que dedicamos a homenageá-la está praticamente se encerrando, e eu gostaria de dizer que é muito raro que um Senador ou uma Senadora, ao se despedir, tenhamos feito construir, com os cordões de nossa sensibilidade, com as flores de nossa amizade, o tapete sobre o qual a senhora vai passar ao nos deixar por algum tempo. Felicidades!

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Muito obrigada. Senador Lauro Campos. Nós, mineiros, consideramos V. Ex^a um dos grandes nomes da política nacional, que, como disse na referência que fiz ao Senador Carlos Patrocínio, emprestamos também para Brasília, junto àquele grande monumento que foi Juscelino Kubitschek, quando veio desbravar essa grande e importante área do Brasil Central, para construir a nova Capital do País.

V. Ex^a aprendeu na peculiaridade das coisas de Minas Gerais, no convívio com os movimentos populares, com a pobreza, com todas as suas dificuldades, contribuindo também com a sua sabedoria e a sua intelectualidade a favor de Brasília e do Brasil.

Agradeço a V. Ex^a pelas generosas palavras.

O Sr. Sérgio Machado (PSDB – CE) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Ouço com muito prazer o eminente Líder do PSDB, Senador Sérgio Machado.

O Sr. Sérgio Machado (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Senadora Júnia Marise, eu, que era seu companheiro de Bancada, quase vizinho, passei esses quatro anos vendo a sua tranqüilidade, a manei-

ra com que V. Ex^a aceitava o contraditório, mas sempre defendendo o seu pensamento. Persistente: mesmo quando era minoria, quando era única, levantava-se, colocava-se, lutava e pregava – isso faz parte do político mineiro, que tem persistência e capacidade de antever. Nesta tarde, tantos companheiros falaram, do fundo do coração, dizendo como foi boa essa convivência. Aproveito, quase ao encerrar, para registrar que foi muito importante ser seu colega. V. Ex^a deixa-nos como Senadora, mas estará sempre conosco nessa luta para que possamos construir o Brasil do nosso sonho.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Senador Sérgio Machado, agradeço-lhe e faço também um registro muito especial. Durante todo o nosso convívio, V. Ex^a, como Líder do PSDB, portanto na defesa do Governo e de suas próprias convicções, manteve nossas relações cordiais e amigas, esteve ciente das disposições divergentes que às vezes adotávamos, mas nunca deixamos de conviver respeitosamente no Senado.

Além disso, parabeno V. Ex^a, que, com seus posicionamentos, servindo ao Brasil com seu trabalho e sua atuação, sempre agiu no sentido de devotar o compromisso maior ao futuro do nosso País.

Muito obrigada por suas generosas palavras.

O Sr. José Fogaça (PMDB – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. José Fogaça (PMDB – RS) – Senadora Júnia Marise, quero fazer um registro, apesar de ser um dos últimos oradores e, portanto, ter aqui a exigência do tempo a me obrigar a falar menos do que gostaria. Mas eu queria que o povo de Minas Gerais soubesse que V. Ex^a foi a autora do projeto de lei que criou a obrigação dos Partidos de oferecer, de reservar um determinado número de vagas para as mulheres nas eleições. Como fui o Relator dessa matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, recebi de parte de V. Ex^a telefonemas insistentes – persistência associada a insistência – porque V. Ex^a tinha em relação àquele projeto um carinho e um compromisso muito grandes. É esta a homenagem que quero fazer: agradecer a V. Ex^a por ter-me telefonado tantas vezes, por ter insistido tanto, por ter lutado tanto pelo seu projeto, que acabou sendo incorporado à Lei Eleitoral. Em consequência, acredito que hoje é uma realidade plasmada, definitiva no Brasil, o fato de que as mulheres terão uma discriminação positiva nos Partidos políticos, contando com mais de 20% nas listas eleitorais. É mérito

de V. Ex^a, isso deve ser-lhe atribuído, porque V. Ex^a foi autora inicial do primeiro projeto de lei que tratou dessa questão. Também quero dizer que, desde 1982, quando éramos colegas na Câmara e nossos gabinetes eram exatamente vizinhos, já desde então eu admirava o seu trabalho. Nesta Casa, coroando essa admiração, pude dar o parecer favorável exatamente nas condições em que V. Ex^a queria e que era o desejo de todas as mulheres brasileiras, dos brasileiros que sabem que a discriminação positiva é uma forma de fazer igualdade. Isso, sem dúvida alguma, tem que ficar registrado nos Anais do Senado, na história do País como um mérito da luta de V. Ex^a. Todas as mulheres que integram o Parlamento participaram com muita convicção e ardor, mas V. Ex^a foi uma das primeiras, senão a primeira, a apresentar o projeto de lei nessas condições. Faço esse registro me despedindo de V. Ex^a, mas com a certeza de que permanece nesta Casa a sua imagem, o eco de suas palavras, da sua visão de mundo e principalmente da sua sensibilidade. V. Ex^a sabe endurecer o olhar sem perder a ternura, o que marca a sua passagem pelo Senado que, possivelmente, não será a última no Congresso Nacional. Muito obrigado.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Muito obrigada, Senador José Fogaça.

Quero dizer que V. Ex^a, sobre a questão que foi extremamente histórica para o nosso País e que foi um grande avanço na expectativa, na formulação de uma proposta que viria ensejar a maior participação das mulheres brasileiras no processo político-partidário, V. Ex^a, como Relator da matéria, também tem um papel histórico na conquista e no avanço que obtivemos nesta Casa do Senado Federal e no Congresso Nacional. Por isso, eu me vejo neste momento também recolhendo a manifestação e o testemunho de V. Ex^a. Desejo compartilhar de todo este avanço, de toda esta conquista com V. Ex^a, que soube entender e compreender a importância histórica de fazermos com que houvesse, por parte de todos os Partidos políticos, uma abertura maior que pudesse garantir a integração e a participação da mulher brasileira na vida pública. Muito obrigada a V. Ex^a.

Ouçó com muito prazer o Senador Ademir Andrade e, em seguida, o Senador Jônice Tristão.

O Sr. Ademir Andrade (Bloco/PSB – PA) – Senadora Júnia Marise, quero apenas lhe dar um abraço. Um abraço pela sua atuação política, pela sua competência, pela sua firmeza de atitude ao longo desses oito anos no Senado da República; um abraço também pela forma como enfrentou as elei-

ções em Minas Gerais, ao lado de um candidato do PT a Governador, com todas as dificuldades econômicas diante do quadro difícil em que nos encontrávamos; um abraço pela sua coerência; um abraço pela sua decisão, também acertada, no segundo turno das eleições de Minas Gerais, e lamentar pela sua ausência ao nosso lado nesses próximos quatro anos. Mas a política é assim. Eu também sou político há muitos anos. Fiquei quatro anos fora do Congresso, estou aqui de volta, e espero que V. Ex^a esteja de volta, conosco, o mais breve possível. E, mesmo de fora, continuará dando a sua contribuição na luta pela qual o povo brasileiro tanto precisa: a busca da justiça e da igualdade. Um grande abraço e muitas felicidades a V. Ex^a.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Obrigada, Senador Ademir Andrade, Líder do PSB nesta Casa. Nossa convivência sempre foi marcada pela identidade das nossas posições, e o nosso companheirismo consolidou-se principalmente pelas convergências de nossas posições no enfrentamento de todas as nossas idéias.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senadora Júnia Marise, peço licença só para fazer um apelo. Srs. Senadores, permaneçam na Casa, porque, após o encerramento do discurso da Senadora Júnia Marise, teremos a Ordem do Dia com matérias que exigem votação nominal.

V. Ex^a continua com a palavra, Senadora Júnia Marise.

O Sr. Jônice Tristão (PFL – ES) – V. Ex^a concede-me um aparte, nobre Senadora?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Com prazer, Senador Jônice Tristão.

O Sr. Jônice Tristão (PFL – ES) – Muito obrigado, Senadora Júnia Marise. Como sou um dos últimos a pronunciar as palavras aqui em homenagem a V. Ex^a só posso dar-lhes meus parabéns. Meus parabéns, mesmo, por suas qualidades tão bem exaltadas e testemunhadas pela maioria dos nossos nobres Senadores, qualidades essas endossadas e engrandecidas pelas palavras de nosso Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães. Entretanto, lamento o curto período em que exerci o mandato de Senador – onze meses, em 1994, e um mês, agora em 1999 – para poder usufruir muito mais o privilégio da companhia de V. Ex^a. Desejo a V. Ex^a muito sucesso. Boa sorte e volte brevemente a esta Casa. Muito obrigado.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Obrigada, Senador Jônice Tristão. É o que desejo

também a V. Ex^a. Espero que possa voltar em breve a esta Casa e que possa com a sua altivez, com o seu trabalho representar o seu Estado, a sua gente. Obrigada.

O Sr. Jônice Tristão (PFL – ES) – Em nome do nosso Estado, eu gostaria de enfatizar o nosso agradecimento – não o meu apenas, mas o de toda a nossa Bancada – pelo esforço, pela dedicação, pela maneira com que V. Ex^a defendeu o nosso Estado na inclusão do Norte na Sudene. Muito obrigado, em nome de todos os capixabas.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Obrigada.

O Sr. Júlio Campos (PFL – MT) – V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Ouço com prazer o nobre Senador Júlio Campos.

O Sr. Júlio Campos (PFL – MT) – Senadora Júnia Marise, serei muito breve. Quero dizer-lhe que tive o privilégio de conviver com V. Ex^a, primeiramente como Deputado, na Câmara Federal, entre 1978 e 1982; depois, acompanhei a sua luta como Vice-Governadora e Governadora em exercício de Minas Gerais; em seguida, nesses últimos oito anos no Senado Federal. V. Ex^a foi membro da Mesa Diretora, e tivemos o privilégio de trabalhar juntos de 1993 a 1995 – eu como 1^o Secretário e V. Ex^a como 3^a Secretária na Mesa, sob a gestão do inesquecível Presidente Humberto Lucena. Quero dizer a V. Ex^a que, da nossa convivência do dia-a-dia, fica minha admiração profunda e o meu enorme respeito à sua luta. Tenho certeza de que daqui a quatro anos Júnia Marise estará novamente brilhando no Congresso Nacional, representando o bravo povo mineiro. Felicidades e que Deus a abençoe.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Obrigada, Senador Júlio Campos. Eu também, se me permite, desejo formular aqui meu desejo de que V. Ex^a possa retornar a esta Casa para defender o povo e o Estado de Mato Grosso. Muito obrigada e que Deus também o acompanhe em sua vida.

O Sr. Pedro Piva (PSDB – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senadora Júnia Marise?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Pois não, nobre Senador Pedro Piva.

O Sr. Pedro Piva (PSDB – SP) – Senadora Júnia Marise, tive muita sorte desde a minha entrada aqui no Senado. Não apenas por todos os colegas que me acolheram mas principalmente por ser seu vizinho. Partilhei, aqui da minha cadeira, da sua companhia, do seu brilho e da sua inteligência, o que ajudou muito minha estada aqui. Somos vizi-

nhos de Estado também. E São Paulo, por meu intermédio, vem lhe prestar esta homenagem e agradecer-lhe por todo o seu trabalho. V. Ex^a, que jamais titubeou em seus princípios, não está se despedindo. Está apenas fazendo uma pausa em sua brilhante carreira. Brevemente estará de volta emprestando o seu brilho que excede nesta Casa, transpõe barreiras e transpõe fronteiras. Não me esqueço, Senadora Júnia Marise, de sua luta, de seu empenho e de sua solidariedade quando eu aqui defendia o Banespa, o Banco de São Paulo, em uma votação difícil. V. Ex^a esteve ao meu lado e não hesitou em apoiar o Estado de São Paulo na situação difícil por que passava. Agradeço-lhe por todas as gentilezas, por todo o seu brilho. E, ao me despedir de V. Ex^a, tenho aqui o dístico da bandeira de Minas Gerais, **Libertas quae sera tamen**: liberdade ainda que tardia. O povo de Minas Gerais terá a liberdade de fazê-la voltar, pelas urnas, a qualquer posto a que a senhora se candidate. Até breve, minha amiga.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Muito obrigada, Senador Pedro Piva. Aliás, V. Ex^a tem a unanimidade não só pela sua atuação, mas também pela forma com que aqui cativou a todos nós, Senadoras e Senadores.

As palavras de V. Ex^a me confortam muito, pela generosidade e pelo carinho. Muito obrigada.

O Sr. Nabor Júnior (PMDB – AC) – Senadora Júnia Marise, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Ouço, finalmente, o eminente Senador Nabor Júnior.

O Sr. Nabor Júnior (PMDB – AC) – Senadora Júnia, não poderia deixar de externar, também, os meus cumprimentos a V. Ex^a pelo grande número de manifestações que recebeu aqui de quase todos os Senadores que integram esta Casa, no momento em que V. Ex^a se despede do mandato parlamentar de Senadora por Minas Gerais. Gostaria de ressaltar o grande apreço e estima que tenho por V. Ex^a desde a Câmara dos Deputados, onde convivemos por quatro anos, depois como membro da Mesa presidida pelo Senador Humberto Lucena, conforme já foi lembrado aqui pelo Senador Júlio Campos, e aqui a nossa convivência sempre foi amável no plenário do Senado Federal. V. Ex^a teve uma atuação destacada, honrou as tradições do Estado de Minas Gerais. Já houve muitos homens públicos que também tiveram atuação marcante, não só aqui no Senado, mas também na política nacional. V. Ex^a herdou essa tradição de Minas Gerais. Por essa razão, quero cumprimentá-la e desejar-lhe muito sucesso nas novas funções que V. Ex^a desempenhará após o término

do seu mandato. Muito obrigado e muito sucesso. São os meus votos.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Muito obrigada, Senador Nabor Júnior, pelas suas generosas palavras que se incorporam a este meu pronunciamento de despedida.

O Sr. Guilherme Palmeira (PFL – AL) – Nobre Senadora, permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Com muito prazer, Senador Guilherme Palmeira.

O Sr. Guilherme Palmeira (PFL – AL) – Não posso deixar de assinalar a correção, o espírito público e o devotamento que V. Ex^a dedicou ao exercício de seu mandato, constituindo, para todos os seus colegas nesta Casa, um exemplo de que todos nós nos orgulhamos. V. Ex^a honra as tradições de Minas Gerais e, mais do que isto, demonstra, com a sua operosidade, o que o Brasil espera, a despeito dos resultados do último pleito, de sua atividade política, investida ou não de mandato legislativo. Lamentavelmente, o Congresso Nacional estará privado, nos próximos anos, de sua presença e de sua atuação, mas, seguramente, não da contribuição que V. Ex^a dará à política brasileira. Nós, que nos acostumamos à palavra vibrante e à ação destemida de V. Ex^a, estamos certos de que o Estado de Minas Gerais saberá reconhecer as qualidades que ornaram a personalidade, de sua representante nesta Casa, atribuindo-lhes nossa responsabilidade que se coadunem não só com sua capacidade, mas sobretudo com sua dedicação à causa pública.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Muito obrigada, Senador Guilherme Palmeira, pelas suas também generosas palavras que se incorporam a este meu pronunciamento de despedida.

Peço desculpas ao nobre Presidente, Senador Geraldo Melo, por ter, quem sabe, ultrapassado o limite do tempo que me fora destinado pelo Regimento desta Casa. Agradeço-lhe, portanto, por esta manifestação regimental de generosidade.

Quero dizer da minha emoção, neste momento, em ocupar pela última vez a tribuna desta Casa, mas na certeza de que estaremos sempre construindo, cada vez mais, um Brasil melhor para nosso povo, para nossa gente.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

Durante o discurso da Sra. Júnia Marise, o Sr. Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – No momento em que se encerra a homenagem que a Casa presta a V. Ex^a, desejo associar-me a essas homenagens, dizendo-lhe que V. Ex^a não deixa aqui apenas e somente sua imagem de simpatia e afabilidade, mas deixa a marca de sua capacidade de luta e de seu espírito público.

Espero que o povo de Minas Gerais não prive o Brasil por muito tempo da contribuição de V. Ex^a.

Felicidades, Senadora Júnia Marise.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 27, DE 1999

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento de Rosalvo Barbosa Romeu, que exerceu o cargo de Vice-Governador do Estado da Bahia, de Deputado Estadual e Presidente da Assembléia Legislativa, além de ter sido um homem de grande valor e relevância no meio cultural baiano:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar; e
- b) apresentação de condolências à família, ao Governo do Estado e à Assembléia Legislativa da Bahia.

Sala das Sessões, 27 de janeiro de 1999. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O requerimento lido depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Bahia está hoje de luto. Temos sofrido, nesses últimos tempos, algumas perdas irreparáveis. Hoje, venho lamentar uma delas.

Quem conheceu – e a Bancada baiana do Senado conheceu bastante – a figura do Dr. Rosalvo Barbosa Romeu sabe que se tratava de um político

digno, sério e de um dos homens mais cultos da Bahia em todos os tempos.

Ele foi meu amigo fraternal, meu secretário algumas vezes, Deputado Estadual, Presidente da Assembléia, Vice-Governador do Estado. Nunca desejou vir para o cenário nacional, estava preso à nossa Bahia.

Hoje, eu teria a obrigação de estar no meu Estado para levar-lhe minha última homenagem e, certamente, chorar sobre seu esquife, mas os deveres desta Casa e do Congresso Nacional impediram-me de cumprir tal obrigação.

Rosalvo Barbosa Romeu era daquelas pessoas com quem eu lidava quase que diariamente. Devo muito a ele, pelo seu apoio e conselhos e pelas consultas que fazia ao seu saber. Era uma enciclopédia. A Bahia perde hoje uma verdadeira enciclopédia com o falecimento de Rosalvo Barbosa Romeu.

O Sr. Josaphat Marinho (PFL – BA) – Conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Josaphat Marinho (PFL – BA) – Nobre Senador, V. Ex^a fala neste momento em nome de toda a Bancada. Também conheci bem Rosalvo Barbosa Romeu, quando ambos éramos jovens; ele, Secretário do Conselho Regional do Trabalho, e eu, advogado militante. Desde então, guardo a imagem que V. Ex^a neste momento descreve. Queira falar em nome de todos nós.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço ao nobre Senador Josaphat Marinho, cujo testemunho nesta Casa vale pelo pensamento não só da Bahia como de todos os que representam os outros Estados da Federação.

Faço realmente um grande esforço para falar sobre essa figura notável de amigo fraterno que tive e que, recentemente, foi muito importante na minha vida, quando do desaparecimento do Luís Eduardo.

Esta homenagem do Senado não se dirige apenas a um baiano ilustre, a um político excelente, digno, sério, mas a toda a Bahia.

Por esses motivos, tenho certeza da aprovação unânime do requerimento que subscrevi.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 28, DE 1999

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-Deputado Federal Paulo Campos.

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e ao Estado de Goiás e a Câmara e Prefeitura de Rio Verde, OAB – GO e Instituto dos Advogados.

Sala das Sessões, 27 de janeiro de 1999. – **Iris Resende.**

O Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O requerimento lido depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB — GO) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com a morte de Paulo Campos ocorrida hoje encerra-se um dos mais brilhantes capítulos da história política e até da consciência jurídica de Goiás.

Hoje, Rio Verde e Goiás estão de luto; os fóruns estão com bandeiras a meio pau; a classe política de Goiás está de luto; os intelectuais estão órfãos. O povo goiano, principalmente as camadas mais simples da sociedade, está chorando a morte de um dos mais ilustres Prefeitos de Rio Verde – sua terra e terra do Senador Pedro Ludovico.

Como Deputado Federal, o Dr. Paulo Campos enfrentou a ditadura de peito aberto. Na tribuna do Congresso Nacional e na UnB, misturado aos estudantes, bateu de frente com a polícia do arbítrio. O Deputado Paulo Campos participou cívica e fisicamente de todos os movimentos de rua de 1968 e,

certamente, com o sacrifício do mandato parlamentar e dos direitos políticos, ajudou a escrever os capítulos mais importantes dos chamados anos dourados.

Administrador extraordinário, Paulo Campos tinha profunda consciência de que a cidadania começa e termina pela educação. Ao se eleger Prefeito de Rio Verde, sua terra natal, os poucos recursos do Município não chegavam para a construção de escolas e para contratação de professores ao mesmo tempo. Dr. Paulo não teve dúvidas, contratou professores pagando salários dignos e mandou que lecionassem até em ranchos. Na década de 60, Rio Verde tornou-se a cidade mais alfabetizada de Goiás e até do Brasil.

Orador candente, Paulo Campos deixou o seu rastro de liberdade nas praças de Goiás e na tribuna da Câmara Federal. Com a sua palavra corajosa e verdadeira, Paulo Campos, já prevendo a cassação do seu mandato, disse da tribuna do Congresso Nacional: "Eu não fui eleito para defender o meu mandato e desonrar-me. Fui eleito para exercer o mandato com dignidade. Até hoje, na vida pública tenho sido um político ousado, desde a mocidade. À medida em que envelheço, vou ousando mais ainda".

Jurista brilhante, ele se fez advogado dos excluídos e dos humilhados e, tanto no civil como no criminal, representou um dos pontos mais altos da consciência jurídica de Goiás. A sua honestidade era quase uma mania, pois reservava-se o direito de patrocinar apenas as causas em que acreditava. Recentemente, ao rejeitar a defesa de um rico que desfalcaria o erário, ainda saiu com essa tirada romântico-revolucionária do Senador Ruy Barbosa: "Advogado sou há 40 anos e já agora morrerei advogado. Só advogado".

Nesta hora, interpretando o sentimento do povo goiano, cumpro o doloroso dever de comunicar a esta Casa e ao meu País a morte desse goiano ilustre e brasileiro destemido, cuja vida é um exemplo para as gerações futuras.

Parece que os elementos

Parece que os elementos se combinaram de tal maneira em Dr. Paulo Campos, que, sem nenhum medo de errar, ele poderia ser definido assim: Eis o homem. O homem político. O cidadão correto. O jurista brilhante e o político de conduta irreparável.

E, quando se contar a história da política de Goiás, certamente ela falará destes três Senadores: Leopoldo de Bulhões, Pedro Ludovico, Alfredo Nasser, bem como do Deputado Paulo Campos.

Muito obrigado.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acabo de ser colhido pela surpresa da notícia que traz a esta Casa o Senador Iris Rezende.

Paulo Campos e eu fomos cassados no mesmo dia; perdemos 10 anos de direitos políticos, porque eu era seu colega. Homem de esquerda, conhecedor profundo do marxismo, discutia com absoluta precisão os temas que abordava.

Dele guardo, Sr. Presidente, com muito carinho, que não houve nenhum discurso que eu tivesse pronunciado na Câmara dos Deputados, que não recebesse um aparte de Paulo Campos.

Sei o que sofremos juntos às vésperas da cassação: ele, um pouco mais velho, com mais idade do que a turma que desaparecia; todos nós, de braços dados à porta da universidade, éramos atingidos com bombas de gás lacrimogêneo e mangueiras, e Paulo Campos fazia um pronunciamento que dignificava não só a Câmara, mas seus colegas que ali estavam.

Só não fiquei no silêncio, Senador Iris Rezende, porque o convívio com Paulo Campos, com quem muito aprendemos, foi diário. No auge do regime que tomou conta do País, declarava ele que era preferível ver o Congresso fechado a humilhado, espezinhado.

Pena que Paulo Campos não esteja vivo, aqui no Senado, para ser o quarto Senador de Goiás. Pelo menos, ele fará presença na galeria dos três, como Deputado. Por isso, eminente Presidente, registro meu profundo sentimento, associando-me ao requerimento de V. Ex.^a. Esteja certo, Senador Iris Rezende, de que Paulo Campos dignificou o Estado de Goiás na representação que recebeu de seu povo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento de urgência que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 29, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos da alínea **b**, do art.336, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1999, que dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau nas cinco regiões, com a criação de varas federais e dá outras providências.

Sala das Sessões, 27 de janeiro de 1999. – **Sergio Machado – Romeu Tuma – Jader Barbalho.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento.

V. Ex.^a, Senador Francelino Pereira, gostaria de encaminhar a votação?

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Gostaria apenas de pedir a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que consultasse os Líderes sobre a possibilidade de incluir esse projeto na pauta de amanhã, dada sua urgência, para evitar que a sessão de sexta-feira seja deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Os Srs. Líderes se mostram favoráveis: o Senador José Eduardo Dutra já fez sinal positivo, bem como os Senadores Jader Barbalho e Hugo Napoleão.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria constará da pauta de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, DE 1999

Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artista e de Técnico em Espetáculos de Diversões, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O exercício das profissões de Artista e de Técnico em Espetáculos de Diversões, inexistindo acordo ou convenção coletiva, observará as disposições mínimas constantes da presente lei e as normas gerais do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho – que regulam a aplicação dos dispositivos constitu-

cionais referentes aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, é considerado:

I – Artista, o profissional que cria, interpreta ou executa obra de caráter cultural de qualquer natureza, para efeito de exibição ou divulgação pública, através dos meios de comunicação de massa ou em locais onde se realizam espetáculos de diversão pública;

II – Técnico em Espetáculos de Diversões, o profissional que, mesmo em caráter auxiliar, participa, individualmente ou em grupo, de atividade profissional ligada diretamente à elaboração, registro, apresentação ou conservação de programas, espetáculos e produções.

Art. 3º Os Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões comprovarão a condição profissional mediante identificação sindical ou registro perante o Ministério do Trabalho ou o da Previdência e Assistência Social, vedada a exigência de comprovante de qualificação pelas entidades concedentes.

Art. 4º Os contratos de trabalho em que sejam signatários Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões, não autônomos, poderão ser assistidos pelos sindicatos representativos desta categoria, desde que voluntariamente o interessado se manifeste por esta assistência.

Art. 5º Nos contratos de trabalho por tempo indeterminado será devido adicional mensal, incidente sobre a remuneração total, de trinta por cento no caso de deslocamento para prestação de serviço fora da cidade prevista no contrato de trabalho.

Parágrafo único. Correrão à conta do empregador, além do adicional previsto no **caput** deste artigo, as despesas de transporte e de alimentação e hospedagem, até o respectivo retorno.

Art. 6º Eventual cláusula de exclusividade não impedirá o Artista ou Técnico em Espetáculos de Diversões de prestar serviços a outro empregador em atividade diversa da ajustada no contrato de trabalho, desde que em outro meio de comunicação, e sem que se caracterize prejuízo para o contratante com o qual foi assinada a cláusula de exclusividade.

Art. 7º O tomador de serviços é solidariamente responsável pelas obrigações contratuais do terceiro interveniente, pessoa física ou jurídica, na hipótese de contratação de profissionais, sujeitos à presente lei, através de intermediários.

Art. 8º Na rescisão sem justa causa, no distrato e na cessação do contrato de trabalho, o empregado poderá ser assistido pelo Sindicato representativo da

categoria e, subsidiariamente, pela Federação respectiva, respeitado o disposto no art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 9º Na hipótese de exercício concomitante de funções dentro de uma mesma atividade, será assegurado ao profissional um adicional mínimo de quarenta por cento, pela função acumulada, tomando-se por base a função mais bem remunerada.

Art. 10. É livre a criação interpretativa do Artista e do Técnico em Espetáculos de Diversões, respeitado o texto da obra.

Parágrafo único. Nenhum Artista ou Técnico em Espetáculos de Diversões será obrigado a interpretar ou participar de trabalho passível de pôr em risco sua integridade física ou moral.

Art. 11. O fornecimento de guarda-roupa e demais recursos indispensáveis ao cumprimento das tarefas contratuais será de responsabilidade do empregador.

Art. 12. Os filhos dos profissionais de que trata esta lei, cuja atividade seja itinerante, terão a transferência da matrícula e conseqüente vaga assegurada nas escolas públicas locais de 1º e 2º Grau, e autorizada nas escolas particulares desses níveis, mediante apresentação de certificado da escola de origem.

Art. 13. Os profissionais de que trata esta lei têm penhor legal sobre o equipamento e todo o material de propriedade do empregador, utilizado na realização de programa, espetáculo ou produção, pelo valor das obrigações não cumpridas pelo empregador.

Art. 14. As infrações ao disposto nesta lei serão punidas nos termos da Lei nº 7.855, de 24 de outubro de 1989.

Art. 15. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias a contar da data de sua publicação.

Art. 16. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978.

Justificação

A Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, regulamentada pelo Decreto nº 82.385, de 5 de outubro de 1978, desce a minúcias incompatíveis com o exercício da profissão de Artista e de Técnico em Espetáculos de Diversões. A própria natureza do trabalho desenvolvido por estes profissionais não se coaduna

com a rigidez que a normatização legal pretende impor aos direitos a eles aplicáveis. Quando estas circunstâncias estão presentes, o mercado de trabalho vê-se inibido e constrangido e os benefícios eventualmente pretendidos pela lei são superados pelos malefícios da burocratização e da ausência de espaço para negociação coletiva ou individual.

Com a presente iniciativa pretendemos dar maior flexibilidade às contratações de trabalho no meio artístico. A norma atualmente vigente, em nosso entendimento, além de superada no tempo está a entravar o desenvolvimento livre desta atividade que não tem somente um caráter econômico, mas promove também a cultura e o desenvolvimento humano em sua inteireza.

A todo momento surgem novas formas de manifestação artística. A todo instante novas tecnologias abrem novos campos de trabalho para a criatividade e novas possibilidades de reprodução dos trabalhos de conteúdo cultural. É óbvio que uma lei minuciosa e superada não consegue servir de sustentáculo jurídico para as relações decorrentes deste novo contexto. Então, no campo fértil da realidade, empregados e empregadores abandonam o cumprimento do ordenamento jurídico para desenvolver livremente suas atividades.

De fato, para enfrentar mudanças contextuais diuturnas, só a livre negociação representa um mecanismo capaz de se fazer permanente. Para isso, muito pode contribuir a maturidade a que chegaram os sindicatos. Não se concebe o trabalho artístico realizado sob tutela excessiva. A liberdade é, assim, dentro dos parâmetros da arte contemporânea, uma necessidade básica do artista e do empreendedor no campo da arte.

Não pretendemos, entretanto, propor o fim de qualquer regulamentação. Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões são trabalhadores e, portanto, sujeitos às normas gerais de proteção previstas no art. 7º da Constituição Federal de 1988. Conscientes disto, estamos propondo a flexibilização das normas que regem o exercício profissional destes trabalhadores, com a manutenção das disposições de proteção mínima e exclusão do ordenamento jurídico de exigência do tipo: *"atestado de capacitação profissional fornecido pelo Sindicato representativo das categorias profissionais e, subsidiariamente, pela Federação respectiva"* (inciso III do art. 7º da Lei nº 6.533). Excluímos também, em nossa iniciativa, as normas que pretendem estabelecer rigidamente o conteúdo e forma dos contratos (arts. 9º, 10, 12, 14, 15 e 16 da lei citada). Ninguém melhor

do que o próprio artista ou técnico em espetáculos sabe o conteúdo contratual mínimo que a sua atividade específica requer.

Outro aspecto que consideramos desnecessário em uma regulamentação desta natureza é aquele que diz respeito à fixação da jornada de trabalho. São raríssimos os espetáculos com duração superior a 2 (duas) horas. Nas demais atividades qualquer aproveitamento excessivo do trabalho artístico ou técnico certamente redundaria em prejuízo para o próprio empregador, com a perda da qualidade do produto artístico.

Normas de direito autoral, também constantes da lei em análise, devem constar de lei específica sobre esta matéria. Normas sobre aplicação de multas e punições para os empregadores infratores também constam de lei especial, no caso a Lei nº 7.855, de 24 de outubro de 1989. Não são portanto necessárias em regulamentação desta natureza.

Mantivemos, por outro lado, no texto de nossa proposição, alguns direitos específicos: o direito à assistência dos sindicatos (art. 4º do projeto), o adicional mensal em caso de mudança de cidade e o pagamento das despesas com o deslocamento (art. 5º), adicional por função acumulada (art. 9º), o fornecimento dos recursos materiais com guarda-roupa (art. 11), transferência de matrícula para os filhos (art. 12), o penhor legal sobre os equipamentos, como garantia do cumprimento das obrigações do empregador (art. 13).

De qualquer forma, os acordos e convenções coletivas poderão dispor de modo diferente, desde que respeitados os direitos básicos previstos na Constituição Federal.

A necessidade de criação de novos postos de trabalho é o fundamento principal de nossa iniciativa. Muito se tem discutido ultimamente a necessidade de redução dos encargos trabalhistas para enfrentar o desemprego crescente. Já há, inclusive, projeto do governo neste sentido. Sabemos, outrossim, que os Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões não estão imunes aos efeitos das novas tecnologias, redutoras da necessidade de mão-de-obra, e das condições econômicas vigentes, com todas as exigências de qualidade e de competitividade delas decorrentes.

Assim, combate ao desemprego e imprescindível flexibilização das relações de trabalho, são os argumentos aos quais atribuímos maior importância no sentido do encaminhamento do presente projeto de lei, para cuja aprovação esperamos contar com o apoio dos nobres colegas.

Sala das Sessões, 27 de janeiro de 1999. –
Senador **Joel de Hollanda**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.432
DE 1º DE MAIO DE 1943

Consolidação das Leis do Trabalho

CAPÍTULO V

Da Rescisão

Art. 477. É assegurado a todo empregado, não existindo prazo estipulado para a terminação do respectivo contrato, e quando não haja ele dado motivo para cessação das relações de trabalho, o direito de haver do empregador uma indenização, paga na base da maior remuneração que tenha percebido na mesma empresa.

§ 1º O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão do contrato de trabalho, firmado por empregado com mais de 1 (um) ano de serviço só será válido quando feito com a assistência do respectivo Sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho.

§ 2º O instrumento de rescisão ou recibo de quitação, qualquer que seja a causa ou forma de dissolução do contrato, deve ter especificada a natureza de cada parcela paga ao empregado e discriminado o seu valor, sendo válido a quitação, apenas, relativamente às mesmas parcelas.

– v. Portaria nº 3.636, de 30 de outubro de 1969, que baixa normas para homologação da rescisão de contratos de trabalho (DO 10-11-69).

– v. Súmula TST nº 41.

§ 3º Quando não existir na localidade nenhum dos órgãos previstos neste artigo, a assistência será prestada pelo Representante do Ministério Público ou, onde houver, pelo Defensor Público e, na falta ou impedimento destes, pelo Juiz de Paz.

§ 4º O pagamento a que fizer jus o empregado será efetuado no ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho, em dinheiro ou em cheque visado, conforme acordem as partes, salvo se o empregado for analfabeto, quando o pagamento somente poderá ser feito em dinheiro.

§ 5º Qualquer compensação no pagamento de que trata o parágrafo anterior não poderá exceder o equivalente a um mês de remuneração do empregado.

LEI Nº 7.855, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, atualiza os valores das multas trabalhistas, amplia sua aplicação, institui o Programa de Desenvolvimento do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho e dá outras providências.

LEI Nº 6.533, DE 24 DE MAIO DE 1978

Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artista e de Técnico em espetáculos de Diversões, e dá outras providências.

Art. 7º Para registro do Artista ou do Técnico em Espetáculos de Diversões, é necessário a apresentação de :

III – atestado de capacitação profissional fornecido pelo Sindicato representativo das categorias profissionais e, subsidiariamente, pela Federação respectiva.

§ 1º A entidade sindical deverá conceder ou negar o atestado mencionado no item III, no prazo de 3 (três) úteis, podendo ser concedido o registro, ainda que provisório, se faltar manifestação da entidade sindical, nesse prazo.

§ 2º Da decisão da entidade sindical que negar a concessão do atestado mencionado no item III deste artigo, caberá recursos para o Ministério do Trabalho, até 30 (trinta) dias, a contar da ciência.

DECRETO Nº 82.385
DE 5 DE OUTUBRO DE 1978

Regulamenta a Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, que dispõe sobre as profissões de Artista e de Técnico em Espetáculos de Diversões, e dá outras providências.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I – relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei

complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.

II – seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III – fundo de garantia do tempo de serviço;

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V – piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

VI – irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

VII – garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

VIII – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IX – remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

X – proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

XI – participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

XII – salário-família para os seus dependentes;

XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

XIV – jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

XV – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

XV – remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

XVII – gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

XVIII – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XIX – licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

XX – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XXI – aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

XXII – redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XXIII – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XXIV – aposentadoria;

XXV – assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas;

XXVI – reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

XXVII – proteção em face da automação, na forma da lei;

XXVIII – seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

XXIX – ação, quanto a créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de:

a) cinco anos para o trabalhador urbano, até o limite de dois anos após a extinção do contrato;

d) até dois anos após a extinção do contrato, para o trabalhador rural;

XXX – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XXXI – proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

XXXII – proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;

XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz;

XXXIV – igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
— O projeto lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE

(Antonio Carlos Magalhães) – Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

MENSAGEM Nº 245, DE 1998

Escolha de Chefe de Missão Diplomática
(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Casildo Maldaner, sobre a Mensagem nº 245, de 1998 (nº 1.345/98, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Ruy Nunes Pinto Nogueira, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Venezuela.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB)

– Sr. Presidente, o parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é favorável ao nome do Sr. Ruy Nunes Pinto Nogueira para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Venezuela.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, alínea "g", do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores já podem votar.
(Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Votaram SIM 55 Srs. Senadores, e NÃO 1 Sr. Senador.

Houve 2 abstenções.

Total: 58 votos.

Foi aprovado.

Será feita a devida comunicação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 2:

MENSAGEM Nº 256, DE 1998

Escolha de Chefe de Missão Diplomática
(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador José Agripino, sobre a Mensagem nº 256, de 1998 (nº 1.397/98, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome da Senhora Vera Pedrosa Martins de Almeida, Ministra de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixadora do Brasil junto à República do Equador.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB)

Sr. Presidente, o parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é favorável ao nome da Sra. Vera Pedrosa Martins de Almeida para exercer a função de Embaixadora do Brasil junto à República do Equador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, alínea g, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores já podem votar.
(Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE – Votaram SIM 56 Senadores; e NÃO 1.

Houve 3 abstenções.

Total: 60 votos.

Aprovado.

Será feita a devida comunicação ao Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 3:

MENSAGEM Nº 14, DE 1999

Escolha de Chefe de Missão Diplomática
(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Casildo Maldaner, sobre a Mensagem nº 14, de

1999 (nº 1.598/98, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Affonso Emílio de Alencastro Massot, Ministro de Primeira Classe do Quadro permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos.

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que será lido pelo 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, o parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é favorável ao nome do Sr. Affonso Emílio de Alencastro Massot para exercer a função de Embaixador do Brasil junto dos Países Baixos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão o parecer. (pauta.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998 e nos termos do disposto no art. 383, alínea "g", do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Votaram sim 55 Srs. Senadores; e não 2.

Houve 3 abstenções.

Total: 60 votos.

Aprovado.

Será feita a devida comunicação ao Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Item 4:

MENSAGEM Nº 25, DE 1999

Escolha de Chefe de Missão Diplomática
(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Hugo Napoleão, sobre a Mensagem nº 25, de 1999 (nº 1.623/98, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Henrique Rodrigues Valle Júnior, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da

Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil no Canadá.

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, o parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é favorável ao nome do Sr. Henrique Rodrigues Valle Júnior para exercer a função de Embaixador do Brasil no Canadá.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998 e nos termos do disposto no art. 383, alínea g, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Votaram sim 53 Senadores; e não 1.

Houve 3 abstenções.

Total: 57 votos.

Aprovado o nome do Embaixador Henrique Rodrigues Valle Júnior.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Consulto os Srs. Senadores se poderemos prosseguir a votação, porque ainda há a indicação de dois Embaixadores e também o nome do Presidente do Banco Central.

Podemos fazer a votação hoje? Caso contrário, faremos amanhã de manhã. Só faremos isso em comum acordo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com relação aos Embaixadores, não há nenhum problema; aliás, nem com relação ao Presidente do Banco Central. Só quero avisar que, como se trata de um assunto muito importante, não abrirei mão de discutir a matéria. Acredito que os Senadores Lauro Campos, Ademir Andrade, Roberto Requião e Pedro Simon também gostariam de discutir. O Plenário toma a decisão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Amanhã, pela manhã, será submetido à votação o nome do Presidente do Banco Central.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Essa história de achar que Senador é velho, que não agüenta, não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– A Oposição está cansada, Senador? (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 5:

MENSAGEM Nº 57, DE 1999

Escolha de Chefe de Missão Diplomática
(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Lúdio Coelho, sobre a Mensagem nº 57, de 1999 (nº 117/99, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Clodoaldo Hugueney Filho, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador, Chefe da Missão do Brasil junto às Comunidades Européias.

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB)

– Sr. Presidente, o parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é favorável ao nome do Sr. Clodoaldo Hugueney Filho para exercer a função de Embaixador, Chefe da Missão do Brasil junto às Comunidades Européias.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998 e nos termos do disposto no art. 383, alínea "g", do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Votaram SIM 55 Srs. Senadores; e NÃO 1.

Houve 3 abstenções.

Total: 59 votos.

Aprovado.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 6:

MENSAGEM Nº 216, DE 1998

Escolha de Chefe de Missão Diplomática.
(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem n.º 216, de 1998 (n.º 948/98, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor José Olympio Rache de Almeida, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia, exercer a de Embaixador do Brasil junto à República da Estônia.

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB)

– Sr. Presidente, o parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é favorável ao nome do Sr. José Olympio Rache de Almeida para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia, exercer a de Embaixador do Brasil junto à República da Estônia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998 e nos termos do disposto no art. 383, alínea g, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Votaram SIM 55 Srs. Senadores; e NÃO 2 Srs. Senadores.

Houve 3 abstenções.

Total: 60 votos.

Foi aprovado o nome do Sr. Olympio Rache de Almeida.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Os Srs. Senadores Lúcio Alcântara, Odacir Soares e Ermandes Amorim enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB - CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Relatório das Atividades da Secretaria da Educação Básica do Governo do Estado do Ceará, há pouco divulgado, sugere-nos algumas breves considerações, pelo excelente desempenho dos trabalhos, que fartamente demonstra, em área de máxima prioridade para o País, e não apenas como referência à elogiável determinação política do Governador Tasso Jereissati; uma determinação de mobilizar a sociedade para o enfrentamento da questão educacional, sem dúvida o maior dos desafios de agora e do próximo milênio.

Também, porque persistem na terra brasileira os problemas da qualidade da educação básica, do diminuído acesso aos bancos escolares, das dificuldades dos ensinos médio e superior. Não se trata, porém, de questões de interesse apenas do Estado, posto que envolve a "responsabilidade de todos, das instituições e da sociedade", exigindo contínuas "mobilização e integração de esforços".

Nessa perspectiva, consigna o documento que o nosso Estado "avança na definição de um abrangente projeto para a próxima década, integrando as áreas de educação, saúde, cultura, desenvolvimento social, ciência e tecnologia", tendo por meta a criança, o adolescente, o jovem e o adulto, "com ênfase no acesso, na qualidade e na gestão" educacionais.

Com efeito, ao instituir, com caráter de prioridade, o projeto "Todos pela Educação de Qualidade para Todos", o Governo cearense, demonstrando a assinalada determinação política, objetivou introduzir aperfeiçoamentos significativos no sistema estadual de ensino. Nomeando a escola como ponto inicial das ações pedagógicas, deu nova dimensão às atividades da educação básica, nela concentrando investimentos e tornando o processo educacional mais dinâmico e participativo, submetendo-a, além disso, a mecanismos permanentes de avaliação e acompanhamento.

Com essa diretriz, o projeto adota, entre os seus princípios, a autonomia escolar, estabelecendo o método de parcerias com os municípios e observando três prioridades, determinantes das mudanças registradas no sistema educacional do estado, cujo objetivo fundamental "é reverter os indicadores de analfabetismo de crianças e adolescentes", facilitando o acesso à escola.

A primeira delas, resumida no conceito "Todos pela Educação", indica a exigência de "vontade, determinação política e compromisso dos governantes e de toda a sociedade", como a traduzir que o êxito do processo educacional constitui-se da soma do es-

forço coletivo. A segunda, "Educação de Qualidade", refere-se ao desafio de obter-se "uma permanência bem sucedida na escola", envolvendo aspectos con- cernentes à gestão democrática e às "dimensões pedagógica e administrativo-financeira". A terceira, "Educação para Todos", relaciona-se ao imperativo de "alfabetizar e escolarizar a população entre 7 e 14 anos", sem embargo do atendimento a "outros graus e modalidades de ensino".

Com a implantação da descentralização admi- nistrativa, as 20 regiões do estado e mais a capital assumiram a função de contato entre a escola e o poder público. Os 21 Centros Regionais de Desen- volvimento da Educação (CREDE), foram encarre- gados de articular a política educacional em todas as regiões do estado, exercendo atribuições gerenciais nas áreas de recursos humanos, de desenvolvi- mento do ensino e de gestão escolar. O desafio, então, era encontrar o que motivava uma assustadora eva- são escolar de 78,3%, entre crianças de 7 a 14 anos de idade.

Em 1995 e 1996, promoveram-se 2 Censos Escolares Comunitários, contando com a participa- ção de mais de 8 mil Agentes de Saúde do Estado e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNI- CEF), para pesquisar em cada domicílio dos 184 municípios dados relativos aos residentes com idade entre 6 e 17 anos, assim permitindo conhecer a rea- lidade do quadro do analfabetismo, da oferta de va- gas escolares e a "relação entre idade do aluno e série cursada".

De posse das informações, o Governo cearen- se, especialmente por sua Secretaria da Educação Básica, promoveu encontros de trabalho reunindo prefeitos e secretários municipais de educação. Das discussões, sugestões e depoimentos, então recolhi- dos, surgiram os termos da lei de municipalização do ensino. E, mediante convênio, inicialmente com 6 municipalidades, o Governo, antecipando-se à cria- ção do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento do En- sino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que se daria apenas em 1998, implantou um sistema de redistribuição de recursos financei- ros, tendo por base o número de matrículas na edu- cação básica.

A partir daí, já no último dos exercícios refer- enciados, as ações de Governo garantiram aumento nas matrículas do ensino fundamental, repre- sentando mais de 12 vezes o crescimento populacio- nal cearense, em igual período. Comparativamente, enquanto o Brasil registrou um crescimento de matrí- culas de 1,8%, a região Nordeste chegou a 4,6% e o

nosso Estado à invejável marca de 16,7%. No ano passado, o Ceará alcançou universalizar o acesso ao ensino fundamental, mantendo nas escolas 97% de suas crianças e adolescentes, com idade entre 7 e 14 anos de idade.

Mais ainda, mobilizando o Sistema de Justiça, iniciou-se em fevereiro de 1996 uma série de seminários "com a participação de juízes e promotores de todas as comarcas do Estado", para estudar e discutir questões relacionadas à garantia constitucional do direito à educação e, sobretudo, para estabelecer estratégias de mobilização para aplicar os mandamentos legais. Na oportunidade, os participantes se comprometeram a fiscalizar as suas regiões, acompanhando de perto o acesso e a permanência das crianças na escola.

De acordo com lei estadual, no mesmo ano era criado o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Escola (FADE), encarregado de receber os repasses do Governo estadual, as subvenções, doações, auxílios, contribuições e verbas de convênios, a fim de permitir a transferência direta de recursos de órgãos e entidades federais, estaduais e municipais, bem como de particulares, para a unidade escolar. O Fundo, portanto, garante condições para que 382 escolas, consideradas unidades orçamentárias representativas de 52% da rede estadual de ensino, possam gerar e gerenciar os recursos direcionados ao desenvolvimento e à manutenção do ensino.

Assim, o Governo do Estado do Ceará se fez credor também do reconhecimento internacional. "Os princípios de sustentabilidade, visão de longo prazo, participação, parceria, descentralização e qualidade" conquistaram para o Ceará o prêmio Criança e Paz 1996, do Unicef, pelo projeto "Todos pela Educação de Qualidade para Todos".

Por seu turno, a classe empresarial, adotando a educação como prioridade social, decidiu instituir, em 1998, o Prêmio de Desempenho Escolar, a fim de reconhecer as escolas públicas de ensino fundamental que desenvolvessem ações educacionais inovadoras, resultando na melhoria da qualidade do ensino e no melhor desempenho de seus alunos. A Associação dos Jovens Empresários do Ceará (AJE), em conjunto com a Secretaria da Educação Básica do Estado, estabeleceu como critérios de avaliação os indicadores de frequência e sucesso escolares dos alunos, as práticas de comprovado resultado na melhoria da qualidade do ensino, a atuação da direção e do Conselho Escolar e a conservação, manutenção, limpeza e aparência do estabelecimento escolar.

Considera-se, assim, que a autonomia escolar, assegurada pelo encaminhamento direto dos recursos financeiros, implica também a gestão de recursos humanos, um Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) determinado e conduzido pelo próprio estabelecimento escolar, que tem por finalidade a melhoria do ensino. Da mesma forma, a gestão escolar é assumida democraticamente pela comunidade, representada nos Conselhos Escolares, nas Associações de Pais e nos Grêmios Estudantis.

Ademais, registra o documento da Secretaria da Educação Básica que, no período considerado de suas atividades, o Ceará foi o primeiro a concluir a implantação do Projeto de Informatização da Gestão do Órgão, mediante a execução do Projeto Nordeste, que "significa um importante passo na modernização do ensino no Estado".

Cabe, por igual, uma especial referência às inovações pedagógicas, como o projeto "Tempo de Aprender", criado pelo Governo para incentivar a alfabetização e a escolaridade do público-alvo, e que, igualmente, desdobra-se em três subprojetos. O primeiro, denominado "tempo de ler", consistente na ação de alfabetização desenvolvida entre 1997 e 1998, dirigido às crianças e adolescentes entre 11 e 14 anos de idade, que se encontravam fora da rede de ensino; o segundo, "tempo de avançar", que atende a mais de 75 mil alunos, objetivando a frequência nas "classes de aceleração", para assim propiciar o progresso do alunado eventualmente atrasado na relação entre a idade e a série que deveria estar cursando; e, a terceira, "tempo de conviver", como parte do programa Escola Viva, direcionado ao redimensionamento do currículo em 160 escolas, visando implementar "ações pedagógicas criativas e dinâmicas", garantindo aos alunos e à comunidade espaço participativo em eventos de arte, cultura, esporte e lazer.

O relatório refere-se, com propriedade, aos "Ciclos de Formação", que hoje substituem a antiga estrutura linear das séries escolares, à vista de se considerar a idade do aluno e seu nível de desenvolvimento. No ano passado, esses ciclos foram implantados em 40% das escolas do sistema público de ensino cearense, prevendo-se, para o exercício corrente, a sua implantação em mais 40% dos estabelecimentos da rede, de sorte a alcançar a universalidade do atendimento até o ano 2000.

No aspecto da valorização do magistério, inclui-se o Sistema de Acompanhamento Pedagógico (SAP), abrangendo todas as regiões do Estado, e que vem desenvolvendo "um papel fundamental na

luta pela qualidade da escola pública". Aí se inscreve, igualmente, a gestão democrática, prevendo eleições diretas para dirigentes das escolas públicas estaduais, subordinada ao princípio de que "só se educa para a democracia, educando-se pela democracia".

A primeira dessas eleições foi realizada em 1995, consolidando-se o processo de participação comunitária no ano passado. Pelo sistema, participam da escolha, pelo voto direto, os alunos maiores de 12 anos e os que, não tendo alcançado essa idade, estejam cursando a quinta série; os pais; os professores e os servidores, podendo ser eleitos tão-somente os candidatos previamente aprovados em exame de competência técnica.

O Governo do Estado, desde 1997, mantém parceria com 83% dos municípios cearenses para a realização de concurso para professor da rede pública de ensino. Até o ano passado, mais de 30 mil novos professores obtiveram habilitação para lecionar nas redes estadual e municipal. Ainda procurando valorizar o magistério e promover cada vez mais a qualidade do ensino, o Governo vem oferecendo cursos de especialização nas áreas de gestão escolar e de informática, além de diversos cursos destinados à melhoria do desempenho de professores, dirigentes e servidores escolares, atendendo a mais de 120 mil participantes.

O resultado auspicioso dessas diretrizes de Governo pode ser aquilatado pelos níveis de formação dos professores de educação básica da rede estadual de ensino. Nos anos de 1995 e 1998, verifica-se que, enquanto se mantiveram equivalentes os percentuais de portadores de formação pedagógica média e de licenciatura curta, e decaíram os correspondentes à licenciatura plena, o número de detentores de pós-graduação ascendeu de 6 para 33% do conjunto do professorado.

Com o programa "Um professor, um computador", criado em 1998, a Secretaria da Ciência e Tecnologia vem colaborando para que os professores das escolas públicas adquiram equipamentos de informática. Sobretudo os diretores eleitos pela comunidade escolar e os professores que se dedicam às áreas de ciências tiveram asseguradas facilidades de aquisição de equipamentos de informática, com desconto de 50% sobre o preço de mercado.

Enfim, colheram-se resultados animadores em programas de alfabetização solidária, telensino, de educação infantil, especial, de jovens e adultos, em áreas de assentamentos e de comunidades indígenas. No período 1995/1998, o ensino fundamental no nosso Estado apresentou crescimento de matrículas

de 30,9%, enquanto o do Nordeste fixava-se em 20,8% e o do Brasil não ultrapassava 9,6%. No ensino médio, o crescimento de matrículas no Ceará alcançou o percentual de 46,9%; o do Nordeste 32,3% e o do Brasil 29,6%, no mesmo período, registrando-se ainda que a rede pública teve um aumento de 66,3% e a particular tão-somente de 9,8%.

Como se constata, o Relatório da Secretaria da Educação Básica do Governo do nosso Estado, abrangente do quadriênio 1995/1998, confirma por inteiro o acerto das políticas adotadas pelo Governador Tasso Jereissati. Mais do que isso, faz reconhecer, na fidelidade dos seus números, o empenho de S. Exa. e o mérito das notáveis realizações que coleciona, também na área do ensino, num desempenho nacionalmente merecedor de todos os encômios.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. ODACIR SOARES (PTB - RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em sucessivos discursos pronunciados nos dias 2, 9 e 20 de janeiro, discuti a questão da ocupação humana dos cerrados brasileiros, a sua enorme potencialidade para a produção de alimentos – notadamente grãos, a carne bovina, de aves, de suínos, não esquecendo a viabilidade da produção de frutas e de fibras (algodão).

Abordei, Sr. Presidente, a questão do chamado terceiro setor ou o papel das Organizações Não-Governamentais, ONG's, contrapondo-se à utilização dos cerrados, conforme a denúncia feita pelo engenheiro agrônomo Ady Raul da Silva, PhD e membro titular da Academia Brasileira de Ciências, em referência à "Campanha Contra o Uso dos Cerrados" que é feita de forma sistemática por ambientalistas, filiados ou não às ONG's.

Hoje, Sr. Presidente, faço uma súmula das idéias por mim colocadas, enfocando, primeiro, a absoluta indispensabilidade da utilização do ecossistema dos cerrados para a produção agropecuária; segundo, contribuir para promover a ocupação dos vazios demográficos, evitando ou minimizando a corrida de populações rurais para os grandes centros e, terceiro, construir um horizonte de proteção para a Floresta Amazônica.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na primeira quinzena de dezembro de 1998, estive em São Paulo o economista americano Steve Sonka, especialista em soja e diretor do Laboratório Nacional de Pesquisas da Soja, nos Estados Unidos. Sonka aqui estive para dar início à divulgação do *Global Soy Forum*, evento programado para agosto de 1999, em Chicago, EUA.

O economista americano Steve Sonka, em entrevista concedida ao jornal **Folha de S. Paulo**, no dia 15 de dezembro, dizia que o volume de farelo de soja para a alimentação animal representa, nos dias de hoje, mais de 90% de toda a produção mundial de soja. Mas, prospectivamente, no horizonte dos próximos 30 anos, dizia Sonka: "... veremos que existe uma grande parte do mundo cuja população vem aumentando e cuja dieta, por motivos culturais, não estará baseada em proteína animal". Mais adiante em sua entrevista, dizia o economista americano: "O alto teor de proteína, além de outras características nutricionais e até medicinais podem fazer da soja uma das soluções para alimentar a crescente população mundial".

As afirmativas feitas em nossos discursos a respeito do fabuloso potencial produtivo da soja nos cerrados brasileiros e dos enormes espaços geográficos disponíveis no Brasil, já haviam sido enaltecidas pelo Dr. Alberto Duque Portugal, Presidente da Embrapa, em entrevista concedida à **Gazeta Mercantil** de 5 de novembro de 1997. A importância do que disse então o presidente da Embrapa cresce e ganha maior relevância quando se discute a "Campanha Contra o Uso dos Cerrados" alardeada por ambientalistas e ONG's.

Disse Dr. Alberto Duque Portugal: "A viabilização da agricultura nos cerrados tem sido considerada a mais importante revolução agrícola das últimas décadas, pois representa um movimento inverso do que se observa em muitas regiões, ou seja, a transformação de terras improdutivas em terras produtivas".

Um outro americano, cientista de política agrícola, o professor de economia Edward Schuh, que fortemente contribuiu para a estruturação da economia agrícola brasileira, vinculado à criação da Embrapa e professor-orientador das teses de alguns de nossos principais especialistas em agricultura, afirmou em uma entrevista concedida à revista *Agroanalysis*, de janeiro de 1996: "A vantagem da agricultura, enquanto setor estratégico para o desenvolvimento, é que sua produção forma uma cesta de produtos consumida por todos. Todo mundo come, todo mundo se veste... A queda dos preços agrícolas favorece a todos. Para uma mesma renda, uma queda nos preços desses produtos representa um aumento da renda per capita. Portanto, modernizando a agricultura e produzindo a queda de preços dos alimentos básicos, produz-se um aumento de renda per capita em base bem ampla".

O ano de 1993, Sr. Presidente, deveria ter ficado marcado para sempre na história das políticas so-

ciais do Brasil. O fato mais notável foi o início da "Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida", que conscientizou (será que conscientizou mesmo?) a opinião pública sobre a perversa situação social do país. A proposta do Partido dos Trabalhadores (PT) feita ao Governo no sentido de criar um conselho que cuidasse da questão alimentar foi aceita pela Presidência da República. Foi convidado o sociólogo Herbert de Souza (o Betinho) para coordenar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar-CONSEA.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para se conhecer a dimensão da miséria, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA foi encarregado de mapear a população em piores condições de insuficiência alimentar, e encaminhar propostas de programas sociais que tratassem da questão de forma emergencial. O quadro revelado pelos estudos do IPEA é chocante: nada menos de 31.679.096 pessoas - o equivalente à população argentina - enfrentam diariamente o problema da fome.

É justo, é razoável preocuparmo-nos com a alimentação de populações de outros países, de outras regiões do mundo, quando trinta e dois milhões de brasileiros passam fome? O certo, Sr. Presidente, é que as informações que ora apresento reforçam a defesa da ampla e irrestrita utilização dos cerrados brasileiros. Produzir alimentos - soja, milho, carne bovina, suína e de aves, frutas e, produzir fibras - para satisfazer ou no mínimo aliviar a fome e vestir os milhões de excluídos, do Brasil e do Mundo.

Segundo, contribuir para promover a ocupação dos vazios demográficos das regiões dos cerrados brasileiros, uma faixa de terras que, saindo da mesorregião sul do Maranhão, passa pelo leste paraense (Município de Marabá), oeste da Bahia (região de Barreiras), alcançando o noroeste de Mato Grosso e sudeste de Rondônia. Essa ocupação possibilitaria descomprimir o intenso processo de urbanização que transformou o Brasil Rural em Brasil Urbano, com mais de 75% da população vivendo em aglomerados, às vezes sem as mínimas condições de geração de emprego-renda e criando uma geração de marginalizados, de excluídos.

O exemplo já discutido em nosso discurso do dia 20 de janeiro, quando descrevemos o que ocorreu ao longo da estrada que interliga Goiânia-Cuiabá, é bem o exemplo do que deverá acontecer, já esta acontecendo, nas áreas de cerrados que tem como pólo produtivo-industrial-comercial o Município de Barreiras, no oeste da Bahia, Balsas na mesorre-

gião sul do Maranhão e Rondonópolis/Sapezal, na Chapada dos Parecis, em Mato Grosso.

Apenas para refrescar as mentes, o Município de Rio Verde, assentado em região de cerrados, desenvolveu-se às custas da pecuária de corte, seguida da instalação da cultura da soja, que, na safra 1997/98, plantou 447 mil hectares; com milho, plantou 48 mil hectares; com arroz, 11 mil hectares e, com algodão, 101 mil hectares.

A verticalização da produção começou há algum tempo com a industrialização dos produtos agropecuários. Reproduzindo estatísticas proporcionadas por artigo do engenheiro agrônomo Ady Raul da Silva, a Perdigão Agroindustrial construiu instalações para abater 280 mil aves e 3,5 mil suínos por dia, num total de 150 mil toneladas de carne processada, por ano. A Gessy Lever, fabricante dos produtos Cica, à base de tomate, pretende industrializar 75 mil toneladas anuais de derivados de 250 mil toneladas de tomate.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, somente essas duas fabricas promoveram a geração de 17,5 empregos diretos e indiretos, para os próximos cinco anos. A população do município deverá passar de pouco mais de 100 mil habitantes para mais de 200 mil habitantes, no mesmo período. O mais importante a assinalar é que a cidade de Rio Verde já conta, graças à utilização dos cerrados, com um bom padrão de vida de seus municípios, que já estudam em escolas primárias, secundárias, técnicas e até de ensino superior.

As regiões de cerrados, centradas em Barreiras, na Bahia, e em Balsas, na mesorregião sul do Maranhão, já estão vivenciando modificações semelhantes às que viveu Rio Verde. Adiante-se que os sistemas de escoamento da produção por rodovias e ferrovias nas duas regiões já proporcionam boas condições. As regiões já contam com o suprimento de energia hidrelétrica e estão com um forte sistema de agrocomercialização e industrialização implantado, e se aperfeiçoando a cada ano.

A vantagem relativa para a ocupação dos cerrados – preços das terras mais baratos e estoque de terras disponíveis em grandes extensões – esbarram em algumas limitações, que o Governo Fernando Henrique Cardoso busca solucionar, atuando na melhoria da infra-estrutura. Hoje, com o Programa "Brasil em Ação", estão em execução obras necessárias à conclusão e melhoria dos diversos corredores multimodais para escoamento da produção.

O corredor noroeste, com os portos de Porto Velho, Rondônia e Itacoatiara, Amazonas, já está

em operação desde a safra 1996/97 (escoadas 350 mil toneladas de soja) e, na safra 1997/98 assegurará a exportação de pouco mais de 600 mil toneladas.

O corredor centro-norte, interliga parte dos cerrados centrais e setentrionais, com mais de 80 milhões de hectares, abrangendo todo o Estado de Tocantins, sul do Maranhão e Piauí, e sudeste do Pará.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, novamente, volto ao tema da luta e pertinências dos ambientalistas e integrantes das Organizações Não-Governamentais. São, via de regra, inteligentes, formulam estratégias invejáveis, sabem como influenciar entidades respeitáveis, adoram e se realizam ao falar a respeito do homem, da fauna e da flora. E, o mais importante, entendem muito de comunicação e mais ainda de contra-informação. Por muitos produtivistas radicais são chamados de "verdes", uma espécie predadora que usa a ingenuidade dos bem-intencionados para preservar oligarquias bem estabelecidas, preservar seu próprio ambiente do perigo que o Brasil representa na competição geoeconômica mundial.

Para o caso da construção de estradas, indispensáveis para a circulação da produção e insumos e, mais importante ainda, para a construção de formas multimodais, como as hidrovias articuladas com rodovias e ferrovias, a toda hora tem que se debater o poder público, em lutas encarniçadas com os ambientalistas.. Mas no governo existe uma arma eficiente para desmascarar as intenções, nem sempre defensáveis, dos ambientalistas travestidos de associados de ONG's. Essa arma, Sr. Presidente, é chamado de EIA-Estudo de Impacto Ambiental e RIMA-Relatório de Impacto no Meio Ambiente.

Sem que esse estudo seja previamente realizado, divulgado, discutido em audiências públicas pela sociedade, analisado e aprovado pelo Ibama, nos dias atuais, nenhum projeto de transporte, seja rodoviário, ferroviário, hidroviário ou portuário, pode ser executado no Brasil. Um bom exemplo disso é o EIA-RIMA da Hidrovia Araguaia/Tocantins, que já está pronto desde 1997. Uma grande equipe, equipe interdisciplinar, composta de antropólogos, biólogos, geólogos, engenheiros civis, advogados, engenheiros agrônomos, médicos, veterinários, engenheiros florestais e até um arqueólogo completaram o grupo de trabalho.

O grupo de trabalho pesquisou a influência na vida das nações indígenas, acompanharam a vida e a reprodução de peixes, de animais e plantas de im-

portância para a vida das populações indígenas, nas mais variadas épocas do ano. Uma próxima etapa, já iniciada, se passará à sua divulgação, discussão em audiências públicas, análise e aprovação pelo Ibama. Ultrapassadas essas etapas, poderá o governo iniciar as obras. Tudo correndo bem, espera o Ministério dos Transportes que por volta do ano 2000 estarão concluídas.

Os impactos ambientais existiram, existem e existirão no processo de desenvolvimento de um país. Entendemos que é preciso preservar e ou conservar a natureza. Sem a flora e a fauna, o homem não existe. O homem precisa da flora para assegurar o suprimento da água. Sem água, não há vida. Mas para melhorar a sua qualidade de vida o homem precisa que o progresso e a preservação do meio ambiente caminhem juntos.

Uma proposta que não posso deixar de referir é a que o Governo do Estado da Bahia, via Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária e Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A, está se propondo efetivar um projeto de Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do Oeste da Bahia, numa área de aproximadamente 11 milhões de hectares, numa escala de trabalho de 1:100.000 (1cm = 1000 metros). O Zoneamento se constituirá o mais importante instrumento de ordenamento e gestão da ocupação espacial da região, abrangendo aspectos técnicos e políticos, materializados na otimização do uso espacial para ações antrópicas diversas, preservação de áreas e articulação das intervenções públicas.

O Governo do Estado da Bahia intenciona sufragar os gastos, preliminarmente estimados em US\$20 milhões, com recursos do Estado.

Terceiro, "a ocupação dessa espantosa fronteira agrícola, em que se constituem os cerrados, apresenta-se como uma alternativa para evitar a abertura de áreas em outras regiões, inclusive a Amazônia, ainda pouco conhecida e de vocação predominantemente agroflorestal", disse o presidente da Embrapa, Dr. Alberto Duque Portugal, em seu artigo publicado na **Gazeta Mercantil** de 5 de novembro de 1997.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao concluir não poderia deixar de centralizar o foco dos meus discursos na questão da produção de alimentos e na tratativa de atenuar, se não aplacar a fome nacional e mundial. A melhor forma de deixar uma mensagem final foi a de falar com o sentimento do poeta Manoel Bandeira, expresso na poesia, "O Bicho":

Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os
detritos.
Quando achava alguma
coisa,
Não examinava nem
cheirava:
Engolia com voracidade.
O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.
O bicho, meu Deus, era um homem".
Muito obrigado.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sabemos que o Senado Federal tem dado a atenção necessária à sua competência – exclusiva – de dispor sobre limites e condições para as operações de crédito dos Estados.

Inclusive, ao longo dos últimos anos, autorizamos que fossem ultrapassados os limites anteriormente fixados, porque os Estados perderam receita em decorrência do Plano Real. O Plano Real reduziu a inflação, e a inflação dava lucro aos Estados que aplicavam seus recursos no mercado financeiro.

Estas autorizações para operações de crédito dos Estados, além dos limites fixados nesta Casa, foram dadas inicialmente a empréstimos tomados junto a Caixa Econômica Federal, que se destinou ao pagamento de dívidas vencidas, dívidas bancárias de curto prazo, e financiamento de demissão de servidores.

Logo depois, autorizações para operações de crédito além dos limites, foram dadas a financiamentos da União aos Estados, com a finalidade de extinção ou privatização de suas instituições bancárias, garantindo-se liquidez aos credores.

Nos dois casos, atendeu-se propostas da área econômica, no Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, e no Programa de incentivo à redução da presença dos Estados na atividade bancária.

Por outro lado, autorizamos que os limites também fossem ultrapassados na rolagem da dívida mobiliária dos Estados, permitindo que fossem emitidos novos títulos de dívida pública para refinanciar os vencidos e pagar os juros.

Finalmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todas essas dívidas foram assumidas pela União, conforme a Lei nº 9.496, de 1998.

No refinanciamento de todas estas dívidas, com recursos obtidos pela emissão de títulos do Tesouro Nacional, também autorizamos que os limites fixados para as operações de crédito dos Estados fossem ultrapassados.

Mas foi previsto a retenção de repasses constitucionais pela União, para o pagamento, acabou a rolagem. A União passou a ser a única credora.

Acabou a rolagem, e os Estados sentem as consequências, e buscam alternativas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não há dúvida de que a questão do endividamento dos Estados será examinada nesta Casa. É sua competência.

Ademais, conforme os contratos, apenas se autorizado por lei federal, poderão ser promovidas composições ou postergações dos pagamentos, porque a forma desses pagamentos está prevista na Lei nº 9.496, de 1998.

Então, sabendo que esse assunto será apreciado nesta Casa, pois não há outra alternativa, para clarear minha compreensão, submeti à Comissão de Assuntos Econômicos, que seja solicitado ao Ministro da Fazenda algumas informações:

O objetivo é saber o que resultou de concreto aos Estados, com todo este endividamento;

O quanto da dívida decorre da acumulação de encargos fixados com as taxas de juros que asseguraram a estabilidade da moeda;

Que credores em operações de risco foram beneficiados com a liquidez assegurada nos refinanciamentos;

Se o Decreto-Lei que regula regime especial na administração de instituições financeiras foi observado no saneamento para privatização ou extinção;

Enfim, os resultados do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Sr. Presidente, encaminho a solicitação através da Comissão de Assuntos Econômicos, porque entendendo que as respostas interessam a todos seus membros, e nesse momento, dou ciência à Vossa Excelência e ao Plenário, para que fique conhecida minha iniciativa, conforme o requerimento anexo, dirigido àquela Comissão, que solicito seja publicado com este discurso.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. ERNANDES AMORIM EM SEU DISCURSO DE ENCAIXE:**

REQUERIMENTO Nº , DE 1999

Submeto à apreciação desta Comissão, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, solicitando as in-

formações a seguir, por Estado, para subsidiar exame de eventual reestruturação de suas dívidas com a União, a vista os Programas de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, e de Redução da Presença do Setor Público Estadual na Atividade Bancária Financeira, propostos em razão da redução das receitas inflacionárias decorrentes do Plano Real, bem como consentimento havido para a rolagem das dívidas mobiliárias em valores que extrapolaram limites fixados no exercício de competência exclusiva do Senado Federal.

1. data de emissão, valor, forma de colocação, prazo de resgate e juros, dos títulos do Tesouro Nacional eventualmente emitidos para refinar títulos emitidos com vista a obtenção de recursos necessários à execução do disposto na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997 (renegociação das dívidas dos Estados);

2. data de emissão, valor, forma de colocação, prazo de resgate e juros, desses títulos;

3. valores pagos em resgate do principal e pagamento de juros, exceto se decorrente de refinanciamento através da emissão de novos títulos, atualizados consoante a remuneração desses títulos, e data em que foram realizados os pagamentos; bem como o saldo devedor da operação;

4. valor e discriminação de outros créditos titulados pela União contra as unidades da Federação, refinanciados consoante o art. 1º, IV, da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, juntamente com os créditos decorrentes da assunção da dívida pública mobiliária dos Estados, e da assunção de outras obrigações decorrentes de operações de crédito interno e externo, ou de natureza contratual, relativa a despesas de investimentos, líquidas e certas exigíveis até 31 de dezembro de 1994, e respectivos valores;

5. valor dos ativos e das obrigações das instituições financeiras dos Estados cuja extinção ou privatização foi financiada pela União consoante os mecanismos de incentivo à redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, propostos através da EM Interministerial nº 332/MF-MPO, de 7 de agosto de 1996, originando créditos titulados pela União contra as Unidades da Federação, refinanciados entre os "outros" créditos a que refere-se o item anterior, em 31 de dezembro de 1994; na data em que decretou-se regime especial, quando o caso; e quando efetivou-se o financiamento para extinção ou privatização. Discriminando-se os tipos de obrigações e garantias oferecidas aos credores: CDI, assistência do Bacen, obrigações trabalhistas, obrigações com credores externos, obrigações com outras instituições financeiras, e outros tipos entendidos relevantes para esclarecer qual a natureza dos créditos liquidados, e que tipos de credores foram atendidos com o financiamento havido para o saneamento econômico-financeiro das instituições;

6. cópia dos atos de decretação – e prorrogação – de regime especial nas instituições que encontravam-se sob este regime quando contratado o financiamento para a extinção ou privatização; e eventuais valores adiantados pelo Banco Central para o saneamento destas instituições após a decretação do regime especial, consoante autorizado nos termos do parágrafo único do art. 9º do Decreto Lei nº 2.321, de 1987, a vista a extinção da Reserva Monetária a que refere-se o *caput*, bem como as razões da variação do valor das obrigações dessas instituições durante o regime especial;

7. valor da dívida mobiliária dos Estados em 31 de agosto de 1994, 1º de janeiro de 1995, e por ocasião da assunção autorizada nos termos do art. 1º, I, da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, discriminando-se resgates do principal, e pagamento de juros realizados nestes períodos, exceto o efetivado com a emissão de títulos para refinanciamento. Discriminando-se ainda os valores correspondentes a títulos emitidos para o pagamento de

precatórios, inclusive refinanciamento e, ainda, as garantias oferecidas pelos Estados aos credores de sua dívida mobiliária, até a assunção pela União;

8. valor, por linha de crédito prevista no Voto CMN nº 162/95, e atualizações, dos empréstimos tomados junto à Caixa Econômica Federal que foram assumidos pela União nos termos do art. 1º, II, da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, discriminando-se os valores originais das operações ARO, e instituições financeiras credoras; o número de servidores demitidos, e impacto havido na folha de pagamento; e valores originais, por tipos de credores (empreiteiros de obras, fornecedores de serviços e materiais, instituições financeiras e bancárias, funcionalismo etc.), dos débitos em atraso até 30 de novembro de 1995, cujos pagamentos foram acordados com o Ministério da Fazenda, bem como garantias até então oferecidas a estes credores pelos Estados;

9. avaliação da adimplência aos compromissos assumidos no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados: controle e redução de despesas de pessoal; privatização, concessão de serviços públicos, reforma patrimonial e controle de estatais estaduais; aumento da receita, modernização e melhoria dos sistemas de arrecadação, de controle do gasto e de geração de informações fiscais; compromisso de resultado fiscal mínimo; redução e controle do endividamento estadual;

10 valores, e atualização consoante as taxas de remuneração dos títulos de dívida pública, das operações de crédito autorizadas pelo Senado Federal além dos limites estabelecidos nas Resoluções nº 11, de 1994, e nº 69, de 1995, de 1º de janeiro de 1995 até 31 de dezembro de 1998.

Justificação

A solicitação destas informações através da Comissão de Assuntos Econômicos, em efeito ao previsto no art. 50, § 1º da Constituição, e não mediante requerimento restrito de Senador à Mesa Diretora, deve-se ao interesse das questões à sua competência de opinar sobre proposições pertinentes a problemas econômicos do País, política de crédito, sistema bancário, títulos, finanças públicas, e dívida pública, bem como, competência prevista na Resolução nº 12, de 1997, para apreciar os contratos de operações de crédito previstos no Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de estados e suas alterações, em que se insere os contratos de abertura de crédito em que fixou-se valores de financiamentos para a privatização ou extinção de instituições bancárias nos termos de Medida Provisória proposta consoante a E.M. Interministerial nº 332/MF-MPO, de 7 de agosto de 1996, e os contratos de refinanciamento de dívidas dos Estados assumidas pela União, juntamente com outros créditos por si titulados contra as Unidades da Federação, consoante a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, nos quais é previsto que apenas mediante autorização por lei federal poderão ser promovidas composições ou postergações dos pagamentos das dívidas deles decorrentes, o que vem sendo pleiteado por governadores de oposição e situação, de todo o Brasil.

Senado Federal, 26 de janeiro de 1999. – Senador **Ernesto Amorim** – PPB/Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando aos Srs. E Sras. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 10 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PARECER Nº49, DE 1999

Escolha de Autoridade

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 281 do Regimento Interno – Requerimento nº 26, de 1999)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 49, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador José Fogaça, sobre a Mensagem nº 54, de 1999 (nº 108/99, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do senhor Francisco Lafaiete de Pádua Lopes, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN.

– 2 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 1999

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 29, de 1999, art. 336, b)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1999 (nº 4.569/98, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau nas cinco Regiões, com a criação de Varas Federais e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, sob nº 53, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francelino Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 40 minutos.)

(OS 10488/99)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR JEFFERSON PÉRES, NA SESSÃO DO DIA 26-1-99, REFERENTE AO ITEM 1 DA ORDEM DO DIA, QUE SE PUBLICA A PEDIDO DO PARLAMENTAR:

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB – AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, começo invocando a tirada conhecida do grande baiano Octávio Mangabeira: "No Parlamento, discursar

sos mudam opiniões, mas não mudam votos". No meu caso, não vou mudar nem voto nem opiniões; seria muita pretensão e arrogância de minha parte pensar que um pronunciamento meu iria mudar pontos de vista de um senáculo como este. Faço o pronunciamento apenas para dizer as razões por que vou votar contra essa contribuição.

Inicialmente, Sr. Presidente, cumpro o dever, por honestidade, de desmitificar a história de que existem heróis e vilões aqui. Não é assim, Sr. Presidente! Creio que estão enganados os oposicionistas, quando pensam que todos eles são paladinos defensores dos aposentados e, do outro lado, estariam vampiros sedentos do sangue dos velhinhos. Mas também estão enganados os governistas, quando entendem que são eles os patriotas, defensores intímoratos do País, do interesse público e que, do outro lado, estariam os irresponsáveis, demagogos, que estão torcendo pelo caos. Não é assim! Creio que o correto é dizer que, de um lado e de outro, existem pessoas bem e mal-intencionadas, pessoas movidas por interesses nobres; e outras, por interesses subalternos. Essa me parece ser a colocação correta, que o dever me impunha fazer. Não estou nesta tribuna, portanto, como um herói.

Sr. Presidente, está havendo grande incompreensão a respeito da natureza jurídica da aposentadoria e das pensões dos servidores públicos. Alega-se muito — aliás, é a principal alegação — que o rombo da Previdência pública é enorme porque a contribuição desses servidores é ínfima em relação ao valor percebido em termos de proventos e de pensões.

Lerei alguns trechos de um estudo da Assessoria do Senado, o qual endosso plenamente.

Historicamente, a aposentadoria dos servidores públicos se caracterizou como algo que, em linguagem jurídica, é denominado de **pro labore facto**, isto é, os servidores públicos têm direito à aposentadoria como uma extensão do fato de trabalharem para o serviço público e não porque contribuíram para tal. A razão disso é que, diferentemente da situação do regime geral de Previdência Social, onde o salário é pago pelo empregador, e a aposentadoria, pelo INSS, quem arca com a remuneração do servidor na ativa e os seus proventos na inatividade é a mesma pessoa, isto é, o Estado. Além disso, a remuneração do servidor público não é consequência de uma negociação entre ele e a administração, como ocorre na iniciativa privada. Ela é fixada, unilate-

ralmente, pelo Estado, mediante lei. Assim, cabe ao Estado, quando fixa a remuneração do servidor público, considerar não apenas aquele desembolso, mas, igualmente, o que se gastará na sua inatividade.

Então, a aposentadoria dos servidores públicos é espécie de obrigação a ele devida pelo Estado pelo fato de ele ser servidor e cumprir algumas exigências de tempo de serviço e idade estabelecidas na legislação que rege a matéria. Não é uma contrapartida por uma contribuição feita anteriormente.

Reforçando a idéia de que o servidor inativo continua servidor, recentemente, o Supremo Tribunal Federal decidiu que as regras de acumulação de cargo valem para os inativos de forma idêntica às aplicadas aos ativos.

Por outro lado, os servidores públicos não contribuíram para a sua aposentadoria até 1993, quando foi editada a Emenda Constitucional nº 3, que previu a existência dessa contribuição. Anteriormente, havia, quando havia, contribuição para pensão e para saúde, que eram, essas sim, consideradas de fundo contributivo e geridas, muitas vezes, por entidades próprias — os institutos de pensão.

— Registre-se, inclusive, que, apesar da Emenda Constitucional nº 3, de 1993, ter previsto a contribuição dos militares, isso nunca foi regulamentado, e eles não têm e nunca tiveram qualquer contribuição para a aposentadoria. O que não tem impedido, em absoluto, que eles continuem passando para a reserva remunerada quando atendem às exigências legais para tal.

E por aí vai o estudo realizado pela Assessoria.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, está certo os servidores não contribuirão? Não, não está! Mas isso sempre foi assim, é da sua natureza jurídica no do Brasil. Isso deve ser modificado? Sim. Deve haver um novo sistema de previdência pública, e isso só virá com a reforma de segunda geração, em bases inteiramente diferentes, na forma da proposta de André Lara Resende. Ou seja, uma contribuição obrigatória de até R\$1.200, com contas individualizadas; uma previdência complementar para os que ganham mais do que isso, facultativa e em bases de capitalização, e não em regime de repartição. Isso vai ser feito, inevitavelmente será. Mas essas regras

hão de prevalecer daqui para frente sem atingir o sagrado direito adquirido.

O servidor que se aposentou no regime vigente até agora, aposentou-se com as regras prevalecentes à data da aposentadoria. Modificar isso é mudar as regras do jogo, é uma violência jurídica que vamos perpetrar.

O problema, portanto, não é obrigar a contribuição dos servidores que não pagam atualmente para o Tesouro Nacional, como forma de resolver o problema previdenciário que está deformado e precisando de correção. O problema é outro, o problema é puramente fiscal, todos sabemos. Está-se instituindo essa cobrança, essa contribuição para cobrir o rombo do déficit público. Ocorre que vamos cometer uma violência jurídica e daremos uma contribuição diminuta.

Nos próprios cálculos do Ministério da Previdência Social – o Senador Osmar Dias sabe disso –, nem sequer se deram ao trabalho de deduzir o Imposto de Renda que será pago a menos. Eles concordam que isso existe, que esse cálculo não foi feito, não foi embutido. A receita total da contribuição que estamos instituindo não vai atingir R\$2 bilhões. Isso não representa nem 10% do ajuste total de R\$28 bilhões – sem falar que existem incongruências. Na tentativa de tornar o projeto menos injusto, criaram aberrações como esta, por exemplo: um servidor que percebe R\$3.000, mas completou 70 anos, não vai pagar contribuição; e um servidor, com 69 anos, que ganha R\$1.000, vai sofrer redução nos seus proventos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. Fazendo soar a campainha.)

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB – AM) – Já é o tempo, Sr. Presidente? Peço um pouco de sua benevolência, porque estou, de antemão, derrotado nesta tarde, e os vitoriosos devem ser benevolentes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sou magistrado, Excelência.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB – AM) – Todos sabemos que V. Ex^a vai se comportar como magistrado, embora esteja a favor da contribuição. Permita-me dois minutos para lembrar-lhe uma passagem histórica que V. Ex^a certamente conhece, mas não custa relembra-la. Quando os gauleses ocuparam Roma e foram cobrar tributos aos derrotados, um general romano reclamou da pesagem que estava sendo feita de forma viciada. O chefe gaulês Breno sacou da espada naquele momento, jogou-a no prato da balança, tornando-a ainda mais viciada,

e ouviu-se então a exclamação famosa **vae victis!** – ai dos vencidos! V. Ex^a não vai ser o meu Breno nesta tarde. É um homem generoso e me dará mais alguns minutos, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães.) – V. Ex^a já levou dois minutos com a História, então pode continuar.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB – AM) – Peço mais dois minutos para concluir, Sr. Presidente, mas eu gostaria de ter vinte minutos.

Prossigo, na mesma linha do Senador Josaphat Marinho. Haveria alternativas? Em primeiro lugar, quero dizer que votei a favor de todas as medidas do ajuste fiscal, o que demonstra que não estou apostando no caos. Esta é a única medida contra a qual irei votar. Portanto, tenho plena consciência da necessidade de se fazer o ajuste fiscal. Existem alternativas? Sim, e o Senador Josaphat Marinho já citou algumas. Por que, numa situação de emergência, não abrimos mão das nossas emendas individuais, o que daria mais de um bilhão? Por que não implementamos o Imposto sobre Grandes Fortunas, que já está previsto na Constituição? Não seria a salvação da lavoura, como muitos pensam, mas renderia mais de um bilhão e sinalizaria como um desejo de realizar justiça social.

O Senador Josaphat Marinho forneceu alguns dados, e eu irei fornecer outros. Diz o Secretário da Receita Federal – que é a voz oficial – que, dos 66 maiores bancos que produziram uma receita bruta de 97 bilhões, 28 deles não pagaram um centavo de Imposto de Renda da pessoa jurídica. Das 530 maiores empresas não-financeiras do País, metade pagou zero de Imposto de Renda no ano passado.

A indústria do prejuízo é de rara exuberância. A legislação permite que a cada ano as pessoas jurídicas – que respondem por uma arrecadação anual de R\$11 bilhões – compensem os prejuízos apurados no exercício anterior até o limite de 30% do lucro real realizado. Duas empresas vinculadas entre si – uma no Brasil, outra no exterior – fazem negócios entre si, superfaturando exportações e subfaturando importações. O resultado final da operação é gerar prejuízos aqui. Há uma casta de 2 milhões de contribuintes no País que foge sistematicamente da tributação. V. Ex^{as} me dirão que se trata de um problema de fiscalização, de um problema administrativo e que o Congresso nada tem a ver com o fato. Mas tem, sim, porque existem brechas na legislação, e não a corrigimos?

Diz o secretário da Receita Federal: Há ainda bastante espaço para fechar brechas legais que per-

mitem o vazamento de arrecadação. Uma delas seria, por exemplo, restringir a compensação de prejuízos a apenas um exercício fiscal. Por que não se faz isso? Não entendo. As oito maiores montadoras faturaram, no ano retrasado, R\$20.93 bilhões e pagaram ao Fisco, a título de Imposto de Renda, R\$31,74 milhões, ou seja, 0,15% do faturamento. Na área da construção civil, as 12 maiores empresas que acumularam faturamento de R\$5 bilhões, recolheram R\$23 milhões, equivalente, portanto, a 0,45% do faturamento.

Sr. Presidente, já abusei da paciência de V. Ex^a. Vou encerrar dizendo que estou ciente de que, se rejeitássemos essa contribuição, estaríamos talvez beneficiando uma minoria de marajás que ganham muito e se aposentaram cedo, mas com certeza estaremos cometendo uma crueldade com milhares de contribuintes aposentados que realmente se tornarão agora mais amargos porque se sentirão injustiçados, mais pobres e mais infelizes.

**AGENDA CUMPRIDA PELO
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**

27-1-99

Quarta-feira

- 10h** — Sessão Conjunta do Congresso Nacional
15h30 — Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

2ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 7ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura, realizada em vinte de janeiro de 1999, às 10:30 horas.

As dez horas e trinta minutos do dia vinte de janeiro de mil novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Pedro Piva e com a presença dos Senadores: José Eduardo Dutra, Eduardo Suplicy, Leonel Paiva, Djalma Bessa, Lúcio Alcântara, Reginaldo Duarte, João Rocha, Ney Suassuna, Wellington Roberto, Jonas Pinheiro, Moreira Mendes, Bello Parga, José Saad, Gilberto Miranda, Osmar Dias, José Fogaça, Arlindo Porto, Ademir Andrade, Jônice Tristão, Júlio Campos e Jefferson Peres. Deixaram de comparecer os Senadores: Francelino Pereira, Edison Lobão, Gilvan Borges, Fernando Bezerra, Carlos Bezerra, Ramez Tebet, José Roberto Arruda, Sérgio Machado, Lauro Campos, Levy Dias e Odacir Soares. O senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é

dada como aprovada. Em seguida procede-se a apreciação das seguintes matérias: **Ofício "S" N.º 89, de 1998. não terminativo**, que "encaminha ao Senado Federal, nos termos da Resolução 78, de 1998, alterada pela 93, de 1998, ambas do Senado Federal, manifestação do Banco Central do Brasil a respeito da solicitação do Governo do Estado de Goiás (GO) acerca da operação de crédito baseada no contrato de abertura de crédito, celebrado em 13 de novembro de 1998, entre a União e aquele Estado, no âmbito do Programa de Incentivo a Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – PROES, no valor de até quatrocentos e dezoito milhões, oitocentos e sessenta e oito mil reais, a preços de 30 de junho de 1998, destinada ao saneamento do Banco do Estado de Goiás S/A." Autoria: BACEN. Relator: Senador João Rocha Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer do Relator. **Ofício "s" N.º 02, de 1999** (Ofício PRESI- 99 n.º 0013, de 5-1-99, na origem), **não terminativo**, que "encaminha ao Senado Federal Parecer do Banco Central do Brasil, acerca da operação de crédito baseada no contrato de abertura de crédito, celebrado em 12 de novembro de 1998, entre a União e o Estado do Ceará, com a interveniência do Banco do Estado do Ceará S.A., da Caixa Econômica Federal e do Banco Central do Brasil, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária, no valor de até novecentos e cinquenta e quatro milhões, duzentos e vinte e quatro mil reais, destinados ao saneamento do Banco do Estado do Ceará S. A." Autoria: Bacen. Relator: Senador Jefferson Peres. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer do Relator. Segue a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinco minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Pedro Piva**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Como V. Ex^a sabe, jamais abri uma reunião com menos do que o número de assinaturas previsto no Regimento, e nem coloco em votação a matéria sem os 14 senadores.

Senador João Rocha, siga o que os Srs. Senadores determinarem. O livro já foi assinado, e os processos são não terminativos. Esse processo irá de qualquer maneira para o Plenário hoje. Seria interessante que o examinássemos aqui, até por uma ques-

tão de ordem na Casa. Pergunto aos Srs. Senadores, qual a atitude o Presidente deve tomar.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, no que diz respeito aos itens que estão hoje em pauta, um deles refere-se à solicitação de empréstimo baseado em um contrato de abertura de crédito e compra e venda de ações sob condição que, entre si, celebram a União e o Estado do Ceará, com intervenção do Banco do Estado do Ceará, da Caixa Econômica Federal e do Banco Central do Brasil. E consoante a Resolução nº 78 do Senado Federal – até por mim alertada ontem –, seria importante termos a oportunidade de esclarecimento por parte do Governo do Estado do Ceará. Avisei ontem que gostaria de formular perguntas ao Governador ou ao Secretário da Fazenda do Estado do Ceará e preparei-me para isso. Caso esteja presente o Secretário da Fazenda do Estado do Ceará, penso que poderíamos iniciar a instrução do processo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Perfeito. Já estamos aqui em oito, outros chegarão e formamos o número.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Na medida em que iniciarmos a discussão, obviamente a decisão, a votação tem que ser feita com a presença de todos, mas acredito que, havendo já 14 presentes, que assinaram, e um número considerável, poderíamos iniciar a discussão para esclarecimentos e tudo o mais.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Perfeito. Vamos iniciar a discussão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, preliminarmente devo dizer que aqui se encontra o Presidente do Banco do Estado e um representante do Secretário da Fazenda para oferecer todas as informações que sejam por aqui solicitadas. Estou de acordo, mas quero que o requerimento do Senador Eduardo Supply – sem que isso signifique nenhum despreço ao Estado de Goiás – seja tomado como uma inversão. Portanto, o primeiro a ser votado seria o do Ceará, porque, se vamos entrar já na fase de pedidos de informação e esclarecimento, se o Plenário estiver de acordo, inclusive o grande amigo Senador João Rocha...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Todos estão de acordo.

O SR. JOÃO ROCHA – Sr. Presidente, concordo com o Senador Lúcio Alcântara, mas encontra-se presente também o Presidente do Banco do Estado de Goiás e, ao relatar esse processo, tomei toda a

precaução de levantar informações, dados, e é um procedimento que está realmente fundamentado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Começamos por Goiás.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Podemos iniciar por Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – O Senador João Rocha tem razão. Eu não havia visto aqui na pauta. O Relator é o Senador João Rocha, que se encontra presente.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Apenas tomaríamos a precaução de não haver a votação enquanto não houver os 14 presentes. Mas, quanto à discussão, não tenho objeção de que ela se inicie.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Perfeito. Concedo a palavra ao nobre Senador João Rocha.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Quero só, Sr. Presidente, que V. Ex^a encareça à nossa diligente Secretaria para que tenhamos realmente o número, porque, nessas matérias, a rigor, no meu modo de entender, até contrariamos o Regimento, porque essa matéria estava em regime de urgência; não havia por que elas terem retornado à Casa, a menos que a urgência tivesse sido extinta, o que não ocorreu, tanto que está prevista a votação para amanhã.

O SR. JOÃO ROCHA – Eu queria colocar isso também, Sr. Presidente, não havia por que ela voltar aqui, porque, quando foi pedida a urgência, com a anuência da Comissão, conseguimos levantar 20 assinaturas de 27 membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – O Secretário me informa que as medidas de urgência só vão para o Plenário passando pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Permita também apenas informar que, por diversas vezes, tenho dialogado com o Presidente Antonio Carlos Magalhães. E S. Ex^a tem tido o cuidado, mesmo quando votada a urgência, na medida do possível, de realizar todo esforço, a fim de que as comissões deliberem. Isso é muito mais saudável para todos nós.

O SR. JOÃO ROCHA – Há apenas um pequeno detalhe: com a preocupação do Senador Eduardo Supply de que não houvesse somente a assinatura dos Líderes partidários, tivemos o cuidado de coletar 20 assinaturas de membros da Comissão, exatamente para atender o Regimento Interno Da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Perfeito.

Vamos à discussão. V. Ex^a poderia ler o relatório antes da discussão?

O SR. JOÃO ROCHA – Nosso parecer está fundamentado em todas as informações recebidas do Banco Central, do Ministério da Fazenda, da Procuradoria da Fazenda Nacional e atende os preditos de todas as formalidades da liberação de recursos para os projetos estaduais. Ele é favorável, Sr. Presidente, ao pleito do Governo do Estado de Goiás, por intermédio do Banco Central do Brasil, de federalizar o Banco do Estado de Goiás.

Votamos pela pretensão do Governo do Estado de Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a deseja fazer algum esclarecimento?

O SR. EDUARDO SUP LICY – Em Goiás estive mais recentemente, do que no Estado do Ceará. Encontrei, no avião, na viagem de ida e volta, o Senador Lúcio Alcântara. S. Ex^a sabe por que estarei melhor informado para fazer perguntas sobre o Ceará, que será o tema seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Estamos discutindo o Estado de Goiás agora, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Estando presente o Presidente do Banco, gostaria de formular algumas perguntas sobre o histórico do Banco do Estado de Goiás; sobre se é também propósito do atual Governo do Estado de Goiás privatizar aquele banco, ou se possuirá meios de realizar seu saneamento, permanecendo no controle majoritário; sobre se, porventura, realizará uma privatização parcial, isto é, se o Governo do Estado de Goiás, no caso de optar por um processo de privatização, manterá o controle majoritário, mesmo sem ter a maioria; sobre se, ainda assim, terá uma participação suficiente para influenciar o Banco; sobre quais serão as características da administração, na medida em que se está buscando um processo de saneamento, visando a que muitos dos bancos estaduais – isto inclui a história do Banespa – sofreram processos muito fortes de ingerência política, o que levou à decisão, em muitos casos, de privatizá-lo.

No entanto, alguns governos conseguiram sanear e manter o controle desses bancos estaduais. No caso do Estado de São Paulo, por exemplo, o Governador Mário Covas tentou ter o Banespa sob seu controle. Entretanto, três dias antes de sua posse, o banco sofreu intervenção, S. Ex^a não pôde mais influenciar diretamente sua administração.

É interessante observar que o crescimento das ações do Banespa é notável. Isso indica que, embora ainda sob o controle do Governo Federal, o Ba-

nespa já está saneado. A Caixa Econômica Estadual, nos últimos anos sob a direção do Professor Geraldo Gardenalli, mostrou uma recuperação formidável. Nesse caso, a administração séria, transparente, recuperou aquela instituição e apresentou resultados positivos. E hoje não se pensa na sua privatização.

Gostaria de ouvir do Presidente do Banco do Estado de Goiás a análise que faz do banco e qual é a intenção do Governo.

Agradeço os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Perfeito.

O SR. JOÃO ROCHA – Sr. Presidente, como Relator, posso responder a algumas indagações do Senador Eduardo Suplicy, pois me aprofundi muito no estudo da matéria antes de redigir o relatório. Se ainda restar alguma dúvida, o Presidente do Banco, que se encontra aqui, poderá esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Senador João Rocha, faço uma sugestão: como os Senadores estão fazendo um grande esforço para participar desta reunião, pois a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania também está reunida, e como há número suficiente para votar, V. Ex^a poderia ser sucinto.

Pediria ao Senador Eduardo Suplicy que limitasse as perguntas, a fim de que pudéssemos votar logo.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Sr. Presidente, seria mais adequado convidar o presidente do Banco do Estado de Goiás para tomar assento à mesa.

(Toma assento à mesa o Dr. Janides Fernandes.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Por favor, Dr. Janides, V. S^a poderia identificar-se, usando o microfone, e responder às perguntas de forma sucinta?

O SR. JANIDES FERNANDES – Janides Fernandes, Presidente do Banco do Estado de Goiás.

Senador Eduardo Suplicy, ouvi parte de suas perguntas.

Assumi a Presidência do Banco na última sexta-feira. O que existe no momento é um processo de federalização, de que V. Ex^{as} têm total conhecimento, iniciado na gestão do Governo anterior, endossado e encampado pelo Governo Marconi Perillo. No momento, segundo estudos da Secretaria da Fazenda, o Governo não tem como alavancar recursos para salvar o banco. Isso ocorre em quase todo o País. Assumimos a presidência com a incumbência de, logo que o Senado aprovar a federalização, terminarmos o processo e junto à STN e logicamente publicar a AGE e AGO, se necessário.

Com referência a uma pergunta feita a respeito do controle acionário, acredito que passaria todo para o Governo até a privatização.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Para o Governo Federal?

O SR. JANIDES FERNANDES – Para o Governo Federal. O Governo do Estado de Goiás não participaria mais.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Quantas agências são?

O SR. JANIDES FERNANDES – Entre postos de atendimento e agências são 303.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Em praticamente todas as cidades do Estado?

O SR. JANIDES FERNANDES – Não, não em todas as cidades do Estado; há postos de serviço em empresas. Grande parte das agências e postos é deficitária.

O SR. EDUARDO SUPPLY – O Banco do Estado de Goiás tem uma presença muito forte na economia do Estado de Goiás, como a instituição financeira mais importante?

O SR. JANIDES FERNANDES – Tem, sim.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Para o Estado, é a instituição financeira mais importante?

O SR. JANIDES FERNANDES – Não é a mais importante, porque, ao longo do tempo, foi perdendo força. Hoje há bancos como o Bradesco, o HSBC e o próprio Itaú, que tem uma rede enorme no interior do Estado de Goiás.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Quantos são os funcionários atualmente?

O SR. JANIDES FERNANDES – São três mil funcionários; eram seis mil e hoje são três mil.

O SR. EDUARDO SUPPLY – E o processo será leilão? Qual o processo previsto para a privatização e qual a data?

O SR. JANIDES FERNANDES – O processo é o seguinte: o Governo Federal assume, o Banco Central indica um representante do Governo no Conselho de Administração do banco, a União nomeia um avaliador e o Estado nomeia outro, para saber o preço das ações. Se houver impasse, haveria dez dias de prazo para nomear novo avaliador, para fazer nova avaliação e estabelecer os preços das ações.

O SR. EDUARDO SUPPLY – E o resultado líquido mensal do banco hoje é equilibrado, ou há prejuízo?

O SR. JANIDES FERNANDES – Não, Senador.

O balanço de junho não foi publicado – o Banco Central deu prazo até dia 31/03/99 para publica-

ção –, em função de ajustes que devem ser feitos no balanço. Se esses ajustes forem feitos sem que haja alocação de recursos por parte do Governo federal, para capitalização, o PL vira negativo em 30 de junho. Isso deixaria o banco com PL negativo já em 30 de junho. Daí a não publicação do balanço agora. O Banco Central concedeu prazo até dia 31/03, que é o prazo que consideram que o Senado aprovaria. A documentação junto à STN ficaria pronta, assim como a emissão das Letras do Tesouro, cujo montante, no caso de Goiás, é de R\$418 milhões, e logo depois haveria publicação da AGE e da AGO.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Os funcionários do Banco do Estado de Goiás são contratados em regime de carreira em serviço público ou empresa pública, ou são contratados em regime de CLT?

O SR. JANIDES FERNANDES – CLT, Senador.

Com relação ao Banco do Estado de Goiás, existe um desejo muito forte do quadro de funcionários de que ele seja federalizado.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Que seja federalizado para, em seguida, ser privatizado.

O SR. JANIDES FERNANDES – Para depois ser privatizado.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Há algum plano de transição com respeito aos funcionários, uma vez passados para o setor privado?

O SR. JANIDES FERNANDES – Existe o PDV – Programa de Demissão Voluntária –, que está previsto nessa alocação de recursos para o Estado. Os funcionários que por acaso queiram se demitir contarão com o Programa, e há verba específica para isso.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Está satisfeito, Senador Supply?

O SR. EDUARDO SUPPLY – Estou. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Em votação.

Aqueles que aprovam o pedido de Goiás permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passemos à apreciação do pedido do Ceará.

Pediria ao representante do Banco do Estado do Ceará que comparecesse à mesa.

Por favor, V. S.^a poderia identificar-se?

O SR. JOSÉ MONTEIRO ALENCAR – José Monteiro Alencar, Presidente do Banco do Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Passemos à discussão.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Supply para suas perguntas.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, Senador Pedro Piva, Sr. José Alencar – um nome de tradição no Ceará –, Presidente do Banco do Estado do Ceará, ainda neste último final de semana, conforme relatei – e encontrei na viagem os Senadores Sérgio Machado, Lúcio Alcântara e outros –, no Estado do Ceará, sobretudo em diálogo com o Deputado Federal José Pimentel, os Deputados Estaduais do Partido dos Trabalhadores, como João Alfredo e outros, manifestaram-me uma preocupação muito grande com os destinos daquele Banco.

Destarte, aqui, formulo algumas questões que avalio são muito importantes, sobretudo para esclarecer alguns episódios.

1ª) Qual a justificativa para o Governo do Estado do Ceará, no caso o Governador Tasso Jereissati, ter se negado a receber as entidades representativas de funcionários aposentados e da caixa de previdência para negociar o projeto de privatização do Banco do Estado do Ceará formulado por essas entidades? Está V. Sª a par dos problemas que foram denunciados por estas entidades e, inclusive, por parlamentares tanto federais quanto estaduais? Está V. Sª ciente de que, na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, os parlamentares de oposição apresentaram ao Governador Tasso Jereissati, há algum tempo, um dossiê onde apontavam a utilização, na avaliação deles indevida, de liberação de crédito sem os rigores necessários, e que contribuíram para que o Banco do Estado do Ceará chegasse a uma situação de tamanha dificuldade?

Estes são os tópicos da minha primeira pergunta. Como farei diversas, é melhor que o seja por partes.

O SR. JOSÉ MONTEIRO ALENCAR – Tentarei responder a V. Sª, primeiramente, o porquê de o Governador não ter recebido as instituições de classe.

A meu juízo, inicialmente, a pessoa que teria de responder seria o próprio Sr. Governador, dizendo se recebeu ou não recebeu, pois não me parece muito ético estar aqui assumindo determinadas tarefas.

Agora, eu, José Alencar, julgo que S. Exª tem os seus motivos para não ter recebido, mas não estou credenciado a dizer porque S. Exª não o fez.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, o Senador Lúcio Alcântara informou que está presente o representante do Governador do Estado do Ceará, ou melhor, da Secretaria da Fazenda, que, queremos crer, poderá, então, estar falando aqui pelo Secretário da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Sim; S. Sª é um representante oficial do Estado.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Então, pediria a V. Exª que solicitasse a S. Sª que componha a mesa também.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Pois não.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Pois não, Senador.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, estamos discutindo um financiamento, estamos discutindo um problema específico do Banco do Estado do Ceará; não estamos aqui discutindo um assunto político, ou ainda, as razões de o Governador ter ou não recebido, aceito ou não o plano.

O Governador tem a sua equipe e o seu plano, que entende ser o melhor plano, uma vez que foi submetido às autoridades econômicas, passou pelo Banco Central, passou pela Assembléia Legislativa, como disse o Senador Lúcio Alcântara, passou pelo Ministro da Fazenda, passou pelo Tesouro Nacional, foi aprovado, foi recomendado e remetido a esta Casa.

Então, o que temos que discutir, efetivamente, é se o banco tem condições de se recuperar, se o banco será privatizado, se o banco será federalizado, etc. Agora, discutir se a comissão referida foi recebida ou não, se o projeto da comissão era melhor ou não era melhor, Sr. Presidente, a meu ver, foge do propósito da discussão em tela.

Penso que o presidente do Banco deve dar as explicações de teor econômicas ao Senador Eduardo Suplicy, com as quais estaríamos satisfeitos ou não.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, a Resolução nº 78 dispõe que, para apreciarmos algo relativo a um Estado, há que se ter a presença do Governador ou do seu representante. Portanto, é preciso que um destes esteja presente. Se não estiverem presentes ou se não estão dispostos a dar explicações, é outra coisa. Agora, não estou aqui para ser censurado quanto às perguntas que, segundo avalio, sejam de interesse. Se o Senado já não quer mais ouvir Governadores nem Secretários da Fazenda, então vamos deixar de fazer a Comissão de Assuntos Econômicos funcionar. Ontem, já não se quis ouvir Governadores; agora, nem representantes de Governadores! Ora, Sr. Presidente!

Solicito, então, a presença do representante do Secretário da Fazenda para que S. Sª complemente a resposta dada, que é breve; contudo, desejo, pelo menos, um esclarecimento. S. Sª está aqui, Sr. Pre-

sidente; se não souber informar, é outra coisa. Mas, S. S^a veio a esta Casa para dar informações.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Eu gostaria de convidá-lo à Mesa; contudo, S. S^a não está presente, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Não veio?! Mas foi anunciada a sua presença.

O SR. GILBERTO MIRANDA – O Secretário da Fazenda, no caso, pode responder dentro do possível.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – O representante do Secretário da Fazenda foi anunciado como estando presente.

O SR. JOSÉ ALENCAR – Posso representá-lo.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – O Senador Eduardo Suplicy é um gentleman; é um homem que nos cativa pela sua educação, pela sua maneira de se portar, mesmo quando temos diferenças impossíveis de serem solucionadas. Todavia, é um gentleman perigoso, porque é obsessivo, voltando, repetindo, etc. Portanto, isso exige também uma certa vigilância da nossa parte.

O Sr. José Alencar é a autoridade presente, tendo trazido consigo dois assessores, estando, pois, credenciado para dar as informações que lhe forem solicitadas aqui. É claro que todos os Senadores são incensuráveis pelas suas palavras, seus atos; mas, é evidente que o que interessa mais é esclarecer a situação propriamente dita do banco; que, tenho certeza, é o que V. Ex^a deseja, obtendo todas as informações a esse respeito.

De outra parte, esse processo já está aqui há bastante tempo. Devo dizer que o presidente do banco e outros já vieram aqui mais de uma vez e a reunião não se deu, ou por razões políticas ou por razões regimentais. Esperamos, agora, poder ouvir as perguntas, as respostas a fim de deliberarmos.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Senador Lúcio Alcântara, permita-me. O presidente do banco disse que, por motivos éticos, não gostaria de dar informações, nem opinar, ou não sabe. S. S^a falou em motivos éticos. Então, parece-me que é imprescindível a palavra do Governador, por intermédio do seu representante credenciado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Veja bem, Excelência. A pergunta do Senador Eduardo Suplicy não deixa de ter a sua importância, mas ela é estra-

nha ao mundo financeiro, ao mundo econômico, uma vez que especula as razões pelas quais fulano não quis receber sicrano? Isto é evidente. Da mesma forma que S. Ex^a é incensurável, como Senador, não podemos querer interferir na agenda do Governador.

O SR. JOÃO ROCHA – Sr. Presidente, por uma questão de ordem, sugiro que limitemos o tempo das perguntas e das respostas.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – As perguntas que tenho são muito objetivas; não vou demorar.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Só um instante, Senador Eduardo Suplicy.

A Presidência intervém entendendo, primeiramente, que o presidente do Banco do Estado do Ceará está aqui, obviamente, na condição de presidente do banco e também de representante do seu Estado. Segundo, a Presidência entende que não houve qualquer tipo de censura ao Senador Eduardo Suplicy. E, terceiro, a Presidência recomenda e solicita que sejam abreviados os tempos de perguntas e de respostas.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Apenas para caracterizar o fato de que estamos, neste momento, de certa forma, consolidando uma jurisprudência, qual seja, a de que nestas entrevistas, nestas indagações, ou nestes depoimentos que são colhidos junto a Secretários de Estado, representantes técnicos de Governo, Secretários de Fazenda, presidentes de banco, presidentes de instituições que venham aqui explicar as operações financeiras relativas à Resolução nº 78, que as perguntas sejam inteiramente atinentes ao mérito da matéria que está sendo objeto de indagação.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Não necessariamente, discordo.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Senão, teremos a necessidade de convocar aqui o Governador, quem sabe o Chefe da Casa Civil, para explicar por que houve ou não a recepção de tal ou tal pessoa. Então, o direito de perguntar é ilimitado, pode perguntar o que quiser.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – E o direito de não responder também é.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Mas as perguntas que devem ser respondidas obrigatoriamente pelos Srs. Secretários, presidentes de banco, são aquelas

atinentes à matéria. Agora, o direito de perguntar, de falar, de discursar, de tecer considerações de toda e qualquer ordem é ilimitado dos Srs. Senadores, não há nenhuma censura. As pessoas que aqui vêm e exercem cargos eminentemente técnicos, embora nomeados politicamente, não podem ultrapassar a barreira e as limitações dos seus cargos. Senão, estaremos aqui constringendo essas pessoas, criando situações embaraçosas para elas. De outra parte, ninguém impede o Senador Eduardo Suplicy de continuar insistindo na convocação de governadores para depoimentos políticos nesta Comissão, por exemplo. Mas não é o caso do presidente do Banco do Ceará, que veio com uma missão específica, tem uma limitação que é própria do seu cargo. De modo que, infelizmente, a ele, não cabe fazer perguntas que ultrapassem as limitações da representação que ele tem.

Nesse sentido, com todo o respeito e considerando que discurso, pergunta, peroração, qualquer tipo de consideração aqui é ilimitada, não exigir dos nossos depoentes que ultrapassem os limites da sua representação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – A Presidência agradece sua participação, que elucida e ilumina mais a questão, e solicita ao Senador Eduardo Suplicy para, dentro do possível, formular as perguntas pertinentes ao processado.

O SR. EDUARDO SUP LICY – O que o Governo do Estado do Ceará, a direção do Banco do Estado do Ceará, pretende fazer com aqueles que trabalham hoje no Banco do Estado do Ceará? V. S^a confirma que são cerca de 1.050 os que trabalham no Banco do Estado do Ceará, aproximadamente?

O SR. JOSÉ MONTEIRO ALENCAR – Quando assumimos o banco, ele tinha 2.400 funcionários. Fizemos um plano de demissão voluntária, satisfeitos, sem nenhuma reclamação. Hoje, o banco tem 1.049 funcionários, que serão preservados, e o futuro deles, conforme sempre tenho dito, vai depender da sua capacidade com relação ao novo banco. Quem adquirir o banco vai decidir.

O que tínhamos a fazer para reduzir despesas, para preparar o banco para ser mais fácil de ser privatizado, já fizemos.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Qual será o destino da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Estado do Ceará?

O SR. JOSÉ MONTEIRO ALENCAR – A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Ceará será reanalisada com profundidade, inclusive seu déficit atuarial, que não está completado, não foi

feito ainda. Somente depois de concluído esse levantamento do déficit atuarial é que se terá uma definição do que será feito com a caixa de previdência. No bojo dessa negociação com a União, já estão alocados os recursos para o suficiente que se prevê para o saneamento do déficit atuarial da caixa de previdência dos funcionários do banco.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Houve um entendimento firmado na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará entre as entidades representativas dos funcionários, como a Associação dos Funcionários do BEC, AFBEC, parlamentares e representantes do banco e do Governo, relativo a negociações, nos termos de um PDV, relativas à possibilidade de co-gestão na Acabec, com a indicação, pelas entidades sindicais, de Diretores e curadores e, com respeito ao processo de federalização, previsto para cerca de 15 meses, não haver demissão sem justa causa.

Pergunto se a intenção da Direção do Banco do Estado do Ceará é a de levar em consideração isso que foi...

O SR. JOSÉ MONTEIRO ALENCAR – Este compromisso está sendo fielmente cumprido.

O SR. EDUARDO SUP LICY – E haverá alguma previsão de participação dessas entidades dos representantes dos funcionários no processo de privatização ou, de alguma maneira, na administração do BEC?

O SR. JOSÉ MONTEIRO ALENCAR – Isso não está acertado, Sr. Senador. O que ficou acertado com relação a isso, inclusive com as autoridades monetárias, é que o Governo terá assento no Conselho de Administração com apenas um membro. A Diretoria será formada por pessoas indicadas pela União, e o Governo do Estado do Ceará deverá ter apenas um assento no Conselho de Administração. Agora, com relação à Caixa de Previdência, ficou acertado que essas instituições terão cargos de Direção.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Com respeito à divulgação, pela imprensa, de diversas informações, como ocorreu, no ano passado, na revista IstoÉ, que trouxe uma matéria de capa relativa a irregularidades que haviam sido constatadas na administração do BEC, que providências foram tomadas pelo Banco do Estado do Ceará para averiguar e superar os problemas ali relatados? O senhor teria um balanço das providências tomadas e poderia nos relatar quais foram as conclusões e procedimentos?

O SR. JOSÉ MONTEIRO ALENCAR – A primeira atitude tomada pelo Banco foi a que a ética e a responsabilidade mandam: pegar esse dossiê, que

é apócrifo – não estava devidamente assinado –, e encaminhar para o Banco Central, por meio de um documento formal, para apuração. Gostaria apenas de ler a resposta das indagações feitas junto ao Banco Central, dada pelo Chefe de Divisão de Fiscalização do Banco Central, que diz "que igualmente todos os casos de irregularidades citados na súmula, anexa ao expediente tal, já mencionado, são falhas de ordem administrativa, não se constituindo em falta grave nem em crime que a Divisão de Fiscalização do Banco Central de Fortaleza tenha apurado".

Tem ainda outra resposta, de uma outra autoridade do Banco Central, Supervisor de Fiscalização: "Que o referido relatório resultou na carta de inspeções e que o mesmo constante dos relatórios, já mencionado documento, foi endereçado ao órgão de fiscalização do Banco do Estado do Ceará, pelo fato de indicar apenas irregularidades, não consideradas faltas graves; que, desse modo, as irregularidades mencionadas de expediente não se configuram crime da visão do depoente."

Esse é o documento mais fácil de explicar ao senhor. O próprio Banco pegou o dossiê, encaminhou ao Banco Central, que respondeu dessa maneira.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Agradeceria, Sr. Presidente, se pudor ter uma cópia desse documento que o senhor leu parcialmente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Peço ao Sr. Presidente que encaminhe ao Sr. Eduardo Supply e aos Srs. Senadores da Comissão de Economia.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Penso que, encaminhando à Secretaria da Comissão, ela providenciaria.

O SR. JOSÉ MONTEIRO ALENCAR – A recomendação será cumprida.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Concluí as minhas indagações, mas não o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, antes de entrar no assunto, gostaria de solicitar à Presidência que fizesse apreciar, na próxima reunião, a programação monetária para o primeiro trimestre. Fica até constrangedor, para nós da Comissão, apreciar esta matéria, por exemplo, no final de fevereiro, quando o trimestre já terá transcorrido.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Não há a menor dúvida, Senador Jefferson Péres. V. Exª tem

toda razão, isso deveria ter sido feito ontem, não o foi por um pedido de vista coletivo.

Eu gostaria de esclarecer aos senhores – já que me apresenta esta oportunidade, Senador Jefferson Péres – que está marcada para a próxima terça-feira, às 10h30min, a sabatina do indicado à Presidência do Banco Central.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Então, não haverá votação?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Não. Faremos como hoje. V. Exªs deliberarão no dia seguinte, ou na própria quarta-feira à tarde, numa reunião extraordinária, porque compartilho da sua preocupação e não gostaria de ver todos aqueles processos que foram ontem suspensos ficarem para o final de fevereiro.

O SR. JOÃO ROCHA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

Acredito que não há impedimento nenhum, porque o pedido de vista de ontem foi coletivo e, sendo assim, o prazo já se encerrou. Vamos colocar em pauta hoje.

O SR. LEONEL PAIVA – Não. São cinco dias, mas terça-feira o prazo estará vencido.

O SR. JOÃO ROCHA – Os autos não estavam no regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Em discussão.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, o parecer é esse?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Não, deve haver ainda alguma discussão.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Primeiro deve-se ler o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – O Senador Bello Parga quer um esclarecimento.

O SR. BELLO PARGA – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. LEONEL PAIVA – Uma questão de ordem, por gentileza, Sr. Presidente.

Como na terça-feira já terá transcorrido o prazo das vistas, solicitadas pelos Senadores Eduardo Supply e se não me engano José Eduardo Dutra, de todo o processado que está em análise, eu gostaria de, na terça-feira, solicitar a V. Exª que incluísse na pauta todos aqueles processados que estão efetivamente em regime de urgência aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Perfeito.

Peço ao Sr. Secretário que providencie.

O SR. BELLO PARGA – Sr. Presidente, nas parcelas de aplicação de recursos a serem levanta-

dos está o valor de R\$635.190.000,00, para aquisição de ativos do BEC pelo Estado.

Pediria a V. S^a que, de maneira sucinta, fizesse um desdobramento de quais são esses ativos, porque não estou encontrando aqui, pelo menos no processado.

O SR. JOSÉ MONTEIRO ALENCAR - Pois não.

Desse valor que o senhor citou, R\$556.000.000,00 eram para aquisição da carteira imobiliária do Banco do Estado do Ceará, que hoje representa mais de 50% dos seus ativos. Então, estamos vendendo para a Caixa Econômica Federal. O restante é para aquisição dos ativos da carteira de câmbio, que iremos fechar, e da carteira de fomento - operações ligadas ao BNDES, Banco do Nordeste - para tornar o Banco estritamente comercial e tirar dele a carteira imobiliária e essas pequenas carteiras de fomento, no caso BNDES, FNE e todos esses Fundos de Governo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) - Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, o meu parecer é favorável, porque creio que a esta altura não há saída, mas gostaria de formular duas perguntas ao Presidente do Banco do Estado do Ceará e me reportar um pouco à discussão anterior.

Acredito que é ilimitado o direito do Senador de perguntar o que quiser, como também é um direito do convidado responder ou não, pois isto não é um tribunal e ele não é réu, mesmo porque até um réu tem o direito de ficar calado, quanto mais quem não o é. Discordo um pouco dos que pensam que não devem ser feitas perguntas embaraçosas, porque vejo aí uma certa confusão. Penso que não devem ser feitas perguntas desrespeitosas nem agressivas. A boa educação manda que não façamos isso com ninguém, muito menos com convidados. Embaraçosa, não. Creio que a boa pergunta é a que embaraça, Sr. Presidente, é exatamente aquela cuja resposta é difícil. Não estou aqui para participar de um ritual vazio. Se puder, farei perguntas altamente embaraçosas, embora de maneira *soft*, com muito boa educação.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, peço a palavra para responder ao Senador Jefferson Péres. Se S. Ex^a já tiver encerrado?

O SR. JEFFERSON PÉRES - Não encerrei.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Se V. Ex^a não encerrou vou aguardar.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Tenha calma, Senador. Não encerrei ainda.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Se V. Ex^a não encerrou, vou aguardar. Assim que S. Ex^a encerrar, peço a palavra para responder ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Desde já peço direito à tréplica.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, se o Senador Jefferson Péres me permitisse, eu gostaria de usar a palavra pela ordem.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Pois não.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Temos que apreciar com a urgência possível, desde que todos se manifestem, que estejam esclarecidos para votar, é claro, o mérito da questão. Não vamos nos perder em algo que seja, não diria secundário, mas de processo. O mais importante é que o presidente do banco está presente e se dispõe a responder, evidentemente, o que souber. O direito de perguntar é livre, assim como o direito de resposta.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Apenas quis firmar posição à minha pergunta, que não é embaraçosa.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Creio que não só V. Ex^a, mas todo Senador pode fazer qualquer pergunta.

O SR. JEFFERSON PÉRES - É evidente. Gostaria de fazer-lhe uma pergunta porque se trata de um caso semelhante ao do Banco Estado do Amazonas. O Banco do Ceará não tinha uma carteira hipotecária, não tinha um crédito de SCVS a receber junto à União? O que será feito desse crédito?

O SR. JOSÉ MONTEIRO ALENCAR - Todos os créditos de SCVS e todos os ativos importam em um valor de mais ou menos R\$ 500 mil reais. Vamos alocar os SCVS. Está tudo feito, inclusive com a aquiescência e, posso até dizer, com a engenharia que foi feita pelo Banco do Estado do Ceará, pelo Banco Central, pela Caixa Econômica Federal, pela Secretaria do Tesouro Nacional. O SCVS também será colocado.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, trata-se de um contrato padrão.

Meu parecer é conhecido e favorável.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) - A Comissão vai continuar.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) - Para discutir.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Ele pode continuar, até porque quando fizer a discussão, farei refe-

rência ao Banco do Estado do Ceará. Se S.S^a quiser prestar algum esclarecimento poderá fazê-lo.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, preciso prestar um esclarecimento.

O Senador Jefferson Péres fez de conta, fingiu, que não entendeu o que eu disse. Creio que a atitude do Senador Jefferson Péres não está correspondendo à sua tradição, ao seu comportamento nesta Comissão.

Pergunta embaraçosa é a que não lhe é pertinente, que não se pode responder. A pergunta pode ser crítica, contundente, dura, criteriosa e respeitosa. Pode ser muito dura, mas não se pode fazer perguntas sobre questões que não estão no âmbito de responsabilidade da pessoa que aqui toma assento. Pergunta embaraçosa é aquela que não se pode responder por não lhe dizer respeito, por não estar no âmbito de suas responsabilidades. Não é a que é crítica ou contundente, mais dura ou mais pontiaguda em seus objetivos.

Evidentemente, houve uma atitude de má-fé do Senador Jefferson Péres ao manipular a forma como me expressei. Quero repudiar com veemência formal esse tipo de pronunciamento, de intervenção, Sr. Presidente.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, parece-me que o Senador José Fogaça não está acostumado ao contraditório. Todos são testemunhas de que não o ofendi, em absoluto. Dei até oportunidade à S. Ex^a de esclarecer o que compreende por pergunta embaraçosa, caso contrário o entendimento seria o de que aquele não queria que fossemos contundentes. Quanto à má-fé, repilo veementemente. Não aceito. Não usei de má-fé.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sou eu que não estou acostumado ao contraditório! Parece-me que é o Senador Jefferson Péres que não aceita o contraditório.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Não usei de má-fé, não o acusei de nada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Srs. Senadores, creio que já foi suficiente.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – S. Ex^a não está acostumado a ser criticado. Só sabe conviver com elogios?

O SR. JEFFERSON PÉRES – "Má-fé" é ofensa. Eu não o ofendi.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

Em votação.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, vou encaminhar o meu voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY – A presente matéria inscreve-se no contexto do programa de incentivo à redução, no setor público estadual, da atividade bancária e objetiva a transferência pela União, ao Banco do Estado do Ceará, de crédito no valor de 954 milhões, ao preço de 30.06.98, para promover o saneamento do Banco e, posteriormente, sua privatização.

A chamada federalização do BEC, que esse contrato de abertura de crédito enseja, é um episódio no dramático quadro de enfraquecimento do poder de atuação do Estado e, diga-se nesse particular, infamado por uma série de fatos relativos à má gestão dos negócios do Banco, estando a reclamar, por isso, tratamento dessa matéria ao nível do direito Administrativo, do Código Penal, e não de uma operação de saneamento financeiro pura e simplesmente.

Como sói acontecer com as denúncias em que se envolvem altos escalões de Governo, são os denunciados nos mais das vezes poupados e os prejuízos contabilizados a débito dos contribuintes e dos funcionários, que não tiveram participação para o concurso dos fatos delituosos. O caso do BEC é emblemático. Há bem poucos anos, entre 1991 e 1994, durante o Governo Ciro Gomes, o BEC atingiu excelência administrativa: abriu novas agências, investiu em novas tecnologias e capacitação de pessoal e, com agressiva intervenção mercadológica, chegou a ser considerado um modelo de banco público para o País, destacando-se como o 12º banco da América Latina com a menor taxa de risco. Tudo isso sem deixar de dar suporte aos programas sócio-econômicos do Governo do Estado. Registre-se por essa conquista o alto grau de profissionalismo de seu corpo funcional, a administração democrática, transparente e competente dos Srs. Pedro Brito e Antonio Coelho, técnicos do Banco do Nordeste.

Não foram necessários longos anos para a destruição desse quadro favorável ao Banco. Se durante sua primeira gestão o Governador Tasso Jereissati havia realizado gestão séria no Banco, houve, segundo as informações colhidas pelos Parlamentares do Estado do Ceará do Partido dos Trabalhadores, precisamente em junho de 1998, um problema, uma vez que o Banco Central anunciava ser necessário o valor de R\$700 milhões para ajustar o BEC, visando a uma futura privatização, privatização esta que já vinha sendo preparada desde 1995, quando o Governador Tasso Jereissati nomeou o

atual Presidente para geri-lo. A partir daí, o profissionalismo da gestão, precípuo instrumento no soerguimento do Banco, não foi considerado da mesma maneira que anteriormente. A boa técnica bancária, segundo o entender daqueles que estudaram em profundidade o assunto, foi afastada. Os instrumentos de avaliação e controle de operações de crédito foram desconsiderados. Em seu lugar, o que houve foi a prevalência de ingerência política, promovendo uma sangria de recursos da instituição até deixá-la exangue.

Essa ocorrência não passou imune aos olhos dos funcionários. Através de sua entidade, AFBEC, promoveram audiência com o Governador no final de 1996 em que narraram a situação dramática por que passava o Banco, mas não houve providência tomada por S. Ex^a. Esgotados os caminhos administrativos, a AFBEC entrou com uma representação junto à Procuradoria-Geral da República e ao Banco Central elencando operações suspeitas de irregularidades com os ativos financeiros do BEC. Em linhas gerais, a AFBEC apontava os seguintes itens: operação bancária de elevado risco e com garantias débeis, utilizando 30% do patrimônio líquido do BEC destinada a um único cliente; concessão graciosa de créditos astronômicos a pessoas jurídicas e naturais notoriamente inadimplentes e recursivamente devedoras do BEC; pactuação de mútuos bancários e avultadas somas a pessoas jurídicas e ulterior prorrogação do prazo de vencimento das dívidas sem parecer técnico lastreador da decisão, oferta de recursos sob forma de mútuo bancário à construtora sem lastro econômico e financeiro a par de salientes restrições cadastrais; realização de operações financeiras envolvendo créditos a empresas vinculadas a diretores do BEC, consubstanciando-se em favorecimento pessoal e vulneração ao patrimônio da entidade; operações irregulares com imóveis pautadas por estipulação de condições irreais e infensas às praticadas no mercado.

Como sobejamente será mostrado, é insofismável que não foi por falta de normativos balizadores de aplicação de crédito que o BEC chegou à insolvência. Ao contrário, como bem demonstram as regras relativas à concessão do crédito inseridas em seu Regimento Interno, cujo excerto neste tocante pode ser visto na cópia da representação, página 11, apensada a este voto, de que transcreveremos uma parte.

"a – Os créditos somente poderão ser liberados após sindicabilidade dos comitês de crédito, art. 29;

– Nenhuma operação ativa e oferta de garantia será realizada sem lastro financeiro-econômico

bastante suficiente à segurança e ao retorno da inversão realizada, art. 30.

– Somente poderão ser dispensados os créditos para mútuos e depositantes – mútuos especiais com prévia e expressa autorização de diretoria e empreendimentos de pequeno porte de caráter informal.

O art. 33 do estatuto social expressa que é vedada a concessão de empréstimo ou financiamento a quem estiver com débito irregular junto à Fazenda pública do Estado do Ceará.

Na mesma linha de preservação da instituição, desponta o art. 35 ao definir que os responsáveis por operações de curso anormal ou que tenham sido levadas a prejuízo do banco ou de qualquer das instituições que acionariamente controle só poderão obter novos créditos depois de regularizarem essas operações. Os impedientes negociais se avultam no tocante às relações patrimoniais com familiares e correlatos de funcionários do BEC.

É defeso à administração do banco vender ou comprar a funcionários, seus cônjuges e parentes do primeiro grau, bem como a sociedades de que fazem parte sem prévia e expressa autorização da assembléia geral, diz o art. 44.

É vedada à administração do BEC deferir operações de crédito a funcionários, bem como a sociedades de que fazem parte sem prévia e expressa autorização da assembléia geral, diz o art. 45.

Forçosa é a apresentação de alguns dispositivos do estatuto social do banco e de normativos internos no que respeita à regulação da concessão de crédito para que possam ser confrontados com os fatos aduzidos a seguir e que indiquem flagrante confronto entre as normas do banco e as normas de sua administração superior. Para tanto, obtive informações contidas na citada representação originária da BEC ao Banco Central.

São exemplos desses casos o grupo OIT composto das seguintes pessoas jurídicas: Empresa Industrial Técnica, Maísa Participações, Mossoró Agroindustriais, Trana Transportadora Nacional, Trana Construções, Fortaleza Agroindustrial. A tomadora de recursos constitui-se em sociedade mercantil de tradição e solidez financeira na praça cearense; entretanto possui direta e indiretamente uma série de irregularidades cadastrais e incongruências sob a ótica bancária, a saber, cadastrais outras sobre as sucessivas rolagens da dívida: a operação realizada em maio de 1996, adstrita à agência central do BEC da ordem de 12 milhões; o fato de as inversões financeiras terem sido autorizados pela Presidência

do BEC, sem parecer técnico ou mesmo submissão aos comitês de crédito; o fato de a diretoria ter avocado para si as decisões inerentes à concessão de crédito superiores a R\$ 200 mil por pessoa natural ou jurídica, bem assim por grupo econômico, desprezando, uma vez mais, cautelas inerentes aos riscos bancários e às normas vigentes.

O grupo já se encontrava devedor de R\$12 milhões. A diretoria do BEC aprovou um novo crédito da ordem de R\$10 milhões, com lastro em garantias quirografárias e hipotecárias e mais R\$3 milhões passíveis de liberação com o simples aval dos sócios. Assim, o grupo OIT é detentor de dívida orçada em R\$20 milhões e R\$200 milhões na rubrica operação de curto prazo com arrimo e aval e sem embargo dos R\$3 milhões aprovados. Saliente-se que, após a concessão dos referidos R\$10 milhões aprovados em reunião de diretoria do BEC, o banco passou a realizar operações de caráter sistemático, com o fim de liquidar mútuos vencidos e não-pagos pela EIT. Tais operações, todas sob o signo de inadimplência, foram sucessivamente renegociadas sem qualquer fundamento ou mesmo lastros peculiares de natureza técnica.

Em suma, o Banco do Estado do Ceará disponibilizou ao grupo um volume de recursos correspondente a 30% do patrimônio líquido do banco, ou seja, um conjunto de dinheiro superior em seis vezes a concentração de risco aceita pelo Sistema Financeiro Nacional. A par disso, prazo curtíssimo dos mútuos bancários, sem laços de garantia sólidas, soma-se a rolagem sistemática dos débitos, indicando uma iminente bancarrota do BEC.

Não se pode, ademais, olvidar que as taxas de juros utilizadas são dissociadas dos mínimos padrões de idoneidade econômica, porquanto representam benefício mensal de 500 mil reais ao grupo. Nem mesmo o Banco Central, que atua com extrema lentidão nesses casos, poupou o BEC, emitindo em novembro de 1997 o Expediente DEFOR-REFIS nº 97/222, em que aponta falha na condução de seus negócios e alerta para a situação preocupante em relação ao retorno de capital aplicado nas operações de crédito, determinando a adoção de procedimentos mais eficazes no sentido de recuperar os recursos aplicados, inclusive quanto àqueles já registrados como prejuízos, sobretudo pela expressividade dos recursos ali estagnados.

Categoricamente, o relatório de inspeção anexo encerra ordenando aos senhores diretores cessar de imediato as práticas irregulares apontadas, bem como adotar as providências com vistas à regulari-

zação das conseqüentes pendências, além da melhoria dos controles internos, pois sua continuação poderá sujeitar essa instituição e seus administradores às sanções previstas no art. 44 da Lei nº 4.595.

Por tudo exposto aqui, considero inoportuna a celebração desse contrato, Sr. Presidente. Se o BEC estava há pouco mais de 4 anos plenamente saneado, administradores concorreram para a sua **débâcle**, conforme indícios nos documentos apresentados a esse voto.

Isso tudo está a carecer de criteriosa apuração para que seja restituído ao BEC o que lhe subtraíram. A propósito, há que se dar prioridade ao acompanhamento do inquérito aberto em 03.3.98, na Polícia Federal, para a apuração das denúncias, inclusive por iniciativa da Procuradora-Geral da República no Ceará, Drª Nilce Cunha.

Capitalizar o BEC para após vendê-lo é enveredar pelo histórico caminho brasileiro da impunidade.

Com todo o respeito ao Senador Relator, a quem estimo e com quem temos tido um extraordinário entendimento em tantas ocasiões, inclusive ontem e hoje, diante desses fatos e de mais outros também graves arrolados nos documentos a estes apensos, em razão do dever de que fui investido quando escolhido para estar no Senado pelo povo de São Paulo, resta-me declarar voto contrário ao contrato de abertura de crédito ao Governo do Estado do Ceará, para o benefício de uma instituição financeira pública, sobre a qual pesam graves indícios de gestão temerária, de uso de seus recursos para benefício de familiares e de grupos econômicos, malferindo os interesses do povo do Ceará e de seu corpo de funcionários, que demonstraram zelo pelo banco, apresentando propostas para a sua revitalização e até proposta de aquisição da maioria de suas ações, como meio de preservar seus empregos e mostrar ao País que a atividade bancária é lucrativa por excelência, que pode muito bem aliar o lucro ao cumprimento de funções sociais, bastando para isso que seja administrada com competência, denodo e ética profissional.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados (Pausa.).

Aprovado com o voto em separado dos Senadores Eduardo Suplicy e Ademir Andrade.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. JOÃO ROCHA – Pedimos o referendo da Comissão para o regime de urgência. Trata-se dos itens I e II, referentes ao Estado de Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Concedido o referendo para o regime de urgência para os itens I e II.

Tem a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS – Eu apenas gostaria de propor a V. Ex^a que se estabelecessem critérios para a realização dessa reunião da Comissão de Assuntos Econômicos para torná-la mais produtiva.

Se cada Senador pedir que seja proferido um voto com o tempo que levamos para ouvi-lo, ficaremos aqui até a noite. Então, penso que tomaríamos a reunião mais produtiva se estabelecêssemos critérios de tempo para a exposição de cada Senador.

Essa é a sugestão que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Na próxima legislatura, deveríamos pensar sobre isso. Vou encerrar a reunião.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Eu gostaria de informar o seguinte: sou o Relator do parecer sobre o Estado do Piauí quanto ao contrato com a União.

Estava presente ontem o Secretário da Fazenda do Estado do Piauí. Como houve pedido de vista coletivo, estou encaminhando a V. Ex^a o voto que, inclusive, acabei modificando com respeito a diálogos que precisava ter concluído ontem com o Secretário Pedro Parente, com o Governador Mão Santa e com o Senador Jader Barbalho – com quem vou conversar.

Este parecer estará à disposição daqueles que pediram vista.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Obrigado. Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h5min.)

3ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 7ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura, realizada em vinte e seis de janeiro, de 1999, às 10:30 horas.

As dez horas e trinta minutos do dia vinte e seis de janeiro de mil novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Pedro Piva e com a presença dos Senadores: Fernando Bezerra, José Eduardo Dutra, Francelino Pereira, José Fogaça, Ademir Andrade,

Jefferson Peres, Osmar Dias, Lauro Campos, Júlio Campos, Bello Parga, Romero Jucá, Moreira Mendes, Djalma Bessa, Jonas Pinheiro, Edison Lobão, Ney Suassuna, Lúcio Alcântara, Epitácio Cafeteira, Leomar Quintanilha, Casildo Maldaner, Gilvan Borges, Romeu Tuma, Ramez Tebet, Gilberto Miranda, Pedro Simon, Levy Dias, Joel de Hollanda, Arlindo Porto, Jônice Tristão, Roberto Requião, Sérgio Machado e José Roberto Arruda. Deixaram de comparecer os Senadores: Leonel Paiva, João Rocha, José Saad, Carlos Bezerra, Eduardo Suplicy e Odaí Soares. O senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se à apreciação **Mensagem N.º 54, De 1999**, (Mensagem n.º 108, de 14.01.99, na origem), **não terminativo**, que "submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Francisco Lafaiete de Pádua Lopes para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil". Autoria: Presidência da República. Relator: Senador José Fogaça. Resultado: Aprovada a indicação por vinte e três votos favoráveis e dois contrários. A presidência informa que a apreciação dos demais itens da pauta fica adiada para a próxima reunião. Segue a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Pedro Piva**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Está aberta a 3ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos desta Legislatura, marcada para às 10h30min. Mensagem, não terminativa, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Francisco Lafaiete de Pádua Lopes para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil. Relator Senador José Fogaça.

Peço ao Senador Romeu Tuma, Líder do Governo, que introduza o Sr. Francisco Lafaiete de Pádua Lopes.

Srs. Senadores, quero agradecer aqui a presença do Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, que nos dá a honra de sua presença nesta reunião.

Concedo a palavra ao Senador José Fogaça para ler o relatório.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – O Senhor Presidente da República encaminhou, em 14 de janeiro do cor-

rente ano, Mensagem ao Senado Federal submetendo a indicação do Sr. Francisco Lafaiete de Pádua Lopes para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil, conforme o disposto no inciso XIV, do art. 84, combinado com a letra d, do inciso III, do art. 52, da Constituição Federal.

A ocupação do cargo de Presidente do Banco Central pressupõe o preenchimento de determinados requisitos básicos, quais sejam:

- a) reputação ilibada;
- b) profundo conhecimento sobre questões econômicas;
- c) conhecimento sobre as práticas da administração pública;

Quanto ao primeiro requisito, o Professor Francisco Lopes tem-se caracterizado em sua vida pública, em todos os cargos que já tenha ocupado, desde Assessor Especial da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (1986), até o que atualmente ocupa (Diretor de Política Econômica e Política Monetária do Banco Central do Brasil) pela lisura no trato dos assuntos públicos, bem como pela busca inequívoca de atender aos princípios da Administração Pública, conforme preceitua o art. 37 da Constituição Federal.

O atendimento ao segundo requisito emana de sua própria formação acadêmica. Após obter o bacharelado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1967), obteve o título de mestre pela Fundação Getúlio Vargas do próprio Rio de Janeiro (1969). A fim de ampliar o seu conhecimento econômico, obteve novo título de mestre, desta feita pela Universidade de Harvard, nos Estados Unidos (1970), onde conclui também seu doutorado (1972).

No seu retorno ao Brasil, paralelamente a algumas atividades de consultoria econômica, dedicou-se fundamentalmente a lecionar, tendo sido professor da Universidade de Brasília (1972/73) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1977 até 1986), destacando-se em pesquisas relacionadas a questões macroeconômicas.

O Professor Francisco Lopes apresenta em seu currículo 57 publicações relativas aos temas econômicos, onde devemos destacar suas análises sobre a questão das hiperinflações, bem como sobre o comportamento da chamada "inflação inercial".

No que diz respeito ao terceiro requisito, devemos destacar que o Professor Francisco Lopes exerceu o cargo de Superintendente do Instituto de Pesquisa (INPES) do IPEA (março a agosto de 1979), foi Assessor Especial da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 1986 e Assessor Es-

pecial do Ministro da Fazenda (junho a dezembro de 1987). Nesta etapa, portanto, adquiriu notórios conhecimentos sobre as questões relacionadas ao funcionamento da máquina pública.

Entre 1987 e 1994, como Diretor-Presidente da Macrométrica Pesquisas Econômicas Ltda., aprofundou seus estudos sobre a realidade econômica brasileira, podendo acompanhar todas as modificações pelas quais passaram a nossa economia.

Em 1995, convidado a auxiliar na consolidação do Plano Real, aceitou convite do Senhor Presidente para participar da Diretoria do Banco Central, sendo atualmente o responsável pela condução da política monetária.

A análise da formação acadêmica e profissional do Sr. Francisco Lopes obedece aos requisitos necessários para a ocupação do cargo de Presidente do Banco Central do Brasil, para o qual foi indicado pelo Presidente da República. Assim, registra-se a reputação ilibada, notório conhecimento econômico, como experiência prática nas questões relacionadas à Administração Pública.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, cumpridos os trâmites processuais necessários, bem como as práticas de natureza política, entendo que o nome em apreço está em condição de ser apreciado por esta Comissão.

É o relatório e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Após ouvirmos o relatório e o voto, concedo a palavra ao Sr. Francisco Lafaiete de Pádua Lopes.

O SR. FRANCISCO LAFAIETE DE PÁDUA LOPES – Sr. Presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães; Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Pedro Piva; Senadores Fernando Bezerra e Romeu Tuma, presentes à mesa; Sr^{es} e Srs. Senadores; senhores e senhoras:

Trata-se, sem dúvida, de uma ocasião especial esta em que, por indicação do Senhor Presidente da República, submeto-me à sabatina nesta Comissão, com vistas a assumir o cargo de Presidente do Banco Central.

Vivemos um momento importante da vida econômica nacional, em que a política econômica, em particular a cambial, evolui no sentido de uma nova definição. Portanto, creio tratar-se de excelente oportunidade para, da forma mais transparente possível, tentar explicar a V. Ex^{as} e, por seu intermédio, à Nação a natureza das decisões de política econômica, particularmente nessa área de política macroeconômica, monetária e cambial, tomadas nos últimos

cinco anos, assim como a natureza da decisão atual e as perspectivas que se colocam para a economia brasileira à luz desses desenvolvimentos.

Para fazê-lo, convém partir do início. Temos de voltar nossos olhos às condições que existiam na economia brasileira às vésperas do Plano Real, economia destruída por um processo inflacionário massacrante, crônico. Tal realidade já está um pouco esquecida, com uma inflação de quase 40% ao mês, ou seja, cerca de 2% ao dia e mais de 5.000% ao ano, uma situação que desafiava há muitos anos os esforços mais corajosos e bem intencionados para controlar o fenômeno. É claro que o fenômeno da hiperinflação, dessa superinflação que experimentamos antes do Plano Real, tinha um efeito destrutivo sobre a vida econômica, a sociedade e a cultura brasileiras, tornando imperativas e absolutamente prioritárias ações do Governo no sentido de equacioná-lo.

Nesse contexto, foi lançado o Plano Real. Naturalmente, como qualquer plano de estabilização em condições de superinflação, foi necessário baseá-lo na chamada âncora cambial. O instrumento básico de coordenação do processo de definição de preços foi a política cambial. É muito importante enfatizar este ponto: não é possível sair de um processo inflacionário da magnitude que vivíamos em 1994 sem o uso da âncora cambial. É evidente que o Plano Real teve vários outros aspectos importantes; iniciamos um processo de saneamento das contas públicas; houve um avanço grande em legislação, eliminando mecanismos formais de indexação, que contaminavam a economia brasileira. Fundamentalmente, porém, o Plano baseou-se em uma âncora cambial, na idéia de que a Nação visava manter a taxa de câmbio a mais controlada possível.

Não havia alternativa de buscar outra âncora naquela situação. Em situação de inflação crônica, a eficácia da política monetária encontra-se fortemente comprometida. Na verdade, no mundo da inflação crônica daquela época, a própria definição de moeda era algo difícil de se precisar; a própria moeda, a base, a âncora natural de qualquer sistema econômico havia se tornado indexada. A própria oferta de moeda na economia acabava refletindo o movimento inflacionário; as finanças públicas do País estavam totalmente desorganizadas, não havia nenhuma possibilidade de controlar o processo inflacionário sem o uso de uma âncora cambial. Aliás, isso foi assim em todos os países. Não há nenhuma outra experiência, nenhuma experiência na história econômica mundial, de um país que tenha chegado à situação de inflação absurda em que nos encontrávamos em 94 e

que tenha saído por meio de políticas convencionais monetárias e fiscais. É imperativo o uso da âncora cambial.

De fato, a âncora cambial, implantada com o real, teve tremendo sucesso no combate à inflação. A taxa de inflação, como eu disse, que chegava a mais de 5.000% ao ano antes de julho de 94, caiu para 22% em 95; 9% em 96; 4% em 97 e quase 2% em 98, superando, de longe, as expectativas mais otimistas a respeito da possibilidade de combate à inflação naquela época. Foi, inequivocamente, um instrumento de enorme sucesso no combate à inflação. Mas, infelizmente, nada é perfeito nesse mundo, e a âncora cambial, se bem que muito eficaz no combate à inflação, teve consequências menos agradáveis do ponto de vista das relações do País com o exterior, do balanço de pagamentos do País.

É natural que uma âncora cambial, aplicada no início de um processo de estabilização, produza uma sobrevalorização cambial; produza um atraso na taxa de câmbio real. A consequência desse atraso da taxa de câmbio real foi que o balanço de pagamento deteriorou. Saímos de uma situação, em 94, de praticamente equilíbrio no balanço de pagamento em conta corrente – o balanço de pagamento, a contabilidade mede a relação entre as exportações de bens e serviços e as importações de bens e serviços. Depois, a situação deteriorou-se. Houve inclusive déficit em conta corrente na ordem de 3 a 4% do PIB – é o número que estamos verificando este ano.

É claro que isso é uma consequência inevitável de um processo, de um processo de estabilização com o uso da âncora cambial.

A balança de pagamento é efetuada negativamente pela sobrevalorização cambial. É lógico que isso significa que a nossa vulnerabilidade externa aumenta. O País precisa financiar esse desequilíbrio do balanço de pagamento durante o período em que essa sobrevalorização persiste. Certamente, a sobrevalorização cambial não é algo que surja na economia definitivamente. Os próprios mecanismos de mercado, de forma gradual, vão-se encarregando, ao longo do tempo, de corrigir essa sobrevalorização da taxa de câmbio real. Inclusive a nossa política cambial evoluiu no início do processo de estabilização, ao longo de 95 e 96, no sentido de facilitar esse ajuste gradual da taxa cambial. Passamos a mover a taxa de câmbio, ao longo do tempo, a uma velocidade da ordem de 7% ao ano.

Esse processo, de fato, vinha conseguindo recuperar, em larga medida, a perda de competitividade das nossas importações e da produção nacional

vis-à-vis à produção estrangeira ao longo do tempo. Nos anos de 97 e 98, esse processo de desvalorização gradual nos chamados sistemas das intrabandas, minibandas, produziu um ganho de competitividade da ordem de 12%, um ganho bastante expressivo para um período de dois anos. Então, a política visava, caminhava na direção de fazer gradualmente a correção da taxa de câmbio real.

É claro que a desvalorização prevista da taxa de câmbio da ordem de 7% impunha, criava alguma pressão sobre a taxa de juros do País. Apesar de esforços continuados e decididos de reduzir a taxa de juros, nesse período todo não conseguimos baixar a taxa de juros para menos de 20% ao ano. É claro que, em parte, as taxas de juros elevadas com as quais convivemos nesse período foram resultado da baixa credibilidade do País, do fato de os nossos avanços na área fiscal não terem caminhado de forma convincente, da forma que seria necessária para gerar um ganho decisivo de credibilidade – esse também foi um fator de pressão sobre a taxa de juros. Mas também a desvalorização antecipada da taxa de câmbio ao ritmo de 7,5% impunha um piso na taxa de juros.

Então, em um certo sentido, a decisão tomada obedecia ao que os economistas chamam de trade off, uma relação de troca na qual o Governo tinha de optar – e optou – por um caminho para permitir que a taxa de câmbio real seguisse num processo de correção gradual ao longo do tempo, recuperando a competitividade da produção nacional vis-à-vis a produção estrangeira. Tínhamos taxas de juros mais elevadas e uma acumulação de dívida pública. Essa foi uma relação perfeitamente entendida, uma opção deliberada do Governo de aceitar taxas de juros relativamente maiores nessa transição para permitir que a sobrevalorização do câmbio real fosse eliminada gradualmente.

Na realidade, esse processo caminhava bastante bem, como já disse, mas, a rigor, permanecia um problema que ainda tinha de ser resolvido para que a estabilização definitiva da economia brasileira fosse alcançada – esse é um problema inevitável em qualquer plano de estabilização. Quando se parte de uma situação de inflação crônica e desenfreada, como partimos em 1994, torna-se imperioso iniciar o processo de estabilização com o uso de uma âncora cambial. Apresenta-se, então, o desafio de como, ao longo do tempo, fazer a transição dessa âncora cambial para uma âncora definitiva e efetiva, que é a âncora monetária e fiscal, a âncora da política monetária baseada em uma situação fiscal consistente

com essa política monetária, os dois visando manter a estabilidade de preços, manter a inflação sob controle e, de preferência, em um regime de flutuação cambial.

Existia a alternativa de um currency board, de um plano de conversibilidade semelhante ao que existe na Argentina – sobre isso vou falar um pouco mais depois. O Governo brasileiro desde o início examinou com muita seriedade a opção de um currency board e concluiu que seria extremamente difícil no Brasil implantar esse tipo de regime. Portanto, fez-se a opção consciente, desde o início, de fazer uso temporário de uma âncora cambial e, ao longo do tempo, fazer uma transição para uma âncora monetária e fiscal com flutuação cambial. Desde o início esse foi o plano, a estratégia de ação da política de estabilização.

Esse processo sempre foi visto como um plano de longo alcance. Eu, pessoalmente, sempre enfatizei em entrevistas e em conversas que o processo de estabilização é um processo longo. O processo de estabilização não se faz com o primeiro mês de sucesso. O Plano Real em seus primeiros momentos teve resultados fantásticos, surpreendentes e muitos acreditavam que havia acabado a inflação no Brasil, que o problema estava resolvido e que deveríamos pensar em outros problemas. Ledo engano. Um País que viveu décadas com inflação crônica, que, por imprudência, por falta de seriedade na área fiscal, por políticas equivocadas, por azar, por choques externos, por problemas a que qualquer economia está sujeita, deixou que o processo inflacionário chegasse a esse índice absurdo de 5.000% ao ano.

A solução para essa situação virá, inevitavelmente, por meio de um processo de muitos anos, de quatro, seis, oito ou dez anos; não será um processo que se fará em uma questão de meses. Isso sempre foi claro para a equipe econômica. Sabemos que teremos de enfrentar esse desafio, de fazer a transição da âncora cambial para uma âncora monetária e fiscal.

É claro que o nosso plano inicial era o de que essa transição fosse feita da forma mais gradual possível. Deveríamos incentivar o Governo e este Congresso a avançarem na área fiscal, o que, de fato, está acontecendo neste País.

Evidentemente, essa transição, no nosso plano inicial, poderia ser feita em condições as mais favoráveis possíveis. De forma ideal, uma transição desse tipo deveria ocorrer numa situação em que o País estivesse recebendo um influxo de capital estrangeiro, o que facilitaria bastante a flexibilização, um

eventual abandono da âncora cambial e a manutenção da estabilidade da economia com base na âncora monetária e fiscal. Infelizmente, a realidade tem esse capricho de frustrar os melhores planos, e, nesse caso particular, as crises externas, que eram absolutamente imprevisíveis, apareceram com uma tremenda gravidade.

Houve a crise asiática a partir de meados de 1997. Surgiram problemas na Tailândia, e, depois, houve o contágio em outras economias asiáticas, como na da Coreia, na da Indonésia, na de Hong Kong; houve o ataque em Hong Kong. Isso nos levou à primeira crise importante, à crise de outubro de 1997. O Brasil foi atingido pelo contágio; sofremos na carne as consequências desse chamado contágio das crises externas. Mais adiante, ao final de 1998, em setembro, foi declarada a moratória russa. Esta palavra nefasta, moratória, tem o poder de realmente desequilibrar os sistemas econômicos e foi implantada naquela grande Nação, e o efeito de contágio também foi tremendo, imediato e inexorável.

As crises, portanto, fizeram com que a nossa estratégia de longo alcance tivesse que ser rapidamente revista. Acredito que as nossas respostas às crises externas foram corretas. Em setembro de 1997, tínhamos reservas bastante confortáveis de US\$62 bilhões; em agosto de 1998, tínhamos reservas de US\$67 bilhões. Toda a doutrina econômica indicava que a resposta correta para estancar um processo de contágio com um processo de perda rápida de reservas internacionais, que se iniciou, seria a resposta que demos: um rápido ajuste da política monetária, ainda que transitório; uma elevação forte da taxa de juros; e avanços na área fiscal. Teria sido imprudente naquele momento tentar evoluir na direção de uma maior flexibilização da âncora cambial.

A resposta monetária foi muito eficaz, apesar de seus efeitos indesejáveis sobre a economia, sobre a atividade produtiva. Infelizmente, a resposta fiscal ficou muito a desejar. O chamado "Pacote 51", que era o complemento inevitável da defesa no primeiro choque, no choque de setembro de 1997, revelou-se muito tímido. Surgiram dúvidas quanto a sua efetiva implementação e tivemos uma perda extremamente grave de credibilidade.

É claro que a nossa estratégia de evolução, de transição extremamente gradual para fora da âncora cambial teve de ser revista em abril de 98, já com uma grande recuperação de reservas. Os senhores lembram-se que, depois da crise asiática, tivemos uma perda de mais de 10 bilhões de reservas num pequeno espaço de tempo. Através da resposta de

política monetária e fiscal – os investidores acreditando, ainda, que o Pacote 51 teria, realmente, efetividade –, conseguimos recuperar reservas. Chegamos a US\$74 bilhões em abril de 98 e iniciamos um processo mais rápido de flexibilização da banda cambial.

Ainda mantendo o sistema da intrabanda, começamos um processo de abertura, de ampliação gradual do espaço de flutuação, a um ritmo de 1% ao ano. O sistema de intrabandas foi modificado no sentido de fazer com o intervalo de flutuação, que era praticamente nulo na posição inicial – menos de 0,5% –, fosse aumentando à velocidade de 1% ao ano.

É verdade que, olhando do ponto de vista atual, provavelmente esse movimento foi muito tímido. Deveríamos ter feito esse movimento de ampliação mais rapidamente. É claro que é muito fácil ser esperto a posteriori. Depois que as coisas acontecem, todo mundo sabe exatamente o que deveria ter sido feito em cada situação. É muito mais difícil tomar as decisões corretas quando a realidade se impõe e com base nos fundamentos que a teoria econômica e a experiência fornecem-nos e que são, obviamente, limitados. A decisão, de qualquer maneira, foi feita, ou seja iniciou-se um processo de ampliação gradual da faixa de flutuação, mas ninguém podia imaginar – em abril de 98, o País tinha recuperado credibilidade, as reservas internacionais tinham atingido um novo pico histórico, nunca tínhamos tido US\$74 bilhões de reservas – que, em agosto, setembro, logo adiante, os russos iriam decretar essa nefasta moratória, que tanto perturbou os mercados internacionais.

Como os senhores sabem, a moratória russa detonou um ataque tremendo sobre a nossa posição. As nossas perdas de reservas foram de 21 bilhões em setembro de 98; 3 bilhões em outubro de 98; 1 bilhão em novembro de 98; 6 bilhões em dezembro de 98 – se excluirmos o aporte de cerca de 9 bilhões de empréstimo do Fundo Monetário Internacional e dos países do G-7 – e, finalmente, 8 bilhões em janeiro de 99. Nesse período total, perdemos cerca de 40 bilhões de reservas.

É evidente que o regime cambial estava sob pressão tremenda. Era difícil resistir à negociação do acordo com o Fundo Monetário e sua aprovação. Nesse período, outubro de 98, na minha opinião, foi fundamental que o País ganhasse algum tempo para desenhar e tentar fazer uma transição, muito mais rápida do que imaginávamos, da âncora cambial

para a âncora monetária fiscal que pretendemos implantar no futuro.

A tentativa de mover do sistema de intrabandas para uma banda larga, desenhada com grande flexibilidade – e, no dia 13 de janeiro, sabíamos que tinha uma chance limitada de sucesso. Ainda assim, tentamos fazer com que essa transição para um regime de flutuação fosse o mais controlado possível. Infelizmente, nesse período, num espaço de quatro dias, as nossas reservas foram atacadas em quase US\$6 bilhões. Estávamos perdendo reservas a um ritmo muito forte. Era inevitável reagir, e a decisão do Governo foi fazer a transição, imediatamente, para o regime de flutuação, que, como eu disse no início, era onde gostaríamos de chegar desde sempre. O Plano de Estabilização e a política macroeconômica, desde o início, visavam chegar exatamente na posição em que nos encontramos hoje: uma economia que caminha para um regime de flutuação, com o suporte de um ajuste fiscal extremamente vigoroso, que esta Casa está realizando e que praticamente está concluído.

Creio que, nesta tarde, haverá votações importantes. Nos próximos dias ou semanas, haverá votações da maior importância, que darão ao Brasil um fundamento fiscal que nos permitirá, realmente, manter esse ganho de estabilidade sem a necessidade de uma âncora cambial, sem estarmos vulneráveis a ataques de especuladores e aos fenômenos de contágios de crises externas. Evidentemente, não temos nenhuma garantia de que esses contágios acabaram aqui. Houve duas crises externas de dimensão muito maior do que se poderia imaginar, mas ninguém pode ter a certeza de que não haverá outras. O Brasil deve ter a capacidade de consolidar definitivamente a estabilidade por meio de bases fiscais extremamente sólidas, por meio de uma política monetária forte, por meio de um Banco Central o mais independente possível – esta Casa, brevemente, estará examinando o projeto de lei que trata da quarentena do Banco Central, que considero da maior importância no sentido de fortalecer o Banco Central como uma instituição independente de formulação de política cambial – e por meio de um regime cambial invulnerável a ataques de especuladores.

Neste ponto, eu gostaria de comentar essa opção de políticas do Governo. O Governo está fazendo a opção por um regime cambial de flutuação, mas outras opções podem ser sugeridas. No momento, temos ouvido sugestões, principalmente da parte de analistas internacionais e, algumas vezes, dos nossos irmãos do sul da América Latina –, no sentido de

que, talvez, o Brasil devesse optar pelo currency board, ao invés de optar pela flutuação. É claro que existe essa sugestão de um regime ou – talvez, devêssemos dizer – de um "não-regime" cambial alternativo, que representa uma opção pela centralização cambial.

Gostaria de comentar rapidamente essas opções de política cambial. O regime cambial mais comum no mundo e, em larga medida, dominante é o regime de flutuação. A flutuação pode ser mais ou menos administrada, e o Governo pode usar reservas, na medida em que as tenha, para amortecer flutuações da taxa de câmbio. Alguns países adotam regimes de flutuação quase pura; outros países adotam regimes de flutuação mais administradas. Mas esse é o tipo de regime que domina a experiência de vários países no mundo. A alternativa do currency board, o chamado regime de conversibilidade, cujo exemplo principal mais próximo a nós é o sistema argentino, implantado pelo Plano de Conversibilidade de 1991, é também sustentável. Os economistas concordam que essencialmente existem dois regimes cambiais que podem ser sustentados permanentemente, livres de ataques especuladores, crises externas e contágios: de um lado, a flutuação cambial, com inequívoca confirmação da sua sustentabilidade; de outro lado, o currency board, o qual, acredita-se, é sustentável, mas o que se observa é que se trata de um regime muito raro no mundo.

Na verdade, o Brasil mesmo já teve esse regime. Em 1906, tivemos a chamada caixa de conversão. Inclusive, ainda existe um prédio no Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco, em que operava a caixa de conversão. O indivíduo chegava ali, trazia as suas libras esterlinas ou ouro e recebia mil réis. Entre 1906 e 1911, aproximadamente, tivemos o sistema do mil réis conversível em libra esterlina, que era a moeda de grande curso internacional naquela época.

É claro que o nosso currency board acabou não funcionando. A Primeira Guerra Mundial destruiu totalmente o sistema e outros semelhantes do padrão ouro. Diversas experiências que aconteceram em vários países também não funcionaram muito bem.

Atualmente temos dois sistemas de currency board que nos parecem sólidos e têm funcionado bem: o sistema argentino e o de Hong Kong, mas creio que são os únicos casos relevantes. Na realidade, o currency board é um sistema muito raro no mundo. Por alguma razão, um regime cambial que, em princípio, é viável, é sustentável, entre as mais de duzentas economias independentes que existem

no mundo, só é praticado por duas. Acho que isso indica alguma coisa sobre as dificuldades em implantar esse regime. Acredito que o currency board não é um regime que qualquer país tenha condições de adotar. Somente determinados países em situações muito especiais podem ter.

Hong Kong veio da tradição colonial inglesa, cujas colônias tinham o currency board como sistema básico de câmbio. A Argentina optou pelo currency board para sair de uma hiperinflação crônica, depois de fazer o chamado Plano Bonex, de 1989, que se baseou em confisco. Foi um plano de transformação compulsória dos depósitos bancários em um título bonex de 10 anos, tudo isso feito no contexto de uma economia fortemente dolarizada, em que a moeda de circulação mais fácil já era o dólar. Nessas condições, foi fácil implantar o currency board na Argentina.

Discutimos muito a opção pelo currency board em 1993 e em 1994, mas essa alternativa seria desastrosa. O Brasil não tem – graças a Deus – tradição de dolarização. Apesar da sua superinflação, de 5.000% ao ano, manteve a sua moeda nacional; o sistema bancário brasileiro nunca se dolarizou; não temos a prática de depósitos em dólar no Brasil. Isso é uma grande vantagem, entretanto torna a opção de currency board difícil de implementar.

No caso brasileiro, temos hoje o M-4, total de depósitos no sistema bancário, incluindo depósitos à vista, depósitos a prazo, CDBs, fundos e as chamadas aplicações financeiras em geral, com um total de cerca de R\$450 bilhões. É extremamente difícil fazer um currency board nesse tipo de economia, com reservas da ordem de R\$36 bilhões que temos hoje; isso exigiria uma mudança extremamente profunda na vida econômica. Teríamos que forçar uma dolarização da economia, alongar esses depósitos. Seria, na minha opinião, um desastre total. É uma opção que claramente se apresenta como muito inferior à opção de flutuação; eu diria mesmo desastrosa.

Claro que existe a opção pela chamada centralização cambial, que, a rigor, não se pode dizer que seja um regime cambial. A centralização, na verdade, é um não-regime. A centralização é, como se diz na gíria, melar as regras do jogo, e, inevitavelmente, leva o País a uma moratória. É importante enfatizar isso: centralização significa moratória, significa cortar as relações do País com os credores externos, significa renegociar, inevitavelmente, a dívida. A centralização é como uma empresa que entra em concordata: imediatamente o crédito para essa em-

presa é zerado, é cortado; o País fica sem acesso aos mercados de créditos internacionais.

No caso brasileiro, a centralização significaria que o investimento direto desapareceria. Estamos recebendo investimento direto da ordem de R\$25 bilhões, no corrente ano; provavelmente, receberemos uns outros R\$20 bilhões, pelo menos, no ano que vem, e a centralização significaria abandonar esse investimento.

Já vivemos muitos anos com centralização, ficamos dez anos pagando as consequências da nossa moratória de início da década de 80, sendo considerados um País e uma economia de segunda classe; tivemos um difícil, longo processo de reconstrução das nossas relações com o exterior. A nossa dívida externa teve que ser renegociada. O Ministro Malan foi um dos artífices dessa difícil negociação da dívida externa. É isso que significa centralização.

Registro que fiquei chocado com um dos principais jornais do Brasil que, em editorial, na primeira página, defendeu a centralização como se uma coisa trivial, algo que não tivesse consequência. É algo que teria consequências nefastas, significaria abandonar a possibilidade que o Brasil, de fato, tem agora de se tornar uma nação de primeira classe, uma nação de primeira categoria na economia internacional, além de significar, na prática, que um regime de câmbio centralizado é um regime que não se tem mais cartão de crédito para pagar no exterior, em que qualquer pagamento ao exterior envolve comprar dólares num doleiro, envolve a recriação desse mundo negro do mercado paralelo de dólares, envolve atuação arbitrária da autoridade, definindo quem tem direito a receber dólares, quem não tem direito a receber dólares.

Já tivemos essa experiência no Brasil. O Itamaraty dava um passaporte de uma cor especial, o qual dava o direito ao indivíduo sacar dólares para viagem; se o seu passaporte tivesse uma outra cor, não existiam dólares disponíveis. É um regime de arbitrariedade total, de consequências nefastas sobre a realidade.

Teria ainda algo a dizer sobre o que esperar da flutuação. Parece que o Presidente prefere que a gente passe ao debate. Então, certamente serei ...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Com a palavra o Sr. Francisco Lopes.

O SR. FRANCISCO LAFATE DE PÁDUA LOPES – Rapidamente, gostaria de falar um pouco sobre o que esperar dessa opção. A opção que fizemos – gostaria de deixar claro – é uma opção firme do Presidente da República. Estivemos ontem, eu e

o Ministro Malan, jantando com o Senhor Presidente da República, colocamos a ele claramente isso que acabei de dizer: "o Senhor tem três opções, pode pensar, em flutuação, que é a opção que estamos fazendo, pode pensar em currency board, que achamos impraticável, seria um erro, pode pensar numa nova solução, que é a centralização". O Presidente foi absolutamente categórico conosco, disse: "Eu não farei centralização em hipótese alguma; o Brasil é uma economia integrada, é uma economia que avançou tremendamente e isso, para mim, não é uma opção". O que significa que a decisão do Governo é o regime de flutuação que estamos vivendo.

O que esperar desse regime? Bom, a primeira coisa importante a entender é o seguinte: a essência da flutuação é que saímos do mercado de câmbio, queremos que o mercado de câmbio, através do jogo de oferta e demanda, encontre o seu ponto de equilíbrio. Inevitavelmente, nesse processo inicial, nessa fase inicial do processo acontece o chamado overshooting, que é o que estamos vendo acontecer agora mesmo nesses dias. É evidente que não há ninguém neste País que acredite que a taxa de câmbio real estava sobrevalorizada mais do que 20, 25, 30%, os mais pessimistas. Eu, pessoalmente, acho que a sobrevalorização era provavelmente menor que isso. Acontece que o mercado, no momento inicial da flutuação, tende a procurar uma taxa de equilíbrio que acaba sendo superior, isso é o chamado overshooting, em relação a essa taxa, vamos dizer assim, correta, essa taxa que faz sentido econômico, que se poderia derivar de uma análise dos fundamentos da economia. O overshooting é inevitável, é um fenômeno de mercado. Não devemos nos impressionar com ele. A experiência de outros países mostra, inequivocamente, que a taxa de câmbio evolui, num primeiro momento, à busca de um ponto de um ponto de equilíbrio e depois retrocede. Podemos esperar que depois de um movimento inicial da taxa de câmbio nominal passaremos a ter períodos de apreciação da taxa de câmbio nominal. É claro que para conter o overshooting, para mantê-lo o mais limitado possível a política monetária pode e deve ser acionada. Faz sentido se pretendermos manter esse movimento inicial do câmbio o mais limitado possível e, pelo menos temporariamente, a política monetária seja acionada não no sentido que desejamos, e que é onde iremos efetivamente com esse regime de flutuação, que é na direção de taxas de juros menores, mas no sentido de taxas de juros temporariamente maiores. Já fizemos isso, já fizemos um movimento pequeno de taxas de juros, da

ordem de três pontos percentuais, na nossa taxa de operação, na mesa do Banco Central, poderemos ter que fazer movimentos cuidadosos, pequenos nessa direção, nesse sentido, com essa intenção de controlar o processo de overshooting. E controlar também o eventual impacto sobre índices de preço do movimento cambial.

É importante enfatizar que a inflação não vai voltar neste País, não há nenhuma possibilidade deste País retornar ao processo inflacionário de onde partimos, como mencionei lá no início, aquele processo inflacionário crônico e destrutivo. Não vai acontecer, posso garantir aos senhores, não deixaremos que o país volte a um processo inflacionário. Entretanto, uma desvalorização cambial significa um ajuste de preço relativo, é da própria essência da desvalorização cambial que alguns preços vão subir, alguns preços vão cair, em particular os preços de produtos importados terão que ser aumentados. É exatamente através dessa mudança de preços relativos que o processo de correção da taxa de câmbio acontece. Através desse processo de mudança de preços relativos é que a situação do balanço de pagamentos será equacionada. Infelizmente, isso se reflete nos índices de preços e teremos, inevitavelmente, a sensação de inflação, medida pelos índices de preços, numa fase inicial. Mas é absolutamente fundamental que o Governo se mantenha firme com sua política monetária, tecnicamente correta. É fundamental que o Governo mantenha a legislação atual, que pretende impedir uma reindexação da economia. É fundamental que a economia não busque sair das faces de reindexação.

É claro que a respeito desse efeito inflacionário, do qual falamos, não há nenhuma razão para ser assustador. Afinal, somos uma economia grande, extremamente fechada ao comércio interior. Importamos cerca de 7% do PIB. Isso significa que o movimento cambial, por exemplo, tomando a taxa de câmbio que temos visto ontem e hoje, supondo – é uma hipótese pessimista, exagerada – que essa taxa de câmbio permaneça ao longo do tempo, por vários meses, até o final do ano, digamos uma taxa de câmbio de 1,80 – que eu acho exagerada, acho que está muito além do que as condições reais da economia justifica –, assim ficaria uma desvalorização de 50% em relação à posição inicial de 1,21 antes da flutuação. Ora, se as importações são 8% do PIB – 8% de 50% significa um impacto inflacionário de quatro a cinco pontos percentuais – não há razão para que o impacto inflacionário dessa desvalorização seja maior do que isso. É claro que pode ser

maior se esse impacto se propagar. Se houver um efeito de propagação desses aumentos de preços de produtos importados para outros preços.

Então, uma prioridade máxima da maior importância de política econômica nesse momento é limitar os efeitos de propagação. Para isso temos que usar uma política monetária austera no início dessa transição. A curto prazo, a política monetária tem que ser mantida austera. E é fundamental também combater a propagação através de reindexação, de aumentos espúrios de preços, de oportunismos, de especulação. Tudo isso tem que ser limitado, na medida em que seja possível, através de uma política firme. Conter eventuais impactos do movimento cambial sobre a inflação, estaremos assegurando um impacto mínimo sobre a atividade econômica, mantendo o País numa perspectiva de estabilidade, pelo menos, da atividade econômica sem uma recessão significativa.

Do lado positivo, devemos esperar uma grande melhoria do balanço de pagamentos. Temos uma importante experiência que foi a desvalorização de 1983, logo depois da crise mexicana de 1982. Naquela época, o movimento de câmbio foi da ordem de 30%. E o balanço de pagamentos em conta corrente evoluiu de um déficit de 3,6% do PIB para equilíbrio no ano seguinte. Então, é natural, possível, esperar uma grande melhora no balanço de pagamentos. E diria, também: as nossas contas fiscais deverão melhorar significativamente na medida em que a taxa de juros real da economia será reduzida. Isso nos dará fundamentos de balanços de pagamentos e na área fiscal extremamente sólidos que certamente reconstruirão a credibilidade do Brasil vis-à-vis dos investidores externos, fará com que os investimentos voltem a fluir de forma normal e criará as bases para um crescimento sólido da economia brasileira sem o processo inflacionário. Tudo isso pode ser obtido se o Governo se mantiver firme na sua decisão de implementar o regime de flutuação, se o Congresso avançar, como tem avançado, no ajuste fiscal, no término, completando as medidas que estão colocadas de ajuste fiscal e que estão sendo votadas, e excluindo, de forma clara e inequívoca, alternativa de centralização. Este Governo não fará centralização cambial; este Governo fez a sua opção pela livre flutuação, por política monetária séria, apoiada, graças aos votos dos senhores por um regime fiscal sustentável.

Era o que tinha que dizer.

Peço desculpas pelo alongado da minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Muito bem, ouvimos a palavra de Francisco Lopes. Pela ordem, ouviremos as perguntas do Relator, Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Francisco Lopes, a pergunta se dirige às políticas ou opções de política monetária e política cambial que o Brasil venha a ter nos próximos meses.

Além das três opções que foram expostas pelo indicado à Presidência do Banco Central, há, possivelmente, hoje, no cenário político internacional, sendo apreciada ou sendo introduzida uma nova opção. Recentemente, alguns dignitários argentinos, que estiveram com o Ministro Celso Lafer, chegaram a lhe propor a idéia da dolarização, ou seja, a utilização do dólar como valor de moeda corrente no País. Obviamente, essa proposta foi de imediato rejeitada, pois não houve qualquer simpatia por ela, mas, de qualquer forma, gostaria de ter a palavra do senhor a respeito disso.

O que acontece com o país que adota o dólar como sua moeda? Em que termos se dá essa renúncia total à soberania monetária? Isso serve para o Brasil? Serve para o Mercosul? Serve para os interesses que estão em jogo no nosso acordo regional com a Argentina?

Gostaria de fazer todas as perguntas, para que a resposta venha num só ensejo.

O ex-Ministro da Economia, Domingo Cavallo, publica hoje, no jornal **O Estado de S.Paulo**, uma proposta de conversibilidade de moeda no Brasil. Ele faz isso claramente, argumentando que na Argentina a conversibilidade representou a desdolarização, ou seja, no início do Plano Cavallo, houve inclusive um princípio de esvaziamento do dólar como moeda circulante. Havia US\$4 bilhões nas mãos dos argentinos, circulando pelo país, e, hoje, diz ele, há trinta bilhões de pesos, os dólares não circulam mais livremente e estão depositados no Banco Central.

Mas ele vai adiante. Diz que essa conversibilidade, a introdução do currency board no Brasil, poderia eventualmente abrir espaço no futuro para que os dois países, ou o Mercosul, ou o conjunto da América do Sul, viessem buscar uma política de unificação monetária, criando uma moeda nos termos semelhantes aos do "euro", a nova moeda européia de unificação. Não deixa de ser instigante a proposta do ex-Ministro Domingo Cavallo, que é candidato à Presidência da República. Portanto, ele está projetando um futuro no qual se vê no centro do cenário. Gostaria que o senhor também fizesse algumas observações sobre isso, sobre as nossas relações no

âmbito do Mercosul e essa questão monetária, já que há um protesto dos exportadores argentinos contra a perda de competitividade da Argentina. Na verdade, talvez essa perda de competitividade seja, no fundo, o restabelecimento de igualdade de condições que não ocorriam anteriormente. O que havia, antes, era uma vantagem competitiva da Argentina exatamente pela defasagem da moeda.

A terceira pergunta é sobre as duas iniciativas que foram, ontem, implantadas pelo Banco Central. A primeira permitiu aos bancos privados, no Brasil, que possam tomar operações em dólar no exterior para carregá-los, trazê-los para dentro do Brasil. Essa liberação, esse aumento da possibilidade de endividamento em dólar dos bancos visa, evidentemente, a aumentar a oferta de dólar no País, para evitar que essa especulação continue, mas não lhe parece que são os próprios bancos que estão neste momento retendo os dólares, aguardando a especulação? Ou seja, isso pode ser concretamente uma esperança de aumento da oferta e de uma volta de equilíbrio no mercado?

A outra iniciativa tomada foi relativamente à unificação das taxas, taxa livre e de flutuação. A taxa livre, que é usada para o comércio, e a taxa de flutuação, que é usada para pagamentos ao exterior, foram declaradamente unificadas. Que objetivos têm esse tipo de medida e essa iniciativa?

E, por fim, gostaria também que o senhor explicasse aos Senadores a relativa importância que tem, hoje, a questão da saída ou entrada, a questão do fluxo de capital externo, porque os jomais continuam anunciando a saída de dólares diariamente do País. Nesta semana, em um dia, chegaram a sair US\$300 milhões, se não me engano. Ontem, parece-me que foram pouco mais de US\$100 milhões. Então, continua havendo uma evasão de divisas, uma saída de dinheiro do País, mas gostaria que o senhor explicasse também aos Senadores se no regime de liberdade, no regime de flutuação, essa questão do fluxo é importante, é decisiva ou não, é um dado marcante a ser analisado nessa política.

Então, são mais ou menos quatro perguntas, que podem ser também sintetizadas numa resposta.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Sr. Francisco Lopes.

O SR. FRANCISCO LAFAIETE DE PÁDUA LOPES – Agradeço ao nobre Relator pelas perguntas, que são da maior relevância.

Gostaria de começar a responder dizendo que temos a maior admiração pelo regime cambial argentino. Pensamos que se trata de um regime sóli-

do; não é um regime que tenha sido fragilizado pela nossa decisão de flutuação. É claro que, como disse antes, a conversibilidade não é para quem quer, é para quem pode. Poucos países têm condições iniciais que permitam implantar um regime de conversibilidade, inclusive no caso argentino o Ministro Cavallo foi fundamental. O Ministro, personalidade da maior importância, uma figura rara, de misto de político, parlamentar e excelente economista, com formação técnica, foi fundamental para que o regime fosse implantado e tivesse sucesso. O regime teve um grande sucesso, a Argentina tem conseguido taxas de inflação baixíssimas, com razoável crescimento. Mantiveram, em 1995, os efeitos da crise do México, tiveram queda de PIB, o regime provocou uma queda de PIB da ordem de 5% em determinado ano. Agora mesmo eles estão sendo, inevitavelmente, afetados pela mudança que se faz no Brasil, como o nobre Relator comentou. A mudança cambial no Brasil significa que o exportador brasileiro ganha um poder enorme de competitividade no mercado argentino, e o exportador argentino perde competitividade no mercado brasileiro. Certamente veremos nesse verão o fluxo crescente de turistas argentinos rumo ao Brasil, como já vimos em outros momentos. Fala-se na imprensa que a Argentina poderia, como recurso extremo, optar pela dolarização total. O currency board é um regime intermediário onde se tem a circulação simultânea do dólar e do peso argentino. Há a paridade de um por um, estabelecido em lei. O indivíduo, na Argentina, pode fazer um depósito ou um saque em dólares ou em pesos. Paga-se um táxi, na Argentina, em pesos e o motorista devolve o troco em dólares, ou vice-versa. Trata-se quase de um regime de unificação com a moeda americana. Isto é que é um currency board. Alguns analistas dizem que se a Argentina sofrer alguma turbulência pode optar por simplesmente tirar o peso de circulação e usar apenas o dólar, deixando de ter moeda nacional. Penso que os argentinos não precisarão fazer isso, nem deveriam fazê-lo, porque, afinal, a moeda é uma das bases de qualquer sociedade. Uma sociedade sem moeda é esquisita, para dizer o mínimo. É como um país que não tem bandeira, não tem hino nacional, nem moeda, nem Parlamento, nem Governo. O esforço de defesa da moeda é obrigação – fico feliz em ver que alguns Senadores concordam comigo – prioritária de qualquer governo. Um governo tem que se sacrificar para defender a sua moeda; da mesma forma como pessoas morrem em campos de batalha defendendo a sua bandeira, a honra nacional, a soberania nacional. A moeda é algo que entra nessa categoria. Então, eu verei, com muita tristeza, uma dolarização total da Argentina, uma espécie de Panamá. Mas tenho certeza de que eles não precisarão disso. Claro que a questão da unificação monetária é algo que

todos nós olhamos como uma coroação natural do Mercosul, que foi extremamente positivo. A ampliação do comércio entre Brasil e Argentina tem beneficiado a ambos, mas a unificação envolve uma coordenação de políticas. Temos que trabalhar na direção de coordenar políticas, e a unificação, em algum momento no futuro, não a curto prazo, terá que ser feita em cima de uma moeda comum, não em cima do dólar. Não faz sentido o Mercosul se unificar com a moeda americana. Não é isso que está acontecendo na Europa. Lá, criou-se uma moeda nova, o euro, usando a credibilidade do marco alemão, que era a âncora dos regimes cambiais da região, e é uma moeda comum da região que flutua. É nisso que temos que nos mirar para o Mercosul. Precisamos, na América Latina, criar uma moeda. Vamos ter que trabalhar muito, aqui no Brasil, criar condições fiscais sólidas, criar uma tradição de política monetária sólida que nos permita ter uma moeda sólida. Penso que o primeiro passo para a unificação monetária na América do Sul é o real forte, com credibilidade. Aí sim poderemos discutir eventualmente uma nova moeda, o "gaúcho", não sei qual nome receberá a moeda sulista, que será uma moeda comum e flutuará. É importante entender isso. Não faz sentido uma unificação monetária na América do Sul com coligação com a moeda americana, a menos que queiramos fazer a unificação monetária com os Estados Unidos. Nesse caso, é uma conversa totalmente diferente; pode vir a ocorrer algum dia, mas certamente não é o que se coloca no momento.

Com relação às medidas, devo dizer que o Senador as identificou como importantes, pois iniciamos o processo de unificação dos chamados mercados livres – comercial e flutuante –, aumentamos a posição vendida dos bancos no interbancário. São medidas naturais e inevitáveis, no caso de um país que quer, seriamente, caminhar na direção de um mercado de câmbio livre. Na realidade, os bancos não estão retendo dólares; a posição comprada dos bancos hoje é praticamente zero. Esses bancos que operam no interbancário, têm a função de amortecer as flutuações. Digamos que o importador quer fazer um pagamento de grande volume. A entrada dele no mercado, no caso de não haver o interbancário, pressionaria a taxa de câmbio naquele dia; no dia seguinte, a taxa de câmbio voltaria. Então, operando, os bancos criam o colchão, vamos dizer, assim, de atividade no mercado interbancário e fazem com que haja essas flutuações aleatórias do mercado primário: o empresário exportou hoje, está com dinheiro, e pressiona a parte de câmbio para baixo; o importador precisa comprar dólares hoje, vai no mercado e pressiona a taxa para cima. O interbancário faz esse processo de redução da volatilidade. O aumento de posição

vendida, possivelmente, mais na frente, vão também aumentar a posição comprada, vai no sentido de fazer o mercado interbancário ser mais fluido e reduzir a volatilidade da taxa de câmbio.

Finalmente, a questão do fluxo cambial.

Aqui tem havido muita confusão, porque se pensa no fluxo cambial com a cabeça voltada para o mundo do câmbio fixo. Nós estamos no mundo de câmbio flutuante, o que significa que o Banco Central saiu do mercado; significa que as reservas do Governo permanecem estáveis em 36 bilhões. Os compromissos da República nos próximos doze meses – gostaria de enfatizar isso –, não passam de 12 bilhões. Isso significa que se a República do Brasil não fizer nenhuma captação externa, daqui a 12 meses nossas reservas ainda serão da ordem de 24 bilhões; há uma posição de reservas extremamente sólida, não há qualquer risco de inadimplência nesse sentido.

Nesse ambiente em que o Banco Central não está operando no mercado, o chamado fluxo cambial é meramente a mudança de posição dos bancos. Quando têm uma posição comprada... Os bancos só conseguem comprar uma posição se houver um fluxo positivo. Os bancos reduzem a posição comprada ou aumentam a posição vendida com o fluxo no sentido contrário. Então, na realidade, há esse número de variação de fluxo. Dizem que os dólares estão saindo do Brasil, mas não estão saindo do Brasil. O que ocorre é meramente uma operação dentro do mercado entre os bancos que fazem o interbancário e os exportadores e os importadores que estão fazendo as suas operações normais.

É irrelevante olhar fluxo cambial. Afinal, temos um mercado livre que oferta demanda, que determina um preço de equilíbrio. A situação do mercado estará totalmente refletida na evolução do preço. Essa é a variável que temos de acompanhar e que estará indicando a situação do mercado cambial no País.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Estou satisfeito.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Senador Antonio Carlos Magalhães, Sr. Presidente desta Comissão, Senador Pedro Piva, Dr. Francisco Lopes, antecipo meu voto favorável à aprovação do seu nome, seja pelas suas credenciais, seja porque tenho a

consciência de que seria o day after se esta Comissão rejeitasse o nome de V. Ex^a.

Respeitosamente, lhe farei algumas perguntas provocativas, até para suscitar o debate.

A política cambial seguida pelo Brasil era insustentável a longo prazo. Houve erros sustentando-a por um período muito longo. Isso nos custou a perda de US\$40 bilhões de reservas, uma taxa de juros estratosférica e a elevação da dívida. Enfim, V. Ex^a disse que é fácil reconhecer o erro em retrospectiva – aliás, muita gente apontava esse erro nesse sentido há muito tempo. O ex-Presidente do Banco Central, Pêrsio Arida, disse que deixou a Presidência, em 1995, porque era contra. S. Ex^a, àquela altura, já queria a banda larga – foi estranho ele não ter dito isso publicamente antes. Enfim, S. Ex^a afirmou que, na equipe, ele já manifestava essa opinião. Parece-me que houve realmente erro. Essa desvalorização deveria ter ocorrido bem antes. O custo seria menor para o País.

Há poucos dias o Parlamento da Coréia fez uma investigação a respeito das causas da crise asiática, e o ex-Ministro da Fazenda pediu desculpas publicamente ao povo coreano pelos erros praticados.

V. Ex^a admite que houve erro? V. Ex^a se acha, como membro desta equipe econômica, co-responsável por esse erro e até se sentiria no dever de pedir desculpas também?

Na semana passada, V. Ex^a, após a introdução da banda larga, assegurou, categoricamente, que o câmbio não flutuaria – e o câmbio flutuou 24 horas depois. O Presidente da República passou por um constrangimento de gravar um programa de rádio, dizendo que os juros não subiriam. Quando o programa foi ao ar, no dia seguinte, eles já haviam subido. Passou-se a impressão de desorientação e improvisação; ficou a idéia de que o barco, desgarrado da âncora cambial, estaria também sem leme e sem bússola.

A equipe econômica tem o controle do País e sabe para onde ele está indo?

V. Ex^a descarta a centralização cambial e o câmbio fixo em regime de currency board. Pergunto: O câmbio vai flutuar sempre? Temos alguma alternativa? Sinceramente, a essa altura, teríamos condições reais de adotar qualquer política cambial que não merecesse a aprovação do Fundo Monetário Internacional, nem do Secretário de Tesouro americano?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva)– V. Ex^a teria mais alguma pergunta?

O SR. JEFFERSON PÉRES – Teria mais duas. Posso?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Lógico.

O SR. JEFFERSON PÉRES – São bem objetivas.

Gostaria muito de estar indicando o seu nome para um mandato de quatro anos, com a autonomia do Banco Central. Como não existe autonomia, o Presidente do Banco Central deve seguir a política do Ministro da Fazenda – me parece. Os jornais noticiam, todos os dias, que o Ministro Pedro Malan vai deixar o Ministério da Fazenda. Infelizmente essa é o tipo de profecia que se auto-realiza. A continuar dessa forma, o Ministro Pedro Malan se sentirá tão desconfortável que talvez terá que deixar o Ministério. V. Ex^a se sentiria no dever de acompanhar o Ministro Pedro Malan nessa hipótese?

Finalmente, formularei a última pergunta. Há a existência de títulos corrigidos pela variação cambial, dando um hedge às empresas. Fala-se que, às vésperas da flutuação do câmbio, muitas empresas – foram até citados alguns nomes – teriam feito enormes compras de títulos. Pergunto-lhe: numa decisão dessa magnitude, com tantas implicações, quais são as autoridades envolvidas diretamente no assunto? E, no caso específico, quanto tempo decorreu entre a tomada de decisão e o anúncio da medida?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Dr. Francisco Lopes com a palavra.

O SR. FRANCISCO LAFAIETE DE PÁDUA LOPES – Agradeço ao nobre Senador Jefferson Péres as perguntas provocantes, como mencionou S. Ex^a.

Primeira questão: houve erro na condução da política cambial? Como eu disse, é muito fácil identificar erros a posteriori; é muito difícil tomar decisões corretas. Não acho que esta equipe econômica tenha a virtude de ser infalível. Certamente, cometemos erros, mas estamos tentando fazer o melhor possível.

Na perspectiva de hoje, não ter entrado no regime de intrabanda em 1995 teria sido o mais correto. Não há a menor dúvida. Mas isso é na perspectiva de hoje, analisando os fatos atualmente, sabendo que haveria duas tremendas crises externas. Era impossível, naquele momento, prever que a transição que pretendíamos fazer não seria possível.

Teremos conseqüências. A decisão de antecipar o regime de flutuação terá conseqüências na economia: haverá desajuste, os preços relativos vão mudar, alguns setores vão sofrer. Não é algo que se faça sem conseqüências. Optamos por um regime

de pouquíssima flutuação do câmbio, mas não sabíamos, como hoje o sabemos, que não conseguiríamos nos financiar pelo tempo suficiente para que a transição fosse feita como planejávamos, para, aí sim, sairmos da âncora cambial sem nenhum trauma. Hoje, sabemos que essa realidade não existe, mas naquela época não sabíamos. As opções de governo, de política econômica sempre são muito difíceis, envolvem a avaliação de custos, alternativas e riscos e a assunção de responsabilidades.

Estou no Governo desde o início de 1995, mas ajudei, em 1994, informalmente, como amigo de vários membros da equipe econômica. Sinto-me, portanto, responsável pelo que foi feito durante esse período.

A equipe econômica, acredito, sabe perfeitamente o que está fazendo. Temos convicção total de que fizemos o máximo para realizarmos a transição, inevitável, que deveria ser feita num período longo de tempo e que acabou sendo antecipada pela realidade. Fizemos uma transição muito mais rápida, em condições muito menos favoráveis do que planejávamos. Foi a opção que tivemos.

Estamos certos de que, a médio prazo, os efeitos sobre o País serão extremamente positivos. Teremos um semestre difícil, gostaria de deixar bem claro. No primeiro semestre de 1999, teremos de administrar as consequências dessa mudança; dificilmente será um semestre fácil. A partir do segundo semestre e, certamente, a partir do ano que vem, teremos uma performance econômica – eu ousaria dizer – extremamente favorável, talvez mesmo espetacular. Vamos ver taxas de crescimento no Brasil muito elevadas. Estou falando isso com base na experiência de outros países que passaram por transição semelhante à nossa e em condições mais desfavoráveis, países que foram para a flutuação sem reservas, como o México. Outro exemplo são os países asiáticos: a região inteira entrou em crise e um país acabava prejudicando a situação dos outros, num efeito dominó.

Terceira questão: o apoio da comunidade internacional, do Fundo Monetário, do Tesouro americano, do Federal Reserve – o banco central americano – e dos países do G-7 é da maior importância. Não podemos achar que o Brasil pode se isolar do mundo e caminhar sozinho nessa transição difícil. Temos trabalhado com afinco para enfrentar essa situação. O Ministro Malan, em particular, tem uma enorme experiência internacional; morou em Washington, onde foi negociador da dívida, e tem dedicado enorme esforço para garantir que a comunidade interna-

cional entenda o que estamos fazendo, confie nos nossos propósitos, na nossa determinação e nos apoie.

Acredito que estamos avançando nessa direção, pois o apoio à decisão de flutuação é total, há uma concordância de que foi a decisão correta. Não vejo nenhum problema com relação a essa decisão.

Quarta questão: creio que o Ministro Malan tem um papel fundamental neste Governo. Ele tem credenciais internacionais que nenhum de nós ou pouquíssimos de nós, brasileiros, têm. É um homem que pode conversar com grande intimidade – em razão de uma relação de amizade antiga – com os homens que estão comandando a política econômica americana ou com o presidente do Banco Central da França, por exemplo. Os homens que definem o mundo das finanças internacionais são amigos íntimos do Ministro Malan, conhecem-no de longa data.

A permanência do Ministro Malan no Governo é fundamental para que a transição seja consolidada. Claro que todos nós, o próprio Ministro Malan, eu mesmo, estamos no Governo cumprindo uma missão; não temos nenhum apego a cargo público. O Presidente da República tem toda a liberdade para dispor de nossos cargos e, obviamente, deve se sentir confortável para nos substituir se isso for para o bem do País – o Presidente tem deixado isso bem claro. Mas não se trata de se preocupar com as pessoas; temos de nos preocupar com as políticas e as suas consequências para o País. Quero dizer, no entanto, que se a política é de flutuação – como ontem o Presidente garantiu claramente, pessoalmente, que é –, o Ministro Malan é fundamental para que obtenhamos sucesso.

Finalmente, com relação à questão da dívida cambial, gostaria de informar que a decisão de vender títulos cambiais é do Banco Central. Temos adotado uma política há muitos anos no País de vender títulos cambiais – a ORTN cambial já existia à época do Ministro Delfim Netto. Foi fundamental vender títulos cambiais para defender o regime cambial anterior. No regime novo, precisaremos operar muito menos nessa área. A decisão de vender títulos cambiais é responsabilidade do Banco Central. Gostaria de enfatizar que, na medida do possível, tentamos vender títulos de longo prazo – o prazo médio dos nossos títulos cambiais atualmente é da ordem de quinze meses. Isso significa que o impacto das variações na taxa de câmbio no curto prazo não implica, necessariamente, aumento de custo da dívida.

Como dissemos no início, quando iniciamos o processo de flutuação, a taxa de câmbio exagera,

faz o overshooting. Podemos garantir que daqui a um ano, daqui a um ano ou quinze meses a desvalorização real da taxa de câmbio será muito menor do que a que estamos vendo hoje. Foi assim no México, foi assim nos países asiáticos. Além disso, como a dívida é de longo prazo, o impacto fiscal das flutuações no câmbio será bastante reduzido. É claro que haverá algum impacto, não há como fugir disso, mas certamente o mercado, hoje, tem estimativas muito exageradas do possível impacto fiscal da flutuação. O mercado está fazendo o erro de supor que, se a taxa de câmbio move-se 40% em termos reais, fica desvalorizada 40% em termos reais. Nenhuma economia do mundo conseguiu fazer uma desvalorização de 40 a 50%, em termos reais, permanentemente. A taxa de câmbio é desvalorizada em 40% ou 50% e depois volta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Com a palavra o nobre Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Dr. Francisco Lopes, eu entendo que um indicado para a presidência do Banco Central nem sempre pode ou deve dizer o que pensa, porque tudo o que ele diz traz consequências. Eu, no seu lugar, também seria cauteloso. Por isso, vou fingir que estou satisfeito com a sua resposta.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Muito obrigado, Senador Jefferson Péres.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra, pela ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Francisco Lopes, a exemplo do Senador Jefferson Péres, eu também vou antecipar o meu voto: vou votar contra a indicação de V. Ex^a.

Todos sabemos que nesta Comissão o que menos importa é o resultado em termos de votos. Sabemos também, em função até do tipo de cargo que V. Ex^a vai ocupar, como disse o Senador Jefferson Péres, que V. Ex^a tem de ser bastante cauteloso, mas eu gostaria de fazer algumas perguntas, grande parte delas baseada na exposição de V. Ex^a.

Inicialmente, quero dizer que eu teria, pelo menos, dois motivos para ter uma certa simpatia pelo nome de V. Ex^a. Em primeiro lugar, está o seu currículo. V. Ex^a, ao contrário de diversos outros presidentes do Banco Central, nunca esteve do outro lado do balcão, nunca teve relação com o setor privado. Mas até aí "morreu Neves", porque também o

Dr. Gustavo Franco e o próprio Ministro Pedro Malan têm currículos semelhantes.

O segundo motivo da simpatia está relacionado à primeira entrevista de V. Ex^a – não à sua segunda parte, porque, confesso, não entendi nada quando V. Ex^a falou sobre a evolução diagonal das bandas. Até achei que fosse por deficiência minha, mas depois conversei com alguns economistas e jornalistas especializados e eles também disseram que não entenderam nada. Simpatizei com o que disse V. Ex^a no início da entrevista – V. Ex^a disse, textualmente: "Erramos." Como eu nunca tinha ouvido esta palavra na boca de nenhuma autoridade econômica, pelo menos nesses últimos cinco anos – o Ministro Pedro Malan, por exemplo, conjuga esse verbo sem a primeira pessoa do singular e do plural –, gostei dessa parte da entrevista. Vem daí a primeira pergunta: eu queria saber se V. Ex^a, ao dar aquela entrevista, havia combinado com o Ministro Pedro Malan dizer, de forma tão explícita, a palavra "erramos".

Naquela exposição, V. Ex^a disse que a centralização cambial correspondia ao não-regime e que desaguaria fatalmente na moratória.

Quando da exposição do Ministro Pedro Malan e do Dr. Gustavo Franco, para instruir o Senado a respeito da aprovação do acordo com o FMI, o Senador Eduardo Suplicy, ao questionar o Ministro a respeito daquele critério de crédito doméstico líquido, perguntou se aquilo não significaria uma espécie de currency board disfarçado. V. Ex^a disse que prefere o regime de liberdade. Disse que a moratória é uma palavra nefasta e traçou um cenário bastante sombrio, na avaliação de V. Ex^a, a respeito da possibilidade de o Brasil entrar numa moratória. V. Ex^a diz que prefere o regime de liberdade, mas – pode ter sido impressão minha – notei, senão certa simpatia, pelo menos, que não fez críticas tão incisivas ao regime de currency board.

Ora, a Argentina, que adota esse regime, está aventando a possibilidade de dolarização explícita, ou seja, substituição do peso pelo dólar, e V. Ex^a também foi muito duro na avaliação dessa possibilidade do ponto de vista de um país. Mas considerando que, na minha opinião, V. Ex^a teve mais simpatias pela currency board do que pela federalização do câmbio e considerando que a currency board pode ser, a julgar pelo que se aventa na Argentina, a ante-sala da dolarização, eu gostaria de saber de V. Ex^a o que é mais nefasto para um país, se é a moratória ou se é o não-governo, a não-moeda, a não-autonomia, a não-soberania, de acordo com palavras que V. Ex^a próprio emitia.

Acabei de ouvir de V. Ex^a e também de várias autoridades que têm comparecido a esta Casa o argumento dos investimentos diretos em moedas estrangeiras. O crescimento desses investimentos diretos ao longo do tempo passou de 4.78 bilhões em 1995 para previsões de 28.72 bilhões, em 1998. No entanto, a formação bruta de capital não cresceu no mesmo ritmo, numa demonstração de que esses investimentos diretos ocorrem em boa parte mediante privatizações e em outra parte mediante a compra de empresas brasileiras por empresas estrangeiras, não implicando, conseqüentemente, aumento de produtividade ou aumento de geração de emprego ou do crescimento etc. E o que é mais grave, esse aumento de desempenho dos investimentos diretos foram acompanhados de brutal processo de endividamento externo por parte das empresas brasileiras. Os dados que tenho mostram que as dívidas de médio e longo prazo no setor privado saltaram de 37 bilhões em 1995 para 119 bilhões em novembro último. Agora essa dívida cresceu, em reais, 40%. Com base nesses dados, eu gostaria que V. Ex^a me respondesse com a máxima objetividade as seguintes questões: qual o nível atual de reservas líquidas do Brasil, descontados, portanto, os 9 bilhões do FMI? Qual o volume de compromissos externos, públicos e privados, que vencem nos próximos três meses, até o final deste e do próximo ano, entre juros, amortizações e outras obrigações? Em 1997 o balanço de pagamentos apresentou um déficit de cerca de 7.8 bilhões; em 1998 8.5 bilhões, o que não acontecia há muitos anos; qual a estimativa do Banco Central a respeito, tanto do déficit e das transações correntes quanto do balanço de pagamentos em 1999?

Vou deixar algumas perguntas para a réplica.

A última pergunta: V. Ex^a disse explicitamente que esperteza a posteriori é muito fácil. O Senador Jefferson Péres, assim como diversas autoridades e economistas, inclusive da base governista, vinham dizendo isso há algum tempo. O Brasil está, a partir do acordo com o FMI, seguindo o receituário daquela instituição, baseado na liberdade de fluxo de capitais e em outras premissas. O receituário do FMI vem dando errado em diversos outros países que o seguiram, como a Tailândia, a Rússia e outros. Hoje, diversas autoridades, analistas e políticos vêm dizendo isso, mas o Governo insiste em adotar as regras do FMI.

Será que, a exemplo dos que criticaram a política cambial, os que vêm criticando o acordo com o FMI vão continuar sendo classificados no rol dos "fracassomaníacos"? Ou, depois que falhar o acor-

do, vão dizer as autoridades que estavam erradas, que poderiam ter tomado posições diferentes no momento em que era possível?

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Dr. Francisco Lopes. São essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Tem a palavra o Sr. Francisco Lopes.

O SR. FRANCISCO LAFAIETE DE PÁDUA LOPES – Agradeço ao nobre Senador José Eduardo Dutra as questões, altamente relevantes. Gostaria de iniciar dizendo que é do meu feitio ser o mais sincero possível e desse modo expresse-me nesta oportunidade. A questão sobre combinar ou não com o Ministro Malan qualquer tipo de colocação não faz sentido. Todos da equipe econômica estamos trabalhando juntos; conversamos sempre e temos idéias semelhantes; às vezes, discordamos – é claro –, discutimos internamente, mas trabalhamos juntos, com o melhor dos nossos esforços, para produzir uma política econômica benéfica ao País.

Penso que a decisão de tentar a banda diagonal com movimento endógeno, que o nobre Senador disse não ter entendido bem, de fato, foi uma construção muito sofisticada. Lamentavelmente, não fizemos isso em 1995, pois ela tinha uma lógica que seria extremamente benéfica, permitindo a redução dos juros: alargar a banda quando ela não está sob ataque e desacelerar o movimento da banda quando ela está sob ataque. É mais uma das boas idéias que acabaram vindo muito tarde e, infelizmente, não tivemos tempo de testar se ela teria efetividade ou não.

É muito difícil responder à questão feita pelo Senador sobre se seria melhor a dolarização final, quase uma capitulação da moeda nacional a uma moeda estrangeira, ou a centralização, que leva à moratória. Entendo que as duas soluções são muito ruins. A moratória provavelmente tem efeitos econômicos piores; é como uma empresa que pediu concordata, como um indivíduo que não pagou as suas dívidas, foi para o rol dos inadimplentes, perdendo acesso ao crédito, perdendo credibilidade e investimento direto. As conseqüências de uma moratória são terríveis. As conseqüências da dolarização, em termos econômicos, são menos terríveis, mas creio que, em termos políticos e do sentido de nacionalidade, talvez sejam tão grandes quanto as da moratória. Então, é difícil medir esses dois males e saber qual deles é o pior.

Com relação a investimento direto, o País não conseguiu uma elevação significativa da taxa de investimentos, da formação bruta de capital. Isso, em

grande parte, resultado das crises que vivemos e das taxas de juros elevados que fomos forçados a praticar. Com o início das crises, o processo de recuperação da taxa de investimentos, que havia sido bem significativa até final de 1996 e início de 1997 – a taxa saiu de 17%, 18% para quase 20% do PIB –, parou e a capacidade de crescimento da economia foi afetada. Nessa situação, o investimento direto não está diretamente ligado ao aumento da formação.

No entanto, gostaria de chamar a atenção para o fato de que o investimento direto, a longo prazo, terá efeitos fundamentais sobre produtividade. Afinal, temos uma economia globalizada, onde o que importa cada vez mais não é tanto a taxa de investimento, mas a qualidade do investimento. Estamos em uma economia em que o que determina o sucesso de um país é a qualidade da sua população e do seu parque produtivo. A tecnologia caminha em velocidade astronômica. Os senhores sabem que, na área de computação, a cada dois anos, a produtividade pula duas ou três vezes, e o investimento direto, na nossa opinião, é o mecanismo de transmissão, em uma economia globalizada, desses progressos de produtividade que ocorrem de forma vertiginosa, sem os quais, numa opção de ruptura com a integração na economia internacional, estaríamos perdendo.

Um dos grandes malefícios da unificação da moratória que resulta dela e da ruptura é que perdemos o contato com a tecnologia. Somos um País que já tivemos uma lei de informática, por exemplo, que, inequivocamente, atrasou-nos muitos anos em matéria de informática.

Com relação à questão de reservas, não tenho os dados. Não é o caso de tentar produzir os dados aqui com os detalhes que o Senador pede. Já mencionei que as nossas reservas, incluindo o Fundo Monetário, são de 36 bilhões – é claro que temos 9 bilhões de dinheiro do Fundo Monetário. Esse foi um dinheiro que nos foi emprestado, e que pagaremos ao longo do tempo; dinheiro tão bom quanto outro qualquer e perfeitamente útil para a defesa de nossas reservas, se for o caso. Mas em um regime de flutuação serve para cumprir os nossos compromissos. Como mencionei, as obrigações da República nos próximos 12 meses são da ordem de US\$12 bilhões. Se não captarmos nenhum tostão, a República não colocar nenhum título novo e não entrar nenhum dinheiro adicional – do Fundo Monetário e do G-7 vão entrar quase 30 bilhões. Só no ano de 1999, temos mais de US\$20 bilhões de recursos do nosso programa que entrarão para as nossas reservas.

Então, a situação é absolutamente confortável, o que leva à conclusão de que o balanço de pagamentos em 1999 tenderá a ser superavitário. Vamos terminar 1999 com reservas muito superiores a que temos – provavelmente da ordem de 50 bilhões – na medida em que saquemos o dinheiro dessas linhas de crédito que estarão disponíveis.

Com relação à conta corrente, a expectativa é de uma dramática melhora. É difícil saber com certeza qual será o tamanho da melhora, já que temos uma situação internacional difícil. O comércio mundial está crescendo menos este ano. As crises na Ásia e na Rússia têm afetado o comércio mundial e isso nos afetará também. Mas não tenho dúvida de que a conta corrente melhorará substancialmente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Inicialmente quero registrar que o Presidente do Banco Central não respondeu à questão do FMI, até porque a minha pergunta sobre as reservas tem a ver com o acordo. Estamos, segundo V. Ex^a diz, com reservas livres de US\$27 bilhões. O acordo do FMI prevê que caso as reservas caíam para um patamar inferior a US\$20 bilhões as regras serão diferentes das estabelecidas inicialmente. Daí as perguntas sobre as reservas e sobre o FMI.

Considerando que as informações que chegam aqui nos dizem que US\$1 dólar está cotado a R\$1,96, fiz uma pergunta de natureza mais geral sobre o que ele considerava mais nefasto: a dolarização ou a moratória. Na verdade, no meu entendimento, se o Brasil, de forma soberana, tiver que optar pela moratória, não será uma moratória técnica, que podemos caminhar para ela, não implicará necessariamente, como V. Ex^a analisa, em fechamento dos portos às nações amigas, na opção por um modelo de desenvolvimento autárquico ou uma volta a reservas de mercado, como tivemos há um tempo. Não sou da opinião de que necessariamente tenhamos que voltar ao passado, à política econômica que foi implantada particularmente na época do regime militar. Mas considerando que o regime cambial de livre mercado chega hoje a R\$1,96, considerando que V. Ex^a, como disse anteriormente, não foi tão enfático em rejeitar o currency board, gostaria de saber quais seriam os efeitos imediatos, do ponto de vista da economia brasileira, em função do grau de endividamento das empresas privadas brasileiras que citei, caso o Brasil venha a optar por essa forma de política cambial.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Peço que V. Ex^a conclua, Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Pois não.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – A segunda pergunta diz respeito à distribuição de prejuízos. Efetivamente o Brasil ficou mais pobre em 30 ou 40% nessa última semana. Se deixarmos apenas para o mercado estabelecer esta distribuição dos prejuízos, já sabemos o resultado: inflação ou desemprego ou, o que é pior, ambos. Qual a política que o Governo vai adotar diante do fato do empobrecimento do Brasil não ter o mesmo efeito que historicamente temos?

Com base nessa pergunta, quero fazer uma outra. Chegaram informações de que entre o dia 14 e 21 de janeiro, na BMF, houve um ajuste da ordem de 18 bilhões. Queria saber se isso é verdade. Se houve esse ajuste, alguém ganhou e alguém perdeu. Gostaria de saber se V. Ex^a tem conhecimento de quem ganhou ou quem perdeu nesse ajuste.

Para completar, Sr. Presidente, gostaria de fazer apenas um comentário que não diz respeito especificamente ao que estamos discutindo agora, mas a um projeto que está sendo discutido na Câmara dos Deputados. Estamos sabatinando o Presidente do Banco Central porque a Constituição estabelece que o Banco Central é uma atividade, um órgão típico de Estado. O projeto que trata da questão da demissão dos servidores públicos não inclui os técnicos do Banco Central na categoria de carreiras típicas de Estado, o que me preocupa, já que, sendo essa uma posição da Secretaria da Administração, e até o momento não ouvi nenhuma manifestação de autoridades do Banco Central a respeito desse assunto que vai ser votado na Câmara possivelmente nesta semana e virá para o Senado já no início desta Legislatura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Concedo a palavra ao Dr. Francisco Lopes.

O SR. FRANCISCO LAFAIETE DE PÁDUA LOPES – Gostaria de enfatizar a minha rejeição ao currency board como uma solução, só para tornar essa negação mais enfática. Como eu disse, rejeito esse tipo de regime, não porque acredito que seja um sistema que não pode funcionar. Esse sistema funciona na Argentina, e acredito que poderá continuar funcionando naquele país. O nosso desejo é de que a Argentina não seja afetada e consiga manter o regime atual. Quem sabe, mais à frente, de forma

cuidadosa, possam evoluir, talvez juntamente com o Brasil, para um regime de flutuação conjunta? Mas isso é algo que deverá acontecer daqui a dez ou vinte anos; isso não nos atingirá, mas sim aos nossos filhos.

É claro que essa rápida transição de regime cambial a que fomos forçados pela crise trará consequências num curto prazo. O Governo terá que administrar essas consequências da melhor maneira possível.

Tenho dúvidas se haverá efeitos fortes sobre o desemprego. Penso que a taxa de desemprego no Brasil é algo que não entendemos muito bem. Lembro que, por exemplo, na época do Plano Collor, quando a atividade foi fortemente afetada, a taxa de desemprego não aumentou. Agora, recentemente, a taxa de desemprego aumentou muito. Por que será que a taxa de desemprego aumentou? Isso ocorreu porque a atividade foi baixa? A atividade não foi tão baixa assim. A economia cresceu moderadamente nos últimos cinco anos, mas, certamente, a economia estava operando com uma taxa de câmbio real sobrevalorizada.

Acredito que, talvez, o fenômeno de desemprego no Brasil tenha mais a ver com o câmbio sobrevalorizado que com a atividade. Se isso for verdade – posso estar enganado –, é possível que a situação de desemprego melhore no País com essa correção do câmbio. As indústrias exportadoras vão poder empregar mais. As indústrias nacionais, que estavam sendo esmagadas pela competição externa com o câmbio muito desfavorável, vão poder empregar mais. As indústrias ganharam muita competitividade. Os níveis de produtividade cresceram espetacularmente. Com isso, as indústrias terão uma capacidade de competição no mercado internacional muito grande.

Posso estar enganado, pois os economistas erram muito; gostaria de enfatizar isso. Infelizmente, a ciência econômica não é ciência exata, mas, na verdade, um conjunto de modelos formulado com base em experiências de outros países. O Senador que lida com idéias econômicas sabe tão bem quanto eu que os economistas vivem divergindo sobre a interpretação da realidade. Então, é difícil fazer uma previsão segura sobre esse efeito. Mas coloco aqui esta dúvida: não tenho certeza de que a situação de desemprego piorará.

Transferências, ajustes e mercados derivativos vão ocorrer em função de variações na posição. É algo referente à taxa de câmbio. Depois, teremos que avaliar o que vai acontecer. O Banco Central

não está preocupado com mercados autônomos. São instituições privadas com regras, em que os agentes operam, fazem o seu hedge, têm uma função econômica importante. Nós, do Banco Central, temos a preocupação de que o sistema bancário permaneça sólido. É claro que temos instrumentos para prover liquidez e que vamos continuar usando-os. Inclusive, não há, de maneira alguma, qualquer situação preocupante na área bancária. É fundamental que, nessa transição para um regime cambial mais livre, haja um sistema bancário sólido, ao contrário do que ocorre em outros países, como o México e os países asiáticos, em que houve problemas graves no sistema bancário, o que dificultou muito a condução da política econômica. Felizmente, graças ao tão injustiçado Proer, nós hoje temos um sistema bancário muito sólido, que nos dá um espaço da política econômica precioso neste momento.

Com relação à carreira típica de Estado, creio que o Banco Central vai se posicionar. O Banco Central tem interesse em ser incluído no projeto, mas é uma questão que ainda não estive mais preocupado com a construção, desenho de política macroeconômica e a condução de política monetária do que com essas questões administrativas que agora terei que enfrentar.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, não vou fazer mais um réplica. Mas apenas registrar que as considerações a respeito do FMI não foram objeto de análise por parte do Dr. Francisco Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Pediria licença aos Srs. Senadores para ler uma justificativa do Senador Eduardo Suplicy, conforme prometi.

Prezado Senador Pedro Piva,

Solicito justificar minha ausência hoje na Comissão de Assuntos Econômicos em função de estar participando de seminário de Seguridade Sócio-Econômica, na Inglaterra. Felizmente pelo respeito que tenho pelo economista Francisco Lopes pelo seu grande conhecimento e experiência, caso não seja formulada pelos meus colegas da CAE, creio importante ser feita a seguinte pergunta: como Presidente do Banco Central descarta a possibilidade de introduzir no Brasil o sistema de conselho de moeda, currency board?

Já respondeu.

Fica registrada apenas para a Taquigrafia.

Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Quando nas vésperas de assumir o Governo do Estado do Paraná, em 1991, procurei o economista Francisco Lopes para tentar junto com ele, uma vez que eu era absolutamente jejuno nos problemas econômicos do País naquela época, traçar um cenário da economia brasileira, obtive um sucesso razoável. O cenário foi bem montado e eu saí do Governo com uma folha de 55% e transformei o Banco do Estado do Paraná no banco com maior lucro sobre patrimônio líquido do País dentre os bancos públicos, privados nacionais e internacionais, com exceção da casa bancária Safra, que operava no Brasil.

Se tinha alguma dúvida em dar o meu apoio à sua indicação, apesar dessa simpatia inicial, ela se dissolveu com a sua declaração clara a respeito da manutenção do espírito nacional, da moeda, das instituições funcionando e com o lado positivo das afirmações iniciais do nosso Senador José Eduardo Dutra.

Eu antecipo o meu voto favoravelmente.

Mas vamos a algumas considerações. Qual é a saída, perguntava Alice ao gato, que ria, no famoso livro Alice no País das Maravilhas, de Lewis Carol. E o gato, que ria, respondia: "Depende". "Depende de quê?", contestava Alice. E o gato afirmava: "Depende de para onde você quer ir".

É evidente que nós temos muitas saídas e muitas possibilidades para o Brasil. E vejo neste momento uma situação parecida com o de um grupo de pessoas de estivesse num cinema lotado, onde algum gaiato gritasse, de repente: "Fogo!" e outro subisse ao palco e dissesse: "A saída é por ali". E embora o cinema possuísse vinte e cinco saídas possíveis e capazes de fazer com que todos abandonassem a platéia sem nenhum risco, atropeladamente, sem raciocinar, e em pânico, todos vão saindo pela saída indicada, com os traumas e os danos previsíveis numa situação de absoluto pânico.

"O horizonte está bastante positivo e não adianta vir aqui com fracassomania que aqui não tem" (Fernando Henrique Cardoso, **Folha de S. Paulo**, de 2-10-95). "Quebramos os bancos, mas salvamos a moeda". (**Folha de S. Paulo**, de 23-11-96) "Só foi possível descortinar este novo País por causa da estabilização da moeda, porque nós combatemos a inflação e porque nós não cedemos às pressões para dar facilidades hoje que corroem a moeda amanhã. Os 'catastrofistas' que percam as ilusões". **Folha de S. Paulo**, 16-6-96.

"O Governo não mexe no câmbio. Quando se desvaloriza a moeda, o povo paga, porque sempre

se transfere para os preços a desvalorização". **Folha de S. Paulo**, 29-11-96. Sempre o nosso inefável Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Quando o Dr. Francisco Lopes nos afirma que o Presidente declarou que não aceita a centralização do câmbio, tenho motivos suficientes para ter fundadas dúvidas e aguardar a centralização. O discurso do economista Francisco Lopes é típico dos economistas brasileiros: expressões em inglês – currency board, over shooting – , mas a situação em que estamos está muito mais para o hands up, dito com sotaque texano por Alan Greenspan e por Stanley Fischer, cada um portando na mão direita um Peacemaker, o velho revólver fazedor de paz da conquista do Oeste americano.

Nefasta moratória, assegurou-nos o Dr. Francisco Lopes, por diversas vezes, durante a sua exposição. Nefasta. Qual é a origem dessa palavra? O que significa nefasta? Provavelmente vem de infausto, não-fausto. Daí, em vez de ter conotação negativa, tem a sua conotação correta. A moratória é a declaração de uma situação infausta, em que um governo ou uma empresa não tem condições de honrar os seus compromissos. Pouco fausta. Quando mais, as coisas ocorrem por motivo do príncipe, ou seja, pela tal força maior. O príncipe no caso, na teoria do Direito, é o Governo, que, alterando as circunstâncias no momento dos pactos, inviabilizou a possibilidade de que eles fossem cumpridos.

Hands up!

Não vou, Dr. Francisco, perguntar aquilo que acho que, nas circunstâncias, V. Ex^a não poderia responder. Creio que estamos mesmo mais ou menos perdidos e, acima de tudo, embora eu não seja definitivamente um partidário do Banco Central independente, neste momento, deve-se a política econômica à posição do Presidente da República. O Banco Central executa essa política; senão, teríamos o processo de eleição e o presidencialismo no Brasil absolutamente invertidos. Teríamos um comando que não seria mais o do Presidente eleito pela população.

Não acredito que o Banco Central possa definir políticas para o Brasil. Elas são definidas a partir da vontade do Fundo Monetário Internacional e do famoso Alan Greenspan, do Federal Reserve. Então, quero informar-me a respeito do que V. Ex^a pode responder ou, pelo menos, dar uma perspectiva de que as respostas mudem uma situação.

Aprendi, no primeiro ano da faculdade de Direito, na cadeira de Economia Política, que reserva cambial é a diferença entre o que um país exporta e

o que ele importa. De repente, inventaram a reserva cambial de dinheiro emprestado, e emprestado a 41% ou 49% ao ano. O mais notável nisso tudo é que o dinheiro emprestado não fica depositado num cofre forte, convertido em barras de ouro, em dólares ou libras. O dinheiro emprestado passa a ser aplicado no mercado internacional. Até um determinado momento, o Brasil aplicava no BIS. A partir desse momento, passou a aplicar uma parcela desses recursos na banca privada.

Ora, é muito possível, extremamente provável, que esses recursos, tomados a 40% ou 49%, conforme as variações dos juros oferecidos pelo Brasil, no seu desespero, à banca internacional, e que são aplicados com juros entre 5,6%, 5,9% ao ano sejam novamente reaplicados no Brasil a 41% ou 49% ao ano. Como tomamos dinheiro a prazo curto, com a possibilidade da saída do capital franca e imediata – daí porque tivemos essa evasão dos fundos cambiais tão rápida – , verifica-se que tudo isso pode estar se constituindo em uma sangria a mais. Tomamos a 6% ao ano e emprestamos a 5,6%, a 5,9% para a banca privada, por intermédio de corretoras privadas. Que corretoras? Tradition S/A – Lausanne – Suíça; Tullet and Tokyo – Nova Iorque e Londres; Godsell, Astley and Pierce Ltd. – Londres; Exco Noonan Inc. – Nova Iorque; M. W. Marshall Inc. – Nova Iorque; Martin Bierbaum Inc. – Nova Iorque; Eurobrokers Ltd. – Londres; e Prebon Yamane – New Jersey – EUA. Não sei como essas corretoras são escolhidas.

O Senado da República fez uma consulta ao Tribunal de Contas para auditar o Banco Central e resolver algumas questões, a saber:

1. Nomes das corretoras contratadas para fazer as aplicações relativas às reservas internacionais brasileiras, bem como o número das corretoras e a distribuição dos recursos entre elas;
2. Remuneração obtida pelas corretoras citadas no item 1, vis-à-vis das tarifas e taxas médias cobradas aos grandes aplicadores no mercado financeiro internacional;
3. Existência ou não de operações especulativas de curtíssimo prazo com as reservas internacionais brasileiras;
4. A existência ou não de prejuízos financeiros decorrentes de aplicações imprudentes das reservas;
5. Comparação da remuneração média obtida com as aplicações das reservas internacionais brasileiras, vis-à-vis das remunerações médias obtidas

pelo Banco Central de outros países, tais como Espanha, Argentina e Chile;

Os resultados dessa auditoria do Tribunal se mostraram extraordinariamente limitados em função da absoluta falta de transparência do Banco Central na concessão das informações. Os nomes das corretoras contratadas para fazer aplicações relativas às reservas internacionais, bem como o número das corretoras e a distribuição dos recursos foi defendido com a alegação do sigilo bancário. O Tribunal de Contas da União endureceu e o Banco Central entregou os nomes das corretoras.

No que diz respeito à participação das corretoras no conjunto das aplicações do Brasil, o Tribunal de Contas registrou uma elevação constante do papel das corretoras, sendo que estas eram responsáveis, em 95, por 3,9% do valor total das operações de aplicações das reservas brasileiras, saltando para 13,6% nos primeiros 05 meses de 1997.

Da mesma forma, o Tribunal de Contas registrou um crescimento também da participação das corretoras no conjunto global das operações: assim, em 95, registraram-se 12,7% das operações com intermediação das corretoras, enquanto nos primeiros 05 meses de 97, as operações com as corretoras atingiram 28,4% das operações totais.

Podemos dizer, nestas circunstâncias, que o giro financeiro, qualidade de operações sobre o volume destas com as corretoras é superior ao giro das operações sem intermediação das corretoras. Tal fato pode vir a implicar uma remuneração adicional para as corretoras, bem como em custos para o País.

Porém, o que mais chama a atenção na auditoria do Tribunal de Contas da União relacionado a este fato é que não existem, no Banco Central, diretrizes básicas nem comprometimento da administração superior do Banco Central quanto à gestão da política de investimento das reservas internacionais brasileiras.

A auditoria do Tribunal de Contas da União constatou que a chefia do Departamento responsável pela gestão das reservas, o famoso DEPIN, apresenta elevadíssimo grau de liberalidade nas aplicações. A inexistência de padrões rígidos de controle e supervisão impedem aferir, de forma conclusiva, a rentabilidade das aplicações realizadas em nome do Governo Brasileiro.

Outro fato a ser destacado é que a concentração da operação na principal corretora, a famosa Tradition, vem aumentando sistematicamente, tendo

absorvido 63% do total dos negócios realizados com intermediação no período de janeiro a maio de 1997.

Quanto à remuneração obtida pelas corretoras citadas no item 1, vis-à-vis das tarifas e taxas médias cobradas aos grandes aplicadores do mercado financeiro internacional – que é a segunda pergunta –, acabou não sendo esclarecida pela auditoria do TCU, na medida em que não foi possível estabelecer parâmetros de comparação, visto que se tratam de informações restritas aos agentes do mercado financeiro. A auditoria não trouxe novas informações capazes de elucidar se há favorecimento das corretoras nas taxas pactuadas em relação ao mercado, por absoluta falta de informação.

Quanto à questão da existência ou não de operações especulativas de curtíssimo prazo, temos de observar que, no caso, deve-se levar em consideração o fato de que a estrutura operacional do Bacen impede esse tipo de operação com efetividade nos mercados especulativos. No entanto, a auditoria constatou grande número de operações dessa natureza – são as famosas "apostas".

Quanto à existência ou não de prejuízos financeiros decorrentes de aplicações imprudentes das reservas, a falta de informação também bloqueou esse levantamento dos prejuízos. No entanto, o Banco Central conseguiu constatar prejuízos pesados, consequência de operações com moeda japonesa, no período de 17/02 a 03/05/95 – prejuízo de U\$83,7milhões.

Comparando a remuneração média obtida com as aplicações das reservas internacionais brasileiras com as remunerações médias obtidas pelos bancos centrais de outros países, como Espanha e Argentina, teríamos a possibilidade de uma comparação. O Banco Central ocultou essas informações se escudando no sigilo bancário, como se pudesse haver sigilo bancário no que diz respeito à aplicação de dinheiro público, que, no caso, não era da sogra do Presidente do Banco Central e muito menos da nefasta empreiteira que S. S^a mantinha no Rio de Janeiro. De qualquer sorte, as informações foram negadas.

A análise foi extremamente negativa para a transparência e praticamente anula a possibilidade de fiscalização pelo TCU e invalida completamente a supervisão, que é da competência constitucional do Senado Federal, na fiscalização dos empréstimos e das contas públicas.

A comissão técnica do Senado, para não ficar apenas na denúncia desse problema, sugere algumas mudanças:

a) mecanismos efetivos de controle, bem como regras de como se devem processar as aplicações das reservas brasileiras, estabelecidos publicamente em documentos oficiais pelo Banco Central. Devido aos fatores supracitados, constata-se o não comprometimento da administração superior do Bacen na gestão das reservas, deixando-as a cargo do escalão intermediário. A diretoria do Bacen deveria assumir por inteiro a responsabilidade dessas aplicações.

O Bacen realizou operações especulativas no curto prazo, dentre as quais destacam-se os prejuízos auferidos nas aplicações em moeda japonesa em 1995. Isto há de ser explicada.

A falta de transparência do Bacen, inclusive para órgãos de controle, impede a quantificação da remuneração das corretoras, embora se constate a dominância de uma delas – esta, uma explicação que o Senado precisaria ter.

Não foi possível estabelecer comparações com outros países devido ao fato de que não há informações disponíveis.

Sugestões operacionais:

1) estabelecer mecanismos legais de comprometimento e responsabilização efetiva dos dirigentes do Bacen quanto às aplicações das reservas internacionais;

2) estabelecer a obrigatoriedade de que o TCU inclua, anualmente, nas contas do Presidente da República, dados sobre a aplicação das reservas internacionais;

3) estabelecer a obrigatoriedade de que o Bacen apresente anualmente ao Senado Federal um planejamento básico – linhas gerais – sobre a sua estratégia de aplicação, a fim de que possamos comparar com a aferição feita no tópico anterior;

4) estabelecer que, mesmo sem identificar nominalmente as corretoras, o Bacen informe a lucratividade de cada uma delas com as aplicações brasileiras;

5) estabelecer que o Bacen deverá proceder a concorrência internacional para definir quais as corretoras que deverão operar junto ao Governo brasileiro a fim de estimular a desconcentração.

Não é o dinheiro dos parentes do Banco Central que está sendo aplicado, mas o dinheiro da Nação. Não é possível que o Banco arbitrariamente defina em que corretora aplica, sem dar satisfação a ninguém e muito menos que a diretoria se escude por inteiro numa competência absurda dada à diretoria específica.

Estabelecer uma auditoria externa para que o Bacen emita, anualmente, um relatório específico sobre as aplicações das reservas internacionais submetendo ao Senado Federal.

Estabelecer supervisão, pelo Ministério da Fazenda, da aplicação das reservas internacionais – isso significa responsabilizar também o Ministro da Fazenda pela aplicação dessas reservas.

Fiz algumas críticas, algumas sugestões, antecipei meu voto e coloco essas observações e sugestões à consideração do Dr. Francisco Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Dr. Francisco Lopes tem a palavra.

O SR. FRANCISCO LAFAIETE DE PÁDUA LOPES – Agradeço a intervenção do nobre Senador.

Gostaria de iniciar comentando o nosso agradável encontro, não lembro bem em que ano; em 90, o nobre Senador havia sido eleito Governador, tivemos um encontro no Rio muito interessante, muito produtivo. Acredito que não devemos ampliar exageradamente aqueles meus comentários da época, aquele cenário, como diz o Senador, nos resultados de sucesso positivo de seu Governo no Estado do Paraná. Seria um certo exagero. Economistas dão opinião, principalmente economistas fora do governo, dão opiniões e nem sempre essas opiniões são adequadas.

Não ficou muito claro para mim se o Senador é a favor de um Banco Central independente ou não. Creio que, pela natureza de suas colocações, talvez o Senador seja a favor de um Banco Central independente, talvez não sabendo exatamente. O Banco Central independente é o que faz a política... Talvez o termo independente seja um termo inadequado. Quer dizer, o Banco Central ser despolitizado, na verdade, significa torná-lo dependente desta Casa. Ou seja, o Banco Central independente torna-se independente do Poder Executivo, do Ministro da Fazenda e do Presidente da República, mas passa a prestar contas diretamente a esta Casa, ao Parlamento, em termos dos objetivos maiores da Nação.

Em termos de, claramente, quais as metas que o Congresso... É claro que temos que nos colocar de acordo que o objetivo central da sociedade é garantir a estabilidade. O objetivo fundamental que temos de buscar é a defesa da moeda nacional e o desenvolvimento que decorre disso. Quer dizer, não teremos desenvolvimento sem moeda. Isso já tentamos antes. O Regime Militar tentou desenvolver com moeda frágil e vimos no que deu: uma moratória da dívida externa, uma inflação crônica. Levamos 15

anos para consertar as distorções criadas pela política econômica do Regime Militar deste País.

Estamos tentando construir uma política econômica correta num regime democrático e acho que o papel do relacionamento de um Banco Central fortalecido com esta Casa terá de ser crescente; nesse sentido, os comentários do Senador são mais do que bem-vindos.

Gostaria de pedir que o Senador me desse uma cópia do documento que, aparentemente, estava lendo. Teremos o maior interesse em trabalhar em cima das sugestões e tentar implementá-las o mais rapidamente possível.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sr. Presidente, sem que isso pareça uma descortesia, acabo de obter a notícia de que o som da NET foi cortado, da metade para a frente, enquanto eu interpelava, no Paraná; passou a ser religado no momento em que o senhor dava as respostas. Essa é a famosa liberdade de imprensa e de comunicação de expressão existente no Brasil. Não é a primeira vez que isso acontece.

O SR. FRANCISCO LAFAIETE DE PÁDUA LOPES – Eu gostaria de ter o documento.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Já pedi que fosse entregue a V. Ex^a.

O SR. FRANCISCO LAFAIETE DE PÁDUA LOPES – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – O Senador Fernando Bezerra não se encontra, mas deixou um documento com o Senador José Fogaça para será lido.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, se ainda for possível, eu gostaria de me inscrever para sabatar o Sr. Francisco Lopes. Estou chegando agora por causa da nossa querida aviação brasileira. Foram três horas de atraso. Peguei o avião de madrugada para chegar mais cedo, mas a nossa querida TAM me pregou essa peça!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a sabe que todos nós gostaríamos de ouvi-lo. As inscrições foram encerradas, mas, se der tempo, ouviremos V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON – Tenho certeza de que o Presidente não se oporia, se V. Ex^a concordar.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Muito bem, Srs. Senadores, o Senador José Fogaça lerá uma nota.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Exm^o Sr. Presidente, interrompi o Dr. Francisco Lopes. Depois da

exposição de S. Ex^a, ainda tenho, como todos os outros Senadores, direito a tréplica.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Mas que não seja tão longa, Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Será do tamanho suficiente. Interrompi a exposição para dizer que a TV Senado havia saído do ar.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – O Sr. Francisco Lopes já terminou sua exposição.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Então, Sr. Presidente, abro mão da tréplica e cedo a oportunidade ao Relator, para que faça a indagação que deseje.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Por determinação do Presidente, vou passar a ler, Dr. Francisco Lopes, uma pergunta feita por escrito pelo Senador Fernando Bezerra. S. Ex^a faz um comentário inicial sobre a dívida externa e a dívida interna e do problema relativo a pressões sobre o déficit público, e, ao final, formula a seguinte pergunta:

Com o novo regime cambial, o papel da política monetária ganha importância ainda maior. Qual é o caminho mais correto a ser seguido a curto prazo? Aumentar os juros para combater os impactos inflacionários da desvalorização cambial e incentivar o aumento da oferta de dólares, ou, ao contrário, reduzir os juros para evitar o aumento da dívida interna e o conseqüente surgimento de dúvidas quanto à capacidade de o governo honrar o pagamento dessa dívida?

O SR. FRANCISCO LAFAIETE DE PÁDUA LOPES – Acho que foi uma boa sugestão do próprio Senador Dutra, e responderemos por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Perfeito. Senador Francelino Pereira. (Ausente)
Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Sr. Presidente, Dr. Francisco Lopes, em primeiro lugar, eu gostaria de considerar que não deve ser uma boa norma essa de se fazer perguntas de senadores ausentes. Outros senadores se retiraram, inclusive o Senador Francelino Pereira, em protesto a esse tipo de possibilidade. Acho que quem quer fazer pergunta deve permanecer no plenário da Comissão.

Dr. Francisco Lopes, o que entendo como de mais positivo na exposição que V. Ex^a faz nesta Comissão é o reconhecimento da possibilidade de erro. Infelizmente, o Congresso Nacional não tem agido como se a equipe econômica do governo Fernando Henrique pudesse errar em alguma coisa. Lamentavelmente, o Congresso Nacional tem seguido rigorosamente as determinações do Governo, sem discuti-

las, sem admitir a possibilidade de erro, mesmo após a clara mudança que aconteceu nesses últimos sete dias.

Quando o Presidente, o Ministro e V. Ex^a falavam taxativamente que não haveria mudança na política cambial, ela veio. Estamos a tal ponto entendendo que V. Ex^{as} são infalíveis que, se mandam para cá um CPMF de 0,38 e nem se discute se pode ser 0,37 ou 0,39, se vota 0,38. Creio que não vamos resolver os problemas do nosso País. É essa a situação de extrema dificuldade que estamos vivendo, partindo da premissa de que V. Ex^{as} estão sempre certos. Quando um governador se levanta e diz que faz moratória, o mundo cai em cima dele, inclusive a mídia nacional, que é muito culpada pela situação que estamos vivendo, porque apóia incondicionalmente as decisões do Governo.

Há poucos dias, o Ministro Malan, nesta Comissão, ao defender o acordo com o Fundo Monetário Internacional, fez para mim a seguinte afirmação: "Senador Ademir Andrade, permita-me, não é correta a percepção de que as nossas reservas existem, usando expressões suas, graças ao capital especulativo. O capital especulativo já não existe mais, já foi embora o que tinha que ir". O Ministro fez essas afirmações poucos dias atrás e, no entanto, V. Ex^{as} mudaram a política cambial em função da permanente evasão de divisas do nosso País.

Ora, hoje V. Ex^a chega aqui como possível presidente do Banco Central e afirma categoricamente que não haverá inflação, que ela não aumentará, e a possibilidade é de que seja de quatro dígitos. A mesma coisa ouvi o Presidente Fernando Henrique dizer há poucos dias. Não posso me considerar um doutor em economia, mas tenho que admitir, ou pelo menos opinar, que o Presidente não entende nada de economia. Quem faz uma afirmação dessas, está longe de entender alguma coisa e entender a realidade.

Dr. Francisco Lopes, a inflação é uma questão de oferta e procura também. Ora, já estamos vendo uma redução drástica das importações brasileiras. Veja o que está acontecendo no Mercosul, com os sacoleiros. Está havendo um aumento muito grande nos preços dos importados. Aliás, uma das grandes coisas que permitiu a queda da inflação foi a grande oferta de produtos a nossa população. O produto nacional deixou de ser exportado e passou a ser consumido no mercado interno devido a uma relação razoável do dólar com o real e à própria quantidade de importação que chegou ao País. Isso atendeu à demanda do povo e à necessidade da nossa população e, conseqüentemente, evitou a inflação.

Agora, o que vai acontecer é que, com a importação drasticamente reduzida, não tenha dúvida, haveremos de ter superávit na balança comercial. Isso vai acontecer de imediato, provavelmente no próximo mês, e vamos resolver o problema do nosso déficit público. A situação do povo, Dr. Francisco Lopes, essa não vamos resolver, porque, além da redução da importação, que atendia à demanda da população, vamos ter também uma ampliação violentíssima da exportação, o que vai reduzir a oferta no mercado interno. No interior deste País já está faltando óleo e leite. Quem produz aqui vai preferir vender para fora a vender para o mercado interno, é lógico. Ninguém vai segurar a inflação. É ilusão ou falta de conhecimento e de percepção pensar que a inflação vai ficar dentro de um dígito em 1999. Só cego não vê isso.

Além do problema de falta de oferta que vai haver no mercado, temos a manutenção do controle da política monetária, e aí o Governo insiste nos juros altos. Não mudou nada. A política que se está adotando agora é a mesma de 1982 a 1990. V. Ex^a falou no currency board e citou que na história do Brasil isso houve apenas numa época, mas ela ocorreu em outra época. V. Ex^a não se lembra de que em 1996, durante nove meses, o dólar teve um valor fixo com o cruzado? Eram treze cruzados e cinquenta centavos o dólar. Qual foi o resultado? Tivemos queda nas exportações e com isso se quebrou novamente essa lógica. Foi um período de dólar fixo com o cruzado.

Estamos voltando à política da contenção de consumo, hoje com mais gravidade, porque o trabalhador está em terrível dificuldade; não há indexação de salários, o funcionalismo público está há cinco anos sem aumento e ainda vai haver aumento da contribuição da Previdência e confisco com relação à questão da aposentadoria. O poder aquisitivo da nossa população cai. É uma situação de muito maior gravidade. Com a continuidade dessa política, vamos marchar para o caos social.

Será que os Senhores não vêm isso? A continuidade do aumento de juros é um desestímulo à produção. O desemprego está aí, o achatamento salarial está mais forte do que nunca. Hoje em dia o trabalhador está pagando para trabalhar, aceitando redução em qualquer circunstância, assistindo ao aumento da violência, à falta de produtos. Não consigo entender isso como uma saída.

Quando V. Ex^a diz que a moratória é algo nefasto e compara a moratória a uma empresa, o Brasil a uma empresa, mas o Brasil não pode ser comparado a uma empresa: o Brasil são milhares e mi-

lhares de empresas; o Brasil tem que continuar trabalhando, o povo tem que continuar comendo, tem que continuar produzindo. Não podemos continuar fazendo essa política para manter esses compromissos que não podemos pagar, ainda mais com a continuidade desses juros; nossa dívida já chegou a US\$ 400 bilhões. Como o senhor vai resolver isso? Como o Governo vai resolver isso? Tirando 50 bilhões do orçamento para pagar serviço de dívida? É essa a política certa?

Portanto, Dr. Francisco Lopes, eu gostaria que o senhor tecesse comentários sobre essas questões que eu abordei. Não haverá possibilidade de a inflação existir com um único dígito em 99, com desestímulo de importação, superestímulo à exportação? Vai haver falta de produto no nosso País? Vai haver inflação, sem dúvida alguma, o dólar, hoje, já chegou a 1,94; achar que isso vai parar ou reduzir também não é realidade. Insisto que esta não é a saída correta; a saída correta é a saída do câmbio currency board. Esta é a saída para manter o nível de aquisição do povo trabalhador brasileiro, porque quem vai sofrer não somos nós; a classe média está sofrendo pouco; quem vai sofrer é aquele que, durante esses 04 anos, de certa forma, foi beneficiado, teve acesso a bens de consumo. Houve uma farta oferta de produtos para esse consumo; houve uma competitividade, uma redução de preços; então, esse é que vai sofrer com essa política. A de hoje não é nem um milímetro diferente do que aconteceu no Brasil de 82, quando assinamos o acordo com o Fundo Monetário Internacional, em 1982, até praticamente o início do Plano Real.

Então, V. Ex^{as} estão cometendo um erro e vão pagar por esse erro mais tarde; é um erro pior do que ter segurado o câmbio. Eu, aqui no Congresso Nacional, embora divergindo de algumas pessoas da Oposição, sempre fui favorável a esse controle do valor da moeda e defendo o câmbio simbólico como a única possibilidade real de manter oferta de mercadoria, um patamar digno de vida do povo brasileiro; fora isso, Dr. Francisco Lopes, é o caos. Os senhores serão responsáveis por esse caos.

Eram essas as considerações que gostaria de fazer e, é evidente, com todas as discordâncias que V. Ex^a possa ter; eu gostaria de ouvir sua manifestação sobre o que abordei.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Senador Ademir Andrade, quero comunicar a V. Ex^a que concordo inteiramente com a sua posição e de todos os Senadores que os votos não deveriam ser por escrito. Sobre a sua observação de que os Senadores

dão presentes não poderia fazer comentários. Concordo inteiramente e nas próximas reuniões o faremos.

Com a palavra o Sr. Francisco Lopes.

O SR. FRANCISCO LAFAIETE DE PÁDUA LOPES – Parece-me que o nobre Senador Ademir Andrade fez uma análise correta de como funciona a âncora cambial. É exatamente isso: a possibilidade de importar produtos estrangeiros a uma taxa de câmbio fixa ou fortemente controlada funciona como mecanismo indireto de controle de preços, é como se estivéssemos controlando preços por meio do mercado; e, claro, com muito mais efetividade; controle de preços já testamos à exaustão neste País e sabemos que não funciona. Sabemos que a âncora cambial funciona; funcionou, conseguimos uma redução gradual – voltando um pouco ao início da minha exposição – uma redução fantástica da inflação, mas é um mecanismo que cria esse problema da sobrevalorização cambial e da vulnerabilidade externa.

Concordo que a inflação é negativa para a população – nesse ponto estamos absolutamente de acordo –, temos que envidar todos os esforços para impedir que essa mudança de regime cambial provoque inflação.

A minha conclusão seria na direção oposta do nobre Senador. Se queremos, de fato, segurar a inflação, fazer com que essa mudança de regime cambial não se converta em um processo inflacionário, temos que apertar a política monetária e não afrouxar. Se afrouxarmos a política monetária agora, que é o que todos gostaríamos – o País sofreu com a política monetária apertada no passado, o Presidente da República diversas vezes manifestou, publicamente, o seu desejo de conseguir baixar a taxa de juros. Sempre dissemos: Temos que fazê-lo de forma sustentável, precisamos fazê-lo de forma consistente, mas agora, nesse momento específico de transição, na minha opinião, o próprio raciocínio de V. Ex^a, caminha na direção de uma política monetária mais apertada, num curto prazo, ainda que menos apertada num médio, longo prazo.

Com relação a inflação de 1999 será de um dígito, será de mais de um dígito? Mencionei, claramente, que essa inflação que aparecerá nos índices de preço, deve ser corretamente entendida como um ajuste de preços relativos, ela não é a velha inflação que tínhamos nesse velho País em que o aumento de preço de ontem gerava aumento de custo de hoje, que gerava aumento de preço amanhã, aquela aspiral inflacionária. Temos condições, acredito eu,

de impedir que a velha inflação volte neste País. Acho que teremos um feito inflacionário. Medido esse reajuste de preços relativos, aparecerá com inflação nos índices, será transitório – a experiência de outros países mostra claramente – e será tão menos quanto mais decididos formos, exatamente, na política monetária. Com relação a proposta de currency board, como disse, acho que é um sistema viável, acredito que o currency board sobreviva, seja sustentável na Argentina. Acho que não teremos condições de fazer no Brasil – volto a seguir um pouco o conselho do Senador Dutra – quero enfatizar a minha posição, acho que currency board seria um erro no Brasil, teríamos uma chance enorme de fracasso. Se fracassar o currency board o que faremos? Ou flutuamos – que já estamos fazendo – ou moratória.

Acho que devemos flutuar, devemos seguir a política que adotamos. Agora gostaria de enfatizar o seguinte. O currency board implica num regime monetário duríssimo. O currency board é o seguinte regime: você fixa a taxa de câmbio, um por um, ou seja, um e meio por um e se você perde reservas o Banco Central não entra no mercado dando liquidez, a taxa de juros vai a infinito, se for preciso. E a história mostrou isso claramente.

O padrão ouro foi o regime dominante durante sessenta anos, oitenta anos no século passado. O padrão ouro, a primeira república, o império, o início da primeira república era padrão ouro, e fracassou por isso. Quando o padrão ouro é realmente testado, numa situação de grave crise, a política monetária que o currency board tem que gerar é de tal violência que acaba politicamente se tomando inviável. A história mostra isso, o currency board é uma proposta de política monetária de extrema severidade e acho que não deveríamos.

A flutuação, o grande mérito da flutuação é liberar a política monetária. A política monetária não mais tem que se submeter a defesa do regime cambial, o câmbio é livre, o mercado define o câmbio. A política monetária tem que ter como objetivos o quê? Consolidar a estabilidade para gerar o desenvolvimento. Esse é o grande benefício da flutuação, é soltarmos a política monetária dessa escravidão de defesa do regime cambial. E o currency board é exatamente o oposto. Tomarmos a política monetária absolutamente dependente do regime cambial, com o câmbio fixo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade, por um minuto.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Dr. Francisco Lopes, estamos dessa forma repetindo a política velha de 82 a 90, que não deu resultado. Creio que deve ser levado em conta o fato de que, nesse período, o superávit da balança comercial brasileira teve em média valores de 16 bilhões de dólares, e chegamos à inflação galopante.

Se uma possibilidade de uma política nova tem complicadores, como o que V. Ex^a considera, essa política que está sendo adotada agora, para mim, não tem nenhuma diferença da política que começou a ser adotada a partir de 82. E vamos caminhar para a inflação galopante.

Creio que a saída seria ampliar esse processo de discussão, que as decisões deste País não ficassem exclusivamente nas mãos de uma equipe econômica, que pode ter as melhores das boas intenções, mas pode efetivamente cometer erros como os que foram confessados recentemente.

Este País precisa passar por um processo mais amplo de discussão. O Presidente Fernando Henrique Cardoso precisa ser mais humilde, entender melhor as questões e não fazer afirmações que sabe que não vai cumprir, como dizer que a inflação em 99 vai ficar em um dígito, ou que vai segurar o valor do real. Com essa política que está aí isso não vai ser possível. Vamos encontrar uma outra solução, porque, com essa política monetária de aumento de juros, é a repetição exata do que já assistimos e que nos levou à hiperinflação.

Era preciso conversar, ampliar esse quadro de decisão, ouvir as Lideranças do Congresso Nacional, chamar os vinte e sete governadores do Estado Brasileiro, ampliar o diálogo e buscar uma saída com o entendimento, porque essa saída apresentada exclusivamente pela equipe econômica levar-nos-á ao caos. É essa a minha perspectiva. Penso que devem ter humildade para reavaliarem as decisões que estão tomando. Na minha avaliação, o caminho que está sendo tomado neste momento levar-nos-á a uma situação de extrema dificuldade, de muito mais dificuldade do que já tivemos em qualquer época da história do nosso País.

O SR. FRANCISCO LAFIETE DE PÁDUA LOPES – Devo confessar que sou um pouco mais otimista que o nobre Senador, mas respeito integralmente as suas opiniões.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, Dr. Francisco Lopes, quero começar dando os parabéns ao futuro Presidente do Banco Central pela coragem

de assumir a presidência do nosso Banco Central numa situação como esta. Quando eu, há algum tempo, nos meus discursos, tão pouco ouvidos e tão pouco ecoados, dizia, entre outras coisas, que a situação chegou ao seguinte ponto: ao invés de escolhermos e dos economistas escolherem entre o melhor – the best and the second best e um pouquinho melhor –, estão escolhendo hoje entre o péssimo e o pior ainda. As políticas, as decisões, as opções, ao invés de se fazerem entre o melhor e o segundo melhor, são feitas hoje entre o péssimo e o pior ainda. E a franqueza de V. S^a aqui hoje acaba de nos fortalecer esse ponto de vista. O pessimista parece que não sou eu. O pessimismo está enraizado à realidade que não oferece outras opções senão entre o péssimo e o pior ainda. V. Ex^a, por exemplo, duas vezes demonstrou isso. V. Ex^a afirmou que, optando, a curto prazo ou talvez a muito curto prazo – entre a dolarização e a moratória, considera que todas as duas opções, a do currency board e a da moratória, são péssimas.

De modo que, por essas e outras, dou os parabéns a V. Ex^a, que teve a coragem de assumir este Banco Central, que foi levado a essa situação e que nos levou a uma situação pior do que a do próprio banco.

Um dos pontos que me surpreendeu na sua franca exposição é que apenas há dois ou três dias V. S^a e o Ministro Malan jantaram com o Presidente e colocaram esse prato indigesto na mesa do jantar. E foi só há três dias que Sua Excelência, o Presidente da República, tomou conhecimento e realizou a opção pela flutuação diante das duas outras soluções que lhes foram apresentadas.

Eu pensava que há dois ou três meses estavam discutindo essa questão vital para a economia, para a sociedade brasileira. Fico surpreso ao saber que só agora ele tomou conhecimento dessa decisão, e V. Ex^a afirma que a equipe não podia, quando foi imposto o Plano Real, prever, adivinhar o futuro. Adivinhar, por exemplo, que, aprisionando a variação do câmbio naquela banda estreita, debandar-se-ia o câmbio. Escrevi um artigo sobre isso naquela hora. Está escrito e publicado: "Desbandar", porque não é com uma elucubração econômico-matemática que se move, que se muda o real. E que a realidade iria impor-se contra o plano, contra a racionalidade aparente do plano, racionalidade esta fundada – como disse V. S^a – em uma âncora cambial. Ancora cambial só não; numa âncora cambial e numa outra, que é aquela cravada na fome, na pobreza da população brasileira. Por que isso? Porque o diagnóstico

foi equivocado. O diagnóstico do FMI, que fez com que toda a lógica, que toda a relojoaria, a cronometragem do plano montada estava errada, diagnosticaram que havia excesso de demanda quando o Brasil e os outros países que sofreram os modelos do FMI, que padeceram esses modelos também se encontravam em uma situação de óbvia insuficiência, deficiência, pobreza de demanda ou de demanda efetiva.

De modo que, então, a partir deste engano, deste diagnóstico enganado, teríamos que passar por todo esse caminho de sofrimentos por que passamos. Ao contrário do que V. S^a faz hoje, e por isso o parabenizo, escutávamos aqui as inverdades e as respostas evasivas que o Sr. Gustavo Franco trazia ao Senado. Portanto, parece-me um avanço nesse sentido a presença de V. S^a nesta Casa.

Quanto a essa âncora cambial, todos sabíamos que ela ia apodrecer. Eu disse e escrevi que essas âncoras iriam acabar segurando o navio Brasil no fundo do mar. Agora, V. S^a nos diz que o currency board é algo que deve ser evitado. Observem que, no Panamá, já existe esse currency board há muito tempo; nas antigas colônias do Império Britânico, havia o currency board, a moeda dos colonizados, dos dominados; e estamos a um passo disso, porque queremos manter, a todo custo, a paridade com o dólar, ou seja, queremos que o dólar continue a ser a nossa moeda, e o real, obviamente, é um dólar furado. Não há nem necessidade de se explicar essa evidência.

Pois bem, além dessa situação criada pelo fortalecimento de nosso real, pela equiparação com o dólar, que sustentou a vitória do Presidente Fernando Henrique Cardoso, gostaria de dizer que, para mim, há várias décadas, a equipe de economistas brasileiros é o maior grupo político do Brasil. O poder político que essa equipe tem, a capacidade política de articulação começou em 1986, no dia 28 de fevereiro, com o Plano Cruzado. Obviamente, ele causou toda aquela euforia e foi mantido pelo "Cruzadinho" e outros expedientes, até que as eleições chegassem. E houve a eleição de 21 Governadores. O Presidente da República assumiu uma posição e um apoio até antes ignorado. Ele acabou o seu mandato com 84% de inflação ao mês, depois de terem sido tranqüilamente eleitos. Quem os elegeu? A equipe que criou, articulou manteve e oxigenou, até as eleições, o Plano Cruzado.

Desde o Cruzado I, já aprendemos muito. Será que eles não sabiam, naquela ocasião, que estavam transformando os brasileiros em cobiias para testa-

rem suas fórmulas mágicas? Pois bem, impuseram-nos o Plano Real, e parece-me que dê novo, mais adremente preparado do que o Plano Cruzado I, com outras âncoras e palavras novas, com o congelamento de preços no alto; no pico, quando a inflação se encontrava já em 48% no período em que Sua Excelência, o Presidente da República, era ministro. A inflação chegou a 48% ao mês. Então, ele que sabe combater tão bem a inflação, também soube fazer a inflação, porque estava 48% ao mês quando era o Ministro da Fazenda. De modo que, a partir daí, os preços lá em cima, os salários lá em baixo, congelou-se, está há cinco anos congelado. Numa houve uma diferença salarial tão grande.

A minha ótica não é a do capital, é a ótica do trabalho, sou Senador do Partido dos Trabalhadores. Não sei se o senhor sabia disso? Então, só posso falar e trazer aqui a sociedade tal como enxergo, a economia tal como a vejo, do ponto de vista dos trabalhadores.

Pois bem, o que aconteceu ultimamente? V. Ex^a afirma que aquela perversidade que o próprio Presidente do Banco Central, Gustavo Franco, chamou de "saco de perversidades", 51 perversidades e que eu emendei "para a caixa de Pandora". Pandora é uma personagem da mitologia grega, uma mulher feita de ferro para não ter emoções, para ser perversa, má, então ela carregava uma caixinha nas costas, onde estavam todas as maldades do mundo, o arrocho salarial, o arrocho fiscal, esse avanço sobre a renda dos aposentados, essas coisas todas estavam lá e outras piores. Então, ela abria a caixa de Pandora, as maldades saíam para o mundo e ela tampou a esperança, o mundo ficou sem esperança uma vez que a Pandora fechou a esperança, prendeu a esperança dentro da caixa.

O que estou preocupado é com uma dessas perversidades. Há 51 perversidades lançadas sobre nós e não foram suficientes. Agora estamos aqui hoje para aprovar mais uma. Essas perversidades sobre os aposentados, etc, etc.

O senhor disse que a resposta fiscal ficou a desejar. O pacote 51 se revelou muito tímido. Tivemos uma perda muito grande de credibilidade. Há gente falando isso aí, inclusive o Ministro Kandir, que prometeu um crescimento no Brasil a 9% do PIB ao ano se for aprovada a Lei Kandir.

Escrevi um artigo que saiu na **Folha de S.Paulo** dizendo que a Lei Kandir é como o casamento, terminei assim: a Lei Kandir é como o casamento, uma sociedade em que todos perdem, que o marido tudo perde e a mulher nada ganha.

Quero perguntar-lhe se fracassadas, incapazes e insuficientes medidas fiscais, o senhor pretende apoiar um novo pacote fiscal para ajudar a âncora cambial a estabilizar o País.

Para terminar uma frase: o Japão, no tempo dos shoguns, no shogunato japonês, o Japão passou 170 anos estábilizado e a população praticamente se extinguiu. Durante 170 anos, a população japonesa não cresceu nada. E o Japão estagnou-se completamente. Foram 170 anos de paralisia geral.

Essa estabilização parece-me tão equivocada quanto as mágicas cambiais, por manter o País numa situação de desemprego, de prostituição infantil, de falta de escolas. A área social está sendo liquidada, com seus recursos transferidos para manter o câmbio, a taxa de juros, a agiotagem.

Na Caixa de Pandora deveria ter também a agiotagem, uma dessas perversidades que o Brasil soltou, elevando oficialmente a taxa de juros para 49% ao ano. Essa não é a solução.

Era o quê tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Concedo a palavra ao Sr. Francisco Lopes.

O SR. FRANCISCO LAFAIETE DE PÁDUA LOPES – Agradeço as intervenções do Senador Lauro Campos, a quem respeito muito. Poucos sabem aqui que fomos professores da UnB, sob a liderança do nosso amigo Edmar Bacha, por volta de 1972. Eu havia voltado dos Estados Unidos e terminado o meu Doutorado, e o Edmar Bacha teve o sonho de criar a Cambridge do Planalto, inspirado na Universidade de Cambridge da Inglaterra. Houve muitas discussões na época sobre a solução "srafiânica" – referente a Piero Sraffa – para o problema de transformação em Marx. Essas são questões intelectuais instigantes.

A vida levou-nos cada um para um lado. Estou aqui defendendo a política econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso, da qual participei desde o início e na qual acredito; e o Senador Lauro Campos representa o Partido dos Trabalhadores. A democracia deve funcionar assim.

O novo pacote fiscal que este Governo apresentou e que tem contado com o apoio deste grande Parlamento completa-se com as votações da contribuição previdenciária e da CPMF. Trata-se de um esforço fiscal da maior importância, suficiente para gerar as bases para a consolidação do problema de estabilidade. Não é o caso de construirmos um novo programa fiscal. Se conseguirmos implementar agora esse esforço fiscal, se não formos sabotados por Governadores de Estado – nós, o País; não estou

falando aqui de Governo—, produziremos um superávit primário de 2,6% do PIB, que é extremamente positivo e que cria as bases sólidas para consolidar a estabilidade e para permitir que o País entre no caminho do desenvolvimento.

Como economistas, eu e o Senador somos impacientes com relação à necessidade de que este País dê certo, de se encontrar a solução para os problemas de miséria, com a criação de uma trajetória de desenvolvimento sustentável. Podemos discordar das formas como fazê-lo — isso é natural. Sempre que dois economistas se encontram surgem três idéias. Infelizmente, a sociedade tem que nos aturar, não pode viver sem os economistas. Os problemas econômicos estão aí, impõem-se, são graves; temos que resolvê-los. O País não poderia ter deixado o processo inflacionário chegar aonde chegou. No entanto, aconteceu. A realidade às vezes é dura, mas tem que ser enfrentada.

Podemos ter divergências quanto ao grau de otimismo e pessimismo com que o futuro se apresenta. Eu, como disse, não tenho otimismo leviano; não estou aqui dizendo que teremos, nos próximos seis meses, uma ilha de fantasia. Serão seis meses duros na economia; teremos que fazer essa transição. Sou otimista em relação ao que vem depois. Penso que, terminada a transição, teremos condições de lançar as bases de um desenvolvimento sustentado.

Era o que eu queria dizer. Agradeço muito a intervenção do Senador.

O SR. LAURO CAMPOS — Eu gostaria apenas de complementar, dizendo que, do meu ponto de vista, o Governo já mudou para o FMI, para Washington há muito tempo. De modo que, quanto a essa questão da moeda, o currency board deveria vir aqui apenas para explicitar uma situação que já existe: a de extrema e completa dependência. Como disse, todos esses planos são políticos, e o FMI interferiu na última política de forma a atrasar. Por que atrasaram tanto essa reforma cambial? Respondem alguns economistas, inclusive Geoffrey Sachs, dos Estados Unidos, que o FMI atrasou, para dar tempo aos banqueiros internacionais de retirarem os seus mais de US\$50 bilhões do Brasil; para dar tempo de FHC ganhar a eleição.

Se essa desvalorização cambial e este caos que está instalado tivessem acontecido antes da eleição, obviamente a sua reeleição estaria muito dificultada. O FMI atrasou para dar tempo a FHC de ganhar a reeleição e aos banqueiros de levarem o dinheiro do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) — Senador Casildo Maldaner, lembro que faltam cinco minutos para as 14 horas.

O SR. CASILDO MALDANER — Serei breve, Sr. Presidente.

Dr. Francisco Lopes, procurei ouvi-lo e, na verdade, diria que há a preocupação dos setores diversos de que a inflação possa voltar com certa celeridade. V. S^a dizia que, em relação às importações que o Brasil realiza, não mais do que 8% do PIB devem acontecer. E, se importarmos algo em torno de 8% do PIB, haverá, aproximadamente, uma inflação de 4%.

No meu Estado, Santa Catarina, temos questionado a todo instante que os supermercados não recebem mercadorias, porque querem repassar os preços, mas eis que os fornecedores já procuram aumentá-los. A outra parte argumenta que os produtos, na sua maioria, não são importados, mas nacionais; que não sabe por que querem repassar o aumento aos consumidores?

Por outro lado, se é verdade que os importados estão na base de 8% do PIB, conforme V. S^a diz, ainda ontem empresários do meu Estado alegavam que não importam mercadorias.

Para sanar a minha dúvida, gostaria que V. S^a esclarecesse. Não importamos mercadorias, mas acontece que, acreditando no Governo, na estabilidade, importamos dólares. Quer dizer, muitas empresas do meu Estado que importaram dólares — pediram empréstimos na base do dólar — ontem me questionavam: "Como vamos fazer, se produzimos coisas nossas, brasileiras, mas assumimos compromissos baseados no dólar e não podemos repassar aos consumidores; se importamos o dinheiro e temos que devolver em dólar? Produzimos aqui coisas tupiniquins, o nosso fubá, mercadoria nacional, mas como fica, se não pudermos repassar? O que vai acontecer?"

Quer dizer, trata-se de uma situação que está sendo colocada. Permanecendo-se só com os 8% do PIB, que são de mercadorias importadas, tudo resultará em 4%. No entanto, gostaria de responder às perguntas de muitas empresas que têm seus compromissos baseados em dólar, que buscaram esses empréstimos nos Estados Unidos e fizeram compromissos na confiança de que não aconteceria essa flutuação, de que essa banda não flutuaria nesses moldes. Fica, então, a dúvida sobre se isso não terá reflexos. Como essas empresas sobreviverão, se não poderão repassar o aumento aos seus produtos? Ou, havendo repasse, não será ultrapassada a

sua previsão de 8% dos importados, se esses compromissos foram baseados em dólar?

O SR. LEVY DIAS – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Pois não.

O SR. LEVY DIAS – Apenas um adendo ao que expôs o Senador Casildo Maldaner: no caso específico do Estado de Santa Catarina, é importante que se diga que, na segunda-feira, o avicultor catarinense ou de qualquer canto do Brasil que foi comprar farelo de soja, componente básico de ração, percebeu que ele estava 20% mais caro, assim como o farelo de trigo. Por quê? Porque o farelo de soja produzido no Brasil tem seu preço regulamentado pela Bolsa de Chicago, é mais da metade do farelo de trigo usado no Brasil é importada. Também os componentes minerais e as vitaminas são importados; 40% dos componentes utilizados nos complexos vitamínicos de rações animais o são. Como fazer?

Faço essa observação ao Senador Casildo Maldaner – depois quero fazer minha intervenção –, porque considero importante. Isso aconteceu já na segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Senador Casildo Maldaner, por favor conclua.

O SR. CASILDO MALDANER – O Senador Levy Dias levanta a questão de que há muitos componentes importados e cita alguns. No entanto, empresários me ponderaram que, embora não importem dentro dos 8% previstos, conforme V. S^a explicou, ou seja, não se enquadrem no caso desses componentes de 8%, a sua composição é baseada no empréstimo feito em dólar. Em função dessa desvalorização, como eles se basearão no comportamento da mercadoria, do produto que elaboram aqui, no Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Sr. Francisco Lopes, V. S^a tem a palavra.

O SR. FRANCISCO LAFAIETE DE PÁDUA LOPES – Nobre Senador, creio que V. Ex^a está referindo-se ao endividamento em dólares de empresas no País.

É claro que empresas bem administradas que tomaram empréstimos em dólares corriam o risco de uma variação cambial. Certamente, empresas bem administradas que o fizeram tiveram fortes razões para fazê-lo. Uma é o fato de que esses empréstimos eram muito mais baratos do que aqueles feitos em reais. Assim, houve todo um ganho ao longo do tempo, por se contar com taxas de juros bem mais

baixas – tremendamente mais baixas –, do que as taxas praticadas por empréstimos em reais.

Se essas empresas foram prudentes, bem administradas, certamente limitaram seu endividamento em dólar a um valor relativamente pequeno da sua dívida total. Também se deve ter em conta o fato de que diversas empresas – é importante não esquecer – têm uma defesa natural. Por exemplo, uma empresa exportadora não tem qualquer problema em endividar-se totalmente em dólar, porque o produto que vende também está em dólar. Quer dizer, uma empresa que faz transporte internacional, ou empresas que fazem atividades que geram uma defesa natural em relação a desvalorizações, a flutuações do câmbio, sendo adequadamente administradas, poderiam, perfeitamente, ter 100% de seus endividamentos em dólar. Empresas que não estão nessa categoria certamente foram imprudentes se fizeram endividamento totalmente em dólares. Tentamos acompanhar – não temos as informações totais sobre isso no Banco Central –, temos tentado dimensionar, mas não acreditamos que tenhamos problemas de grande porte nessa área. No entanto, é uma realidade que se impõe. Não tem nada a ver com a questão do coeficiente de importações, que diz respeito a mercadorias e serviços que são importados. Claro que algumas mercadorias são exportadas – aqui foi mencionado o fato de que a soja é uma mercadoria exportada e há essa propagação, um pouco indevida na minha opinião, desse efeito do câmbio nesse tipo de mercadoria. Para isso, como disse antes, temos que fazer o máximo para limitar esses efeitos de propagação na economia.

O SR. CASILDO MALDANER – Acato as ponderações de V. S^a, Dr. Francisco Lopes, mas o Banco Central poderia fazer um levantamento. Muitas dessas empresas tomaram emprestado em dólares porque acreditavam que a banda não iria ser aberta, que ficaria mais ou menos estabilizada, confiaram na orientação do Governo. Os produtos fabricados por essas empresas muitas vezes não são dirigidos à exportação, mas ao mercado interno. Então, como fica a situação dessas empresas? Como não repassar isso? Há um conflito. Esses produtos não estão relacionados nos valores de 8% do PIB. Isso nos leva a uma certa insegurança.

O Banco Central poderia fazer um levantamento desse montante. Essa preocupação não pode ser deixada de lado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Francisco Lopes, farei uma pergunta sobre um problema seriíssimo, muito mais sério que a moratória de Minas Gerais.

V. S^a já assinou a devolução da rolagem da dívida da Prefeitura de São Paulo, mandou cópia comunicando ao Senado que, de acordo com a Resolução 78, arts. 43, 44 e 45, o fato de um resultado primário negativo da prefeitura e de haver sobras de aplicação dos precatórios, o Banco Central está proibido pela Resolução de analisar o pedido, consequentemente seria devolvido à Prefeitura de São Paulo o pedido de rolagem feito em 30 de agosto de 1998.

Na sexta-feira, em São Paulo, junto com o Secretário da Prefeitura, o Dr. Paolo Enrico Zaghen, diretor da área, disse que V. S^a deveria estar assinando, na sexta ou na segunda de manhã, a negativa de mandar ao Senado pela impossibilidade da Resolução 78. Por isso lhe pergunto: V. S^a assinou as duas cartas?

O SR. FRANCISCO LAFAIETE DE PÁDUA LOPES – Não, Senador. V. Ex^a há que compreender que a minha rotina, nos últimos dias, foi bastante tumultuada, fazendo uma transição de regime cambial e tive ainda pouco tempo para assumir, ainda que como Presidente em exercício, de fato assuntos na área administrativa, em particular assuntos na área do Diretor Paolo Zaghen, assuntos de reestruturação do sistema. Ainda não discutimos essa questão, mas aproveito para perguntar ao Senador, entendo que a Resolução 78 desta Casa, que substitui a antiga Resolução 69, se não me engano, conhecia bem a Resolução 69 porque até houve uma época em que o Departamento de Dívida Pública estava subordinada à minha área de política monetária. Graças a Deus isso mudou, porque era uma área que me dava muito aborrecimento.

Entendo que a Resolução nº 78 foi um avanço grande desta Casa. O saudoso Senador Vilson Kleinübing lutou arduamente por essa Resolução. Confesso que não conheço em detalhes a Resolução. No meu entendimento ele representa um avanço. Pergunto ao Senador se devo assinar imediatamente. Se estou em falta, gostaria de corrigir esse erro. Desculpe-me, estive ocupado em administrar a política cambial, mas poderei fazê-lo. Não sabia que havia essa situação.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Gostaria de informá-lo sobre a situação. Parece-me que V. S^a a desconhece.

O Dr. Paolo Enrico Zaghen, secretário da Prefeitura de São Paulo, informou-me que pediria hoje... Tive a confirmação de que o Banco do Brasil estaria reunido agora, às 14h, para discutir sua sugestão, diretor da área, tendo em vista que a Prefeitura está atrasada com uma operação de ARO a mais de 60 dias. Consequentemente, o Banco Central mandaria o Banco do Brasil colocá-la em perdas e danos, ou seja, abater do patrimônio, em crédito em liquidação.

A partir do momento em que o Banco Central fizer isso, colocar essa dívida em crédito em liquidação, todos os títulos da dívida mobiliária em poder do Banco do Brasil, que é o gestor da dívida total da Prefeitura de São Paulo, estarão vencidos. Ela joga em liquidação aproximadamente 240 milhões, mas o Banco do Brasil tem em seu poder, da Prefeitura, R\$5 bilhões. E o Banespa tem aproximadamente R\$2.6 bilhões.

A partir do momento em que V. S^a assinar a devolução, pela impossibilidade da Resolução nº 78, e mandar a esta Casa, pelo fato de o resultado primário ser negativo, dia 1º de março vencerão em diversos bancos aproximadamente R\$410 milhões e, nos outros bancos, especificamente no Banco do Brasil, mais dois bilhões e seiscentos milhões.

Esse assunto já foi levado ao Ministro Pedro Malan; ao Dr. Eduardo Guimarães, do Tesouro; ao Dr. Paulo Ximenes, ex-Presidente do Banco do Brasil; e cópias foram enviadas ao Dr. Gustavo Franco. Isso vem sendo discutido desde 29 de junho de 1998. E, desde 30 de agosto de 1998, o Banco Central, especificamente a diretoria do Dr. Paolo Zaghen, sabe da existência desse problema. Há uma certidão do Tribunal de Contas alertando para esse resultado primário negativo. Ma nada se fez para que isso não ocorresse.

O que acontece agora? Não dá para o Senado mudar essa Resolução, e não acredito que o faria. Não há tempo suficiente para que isso aconteça. Então, seria muito importante que V. S^a, o Ministro da Fazenda, o Banco do Brasil, a própria diretoria do Banco Central, Dr. Paolo Zaghen, olhassem com muito cuidado, porque a ARO já venceu. Se for para crédito em liquidação, o valor será de R\$5 bilhões.

O Dr. Malan e o Dr. Eduardo, do Tesouro, já foram alertados de que, a partir desse momento, o Banespa ficará negativo, e o Tesouro terá de injetar dinheiro nesta instituição. Nesse momento, o Banco do Brasil, que dispõe de um capital de 6 bilhões, terá o capital de 1 bilhão, porque cinco bilhões irá também pelo mesmo caminho, impossibilitando a Prefeitura de São Paulo de girar sua dívida e, consequen-

temente, de manter suas finanças. O Prefeito tem alertado sobre esse problema. Participei de todas as reuniões com o Ministro, com o secretário do Tesouro, com o Presidente do Banco.

A dívida de São Paulo, que tinha o mesmo problema, porque havia precatórios do passado que davam um resultado primário negativo, esta Casa referendou, deu 30 anos e aprovou. O Estado.

A Resolução nº 78 possibilita que se faça a mesma coisa em relação às prefeituras que têm dívida mobiliária, num valor de aproximadamente 10 a 12 bilhões. Retiramos do mercado 100 bilhões de títulos e deixamos 10, que levarão o Tesouro, nesses próximos dias, a quebrar completamente as metas estabelecidas novamente com o Fundo Monetário Internacional, porque terá que arrumar em algum lugar R\$6 bilhões para colocar no Banco do Brasil e R\$2,5 bilhões para colocar no Banespa.

Seria muito importante que V. S^a se reunisse com as autoridades antes de assinar. A situação é muito mais crítica, muito mais dura que a de Minas Gerais, porque a Resolução nº 78 literalmente proíbe que V. S^a envie para o Senado apreciar...

São essas as ponderações que faço. Repito que a situação é muito dura, muito séria. Se esse assunto não for tratado com rapidez, com a participação do Presidente desta Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães, dos Líderes dos Partidos, no sentido de se encontrar uma solução flexível, por meio de uma resolução em regime de urgência urgentíssima, haverá uma repercussão muito grande interna e externamente, dado o tamanho de 8 bilhões, que vencerão automaticamente.

O SR. FRANCISCO LAFAIETE DE PÁDUA LOPES – Agradeço, Senador, pelo alerta. Irei hoje mesmo, saindo daqui, convocar o diretor Paulo Zaghen. S. Ex^a pode ter certeza de que decidiremos de acordo com a lei, sempre visando o melhor para o País.

Nossa decisão será, posso garantir, nesse sentido e, no que for possível, trabalharemos conjuntamente procurando encontrar soluções que não comprometam o objetivo de ajuste fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Senador Pedro Simon, por favor, não entenda como uma limitação de tempo, mas temos mais 10 minutos, pois teremos de efetuar ainda a apuração dos votos antes do início da sessão.

O SR. PEDRO SIMON – Mas, enquanto não tem início a Ordem do Dia, nossa tradição é ficarmos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Eu pediria a V. Ex^a, que é o último orador inscrito.

O SR. PEDRO SIMON – Até trouxe o meu discurso por escrito para ser bem rápido e não me perder.

Gostaria de manifestar a minha satisfação em relação a V. S^a, pela coragem e a disposição de assumir uma situação em relação a qual reconheço a delicadeza. V. S^a assume, não digo como vitorioso, mas com os pontos de vista que vinha defendendo e que começam a ser adotado pelo País. V. S^a está ao lado do Ministro da Fazenda, Pedro Malan, cujos pontos de vista eram contrários aos seus. Vínhamos acompanhando pela imprensa as posições divergentes entre V. S^a e o Ministro da Fazenda. Vemos agora o esforço, que merece muito respeito, do Ministro da Fazenda em realizar toda experiência possível para mostrar que o que V. S^a dizia e continua dizendo, é aceito por ele hoje.

Quero divergir do ilustre Senador do PT de Brasília quando S. Ex^a diz que todos os planos econômicos feitos no Brasil foram políticos. Creio que o real não foi. Quando o real foi instalado, claro que houve a participação de economistas e técnicos. Na verdade, o real foi um plano elaborado por uma equipe, que tinha à sua frente um Presidente da República e um Ministro da Fazenda que não eram economistas e mandaram o Projeto para esta Casa. Eu era Líder do Governo na época, e esta Casa apresentou mais de 45 emendas.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso, como Ministro da Fazenda, veio mais de 15 vezes entre esta Comissão, Plenário da Câmara, Plenário do Senado, reunião das duas Mesas com Lideranças para debatermos emenda por emenda que deveria ser ou não adotada. Com sinceridade, penso que aquele não foi, em nenhum momento, um plano que teve objetividade eminentemente política, que não teve a participação política.

Darei a V. S^a por escrito, para que responda hoje ou deixe para outro dia. Gostaria que V. S^a respondesse o seguinte: primeira pergunta, mais uma vez a sociedade é chamada a pagar a conta dos investidores internacionais, por meio das medidas do ajuste fiscal ora sob apreciação do Congresso Nacional.

Em poucos dias deste ano, coube ao Congresso Nacional apreciar celeremente medidas de impacto sobre setores da sociedade, que não tem como defender-se. Aprovamos no Senado e já está na Câmara a proposta de cobrança de 0,38% da CPMF; a Câmara já aprovou, e nós aprovaremos

hoje ou amanhã a contribuição dos inativos e novas faixas de contribuição para os servidores públicos. O orçamento está em vias de ser aprovado e o IOF foi aumentado.

Enfim, o Governo pede, o FMI exige, e o Congresso cede e vota. As soluções apresentadas sempre passam pelo mesmo caminho: aumento de tributos, corte de despesas, principalmente em investimentos vitais para o País. Cortamos educação, cortamos saúde, recuperação de estradas, agricultura, reforma agrária, meio ambiente e outras tantas.

Entretanto, esse mesmo esforço de cortes e arrecadação não transmite a sensação de ser um esforço coordenado pelo Governo. Estima-se que as contribuições previdenciárias em apreço irão criar um montante de R\$4 bilhões, e já tem alguém dizendo que houve um equívoco, que na verdade o valor é bem menor que o citado. Enquanto cálculos menos pessimistas indicam que o País perdeu mais de R\$6 bilhões em apenas algumas horas, em dois ou três dias na fuga de capitais. Ou seja, até que ponto vale o esforço e o desgaste do Congresso e o sacrifício dos aposentados e dos servidores públicos se a condução da política econômica é capaz de pulverizar em dias o que se pretende arrecadar durante o ano inteiro?

Recentemente, foram levantadas pela Imprensa números que assustam pela magnitude do quanto o Governo deixou de arrecadar pela omissão na área fiscal. No domingo, 24 de janeiro, em entrevista ao **Jornal do Brasil**, o Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, afirmou que o País perde quase um PIB por ano em impostos federais que não são recolhidos. Note-se: quase toda a riqueza nacional gerada ao longo do ano ou R\$825 bilhões deixam de entrar nos cofres públicos a cada ano. Palavras do Secretário Nacional.

Outro exemplo da complexidade dos números que afligem o País. No ano passado as oito maiores montadoras do setor automobilístico faturaram R\$20,9 bilhões e pagaram em fisco, a título de imposto de renda, R\$31,7 milhões, ou seja, 0,15% do faturamento; na construção civil, as 12 maiores construtoras do País faturaram em 1998 cerca de R\$5 bilhões e pagaram R\$234 milhões de imposto de renda, ou seja, apenas 4,5% do faturamento.

Em portaria publicada no dia 18, a Receita Federal prorrogou por até oito anos o pagamento de dívidas e impostos. Só com essa renegociação o Governo deixou de apurar R\$500 milhões em dívidas acima de R\$100 mil.

Enfim, quando a sociedade terá do Governo, em especial de seus coordenadores de política econômica, a certeza de que essas ações obedecem a um pensamento verdadeiramente articulado e endereçado ao nacional? É uma pergunta.

Segunda pergunta: no domingo 24, em editorial de primeira página, o jornal **Folha de S. Paulo**, que pede a privatização do Banco do Brasil, da Petrobrás e da Caixa Econômica Federal, reclama coragem para mudar e propõe para isso a centralização de câmbio em que as operações com divisas são controladas pelo Banco Central. Leio: "É uma medida de alto risco, mas a crise chegou a um ponto que não permite saídas indolores. A centralização possibilita a queda de juros, pois taxas tão altas não seriam mais necessárias para evitar a saída de dólares bloqueados pelo controle cambial. Os efeitos externos serão negativos, mas é o preço a pagar. O principal ônus da centralização é o de impedir a fuga de recursos, desestimular a sua entrada, mas já não há ingresso de capitais apesar de altos juros". Observa o editorial da **Folha de S. Paulo**.

Ontem, segunda-feira 25, no mesmo jornal **Folha de S. Paulo**, o banqueiro brasileiro Henrique Meireles, Presidente Mundial da Bank of Boston, uma das maiores instituições do setor financeiro internacional, afirmava exatamente o oposto: "Centralização de câmbio é suicídio. Quem vai emprestar dinheiro para um sujeito que ameaça se suicidar? Isso perturba os mercados. A ameaça de controle cambial vai acelerar a saída de dólares. O controle cambial é uma declaração de concordata, que é um passo antes da falência. A mera discussão desse assunto tem um impacto negativo nos fluxos cambiais. A confiança nas regras do jogo é que vai estabilizar a taxa de câmbio. Quem vai querer colocar dinheiro em um país ficando sujeito à decisão de um burocrata para saber se vai poder tirá-lo ou não?" – Pergunta o Sr. Henrique Meireles.

E eu pergunto ao Presidente do Banco Central: quem V. S^a considera com razão: o banqueiro, ou a **Folha de S. Paulo**? Qual a utilidade ou inutilidade da centralização do câmbio, nesse momento, para o Brasil? Que fôlego teria o Governo para administrar, com políticas ortodoxas, a saída desenfreada de dólares? O senhor tem dito que o mercado se estabilizaria em seis meses. O Brasil sobrevive mais seis meses nessa turbulência?

Outra pergunta: hoje, no calor da crise, a imprensa coloca novamente o nome do Senador José Serra como alternativa para conduzir os destinos da economia brasileira. Dizem que o Senador Serra se-

ria o preferido do empresariado, principalmente o paulista, por ser mais desenvolvimentista. E o senhor, que é desenvolvimentista, o que acha dessa afirmativa?

Outra pergunta. Por esta Comissão já passaram, em curto período, os Srs. Gustavo Loyola, Pêrsio Arida, Gustavo Franco, todos brilhantes como V. S^a, ainda que nem tanto, na condição de nome indicado para a presidência do Banco Central. Todos entraram e todos saíram em nome da continuidade do real e da estabilidade da moeda. Mas se era para continuar e para estabilizar, por que sair? No seu caso, ilustre Presidente Francisco Lopes, o que mudou e o que vai mudar na política econômica? V. S^a pode tranquilizar a Nação assumindo o compromisso de que o Governo não cairá na tentação de confiscar a poupança, como já aconteceu no passado?

Outra pergunta. Quais seriam as cinco coisas, ou melhor dito, as cinco medidas que o senhor jamais adotará a curto e médio prazo, como Presidente do Banco Central? Sinceramente, creio que eu e a Nação gostaríamos de saber disso. V. S^a, nesse momento, poderia nos dizer: há cinco medidas que jamais vou adotar. Quais seriam essas cinco?

Outra questão: o Banco de Investimento Goldman & Sachs, de Nova Iorque, recomenda a privatização da Petrobrás, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, uma medida de grande impacto para o restabelecimento da confiança internacional no Brasil.

O Brasil precisa chegar a esse ponto que o seu antecessor defendia? A tal ponto ele o defendia que teve que ser contestado pelo Presidente da República, que disse que ele falava em nome próprio e que o pensamento dele, ainda que Presidente do Banco Central, não interpretava o pensamento do Presidente da República. O seu antecessor a defendia como grande medida de impacto. O Brasil precisa chegar a esse ponto para recuperar a sua credibilidade perante o mundo? O senhor concorda com essas privatizações?

Outra questão: vamos imaginar um Brasil sem nenhuma estatal estratégica. Não temos nenhuma estatal estratégica no futuro. Sem o parque siderúrgico, sem a indústria petroquímica, sem a produção de fertilizantes, sem os sistemas elétricos e de telecomunicações, sem a Companhia Vale do Rio Doce, sem a Petrobrás. Imaginemos ainda esse mesmo Governo sem controle direto sobre o sistema financeiro, após a eventual privatização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Mesmo após tamanha alienação do seu patrimônio, o País ainda

estaria devendo aproximadamente US\$500 bilhões ou meio trilhão de dólares. Enquanto isso, os hospitais abarrotados e as penitenciárias estão em tensão constante. Como se faria o estabelecimento das estratégias de desenvolvimento para este País, sem o controle de qualquer mecanismo indutor de desenvolvimento, para pagar uma dívida de US\$500 bilhões?

São as outras perguntas:

– Qual sua visão, hoje, sobre o mercado?

– Na condição de membro do Conselho Monetário Nacional, qual sua opinião sobre os subsídios ao crédito agrícola para os pequenos produtores rurais de alimentos básicos?

– O Banco Central tem a quantificação e a qualificação do capital externo, dito volátil, que entra e sai do País. Que percentual, nesse momento, é de fato capital de investimento em setores produtivos do Brasil?

– V. Ex^a é a favor da quarentena? Pensa que esta Casa já deveria tê-la votado? Será que, aprovada, algum dos seus ex-colegas teria saído?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Peço ao Sr. Francisco Lopes que aguarde um minuto na outra sala para procedermos à apuração. (Pausa.)

Solicito ao Senador Ademir Andrade que seja o escrutinador e que introduza, juntamente com o Senador Pedro Simon, o Sr. Francisco Lopes na sala.

Sr. Francisco Lopes, proclamo o resultado dos mais expressivos favoráveis desde que aqui sabatinados os candidatos a Presidente do Banco Central.

V. S^a teve 23 votos favoráveis e dois contrários. Foi aprovado por esmagadora maioria, quase unanimidade, o que demonstra a confiança desta Casa, apesar de todas as dúvidas, em V. S^a. Estamos satisfeitos porque temos a certeza de que, pelo menos em esforço e em inteligência, V. S^a dará tudo de si para que possamos transpor esta grave crise por que passa a Nação.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, entreguei as minhas perguntas por escrito. Gostaria de tê-las respondidas também por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – O Sr. Francisco Lopes vai respondê-las.

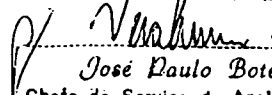
Agradeço a V. S^a, que presenciou quase todo o Senado assistindo à sua sabatina. Parabéns, Sr. Presidente.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h32min.)

ATOS DO DIRETOR-GERAL

Publique-se em 27/01/99


José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

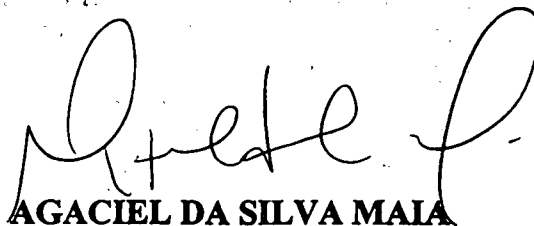
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 133, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 000823/99-6,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA DO SOCORRO LIMA DE ARAÚJO, matrícula 4395, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador Antonio Carlos Magalhães, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 15 de janeiro de 1999.

Senado Federal, 27 de janeiro de 1999.

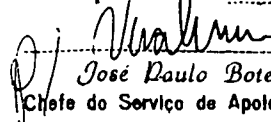


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

Publique-se em

27/01/99

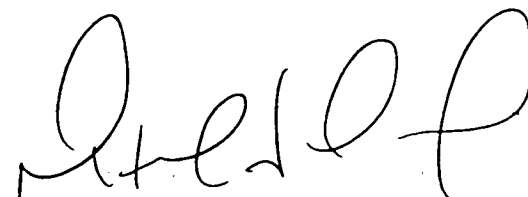

José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 134, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 001016/99-7,

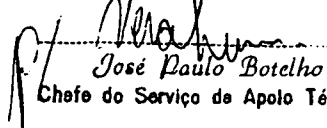
RESOLVE dispensar o servidor JAIRO LESSA RAMOS, matrícula 3216, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Roberto Requião, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 20 de janeiro de 1999.

Senado Federal, 27 de janeiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 27/01/99

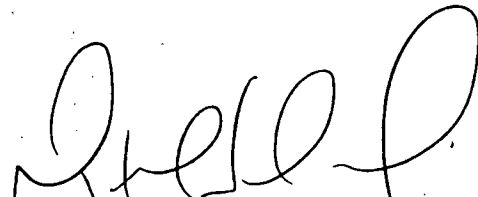

José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 135, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 001053/99-0,

RESOLVE dispensar o servidor **GILSON ANTONIO DE BARROS**, matrícula 4588, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete da Senadora Marluce Pinto, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-06, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 20 de janeiro de 1999.

Senado Federal, 27 de janeiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em

27/01/99


José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 136, DE 1999**

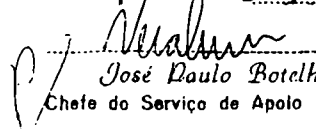
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 001054/99-6,

RESOLVE dispensar o servidor KLEBER ALCOFORADO LACERDA, matrícula 1752, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete da Senadora Marluce Pinto, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 20 de janeiro de 1999.

Senado Federal, 27 de janeiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 27/01/99

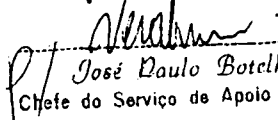

José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES**ATO DO DIRETOR-GERAL**
Nº 137, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 001141/99-6,

RESOLVE dispensar o servidor PAULO DE TARSO BRASILIENSE, matrícula 4745, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, da Função Comissionada de Secretário de Consultoria, Símbolo FC-05, da Consultoria Legislativa, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete da Senadora Emília Fernandes, com efeitos financeiros a partir de 21 de janeiro de 1999.

Senado Federal, 27 de janeiro de 1999.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**
Diretor-Geral

Publique-se em 27/01/99

José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 138, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Servidor **KAIRALA JOSÉ KAIRALA FILHO**, mat. 4218, para integrar a Comissão de Perícia Médica do Senado Federal, instituída pelo Ato nº 1.119/96-DGER, em substituição ao Servidor **JOBERTO MATOS DE SANT'ANNA**, mat. 3723.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de janeiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE
(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PFL

1. Elcio Alvares (4)
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Omelas (1)
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing (2)
4. José Bianco

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. (Vago)
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge (3)

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira (5)

PPB (Ex- PPR + Ex-PP)

1. Eptacio Cafeteira
2. Osmar Dias

1. Lucidio Portella

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(Atualizado em 27.10.98)

- (1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.
- (2) Falecido, em 23.10.98
- (3) Renúncia, para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas do Estado do Pará
- (4) Posse como Ministro Extraordinário da Defesa
- (5) Renúncia, para assumir o cargo de Governador do Estado do Espírito Santo

SENADO FEDERAL
SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPTÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
ELIZABETH GIL BARBOSA VIANA (Ramal: 4792)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605) - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS	- RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608) - VERA LÚCIA BATISTA SILVA (Ramal: 7285)
CCJ	- VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)
CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)

COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG -2411/12	1-ROMERO JUCA	RR-2111/12
EDISON LOBÃO	MA - 2311/12	2-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/62
GILBERTO MIRANDA	AM -3104/05	3-MOREIRA MENDES	RO-2231/37
BELLO PARGA	MA -3069/70	4-JÔNICE TRISTÃO	ES-3130/32
LEONEL PAIVA	DF- 1248	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JONAS PINHEIRO	MT - 2271/72	6-JOSAPHAT MARINHO	BA - 1041/1141
JÓAO ROCHA	TO -4071/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
JÚLIO CAMPOS	MT - 1247/1447	8-DJALMA BESSA	BA- 2211/12
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-WELLINGTON ROBERTO	PB-3139/40
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PSDB			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
SÉRGIO MACHADO	CE- 2281-82	2-REGINALDO DUARTE	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-VAGO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
PPB			
VAGO		1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2- LEOMAR QUINTANILHA	TO- 2071/77
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	VAGO	

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ª feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 08/01/99.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-JÔNICE TRISTÃO	ES-3130/32
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
DJALMA BESSA	BA - 2211/12	8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
JÚLIO CAMPOS	MT- 1247/1447	9-VAGO	

PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- VAGO	
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/4078	3- JOSÉ SAAD	GO-3149/50
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
IRIS REZENDE	GO-2032/33	8-VAGO	

PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-REGINALDO DUARTE	CE-3242/43
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-VAGO	
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
GERALDO CÂNDIDO	RJ-2171/72	1-EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67

PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-VAGO	

PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515

SALA Nº 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 4^{as} feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 12/01/99

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JÔNICE TRISTÃO	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/15	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-DJALMA BESSA	BA - 2211/12
JOSAPHAT MARINHO	BA - 1041/1141	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-VAGO	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52
PSDB			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-LUZIA TOLEDO	ES-2022/24
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-PEDRO PIVA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
REGINALDO DUARTE	CE-3242/43	3-OSMAR DIAS	PR-2124/25
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87
PPB			
VAGO		1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74	2- LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS
SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311-4315

Atualizada em: 20/01/99

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JOEL DE HOLLANDA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
DJALMA BESSA	BA - 2211/12	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
JÔNICE TRISTÃO	ES-3130/32	4-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
ROMEU TUMA	SP-2050/57	7-WALDECK ORNELAS (2)	BA
EDISON LOEÃO	MA-2311/46	8-VAGO	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-JOSÉ SAAD	GO-3149/50
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY (3)	AP-3429/31	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68	6-IRIS REZENDE	GO-2032/33
VAGO		7-PEDRO SIMON	RS-3230/31
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
VAGO		2-SÉRGIO MACHADO	CE - 2281/82
LUZIA TOLEDO	ES-2022/24	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
REGINALDO DUARTE	CE-3242/43	5-PEDRO PIVA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-GERALDO CÂNDIDO	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2242/44
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-VAGO	
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-VAGO	

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

(3) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 5ª feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 20/01/99

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY (3)

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- VAGO	
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	6- MOREIRA MENDES	RO-2231/37

PMDB

JOSÉ SARNEY (1)	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
PEDRO SIMON	RS-3230/31	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JADER BARBALHO	PA-3051/53	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
VAGO		5-IRIS REZENDE	GO-2032/33

PSDB

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-LUZIA TOLEDO	ES-2022/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

GERALDO CÂNDIDO	RJ-2171/72	1-EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82

PPB

LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
---------------------------	-------------------	--------------------	---------------------

PTB

ARLINDO PORTO	MG- 2321/22	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19
----------------------	--------------------	------------------------	-------------------

(1) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367

FAX: 311-3546

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 5ªs feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 20/01/99

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: VAGO****(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-1041/1141
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
JÔNICE TRISTÃO	ES-3130/32	4- WALDECK ORNELAS (1)	BA
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
FREITAS NETO	PI-2131/37	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
IRIS REZENDE	GO-2032/33	4- VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	5-JOSÉ SARNEY (3)	AP-2351/52
RENAN CALHEIROS (2)	AL	6- VAGO	
PSDB			
LUZIA TOLEDO	ES-2022/24	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-VAGO	
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPLYCY (PT)	DF-2341/47
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3- LAURO CAMPOS (PT)	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-VAGO	
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-ARLINDO PORTO	MG - 2321/22

(1) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Justiça.

(3) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)**SECRETÁRIO: CELSO PARENTE****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607****SALA Nº 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA****TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)****FAX: 311-3286**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ªs feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 20/01/99

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-1041/1141	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-1247/1447	3-DJALMA BESSA	BA - 2211/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		
PMDB			
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62		
WELLINGTON ROBERTO	PB-3139/40		
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201		
PSDB			
REGINALDO DUARTE	CE-3242/43	1-LUZIA TOLEDO	ES-2022/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-VAGO	
PEDRO PIVA	SP-2351/52		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLYCY - PT	SP-3215/16	1-GERALDO CÂNDIDO	RJ-2171/72
VAGO			
PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/55
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219		

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (*) SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Atualizada em: 20/01/99

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE: CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA
PRIVADA (FUNDOS DE PENSÃO), QUE TENHAM COMO PATROCINADOR A UNIÃO E O
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL
PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ ALVES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- DJALMA BESSA	BA-2211/12
PMDB			
JOSÉ SAAD		1-JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
VAGO			
PSDB			
VAGO		1-VAGO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLYCY - PT	SP-3215/16		
PPB + PTB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74		

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

ANDAMENTO

EM 10.9.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR GILBERTO MIRANDA

Atualizada em: 04/01/99

7.2) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAR OS RECURSOS FEDERAIS REPASSADOS AO
GOVERNO DE RONDÔNIA

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

(07 TITULARES E 04 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

		PFL	
JULIO CAMPOS	MT-1247	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
GILBERTO MIRANDA	AM-3104-05	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
		PMDB	
JOSÉ SAAD	GO-3148/50	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
NEY SUASSUNA	PB-4345/46		
		PSDB	
VAGO		2 - VAGO	
		BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSE-PPS)	
EDUARDO SUPPLY-PT	SP-3215/16		
		PPB E PTB	
ERNANDES AMORIM	RO-2251/55		

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO

SALA Nº 06 - telefone: 311-3254

ATUALIZADA EM: 04/01/99

ANDAMENTO

EM 29.04.98 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR COUTINHO JORGE

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

Presidente de honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
(16 TITULARES E 16 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
SENADORES	
PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	1 - PEDRO SIMON
CASILDO MALDANER	2 - ROBERTO REQUIÃO
PFL	
DJALMA BESSA	1 - JOEL DE HOLLANDA
	2 - JÚLIO CAMPOS
PSDB	
LÚDIO COELHO	
PPB	
LEVY DIAS	
PTB	
JOSÉ EDUARDO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PSB,PDT,PPS)	
GERALDO CÂNDIDO	1 - EMÍLIA FERNANDES

TITULARES	SUPLENTES
DEPUTADOS	
PFL/PTB	
PAULO BORNHAUSEN	VALDOMIRO MEGER
JOSÉ CARLOS ALELUIA	BENITO GAMA
PMDB	
EDISON ANDRINO	CONFÚCIO MOURA
GERMANO RIGOTTO	ROBSON TUMA
PSDB	
FRANCO MONTORÓ	NELSON MARCHEZAN
CELSO RUSSOMANO	RENATO JONHSSON
PPB	
JULIO REDECHER	
PT/PDT/PC do B	
MIGUEL ROSSETTO	LUIZ MAINARDI

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 3187436 3187188 318-8232 318-7433
FAX: (55) (061) 3182154
SECRETÁRIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70165-900, Brasília, DF.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Periodicidade Trimestral

Assinatura para o ano de 1997

Números 133-136

R\$ 40,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATÁRIO

Nome:

Órgão:

Unidade:

Endereço:

CEP:

Cidade:

UF:

País:

Telefones para contato:

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70.160-900, Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Agenda 21 (R\$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R\$ 20,00) – Luís Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R\$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R\$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Meio Ambiente – Legislação (R\$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais, Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Coleção Memória Brasileira

– **A Constituinte perante a História (R\$ 8,00).** História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– **Teotônio Vilela (R\$ 10,00).** Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– **Volume 9 (R\$ 3,00).** "O Atributo da Soberania", de Heber Arbuet Vignali.

– **Volume 10 (R\$ 3,00).** "A Arbitragem nos Países do Mercosul", de Adriana Noemi Pucci.

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70165-900, Brasília, DF.

CD-ROM Legislação Brasileira

1997

Quarta edição

Co-edição SDINF/SSANL/PRODASEN

- Todas as normas de hierarquia superior a decreto-executivo editadas entre o ano de 1946 e 31 de janeiro de 1997.
- Para cada norma apresentada, é fornecida a lista de normas editadas posteriormente a ela e que a alteraram.
- Os textos integrais das normas editadas a partir de 1987 passaram a estar disponíveis nesta edição.
- As demais normas são apresentadas em documentos-resumo, acompanhadas de informações suficientes para que seja localizado o documento em uma coleção de leis.
- Esta quarta edição do CD-ROM Legislação Brasileira ainda inclui o banco de dados BBD (Biblioteca Brasileira de Direito), composto do acervo de informações jurídicas descritivas (doutrina) originadas das coleções de 17 bibliotecas que participam da Rede SABI de Bibliotecas.

Valor Unitário: R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais).
Despesas Postais: R\$ 5,00 (cinco reais) para cada CD.

O pedido deverá ser acompanhado de original do recibo de depósito a crédito do FUNDASEN, Caixa Econômica Federal, Agência 0005, conta nº 950.056-8, operação 006.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Fones:		Fax:	
Quantidade solicitada:			

Solicite nosso catálogo pelos telefones: (061) 311-3575, 311-3576 e 311-3579.
Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70.165-900, Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

Agenda 21 (R\$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R\$ 20,00) – Luis Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R\$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R\$15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R\$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R\$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R\$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R\$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R\$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R\$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela seqüencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R\$ 4,00). Leis nº 8.666/93, 8.883/94, 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Meio Ambiente – Legislação (R\$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais. Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R\$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar.

Coleção Memória Brasileira

– **A Constituinte perante a História (R\$ 8,00).** História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– **Teotônio Vilela (R\$ 10,00).** Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– **Volume 9 (R\$ 3,00).** "O Atributo da Soberania", de Heber Arbut Vignali.

– **Volume 10 (R\$ 3,00).** "A Arbitragem nos Países do Mercosul", de Adnana Noemi Pucci.

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP**, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (061) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos indetificadores abaixo discriminado:

- 02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
- 02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
- 02000202902003-X – Venda de Editais
- 02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
- 02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
- 02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
- 02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803, Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 128 PÁGINAS